



Universidade de Brasília – UnB

**Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação
Área de Concentração: História Cultural**

Terras no Distrito Federal - experiências com desapropriações em Goiás (1955-1958)

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade de
Brasília, como requisito
necessário para a obtenção do
Título de Mestre em História.
Área de Concentração: História
Cultural.**

Orientadora: Nancy Alessio Magalhães

DARCY DORNELAS DE FARIAS

Brasília, 2006.

Banca Examinadora

Brasília, agosto 2006.

**Profª Drª Nancy Alessio Magalhães
(Orientadora)**

Prof Dr José Walter Nunes

Profª Drª Marília Peluso

**Profª Drª Selma Alves Pantoja
(Suplente)**

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Nancy Alessio Magalhães, pela competência e rigor intelectual, por ter me incentivado procurar mais e outros significados nos temas que pesquisei e pelo conseqüente amadurecimento por mim experimentado.

Ao Júnior, meu marido, pelo amor e compreensão, pelas ajudas técnicas com o computador, pelas correções no meu texto apesar do seu excesso de trabalho e da distância dos nossos universos profissionais.

Às minhas filhas, Marina e Giovanna, que do alto dos seus seis e sete anos exigiam minha atenção, mas entenderam o que eu estava fazendo e torceram por mim.

Ao Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Coronel Affonso Heliodoro, por ter incentivado esta minha atividade acadêmica e aos colegas de trabalho pelo apoio e cobertura, especialmente, Cleusa, Agnês, Telma e Manoel.

Aos colegas e professores do programa de Pós-graduação Mestrado em História da Universidade de Brasília, pelas oportunidades de aprendizagem e especialmente à Helenice, pelo carinho, disponibilidade e humor para dividir comigo as angústias e alegrias desse percurso acadêmico. Também à Natália, pela interlocução sobre o trabalho e revisão no meu texto.

À Prof^a Doutora Georgete Medleg, pelas significativas sugestões dadas a este meu trabalho.

A todos aqueles que facilitaram acesso aos entrevistados e, principalmente, aos próprios, por terem me deixado vasculhar esse período de suas vidas, ou da vida de sua família, vinculado à difícil questão da desapropriação de suas terras.

Aos amigos da Escola de Evangelização Amados Apóstolos, que com seus exemplos práticos, me mostram que a vida ligada a Cristo faz muito mais sentido.

RESUMO

Numa abordagem de História e cultura, exercito, nesta dissertação, a interpretação de temas referentes ao processo de desapropriação de terras para a construção de Brasília, através de trabalho realizado, entre 1955 e 1958, pela Comissão de Cooperação para a mudança da Nova Capital. A iniciativa de sua instauração partiu de grupos políticos ligados ao governo de Goiás, no intuito de colaborar com e/ou controlar atividades relacionadas com transferência e a construção da capital federal em terras deste estado.

Procurei compor um quadro dessa região na época de tais desapropriações, a partir de interpretações de memórias resultantes de entrevistas, realizadas com pessoas relacionadas a três grandes fazendas da área desapropriada, e de narrativas que construo em diálogo com os conteúdos dessas fontes orais e com os de outras fontes escritas e fotográficas, produzidas antes, durante e depois da atuação dessa referida comissão.

Palavras-chave; desapropriação; terra; fontes orais, escritas e fotográficas; História de Brasília.

ABSTRACT

In a History and culture approach, I exercised in this dissertation the interpretation of themes referring to the process of dispossession of land for the construction of Brasília, through the work developed by the Commission of Cooperation for the moving of the New Capital between 1955 and 1958. The initiative of its instauration came from political groups connected to the government of Goiás in order to collaborate with and control activities related to the transference and to the construction of the federal capital in the lands of this state.

I tried to compose a painting of this region at the time of such dispossessions, from interpretations of memories resulting from interviews with people related to three big farms of the dispossessed land, and from the narratives that I constructed in dialogue with the contents of these oral sources and of others written and photographic sources, produced before, during and after the works of the mentioned commission.

Key-words: Dispossession; land; oral, photographic and written sources; History of Brasília.

A Deus, meus pais, irmãos, Júnior, Marina e
Giovanna.

LISTA DE SIGLAS

CELNCB	Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil
CENCU	Comissão de Estudos da Nova Capital da União
CEPCB	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil
CLNCF	Comissão de Localização da Nova Capital Federal
CMCMCF	Comissão Municipal de Cooperação para a mudança da Capital Federal
CODEPLAN	Companhia de Desenvolvimento do Planalto
CPCMCF	Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal
DERGO	Departamento Estradas e Rodagens de Goiás
HJKO	Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDAGO	Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPC-FIPE	Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
PSD	Partido Social Democrata
PSP	Partido Social Progressista
SEMARH	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
TERRACAP	Companhia Imobiliária de Brasília
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAMINHOS EM DIREÇÃO AO TEMA	11
TEMÁTICA, OBJETO DE ESTUDO E OBJETIVOS	16
CAPÍTULO 1 - MOLDURA E RETRATOS	23
1.1 MOLDURA TEÓRICA	23
1.2 RETRATOS PARA A COMISSÃO	34
1.2.1 UM RETRATO NARRADO	40
1.2.2 UM RETRATO FOTOGRÁFICO	46
1.2.2.1 A PRIMEIRA FOTOGRAFIA	47
1.2.2.2 AS OUTRAS FOTOGRAFIAS	52
CAPÍTULO 2 - CHAMA DA ESPERANÇA E ESPERANÇAS POR UM FIO ATÉ A COMISSÃO DE COOPERAÇÃO.	56
2.1 VESTÍGIOS DO PASSADO, PROBLEMAS DO PRESENTE	63
2.2 LIBERDADE E MUDANÇA	65
2.3 CHAMA DA ESPERANÇA COM AS COMISSÕES	70
CAPÍTULO 3 - LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS DO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO	98
3.1 COMISSÃO, QUE COMISSÃO?	117
3.2 REAÇÕES DIANTE DO INEVITÁVEL	123
3.3 BRASÍLIA PARA O BRASIL E/OU BRASÍLIA PARA GOIÁS?	129
3.4 SEMPRE VALE A PENA...	133
CAPÍTULO 4 - A COMISSÃO DE COOPERAÇÃO	137
4.1 E O OURO VIROU TERRA...	138
4.2 OS SENHORES DE GRAVATA	149
4.3 O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE COOPERAÇÃO.	154
4.4 NÃO ERA UM TRABALHO PARA SER FEITO EM GABINETE...	170
4.5 PACHECO e SILVA – BUENO e PINHEIRO	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	192
ANEXOS	200

Anexo 1 - MAPA DA LOCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS DE GOIÁS	201
Anexo 2 – DEMARCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E SÍTIOS	202
Anexo 3 - DISTRITO FEDERAL - ÁREA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL	203

INTRODUÇÃO

CAMINHOS EM DIREÇÃO AO TEMA

Nasci em João Pinheiro-MG, cidade que fica a 380 Km de Brasília, pertencendo a uma família que sempre teve sua atividade produtiva ligada à terra naquela região. Meu avô materno¹, Horácio Dornelas (1905- 1980), foi grande proprietário, teve doze filhos e deu uma fazenda a cada um deles. Tentei saber se os tamanhos eram equivalentes, soube que não e que também existem histórias familiares de queixas (veladas) de uns que receberam mais terras e de melhor qualidade, com mais benfeitorias, que outros. Esta quantidade de terras, no entanto, não fazia de meu avô um homem rico, se vinculamos riqueza a conforto, influência política e principalmente ao ócio ou à ostentação. Apenas no final da vida, ele foi morar numa boa casa na cidade. Creio que isso não fazia parte dos valores dele, em grande parte pela dureza do início de suas vidas, dele e de minha avó Rosalina Rosa (1908-2005). Eles eram primos e migraram, ainda crianças, com suas famílias, para a região de João Pinheiro vindos de Patrocínio-MG, em busca de terras mais baratas. Casaram-se no final dos anos 20 e viviam numa fazenda bastante isolada, com muitas dificuldades. Minha avó relatava-me que, durante a maior parte do tempo, não tinha quem a ajudasse nas tarefas domésticas, apenas as filhas, estas desde muito cedo. Minha mãe, a primeira mulher depois de quatro homens, sempre reclamou da infância de muito trabalho, principalmente, no cuidado com os irmãos menores.

Não era fácil a vida naquela década de 30: teciam os panos de algodão para as próprias roupas, criavam gado bovino. Minha avó assumia a ordenha sempre que meu avô não estava o que, segundo ela, era a regra e não a exceção, e os porcos eram criados e abatidos, num ritual que envolvia toda a família, e deles aproveitava-se tudo.

Meu avô ia à Pirapora - MG, cidade portuária do rio São Francisco, anualmente, comprar sal e produtos industrializados, que eles não podiam produzir na fazenda. Esse contato com o mundo externo era muito importante na vida de todos, era o sopro novidadeiro anual, tanto para meus tios mais novos, como para as mulheres, que ficavam aguardando, com muita expectativa, o que iria ser trazido de lá. Os filhos mais velhos eram autorizados, após determinada idade, a acompanhar o pai, parentes e vizinhos,

¹ Detenho-me em lembranças de minha família materna por ter tido mais contato com a mesma. Contudo, também pelo lado paterno, havia fortes vínculos com a terra na região de Morada Nova de Minas, localizada às margens do São Francisco.

numa espécie de caravana de carros de boi, que fazia o percurso de ida e volta em vários dias. Hoje esta viagem, João Pinheiro à Pirapora, é feita em duas horas de carro.

Minha mãe e seus irmãos foram alfabetizados por um professor que, esporadicamente, vinha morar na fazenda deles. A maioria do tempo, os dez filhos homens trabalhavam nas lavouras e nos cuidados com o gado, objetivando economizar na contratação de mão-de-obra para, com certeza, comprar mais terras. Somente o meu tio mais novo seguiu os estudos e concluiu, bem mais tarde, o ensino superior.

João Pinheiro e Pirapora ficam na região do Planalto Central e também na do Grande Sertão-Veredas², imortalizado na literatura de Guimarães Rosa. Quando nasci, na década de 60, a região não era, evidentemente, tão desabitada, mas tenho, contudo, a experiência de ver como as propriedades de terra eram grandes. Nas temporadas de férias escolares que passava na fazenda de meus pais, já após os sete anos de idade, costumava visitar as fazendas vizinhas, dos parentes, às margens do Rio do Sono, local da maioria das doações feitas pelo meu avô.

Essa era a parte mais tradicional e esperada da programação de férias. Saíamos cedinho, a cavalo. Eu andava na garupa do cavalo de minha mãe, já que, por ser a mais nova, nunca conquistei o direito de ir sozinha no animal. Para chegar à casa do tio mais próximo, levávamos duas horas. Na casa desse primeiro tio acontecia o almoço e um descanso, depois seguíamos para a próxima fazenda, dessa vez de uma tia, onde pousávamos. Assim, desde muito cedo, fui marcando essas distâncias e esses tempos para percorrer os longos trechos que separavam um tio do outro, primos, diferentes especialidades culinárias de cada tia, sempre deliciosas.

Delícia de infância ligada a esse universo rural, onde aprendi coisas marcantes para minha vida toda. Num misto de trabalho e brincadeira aprendi, entre outras coisas, a semear as ramas de mandioca nas covas que meu pai ia abrindo, enquanto ensinava sobre os cuidados com a plantação. Depois acompanhava o ciclo de crescimento daquela plantação, a colheita, ajudava a lavar as raízes e descascar - o trabalho das crianças se resumia a isso - nunca cheguei ao estágio de ralar a mandioca. Ser a caçula era realmente frustrante. Observava o polvilho assentar, esperava secar e, alguns dias depois, ajudava a buscar lenha para esquentar o forno, enquanto minha mãe amassava os biscoitos. Antes de colocar os biscoitos para assar, o forno era varrido com ramos de assa-peixe, um

² O Coronel Hermógenes está enterrado em João Pinheiro num cemitério que, com o crescimento desta cidade, ficou no centro. Na década de 70, um prefeito decidiu transferi-lo para abertura de ruas e isto dividiu a população. Uma parte não queria a transferência e iniciou uma campanha que repercutiu na mídia nacional. Deixar quietos os restos mortais do Coronel foi o principal argumento dessa campanha.

arbusto que eu ajudava a arrancar no mato. O cheiro deste ramo sendo tostado na varredura do forno, certamente associado ao pão de queijo e às petas que eu iria degustar, é a lembrança sensorial, olfativa e emocional mais forte que me chega da infância. Cada vez que sinto cheiro semelhante a impressão é forte e aquelas vivências tornam-se presentes nos meus dias de hoje³.

À noitinha, nessa fazenda, sempre com hóspedes e vizinhos, contava-se casos, tentava-se sintonizar o rádio e comentava-se, simultaneamente, as notícias que vinham acompanhadas de chiados, o jogo de baralho, no qual eu só podia jogar “Burro” e as conversas de adulto que adorava escutar, conversas nas quais muito possivelmente ouvi coisas como: “terra nunca se vende, só se compra”, idéia incrustada nos valores da minha família e que é uma marca ainda muito forte. O prazer daquelas companhias e daqueles momentos permaneceram em mim e me enchem de orgulho.

Essas experiências estão em mim, fizeram-se presentes no momento em que tive de escolher uma temática para pesquisar no Mestrado. Foram estas vivências que direcionaram meu olhar para potencialidades de um tema que envolvia a desapropriação de terras para a construção de Brasília.

Antes dessa escolha, no entanto, em decorrência de minhas atividades profissionais, já havia uma relação minha com a história da criação desta cidade. Trabalho há dez anos como professora no convênio do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF) com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). A atividade educacional que exerço, nessa instituição, propicia-me relação com seus sócios acadêmicos, que são pessoas vinculadas, de certo modo, a essa história. Em 1997, ouvi uma palestra do jurista e acadêmico de Luziânia, Dilermando Meireles (1997, fita nº 0030 do acervo do IHGDF), hoje já falecido, na qual narrava as atividades da Comissão de Cooperação para a Mudança da Nova Capital⁴, criada em outubro de 1955, para iniciar e executar todo o processo de desapropriação das terras do novo Distrito Federal. Ele valorizava seus feitos, ressaltando a figura de seu presidente,

³ Reflexões sobre memória acompanharam minha pesquisa e a feitura deste trabalho que agora apresento. Este relato de minha infância foi incentivado pelo chá com madelaines narrado por Proust. Explico: Benjamin (1994, p. 39 a 43) analisa a importância que teve a obra de Proust para que se descobrisse que o século XIX não “era uma simples época desprovida de tensões, tornando-o “um século para memorialistas”. Seixas (apud ANSART, 2004, p. 58). Na mesma linha, para explicar como o trabalho com a memória enriquece o ofício do historiador, cita o próprio Proust constatando o que acontece com a memória de Swann no momento do chá : “todas as flores de seu jardim[...] e toda a Combray e seus arredores, tudo que toma forma e solidez saiu, cidades e jardins, de sua xícara de chá.”

⁴ A partir deste ponto me referirei à Comissão de Cooperação para a Mudança da Nova Capital, apenas como Comissão de Cooperação.

Altamiro de Moura Pacheco⁵. Interessei-me imediatamente pelo assunto – como poderia não ter pensado que as terras para a *nova* capital tivessem de ser desapropriadas para erguer, por muitos considerado, o sonho Brasília?

Procurei conhecer mais essa questão que me desafiava e passei a incluir informações sobre desapropriação de terras para a construção de Brasília e sobre a atuação da Comissão de Cooperação em apresentações que fazia aos alunos que visitavam o IHGDF e nas aulas do curso que oferecemos aos professores da Secretaria de Educação, em parceria com a Escola de Aperfeiçoamento de Professores (EAPE) – da mesma Secretaria. Contudo, nos livros onde encontrei algo sobre esse assunto, constatei que alguns autores, ao escreverem sobre o mesmo, o fazem de forma muito sucinta ou simplesmente o ignoram.⁶

Em 2003, com objetivo de ingressar no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Brasília, para o qual me preparei cursando matérias como aluna especial, resolvi buscar outras informações para tentar aprofundar interpelações acerca da temática das desapropriações ocorridas em função da construção de Brasília e também sobre a atuação dessa Comissão de Cooperação. De muita valia foi cursar a disciplina “Teoria e Metodologia em História Social”, com a Prof^a. Dr^a. Selma Alves Pantoja, quando tive a oportunidade de reaproximar-me de conceitos e fenômenos presentes em discussões de teorias sociais e também a disciplina “Processos Identitários e Configurações Cotidianas”, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Eleonora Zicari Costa de Brito, que abordou e discutiu questões relativas a estudos culturais, tais como identidade e representação. Cursar estas duas disciplinas significou uma aproximação com aspectos teóricos e metodológicos resultantes dos processos de mudança e ampliação da História nas últimas décadas. Essas disciplinas ajudaram-me a definir melhor o meu tema e a elaborar o projeto de pesquisa, então apresentado no processo de seleção de mestrado do referido Programa, para o qual fui aprovada no final de 2003.

Nos seminários que cursei, já como aluna regular, fui gradativamente tomando contato com outras teorias da História, tentando perceber possibilidades de interpretação/definição de meu objeto de estudo, para encontrar nele outros sentidos, à luz do diálogo com essas teorias. Esses seminários foram “Teoria da História Cultural”,

⁵ Nesta dissertação me referirei a ele simplesmente como Pacheco.

⁶ Entre outros: Silva (1999) em seu livro História de Brasília, na página 102, dedica três parágrafos ao assunto da Comissão, já Hoslton (1993) na página 26 de seu livro A cidade modernista: uma crítica de Brasília e suas utopias, comenta a colocação do monumento Pedra Fundamental em 1922, no retângulo demarcado por Luis Cruls, onde Brasília seria construída, depois passa imediatamente para o Governo de JK em 1956.

ministrado pelas Professoras Doutoras Márcia de Melo M Kuyumjian e Maria T. Ferraz Negrão de Mello, que possibilitou um clarear em perspectivas teóricas dessa área de estudos; “História, cultura e linguagens artísticas”, ministrado pela Prof^a. Dr^a. Nancy Alessio Magalhães, também minha orientadora, que, com um enfoque multidisciplinar, estimulou-me a compreender o uso de linguagens artísticas no trabalho do historiador - o que me fez tentar a experiência de interpretar a linguagem fotográfica em meus estudos; e, finalmente, “Cultura e Identidade”, ministrado pelos Professores Doutores Cléria Botelho da Costa e Jaime de Almeida, cujo programa abordou temáticas atuais para a teoria histórica e significou um enriquecimento na interpretação do tema que pesquisa.

Como monitora da disciplina de graduação “Imagem, oralidade e fotografia”, ministrada pela minha orientadora e em atividades mensais do Grupo de Estudos Imaginário⁷ compreendi melhor e ampliei as possibilidades de trabalhar o tema por mim escolhido com a metodologia da história oral.

O tema da desapropriação de terras para a construção de Brasília remete a uma experiência temporal recente e permite possibilidades de dialogar com pessoas que o viveram ou com seus descendentes próximos. Narrativas construídas a partir do diálogo com alguns que vivenciaram esse processo ou que são descendentes diretos de proprietários de terra, que naquela época foram desapropriados, sem hierarquizar com outros tipos de fonte, permitem buscar indícios de experiências com essa questão. Essas fontes podem ser consideradas como muito bem coloca Queiroz (1983, p. 71, grifos meus):

Histórias de vida e depoimentos pessoais, quando cuidadosamente realizados, **possibilitam conhecer um grupo e uma sociedade de seu interior** - em oposição às demais técnicas que projetam sobre ambos esquemas formulados exteriormente.[...] As revelações dos informantes mostram como se relacionam entre si, como se formam e se inter-relacionam as camadas, e finalmente como se exprime a dominação de grupos e camadas, e finalmente como tudo isto compõe a sociedade global, fazendo ressaltar conflitos que podem agitar subrepticamente e por isso quedar ignorados.

A realização destas entrevistas foi uma experiência singular, que abriu espaço para que eu fizesse interpretações e criasse minha narrativa em diálogo com as daquelas

⁷ O Grupo de Estudo Imaginário foi coordenado, em 2004-2005, pelas Professoras Doutoras Cléria Botelho da Costa e Nancy Alessio Magalhães e composto pelos seus orientandos de Mestrado e Doutorado.

pessoas que tiveram suas terras desapropriadas. Isto significa lidar com uma possibilidade de produção histórica que não desafetiva os acontecimentos, não é indiferente à dor do homem singular e “não dualiza história individual e história coletiva, pois conjuga o passado (subjeto) com o choque atual.” (MATTOS, 2001, p. 14)

TEMÁTICA, OBJETO DE ESTUDOS E OBJETIVOS

Pesquisar a temática das experiências com o processo de desapropriação de terras da *nova*⁸ capital, por meio do trabalho desenvolvido pela Comissão de Cooperação para Mudança da Nova Capital, no período de atuação dessa Comissão (1955 - 1958), foi o objeto de estudo desta dissertação.

A Comissão nomeada pelo então governador de Goiás, José Ludovico de Almeida⁹, tinha como objetivo apressar o processo da mudança da capital para uma região demarcada, previamente, no território daquele Estado. Mesmo antes da posse de Juscelino Kubitschek¹⁰, ainda em dezembro de 1955, a Comissão de Cooperação já havia realizado a primeira desapropriação. (SILVA, 1999, p. 102).

⁸ Nesta dissertação, emprego em itálico as expressões *nova* e *novo* quando utilizo-as para caracterizar capital ou distrito federal. Faço isto para diferenciá-las tendo em vista que muitos dos autores por mim citados ao longo do texto utilizam estes adjetivos como nomes próprios para se referirem a Brasília, antes dessa cidade ser oficialmente assim denominada. Procedo desta maneira porque ao articular o passado no presente, interpreto que a concepção do processo de transferência desta capital é antiga e não somente nova. O antigo assim torna-se atual.

⁹ A **Comissão de Cooperação para a Mudança da Nova Capital** teve como objetivo realizar o processo de desapropriação das terras do Estado de Goiás, onde seria construída Brasília. Sobre a Comissão, vale esclarecer que foi instituída pelo Governador de Goiás, através do Decreto nº 1258, sendo empossada, solenemente, em 8 de outubro de 1955, no Palácio das Esmeraldas. A necessidade de criá-la surgiu em decorrência da recusa do Presidente da República, Café Filho, em declarar a área do chamado novo Distrito Federal, selecionada pela **Comissão de Localização da Nova Capital**, como área de utilidade pública para fins de desapropriação. Esta Comissão havia sido criada em 1948 e, naquele momento (1953), era dirigida pelo Marechal José Pessoa, o qual, diante dessa recusa de Café Filho, recorreu ao Governador de Goiás. Este último, não só fez a declaração de utilidade pública da área em abril daquele mesmo ano (Decreto nº 480), como também resolveu, alguns meses depois, criar a Comissão de Cooperação, cuja constituição original foi a seguinte: Altamiro de Moura Pacheco como presidente e Dom Abel Ribeiro Camelo como vice-presidente; além destes, como membros estavam o jornalista Jaime Câmara, o Dr. Aníbal Jajah, o Dr. José Bernardo Félix de Sousa e o agrônomo Joaquim Câmara Filho. (PACHECO, 1975, p. 86 a 87). Foram nomeados dez membros com diferentes profissões. No capítulo 4 desta dissertação analiso esta composição.

¹⁰ Juscelino Kubitschek de Oliveira, ou simplesmente JK, teve sua carreira política iniciada no estado de Minas Gerais foi deputado federal constituinte por aquele estado de 1933-1937; depois foi nomeado prefeito de Belo Horizonte de 1940-1945; na sequência foi deputado federal constituinte eleito de 1945 a 1950 e o governador eleito de 1950 a 1955. Candidatou-se à Presidência da República e foi eleito exercendo o mandato de 1956-1961. Em 1961, foi eleito senador por Goiás e “articulou retornar à Presidência, mas o golpe de Estado de 1964 interrompeu seus planos e JK perdeu o mandato e foi exilado”. (LASSANCE, 2003, p.71).

O objetivo dessa Comissão de Cooperação era desapropriar as terras das fazendas que compunham o território escolhido para ser o *novo* Distrito Federal, tarefa nada simples por mais que a vinda de uma capital fosse automaticamente vista por alguns como um bom argumento para que as famílias concordassem em vender suas terras ao governo federal. Deixar de ter posse daquelas terras, que significavam muito nas suas vidas envolveria perdas, além das econômicas. Aspecto abordado por Magalhães (2001, p. 11) quando narra sua experiência ao entrevistar o Sr. Arcelino¹¹, que com sabedoria de camponês migrante, passou sua concepção do caráter sagrado da terra e do amor materno, afirmando “[...] tem que dar um valor tão grande à terra, que é um mistério da vida, que não dá nem para imaginar. Mesmo que ela tenha um preço, a terra nunca é bem paga, pelo que pode oferecer a todos nós.” Em uma outra interpretação a autora resume o pensamento do Sr. Arcelino “Através da terra, renasce a vida, e com ela pode-se alimentar as crianças, a chave do mundo. Não se pode desfazer da terra, porque em cima dela se vive, tem o que se comer”. (MAGALHÃES, 2004b, p. 202).

Em Bakhtin (1999, p. 54), encontrei algo consoante ao salientar que, na literatura de Rabelais, a terra é considerada como capaz de fazer do putrefato nascer o novo, apresenta um caráter sagrado, é lugar onde costumes são adquiridos, onde estão enterrados nossos antepassados, o que nos faz perceber “[...] uma continuidade cósmica que nos liga e nos torna tributários dos que nos precederam”. Isto, em grande parte, justifica o apego que percebi na fala do Sr Antônio Zuzu Guimarães, um de meus entrevistados que, logo na primeira pergunta que fiz a ele, respondeu-me: “Eu nasci aqui mesmo no Distrito Federal, em 1912, e meu pai nasceu dentro do Distrito, meu avô nasceu dentro do Distrito Federal e meu bisavô também, agora eu nasci na fazenda, só mudei pra Formosa depois que fui desapropriado [...]”¹²

Após considerar o significado da terra como mistério da vida, como raiz que nos liga aos nossos antepassados, entre outros, conforme sugerem as referências citadas acima, procurei buscar ainda outros significados que poderiam ampliar a compreensão do meu objeto de pesquisa. Inclusive, como abordarei adiante, ao longo desta dissertação, não deixo de considerar que, para algumas das pessoas que entrevistei, o valor econômico da terra se sobrepõe a outros.

¹¹ Em seu artigo, Magalhães (2004b, p. 217) informa que o senhor Arcelino R. do Amaral era um dos camponeses migrantes por ela entrevistado em pesquisa que realizou junto a posseiros em Garantã do Norte, Estado do Mato Grosso.

¹² Entrevista realizada em 20/04/2005.

A Comissão de Cooperação teve que desapropriar terras do estado de Goiás que tinham na atividade agrícola sua base econômica. Historicamente, tal assertiva se justifica na medida em que, como afirma Bertran (1988, p. 49), após impactos econômicos diversos em Minas Gerais e no Nordeste (início do século XIX) ocorreram seguidos deslocamentos populacionais para o Centro-Oeste, reforçando e ampliando, nesta região, a atividade agrícola e pecuarista.

Cabreira (2001) estudou como se intensificam estes deslocamentos populacionais, responsáveis pela ocupação de Goiás, a partir da década de 1920. A autora analisou a importância da migração rural-rural de Minas Gerais para esse Estado e a dinamização gerada em sua economia em decorrência desta. Possível atrativo para esta migração era de que terras em Goiás seriam mais baratas que em Minas. Dentro deste meu estudo isso é importante, pois tal demanda interfere, entre outras, na percepção do valor das terras em Goiás, assunto que discuto no capítulo 4 desta dissertação. Portanto, vão se configurando relações sociais e históricas que se tornam complexas à medida que a década de 1950 se aproxima. Cabreira (2001, p. 53 e 54) acentua que:

[...] também as relações de poder articulavam-se local e nacionalmente e repercutiam nas zonas rurais. Possuir muita terra era obrigatório para ter poder, mas não era suficiente, precisava-se de outros atributos: muitas famílias trabalhando nas fazendas para garantir maior excedente e, sobretudo, articulações familiares e políticas que transcendiam a zona e as vezes a região. As violências estavam localizadas e a terra, ainda que marcasse diferenças entre as famílias não era o objeto principal dos conflitos. Antes da entrada da tecnologia esta somente ganhava valor se vinha acompanhada da força de trabalho[...]

Durante esta minha pesquisa tive em mente entender, um pouco mais, parte dos significados de se ter a posse da terra e, mais especificamente, da perda dela. Na abordagem da temática em questão, almejei também compreender por dentro impactos destas experiências, tanto nos sujeitos responsáveis pelas desapropriações como nos que as sofreram.

Com estes últimos, tento estabelecer, nas entrevistas, diálogos que favoreçam a emergência de memórias ligadas à experiência de perder, de certo modo, suas terras, pois, apesar de terem sido indenizados, é a perda da terra enquanto rompimento de

referências e do meio de compartilhar experiências com seus antepassados, que parece não ter compensação. Nos registros feitos pelo Presidente da Comissão de Cooperação, busquei elementos por ele utilizados para justificar sua ação de desapropriar outros proprietários, os quais, assim como ele próprio, muito possivelmente valorizavam muito suas terras e tinham forte apego por elas.

Nessas entrevistas, constatei uma diferença bem visível entre proprietários desapropriados: uma parte diz-se satisfeita por ceder suas terras para a realização de um sonho secular que era a construção de Brasília. Neste grupo está o senhor Jorge Pelles, proprietário da Fazenda Bananal, que, segundo seus descendentes¹³, nunca reclamou de ter sido desapropriado. Já no grupo dos insatisfeitos, encontra-se o senhor Antônio Zuzu Guimarães, a quem já me referi anteriormente, um dos proprietários da Fazenda Barra Alta, que ficava na área de Formosa, que se sentiu arruinado com essa situação. Eis um trecho da entrevista:

Darcy: Seu Zuzu, qual o sentimento que ficou?

Zuzu: Todo mundo tem sentimento, perdeu tudo que tinha, ficou com a mágoa (risos).

Darcy: Todo mundo da família?

Zuzu: Não só eu e minha família, não! É o sitiante que tinha vinte, trinta alqueires, foi morar numa vila em Formosa, nos bairros, em Brasilinha com vizinhança. Foi sem sentimento, foi perder tudo que tinha. Que o dinheiro não dava pra comprar nada.

Darcy: Hum, é...

Zuzu: Por isso que Jucelino morreu trucidado porque fez muita maldade. Não foi ele, mas foi ordem dele.

(Entrevista em 20/04/ 2005).

Outra contradição, cuja interpretação merece ser aprofundada, tornou-se uma questão importante neste meu estudo. De um lado, a mudança da capital brasileira para Goiás era justificada por um discurso favorável à mesma, como necessidade de ocupar um vazio, o que pode ser observado no trecho em que Silva (1999, p. 133, grifos do autor) narra a primeira visita de JK à área do *novo* Distrito Federal em outubro de 1956:

O presidente e nós todos fomos até o Cruzeiro e depois para a fazenda do Gama onde, em companhia da família que ali residia, tomamos um cafezinho cercados de leitões e galinhas. A alegria nos invadia a alma: uma nova capital seria construída para o Brasil, partindo do NADA, do absolutamente NADA.

¹³ A afirmação é reiterada algumas vezes nas duas entrevistas, com o filho William Jorge Pelles, em 17/05/2005 e com o neto José Eduardo em 26/04/2005,

Por outro lado, a própria necessidade de criar a Comissão de Cooperação para realizar trabalhos de desapropriação demonstrava que havia, sim, a quem desapropriar e que esta seria uma tarefa delicada, difícil e básica para o início da construção dessa *nova* capital. Nos registros deixados pelo presidente dessa comissão, ele relata que, ao finalizar suas atividades, havia desapropriado “mais de um terço do Novo Distrito Federal”. (PACHECO, 1975, p. 162). Contudo, segundo Bueno (1990, p. 23), a não conclusão destas desapropriações naquele momento, no ímpeto inicial, seria a causa da atual configuração fundiária do Distrito Federal¹⁴, onde persistem indefinições e problemas ligados à propriedade da terra¹⁵.

Problemas decorrentes dessa situação fundiária rendem constantes notícias na imprensa local. O caso da ex-colônia agrícola de Vicente Pires vem sendo apresentado em capítulos desde meados de 2005. Esta área pertence ao governo federal e tem destinação para atividades rurais, mas está ocupada com quase 300 condomínios irregulares; o Governo do Distrito Federal é responsável pelas questões urbanísticas, estruturais e pela fiscalização de áreas com ocupação urbana. Para autorizar a legalização, o Governo Federal faz exigências de melhoria da infra-estrutura de forma a respeitar os mananciais de água da área. Acordos que visem sair desses impasses são demorados e afetam a vida de uma população de 27 mil pessoas que não foram impedidas de ocupar a área, desde o início, pelo governo local. (BRANDIM, 2005, p. 23). Devo ainda ressaltar, que esta área fazia parte da fazenda Vicente Pires, que entrou no recorte da minha pesquisa, portanto, este assunto será retomado no capítulo 3.

Até aqui procurei deixar claro como a escolha desse tema se relaciona com minha experiência pessoal e profissional e como, em função disto, inquietam-me os envolvimento que estão implícitos na posse da terra, de como aquele momento do passado, durante o qual a Comissão de Cooperação atuou, ainda é presente na complexa situação fundiária em que estão imersas as terras do Distrito Federal.

A partir deste momento, apresento algumas das principais questões que nortearam este estudo, cujo objetivo maior é, contribuir na ampliação de perspectivas de compreensão dos processos históricos-culturais complexos envolvidos na criação de

¹⁴ Analiso esta afirmativa do Senador Jerônimo Coimbra Bueno no capítulo 4.

¹⁵ De acordo com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) de 1997 da CODEPLAN, existem quatro tipos de situação de terras no DF – terras públicas desapropriadas, 51,36%; terras particulares, 33,28%; terras parcialmente desapropriadas ou em comum, 8,53% e as com desapropriações em andamento, 6,83%. Este ano está ocorrendo a revisão deste PDOT, com atraso, pois é prevista que ocorra a cada sete anos. Informações obtidas em consulta ao site: www.pdot.seduh.df.gov.br. Acesso em 07 jul.2006.

Brasília, através de análise de alguns aspectos que envolveram as desapropriações de terras.

Questões:

1. A escolha de Altamiro Pacheco - médico e grande proprietário de terras - fez diferença para o sucesso das primeiras desapropriações?
2. O início das obras de construção de Brasília influenciou no andamento das desapropriações?
3. Seria possível estabelecer ligações entre a atual situação fundiária do Distrito Federal e a não conclusão das desapropriações, logo no início da construção dessa cidade, como pretendia a Comissão de Cooperação?
4. Predominou o consenso ou a diferença, entre o grupo que representava os interesses de Goiás e o grupo que representava os interesses do Governo Federal, durante as primeiras providências para o início da construção de Brasília?

Ao explicitar estas questões penso cada vez mais na impossibilidade de esgotá-las; o inverso não poderia ser minha pretensão. Procurei trabalhá-las a partir de objetivos mais pontuais como estes a seguir:

1. Interpretar as narrativas contidas nas imagens fotográficas em torno do trabalho da Comissão de Cooperação;
2. Interpretar projetos diferentes em torno da criação de Brasília;
3. Compor um recorte do cotidiano da região à época das desapropriações a partir de diferentes fontes;
4. Analisar a composição da Comissão de Cooperação;
5. Analisar quem foi Altamiro de Moura Pacheco;
6. Interpretar nas falas de proprietários, ou nas de seus descendentes, significados da desapropriação;
7. Elaborar um histórico do surgimento da Comissão de Cooperação.

Estruturei esta dissertação em quatro capítulos. No capítulo 1, discutirei alguns pressupostos teóricos e metodológicos que orientaram esta pesquisa. Na busca desses referenciais, dialoguei com autores que pensam cultura, memória e história e narrativa. Entre eles destaco Thompson, Bakhtin, Samuel, Ricoeur e Benjamin. Analiso, no meu trajeto de pesquisa, o acesso às várias fontes, especialmente, como foi construir um retrato narrado, por meio de fontes orais, e um retrato visual, por meio de fotografias, acerca do trabalho da Comissão de Cooperação.

No capítulo 2, analiso como alguns projetos diferentes, de construção da sociedade brasileira, configuram-se em torno da criação de Brasília. Também, por meio de um histórico de idéias e das ações concretas, que desde 1891, ocorrem em prol da transferência da capital para o interior do país, procuro evidenciar a alternância de momentos de maior ou menor entusiasmo no intuito de viabilizar esta transferência.

No capítulo seguinte, apresento a situação das três propriedades, por mim selecionadas dentro do recorte da minha pesquisa, no momento da desapropriação. Faço uma análise considerando tais propriedades como espaços culturalmente significados pelas pessoas que entrevistei, seus ex-proprietários ou descendentes. Interpreto, ainda, temas que identifico como desdobramentos das entrevistas por mim realizadas, em que obtive mais riqueza de elementos para análise, são eles: como foram informados sobre a desapropriação; o sentimento que ficou, após sua ocorrência, tanto neles como em suas famílias; se percebem Brasília como um sonho realizado e se acreditam que a construção de Brasília foi melhor para Goiás ou para o Brasil como um todo.

No último capítulo, analiso parte da situação fundiária encontrada pela Comissão de Cooperação na área que iria desapropriar, a composição desta Comissão, porque seus membros foram escolhidos, quem foi seu presidente e a importância que é atribuída, em sua biografia, ao fato de haver participado do processo de criação de Brasília. Avalio também dificuldades na realização das desapropriações e outros aspectos de uma disputa entre dois grupos com interesses e estratégias de atuação distintas, no processo de transferência dessa capital.

CAPÍTULO 1

MOLDURA E RETRATOS

1.1 MOLDURA TEÓRICA

O quadro teórico com que busco manter diálogo para tecer a presente narrativa foi construído a partir de exigências dos próprios dados levantados durante minha pesquisa. Este foi um processo acompanhado de cortes, recortes, de escolhas que se processam em cada etapa do mesmo. Ao fazermos este diálogo com a teoria é como se entabulássemos várias conversas, mas também como se escolhêssemos ficar com aquelas que acreditamos mais profícuas em relação ao nosso objeto de estudo. Dizendo de uma outra maneira, desenhamos um campo dentro do qual vamos manter este diálogo, uma determinada moldura (flexível) onde o mesmo será construído.

A opção de utilizar a metáfora da moldura no título deste capítulo teve origem em outras semelhantes, que diziam respeito à mesma idéia que desejo expressar. Lembrei-me, mais especificamente, de Ginzburg (1987, p. 25) quando fez uso da metáfora da jaula que reproduzo a seguir: “Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro qual se exercita a liberdade condicionada de cada um”.

O autor nos fala de um moleiro, no entanto, isto vale para nós, demais historiadores, ao lidarmos com a escolha de nossas fontes e teorias. Escolher implica em eliminar, não há neutralidade, e, no momento em que ocorre, tal escolha configura-se uma moldura. Esta pode ser ampliada, por outros vestígios, de acordo com a erudição, ou ainda de acordo com a sensibilidade do historiador - entre outros fatores, muitos dos quais, por vezes, escapam ao nosso controle - mas, ainda assim esta moldura permanece.

Percebi, ao longo desta pesquisa, que diálogos seriam proveitosos com aqueles autores - aos quais me referirei oportunamente - que escolheram trabalhar com cultura. Eles são referência e referendo ao mesmo tempo. Suas reflexões se apresentam como “um jorro de possibilidades” (BACHELARD, 1985, p. VII).

Para Geertz (1989, p. 17), a cultura auxilia-nos a “ganhar acesso ao mundo conceptual no qual vivem nossos sujeitos” e, considerando a disseminação de tais conceitos entre historiadores, Burke (2000, p. 35) aponta que, de Thompson a Chartier,

“[os historiadores] foram muito bem sucedidos ao revelar a inadequação das explicações materialistas e deterministas tradicionais do comportamento individual [...]”.

Thompson revela esta inadequação quando considera que tais explicações materialistas acabam por transformar “esta criatura social infinitamente complexa em uma outra que golpeia espasmodicamente suas mãos no estômago e responde a estímulos econômicos elementares” (THOMPSON, 1984, p. 65 apud GODOI, 1999, p. 49). Este historiador rejeita este reducionismo e crê que tais explicações dão por concluída a investigação, exatamente, quando ela adquire verdadeiro interesse sociológico. (1999, p. 49).

Este tipo de percepção e a forma como conduziu seu estudos fizeram de Thompson, efetivamente, uma referência para outros historiadores¹⁶. O seu estudo sobre os motins de subsistência dos pobres da Inglaterra no século XVIII é exemplar neste sentido. Neste, ele desenvolveu a noção de “economia moral”, que Godoi (1999, p. 50) define como “um conjunto de normas e obrigações recíprocas, idéias de justiça e bem estar social, enfim uma ética a orientar a ação dos indivíduos de comunidades relativamente pequenas e integradas[...]”.

Este historiador desenvolveu tal noção ao buscar compreender melhor o universo em que estavam imersos os sujeitos de sua pesquisa, trabalhadores de uma classe social bastante diferenciada daquela dos sujeitos com os quais eu me relacionei durante este estudo. Guardadas as devidas proporções de amplitudes entre pesquisas e objetos, tempos e espaços diferentes, observei que, também era possível detectar, no contexto por mim estudado, alguns pressupostos que poderiam compor uma “economia moral”.

Thompson (1984, p 78 apud Godoi, 1999) interpretou que, foram valores, construídos há muito, numa vida em comum, num cotidiano onde trabalhadores desenvolviam solidariedades e barganhas, numa “economia de provisão”, o motivo da destruição dos moinhos para impedir que o preço do trigo aumentasse deixando as pessoas sem pão. Para aquelas comunidades, “[...] parecia antinatural que um homem se beneficiasse das necessidades do outro” e que [devido a isso] deviam ser afastados os “imperativos morais intrusos” de uma economia de mercado.

Com relação ao contexto que estudei, foi possível identificar, durante a interpretação de alguns relatos que, em Goiás, durante o final da década de 1940 e início da década de 1950, havia uma ética em relação a um aspecto específico: o desejo que

¹⁶ A antropóloga Godoi (1999) recorre a esta referência, ao pesquisar com camponeses de uma das regiões do Piauí. Trato mais de sua pesquisa no capítulo 4.

ocorresse a vinda da capital federal para seu território. Pude perceber, com pontos de aproximação com a idéia de “economia moral”, que uma lógica subjazia influenciando nas atitudes de parte daquelas comunidades quanto aos assuntos referentes à transferência da capital. Esta lógica pôde ser observada na forma de agir, de alguns de seus membros, ou seja, “pelos costumes e pela cultura”. (GODOI, 1999, p. 49).

Goiás separou-se de São Paulo em 1744 e, após 1889, tornou-se um dos estados da federação brasileira, sob um forte sistema oligárquico estruturado, principalmente, até 1930 (FERREIRA, 1998, p. 77). As famílias que compunham este sistema, por motivos econômicos e políticos, queriam e precisavam ampliar seu raio de influência em relação às outras unidades da federação. Viviam num espaço geograficamente distante de centros maiores - o que as aproximava. Desenvolviam disputas internas pelo mando – o que, nesta pesquisa, não pude aprofundar – mas, simultaneamente, construíam relações de solidariedade em experiências de uma vida cotidiana que metabolizava muitas contradições. Brigavam por política, e até casavam os filhos¹⁷, que vão ter infâncias e juventudes compartilhadas em suas comunidades locais ou quando iam estudar fora. Famílias mais abastadas costumavam enviá-los para o Rio de Janeiro ou São Paulo¹⁸ no intuito, inclusive, de capacitá-los para a carreira política.

Agindo em consenso ou separadamente estas famílias almejavam a vinda da capital federal para seu território. Assim, acreditavam que o poder viria para perto, e o desejo de que isto ocorresse vai reger muitas ações de grupos, ou até de indivíduos, desta região. A forma como isto ganhou visibilidade durante a minha pesquisa revelou que esta economia interna, em Goiás, tinha, sim, a força e lógica de uma “economia moral”.

Em alguns momentos do meu estudo fui levada a ficar imaginando como tais coisas ocorriam; em outros, as fontes foram mais explícitas. Assim, quando analisei as relações entre Americano do Brasil, que foi deputado federal por Goiás, e Pacheco¹⁹, Presidente da Comissão de Cooperação, de certo modo minha imaginação foi exercida a partir dos vestígios que investiguei. Americano foi o autor do projeto de lei que resultou na implantação da pedra fundamental da nova capital, em 1922. Os dois foram sócios de uma farmácia na juventude e, pelo fato de serem parentes, devem ter tido uma convivência que permitiu que esse deputado inteirasse Pacheco a respeito de assuntos e

¹⁷ Ribeiro (apud CHAUL, 1988) fez um interessante estudo em que abordou estratégias matrimoniais da família Caiado e como, a partir delas, as alianças políticas se davam para manutenção e ampliação de seu poder em Goiás.

¹⁸ Registros disto encontrei em Ribeiro (1998), Zats (1985) entre outros.

¹⁹ Falo sobre uma atividade política de Americano do Brasil no capítulo 2 e faço observações quanto a este parentesco no capítulo 4.

dificuldades referentes à transferência desta capital. Este envolvimento, dentro da esfera familiar, com tal idéia, talvez tenha incentivado Pacheco mais tarde, a aceitar a presidência da Comissão de Cooperação, a despeito da idade avançada e de ser rico e poder usufruir confortos que tal cargo o privaria.

Uma vez mais esta “economia moral” pareceu-me visível durante minha análise da entrevista, concedida em 1990, pelo senador Jerônimo Coimbra Bueno ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal²⁰. Este senador conduziu sua vida pública transitando por situações que o levaram a utilizar-se de laços familiares ou de amizades. Nesta entrevista, concedida já na maturidade, revelou a força destas na condução de suas atividades profissionais e políticas. Aceitou construir Goiânia por amizade a Pedro Ludovico,²¹ de quem tornara-se amigo desde Rio Verde-GO, onde nasceu.

Muito possivelmente, o fato de ter participado da empreitada de construir Goiânia, fez Bueno interessar-se em trazer a capital federal para terras de Goiás. Ele afirmou que este passou a ser o principal objetivo de sua carreira política e vai envolver-se com várias atividades visando a atingi-lo. Posso aqui ressaltar um momento da atuação deste senador quando, por ter relações de amizade com o General Agnaldo Caiado de Castro, chefe do Gabinete Militar de Getúlio Vargas, de 1950 a 1954, pode tomar para si a condução de decisões fundamentais sobre a transferência da capital. Bueno deixa muito claro que eram amigos desde rapazinhos em Goiás e que se hospedava na casa da família Castro sempre que ia ao Rio de Janeiro. (BUENO, 1990).

Ainda antes de iniciar esta pesquisa, a maioria dos estudos a que tive acesso, ocupa-se em mostrar o que representaria a vinda da capital sob a ótica de interesses de fora, e não sob a perspectiva daqueles gestados em Goiás. Evidenciam influências da geopolítica com raízes que remontariam a Maquiavel. São ressaltadas vantagens de uma capital localizada no centro do território, discutem também como essas influências foram re-elaboradas no Brasil, no romantismo do século XIX, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro²². Contudo, internamente, para os grupos de Goiás, a efetivação da

²⁰ BUENO, Jerônimo Coimbra. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, 34 p. Entrevista concedida a Luis Carlos Lopes Aproveito para ressaltar que, ao longo desta dissertação, irei me referir a este senador apenas como Bueno ou como senador Bueno.

²¹ Pedro Ludovico Teixeira como interventor federal, nomeado em 1930 por Getúlio Vargas, foi o criador de Goiânia. Em 1932, instituiu uma comissão para estudar um sítio que fosse apropriado à construção de uma nova capital para Goiás. A construção foi iniciada em 1933 e, em 1942, inaugurada oficialmente. Com a queda de Getúlio Vargas em 1945, ele candidatou-se e foi eleito senador. Cinco anos depois voltou eletivamente ao cargo de governador derrotando Pacheco na disputa, questão que retomarei no capítulo 4.

²² Constatei interpretações destas idéias, especialmente, em Visentini (1987) e Hoslton (1993).

vinda da capital, vai exigir ardis diversos, tais como: fazer-se colaborador; reconhecer a autoridade submetendo-se, aparentemente, ao comando do outro; contentar-se em não aparecer na cena histórica; manter-se por perto e saber o que acontecia e influir nas brechas deste outro poder de fora, evitando sempre que possível, como diria Thompson (1984, p. 79 apud GODOI, 1999, p. 49), “imperativos morais intrusos”.

No final dos anos 50, a despeito de tudo que representantes de Goiás, como o senador Bueno, já haviam conseguido de avanço para efetivação do desejo da chegada desta capital, foi necessária a entrada em cena de Juscelino Kubitschek. Este presidente chega com poder eletivo - um imperativo moral intruso - que não vinha somente de Goiás. Juscelino Kubitschek era, ao mesmo tempo, acessível, por conta da meta síntese do seu governo, e possivelmente percebido por alguns daqueles representantes como fora do alcance daqueles códigos da “economia moral” estabelecidos internamente em Goiás.

Os aspectos do trabalho de Thompson (1984 apud Godoi, 1999) que acabo de salientar ligam cultura à experiência – experiência que pode ser captada de forma indireta, por meio de uma interpretação que é subjetiva à vida das pessoas em uma outra época. Ao fazê-lo, este autor capta o cotidiano dessa outra época, e isto me interessou sobremaneira em seu método de interpretar dados pesquisados. Serviu como estímulo para que eu buscasse nas falas das pessoas que entrevistei e nas outras fontes com as quais lidava, que condutas pessoas criaram e criam diante daquelas experiências em torno de desapropriações, quais significados e sentidos podem ser captados naquele processo.

O que mais me despertou a atenção na palestra de Meirelles (1997) – a que provocou meu interesse inicial sobre a Comissão de Cooperação - foram, assim por ele denominados, os *causos* sobre o pitoresco ocorrido durante as atividades cotidianas desta Comissão. Resumidamente, contou que Pacheco montou um escritório em Luziânia e de lá saía, com sua equipe, todas as manhãs, para fazer um trabalho de convencimento junto aos fazendeiros, para que vendessem as terras destinadas à *nova* capital. Eles passavam o dia nestas fazendas. A equipe que os acompanhava, sabendo do prestígio de Pacheco, e da “hospitalidade das famílias goianas”, dava um jeito de chegar à cozinha preferências alimentares desse médico. Falavam em voz alta: - “O Dr. Altamiro gosta de leitão a pururuca, frango ao molho pardo, de laranjaoura..., e certamente na hora da refeição estes regalos estavam à mesa e o saco das laranjas pronto para que levassem com eles. E o Dr. Altamiro totalmente inocente...”.

Chamou minha atenção o número de vezes que Meirelles, em obra publicada no ano de 1978 (p. 11 a 17)²³, se refere ao fato de Pacheco ser médico. Isto demonstra que aquele título do presidente da Comissão de Cooperação era, no contexto histórico-cultural de atuação dessa comissão, valorizado e divulgado pelos outros seus membros, os quais, em sua maioria, eram juristas.

Buscar elementos que saltam deste cotidiano nas narrativas com as quais estou lidando, tanto nas que têm como foco a ação de dirigentes dessas desapropriações como nas dos que tiveram suas terras sujeitas a esse processo, deram-me elementos para compreender e interpretar experiências de tempo e espaço criadas em parte pelas relações entre essa Comissão de Cooperação e os que seriam desapropriados. Embora tenha consciência de que isto não é tarefa simples.

A propósito, Burke (2000, p. 24) ao citar Elias, salienta que a noção de cotidiano é menos precisa e mais complicada do que parece, distinguindo oito significados atuais para o termo, que abrange desde a vida privada até o mundo das pessoas comuns. Burke continua afirmando “que é difícil descrever ou analisar a relação entre as estruturas do cotidiano e a mudança. Visto de seu interior, o cotidiano parece eterno e o desafio para o historiador é mostrar como ele de fato faz parte da história”.

Pensando ainda nesses aspectos do cotidiano em que estava envolto o trabalho dessa comissão, tenho outra hipótese: será que o dia-a-dia da grande obra da construção de Brasília, intensificada desde fins de 1956, (SILVA, 1999, p. 183) também contribuiu para a não conclusão das desapropriações? Afinal, como afirmou Leuillot, cotidiano é também:

[...] aquilo que nos é dado a cada dia [...] nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma pressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos ao despertar é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. **O cotidiano é aquilo que nos prende inteiramente a partir do interior**”[...]

(CERTEAU apud ZACCUR, 2003, p. 178-grifo meu)

Pacheco, grande proprietário de terras, foi o escolhido para a missão das desapropriações, pelo Governador de Goiás, que parece ter tido razões específicas. Marques (2005, p. 09), em recente publicação, faz as seguintes colocações que fornecem-nos elementos para compreensão da personalidade desse presidente da Comissão de Cooperação:

²³ Tive oportunidade de deparar-me com o caso acima referido na palestra proferida em 1997 e também no livro de autoria do próprio Meirelles (1978).

Juca Ludovico faz a história avançar, chama aos procuradores Jorge de Moraes Jardim e Segismundo de Araújo Melo e estes propõem que fossem chamados os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás favoráveis ao movimento mudancista para buscar uma solução jurídica. As discussões arrastam-se até as 3 horas da manhã do dia 1 de maio e decide-se pela criação da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal e, numa manobra política magistral, Juca Ludovico nomeia para presidir a Comissão o médico Altamiro de Moura Pacheco, prócer da União Democrática Nacional (UDN) em Goiás, manobra que Juscelino Kubitschek iria repetir em 1956, ao nomear Íris Meinberg para a primeira diretoria da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap)”.

Cumpram ressaltar que Rodrigues (1990, p. 12,13), tem uma outra análise sobre o motivo da nomeação de Iris Meinberg para a diretoria financeira da NOVACAP. De acordo com esta análise, ela teria ocorrido mais pelo poder de pressão da UDN, com Emival Caiado como negociador, do que por manobra de Juscelino Kubitschek.

Proporcionou-me verdadeiro *insight* a leitura de Bakhtin (1999) de quanto considerar a experiência pode ser um diferencial. Este autor nos revela aspectos das ligações de Rabelais com o seu lugar, o vilarejo Chinon na França do séc. XVI, observando a importância que teve, para os estudiosos de sua obra, a localização da casa onde ele nasceu próximo a Chinon, na fazenda Devinière, que ainda existe. A modesta casa da família Rabelais dispunha de uma lareira, “diante da qual estava de pé o bom Grandgrausier, assando castanhas e esperando que estourassem, atizando o fogo com uma vara recurvada na ponta e contando aos seus as histórias dos bons tempos, no momento histórico em que ele vem contar a agressão imprevista de Picrocholle”. (BAKHTIN, 1999, p. 390). A partir dessa casa conseguiram verificar e mapear toda a região próxima e muito da compreensão de seu universo literário vem dessas descobertas.

Pesquisar um tema como o da Comissão de Cooperação permitiu-me experimentar uma coisa semelhante a que imagino terem experimentado os estudiosos do universo rabelaisiano. A casa-sede da fazenda Gama, que está dentro do recorte que fiz para pesquisar, ainda existe e pude conhecê-la externamente. Ela fica numa área de propriedade do Brasília Country Club, na saída sul de Brasília. O clube tem um projeto para restaurá-la, e um de seus sócios procurou o IHGDF para obter informações e fotos históricas que referenciassem o mesmo. Na ocasião fui eu quem fez o atendimento e passei a ter curiosidade em conhecer essa casa.

Ao visitá-la, fiquei um bom tempo contemplando-a. Olhando em volta, dá para ver o Catetinho²⁴ e os vestígios da pista de pouso ali construída em 1957. Também se vê muitos pés de manga, que, pela idade, já adoçavam os janeiros dos moradores e vizinhos que ali viviam em 1956. Não pude entrar na casa em virtude das reformas, mas esta, a partir de então, tornou-se o meu parâmetro para imaginar elementos daquele cotidiano, como, as outras residências da época. É como se seu espaço fosse um cenário que dentro da minha pesquisa ganhou outros significados, o que ficará claro mais adiante.

Bakhtin (1999, p. 385 a 419) consegue, no capítulo intitulado “As imagens de Rabelais e a realidade de seu tempo”, tanto quanto em todo o livro, mostrar exatamente como Rabelais foi além de seu tempo, como conseguiu ser universal, falando do seu pequeno lugar, do que via e experimentava de perto.

A leitura de Samuel (1989/90) também influenciou os rumos deste meu trabalho. Este autor aponta dimensões da experiência inglesa deste fazer da história local e oral. Cita, entre outros, o estudo de Spufford (1974) sobre divisões religiosas, no livro Cronstrasting Communitie, quando diz (1989/90, p. 228 a229):

[...] uma construção bem detalhada e pensada da vida em três vilas de Cambridgeshire dos séculos XVI e XVII. Estas divisões religiosas iluminam a classe e a economia, assim nos aproximam da mentalidade e da consciência da época – e das maneiras como as pessoas pensavam, sentiam e se agrupavam. Ou, ainda, ao invés de considerar a localidade por si mesma como objeto de pesquisa o historiador poderia escolher como ponto de partida algum elemento da vida que seja, por si só, limitado tanto em tempo como em espaço mas usado como uma janela para o mundo.”

Ainda nesta mesma obra, este autor enumera vantagens e também cuidados que devemos tomar no terreno da história local, pois pode ocorrer certo entusiasmo por vestígios e simpatia pela luta de seus antepassados - “um mero rabisco pode acender a imaginação de um historiador local” (1989/90, p. 219). Lembra ainda como histórias locais podem virar best-sellers (1989/90, p. 229):

[...] não é acidental que tantas histórias de vilas e paróquias tenham sido escritas por homens e mulheres ativamente engajados [esses historiadores locais estariam utilizando a reflexão acumulada sobre sua experiência de vida?]. [...] As pessoas colocam-se questões e sentem-se ligadas ao lugar de seus antepassados.

Este autor também ressalta como o fazer historiográfico pode ser enriquecido por meio das evidências orais. Isto funcionou para mim como estímulo, pois início das atividades da Comissão de Cooperação ocorreu há quarenta e nove anos e é possível

²⁴ Residência oficial do presidente Juscelino Kubitschek enquanto a cidade de Brasília era construída. O autor do projeto foi Oscar Niemeyer e o nome catetinho uma referência ao Palácio do Catete no Rio de Janeiro. (LASSANCE, 2003, p.61)

encontrar proprietários das terras desapropriadas ainda em condições de fornecer relatos orais. Samuel (1989/90, p. 230) acredita que essa prática permite ao historiador fazer “com o que a pedra de toque se torne a experiência real da vida das pessoas”.

A metodologia da história oral tem sido alvo de discussão por ser cada vez mais utilizada pelas ciências sociais e, principalmente, no campo específico da História. Na mesma linha de pensamento, Magalhães (2004b) nos incentiva a experimentá-la e alerta, ao mesmo tempo, quanto ao que observar no uso das entrevistas orais e das fotografias como fontes: “As fotos, como as entrevistas, são registradas num processo interativo entre diferentes sujeitos, **nós e eles**, mas ambos construindo e reconstruindo interpretações de memórias e histórias”. (MAGALHÃES, 2004b, p. 192, grifos da autora).

A memória da qual faz parte um testemunho oral, uma história de vida, é um terreno que além de subjetivo, é carregado de complexidades, o que na minha recém-iniciada experiência de pesquisa pude constatar. Descendentes de Jorge Pelles, ex-proprietário da fazenda Bananal, demonstraram ter poucas referências do ato da desapropriação, como neste caso específico desta desapropriação houve até uma cerimônia para assinatura da escritura no Palácio das Esmeraldas, em Goiânia, percebi que preciso entender estas memórias pela sua outra face, a do esquecimento que elas contêm.

Pollak (1992), em uma de suas investigações sobre memória, refere-se a outro estudo de um pesquisador, da Alemanha dos anos 30 e 40, em que as datas lembradas pelos entrevistados não eram as marcantes e de graves acontecimentos políticos, mas as de momentos em que a vida melhorou, entre outros, o momento de uma reforma monetária bem sucedida, isso se fixou na “cronologia vivenciada”. Este autor salienta que esta é diferente de uma cronologia linear e seqüencial. Ele pensa que não se trata de uma cronologia falsa ou verdadeira, e sim que existe uma “cronologia plural”. (POLLAK, 1992, p. 209 e 210).

A relação entre memória e história é outro tema que pode ser trazido ao diálogo quando se realiza um trabalho que envolve relatos orais. Novamente Samuel (1997) traz elementos para pensar, ao afirmar que a história e a memória quase sempre são colocadas em campos opostos. Este autor é representante da historiografia inglesa que considera toda memória imediatamente história, diferente da historiografia francesa para a qual toda memória é apropriada e transformada em história. (SEIXAS apud ANSART, 2004, p. 42).

Samuel (1997, p. 43) inicia explicando que esta separação entre memória e história ocorreu em função do “teatro da memória romântica”. Para chegar a essa conclusão, o autor faz uma retrospectiva até a Mnemônica grega de Simonides, em que a ciência da recordação era a base do processo de aprendizagem – “sua mnemônica implicava de preferência uma espécie de cartografia mental na qual o espaço, mais que o tempo, fornecia marcadores significativos, e as qualidades ideais eram situadas simbolicamente”. Afirma, ainda, que na Idade Média isso era concretamente importante em virtude da extensa rede de rotas de peregrinos.

Ainda segundo este historiador, no “teatro da memória renascentista”, “a geometria sagrada tomou o lugar da geografia sagrada. Aqui o ato de lembrar foi conceptualizado como uma espécie de ascensão às estrelas”. (SAMUEL, 1997, p. 43). Os símbolos mais adequados para retratá-lo seriam a pirâmide e a torre, que permitem uma visão do alto, ampliada. Por outro lado, no “teatro da memória romântica”, o símbolo seria um labirinto em que “sua idéia de memória tinha como premissa o senso da perda. Separou o trabalho de memória de qualquer apelo à ciência, designando-a ao invés para o reino do intuitivo e do instintivo”. (SAMUEL, 1997, p. 43 e 44).

Sob essa influência, crê que autores como Halbwachs e Le Goff pensam da mesma forma, o que Le Goff (1990 apud SAMUEL, 1997, p. 44) sintetizou como: “do mesmo modo que o passado não é história, mas objeto da história, assim a memória não é história, mas um de seus objetos e um nível elementar de seu desenvolvimento”. Samuel finaliza com a seguinte assertiva:

[...] a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que, longe de ser transmitida pelo modo intemporal da “tradição”, ela é progressivamente alterada de geração em geração. Ela porta a marca da experiência, por maiores mediações que tenha sofrido. Tem, estampadas, as paixões dominantes em seu tempo. Como a história, a memória é inerentemente revisionista e nunca é tão camaleônica como quando parece permanecer igual”.

(SAMUEL, 1997, p. 44).

Magalhães (2001, p. 89 e 90), acredita que a memória não deve ser “apartada do tempo histórico, [só o é] quando este parece não ter vínculos com o tempo das expectativas de agentes individuais, na busca de objetividade pela história-ciência”. A autora continua dizendo que essa “história-ciência”, envolve a extinção dos sujeitos da ação, “sujeitos nominados, identificados e responsáveis pelas ações relatadas (como na narrativa tradicional, na crônica que precede a historiografia)” e coloca a seguinte questão: “estaria a história regressando [à narração e ao relato] nas suas tendências mais

recentes, quando toma como objetos os sentimentos, valores, os comportamentos, as produções do imaginário?”.

Para responder, essa autora cita Chartier (1988 apud MAGALHÃES, 2001, p. 89) que diz: “são questões que perdem mesmo sentido, quando se reconhece, como Ricoeur, na história, em todas as suas formas, mesmo as mais estruturais, o domínio da narrativa. Mas, há, inegavelmente, diferentes modos de distanciamento nos registros e relatos nas tessituras de narrativas”.

A clareza de que estarei produzindo uma narrativa a partir do diálogo com as fontes orais, escritas e fotográficas que selecionei acerca da Comissão de Cooperação, faz-me ficar atenta ao que alguns autores dizem sobre essas formas de linguagem. As observações de Benjamin (1994, p. 98) sobre a arte de narrar forneceram-me lampejos para que eu buscasse interpretar nestas fontes experiências daquelas pessoas, dando sentido ao que quero expressar através do meu estudo. Como desdobramento, os que entrevistei, como diria Benjamin (1994, p. 197 e 198), trouxeram para mim, através de suas falas, as experiências relacionadas às desapropriações das terras para a criação de Brasília.

Entretanto, as memórias desses entrevistados não são meu principal foco de análise nesta pesquisa. De suas narrativas propus analisar temáticas vinculadas à Comissão de Cooperação e aos trabalhos de desapropriação por ela realizados. Nesse sentido, narrativas produzidas em entrevistas e experiências que vivenciei junto a essas pessoas, em diálogo com demais fontes por mim consultadas, foram fundamentais para delineamento de questões relativas a esta temática, para ampliar a compreensão de outros aspectos que não consegui captar nessas demais fontes (escritas ou visuais) e/ou que nelas pareciam ausentes.

Para concluir esta tentativa de configuração teórica que norteou meu estudo, ou seja, a moldura teórica com a amplitude que consegui nos meus objetivos para o mesmo, ocorre-me lembrar um aspecto da leitura que Ricoeur (1978) fez de Veyne: a noção de intriga acoplada à narrativa.

Para Ricoeur (1978, p. 242), Veyne consegue “[...] a notável vantagem de conjugar um rebaixamento científico da história com uma apologia da noção de intriga”. Eis o que diz ao citar Veyne (1971):

O fato de **figurar numa intriga é o que qualifica um acontecimento como histórico**: ‘Os fatos só existem em intrigas e através delas, onde eles assumem a importância relativa que lhes impõem a história humana do drama’(p. 70). E ainda: **‘Posto que qualquer acontecimento é tão histórico**

quanto um outro, pode-se recortar o campo de acontecimentos com toda a liberdade' (p. 83). [...] **Um acontecimento histórico não é somente o que acontece, mas o que pode ser narrado ou o que já foi narrado** nas crônicas ou lendas. Ademais, o historiador não ficará angustiado por só trabalhar com documentos parciais: **só se faz uma intriga com o que se sabe; a intriga é, por natureza, 'conhecimento mutilado'**.

(RICOEUR, 1978, p. 243, grifos meus)

Ricoeur segue levantando outros pontos da obra de Veyne, que são alentadores para quem, como eu, se propôs compreender a ação de uma Comissão, que atuando num curto espaço-temporal desapropriou terras para uma capital ser construída. Exercitei minha liberdade, ainda que limitada, no diálogo com minhas fontes e com estas noções teóricas que acabo de apresentar. Descobri intrigas e com o que consegui interpretar procurei narrar acontecimentos envolvendo a ação daquela Comissão. Busquei estabelecer ligações disso com outras questões ampliando a moldura pela busca de outros sentidos e significados.

1.2 RETRATOS PARA A COMISSÃO

O meu processo de escolha referente às fontes demandou muitas reflexões no decorrer desta pesquisa, principalmente, em função da opção que fiz em trabalhar com dois tipos delas pela primeira vez: entrevistas orais e fotografias. Esta escolha foi se configurando a partir do estudo das demais fontes, em um movimento onde tudo se articula no processo da pesquisa (VIEIRA, 1989, p. 30).

O objetivo era conhecer mais sobre meu objeto de estudo a partir dos retratos fotográficos que consegui selecionar e dos retratos narrados construídos junto com as pessoas entrevistadas. Vasques (1986, p. 09) discute como esta denominação de retrato, no Brasil, passou a ser sinônimo de fotografia por ser o mais popular dos temas fotográficos. Nesta dissertação utilizo retrato não apenas como fotografia, mas, também, como algo que remete a idéia de que tanto na oralidade como na escrita comunicamos por meio da criação de imagens. Imagens que, conforme discutido por Magalhães (2004a, p. 21), instituem significados:

Qualquer linguagem em nossa proposta de investigação é encarada como modo de expressar e criar o mundo, configurar sentidos da história, temporalidades. A imagem e a oralidade, então, não são simulacro sem vida, instituem significados que podem ser reconstruídos em seus excessos de significação, um legado em aberto. Algo sempre restará para ser interpretado no futuro.

Antes de discorrer sobre estas fontes que compõem, juntamente com as entrevistas que eu mesma realizei, o corpus documental deste estudo, gostaria de

informar que pela natureza da minha atividade profissional no IHGDF, estou em contato com um acervo sobre o tema Distrito Federal que inclui livros, vídeos, CD, documentos, fotografias, palestras e contato pessoal com sócios e pesquisadores que freqüentam esta instituição.

O IHGDF é uma instituição não governamental fundada em 1964. Atualmente conta com 115 sócios acadêmicos; o grupo de sócios é composto, em sua maioria, por escritores e jornalistas, que de maneira geral são pessoas ligadas à cidade desde sua concepção e construção. Três de seus ex-presidentes escreveram sobre a história de Brasília, produzindo obras que utilizei nesta minha pesquisa.

Sua sede, localizada no Setor de Edificações Públicas Sul 703/903, abriga um museu e mantém uma exposição de longa duração dividida em: “antecedentes”, “construção”, “DF hoje” e “JK - O construtor”. Há também uma biblioteca que contém um acervo de livros sobre Brasília, revistas, jornais do período da construção desta cidade, vídeos com eventos como sessões memorialistas, posses de novos sócios e palestras.

Esse contato com sócios e pesquisadores tem sido, para mim, também fonte de conhecimento, devido à experiência de vida dessas pessoas. A atual diretoria tem como presidente o Coronel Affonso Heliodoro dos Santos, que foi chefe de gabinete de Juscelino Kubitschek durante seu mandato presidencial, mas a ligação de ambos, tanto no nível pessoal como no profissional, foi anterior e posterior a esse período. O vice-presidente, Raimundo Nonato da Silva, por sua vez, foi jornalista e criador da Revista Brasília, editada de 1957 a 1964 pela NOVACAP²⁵ para divulgar detalhes da obra, objetivando mostrar, passo a passo, a construção de Brasília.

A seguir, cito algumas contribuições, em termos de fontes de pesquisa, que obtive através de sócios acadêmicos. José Dilermando Meirelles me despertou para o assunto da Comissão de Cooperação, na palestra que apresentou em 1997. Paulo Bertran tinha como patrono²⁶, justamente, Pacheco. Cada patrono tem uma pasta que o sócio deve atualizar com informações sobre o mesmo. Bertran apresentou a biografia escrita por Rosarita Fleury para compor a pasta de seu patrono e, desta forma, tive acesso a esta obra biográfica. Já Adalberto Lassance me indicou a quem procurar para obter informações sobre a documentação da Comissão de Cooperação.

²⁵ Companhia Urbanizadora da Nova Capital.

²⁶ Cada sócio acadêmico do IHGDF ocupa uma cadeira que tem um patrono, aos moldes da Academia Brasileira de Letras. Em caso de morte a cadeira e patrono passarão para outro que será admitido.

O artigo “Os Primórdios de Brasília”, de 1975, que Pacheco²⁷ escreveu para o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGGO) foi enviado por aquele Instituto ao IHGDF num intercâmbio de troca de publicações, que é usual entre os vários IHG(S) de todo o Brasil.

Ernesto Silva²⁸ é membro atuante do IHGDF e já foi seu presidente. Ele foi um dos que escreveu e publicou, em 1970, sua versão sobre a história de Brasília. Escolhi trabalhar mais detidamente com este livro²⁹, pois o mesmo me permitiu fazer um cotejo com aquele artigo de Pacheco. Os dois escrevem como testemunhas de um momento histórico e suas narrativas são carregadas de elementos significativos que podem ser interpretados como criações de sentido nestas relações passado-presente.

Ler estas duas obras, de autoria de Pacheco e de Silva, permitiu-me fazer uma relação com o cronista ideal – aspecto que Ricoeur (1978, p. 208) analisa da obra de Danto (1965) sobre a frase narrativa – que seria:

[...] a testemunha absolutamente fiel e absolutamente certa desse passado inteiramente determinado. Esse cronista ideal seria dotado da faculdade de dar uma transcrição instantânea do que acontece, aumentar de modo puramente aditivo e cumulativo seu testemunho na medida em que os acontecimentos reúnem-se aos acontecimentos.

Ricoeur (1978, p. 209) segue fazendo a ressalva de que a verdade inteira sobre um acontecimento “só poderia ser conhecida depois e freqüentemente muito depois do que ocorreu [...]. Em suma, o que omitimos foi equipar o cronista ideal com o conhecimento do futuro”.

Identifico, nestas obras, de Pacheco (1975) e de Silva (1999), a pretensão destes autores em serem, de alguma forma, esse cronista ideal. Fazem questão de colocarem-se como testemunhas e participantes durante o acontecimento que foi a criação de Brasília, e depois que, digamos, do êxito do empreendimento é que escrevem sobre o mesmo. Em seu livro, Silva (1999) desenvolve sua narrativa até a data de inauguração da cidade e Pacheco mantém, na sua publicação de 1975, aquilo que havia escrito em forma de relatório apenas com o acréscimo de impressões pessoais.

²⁷ Altamiro de Moura Pacheco terá suas ações na presidência da Comissão de Cooperação, em vários aspectos e momentos, analisadas nesta dissertação. Isto será feito a partir de algumas fontes, dentre elas, este artigo que foi publicado na Revista do Instituto Histórico de Goiás em 1975.

²⁸ Nesta dissertação, a partir de agora, me referirei a Ernesto Silva simplesmente como Silva.

²⁹ Trabalhei com a 4ª edição deste livro, de 1999. Entretanto, é importante ressaltar que o texto foi escrito em 1970, cinco anos antes da publicação do artigo de Pacheco na Revista do Instituto Histórico de Goiás.

Analisarei, prioritariamente, em Silva (1999) o período de 1955 a 1958, que coincide com o que Pacheco (1975) também descreve, por ser o período de atuação da Comissão de Cooperação.

Vale ressaltar que trabalhar no cotejo destas duas obras me faz viver um dilema frente ao qual tive que tomar uma atitude que, às vezes, ainda repenso. Como Silva frequenta bastante o IHGDF, creio que poderia, sem maiores dificuldades, entrevistá-lo. Contudo, uma vez que identifiquei uma divergência, entre ele e Pacheco, achei injusto e inadequado ouvir apenas a sua opinião sobre aquela intriga. Pacheco falecido, desde 1996, não poderia fazer a réplica.

Antes de esclarecer melhor meu percurso em busca de um retrato narrado de meu objeto de estudo, explico mais alguns aspectos das fontes escritas aqui consideradas.

O texto escrito por Pacheco em 1975 contém o relatório de suas atividades enquanto presidente da Comissão de Cooperação e me referirei a ele a partir daqui como Relatório de Pacheco ou Relatório apenas - haja vista ser este aspecto do mesmo o que mais utilizarei. Ele pode ser dividido em duas partes:

- 1ª) São impressões gerais contendo avaliação e registro de sua experiência de estar presente no local das desapropriações, durante o funcionamento do escritório móvel de Luziânia em 1956;
- 2ª) Contém o que vou chamar de cartas-relatório, que ele enviava ao governador Juca Ludovico, prestando conta do seu trabalho e de seus auxiliares dos escritórios de Luziânia, Planaltina e de Formosa, de 1957 até setembro de 1958.

Este Relatório, além de informações de trabalho, contém registros subjetivos. Nele, o autor dá vazão aos seus dons de literato, emite opiniões e crenças com certo tom memorialista.

Na biografia escrita por Rosarita Fleury, cujo conteúdo analiso no capítulo 4, é possível identificar muitos elementos para se compreender as atitudes de seu biografado, frente aos trabalhos das desapropriações.

A documentação das três fazendas foi localizada junto a um ex-diretor da TERRACAP³⁰. Para chegar até ele, obtive informações do Professor Adalberto

³⁰ TERRACAP- Companhia Imobiliária de Brasília. Empresa pública do Distrito Federal que foi desmembrada da NOVACAP pela Lei nº 5.861 de 1972, assumindo os direitos e as obrigações, na execução das atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal

Lassance, conforme já relatei anteriormente. Trata-se do Dr. José Gomes Pinheiro Neto, engenheiro agrimensor³¹, que me forneceu cópias de seu arquivo particular. Consegui marcar um encontro com ele, após vários telefonemas nos quais falava apenas com sua secretária, a Sr^a Marlene. Esta intermediava nossa comunicação, levando minhas dúvidas e trazendo as respostas dele. No dia 21/3/2005, liguei para saber se ela, finalmente, teria a resposta sobre como e a quem procurar na TERRACAP para consultar essa documentação. Para minha surpresa, ela tinha a autorização para passar a ligação e, então, falei diretamente com ele.

Nesta conversa expliquei quais fazendas eu tinha interesse em estudar e ele me disse que a documentação produzida pela Comissão de Cooperação não estava agrupada como eu pensava, que havia sido desmembrada por fazenda, que não seria fácil consultar: “- pois eles na TERRACAP dificultam tudo”. A conversa foi longa e ele demonstrou conhecer muito sobre o assunto, ao final anotou o nome das fazendas e disse que iria providenciar cópias de seu arquivo particular. No dia seguinte, a Sr^a Marlene me telefonou informando que as cópias já estavam prontas e que ele queria que eu fosse até lá para me explicar a documentação. O encontro aconteceu no dia 28/03/05 na Secretaria da CODEPLAN³² local onde estava trabalhando na época, levei o gravador e um roteiro, caso ele concordasse em conceder uma entrevista. Ele não concordou, mas ficou envaidecido com a solicitação e tivemos uma longa conversa da qual registrei aspectos que considerei mais importantes, no meu caderno de campo.

Saí deste encontro com muitas informações que pretendo interpretar ao longo desta dissertação e já com as cópias daquela documentação. Consegui ainda que ele me fornecesse pistas de como encontrar os ex-proprietários ou seus descendentes para as entrevistas que realizaria. Através de suas informações pude chegar a um dos ex-proprietários da Fazenda Barra Alta, o Sr. Zuzu Guimarães e aos descendentes de Jorge Pelles, da Fazenda Bananal. Quanto à Fazenda Gama, isso não foi possível, pois não encontrei descendentes de Agostinho de Almeida e Silva morando em Luziânia, conforme ele acreditava.

Depois deste fundamental encontro, telefonei-lhe várias vezes para pedir esclarecimentos e, poucas vezes, depois de muita demora, ele retornava as ligações.

³¹ CREA 1302.

³² Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central. Criada em 1964, pela Lei nº 4.545, é uma empresa pública de direito privado, constituída sob forma de Sociedade por Ações. Implantada em 05 de dezembro de 1966, integra a Administração Indireta do Governo do Distrito Federal, com vínculo à Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação.

Nesse ínterim, ele deixou a CODEPLAN, assumiu uma diretoria na Secretaria de Assuntos Ambientais e Urbanísticos do Governo do Distrito Federal e, a partir de então, minha comunicação com o mesmo tornou-se impossível. Deixei muitos recados e ele me retornou uma última vez, em 19/10/05, quando eu já havia tentado preencher, por outras vias, a falta da entrevista com alguém relacionado à Fazenda Gama. Foi neste telefonema que me autorizou a esclarecer, nesta dissertação, que ele mantinha cópias da documentação no seu arquivo particular por ter sido ex-diretor da TERRACAP e da NOVACAP. Forneceu, ainda, seu CREA e nome completo.

A documentação de cada uma das três fazendas está dividida em um histórico da sucessão de proprietários até a desapropriação, mapas com limites, que utilizo nas interpretações que realizo no capítulo 3 e uma série de pedidos de autorização para a utilização das áreas que pertenceram às mesmas³³.

A forma como consegui acesso à maioria dos que entrevistei, através da colaboração do Dr José Pinheiro, direcionou-me para pessoas que detinham cargos na administração do Governo do Distrito Federal (GDF), caso do próprio José Pinheiro. Estas pessoas não eram fáceis de serem contatadas: falta de tempo, importância do cargo, alegavam enfim não poder, por isto, conceder-me uma entrevista. Estes descendentes, com poderes na administração local, mostram, de certa forma, que estas famílias permaneceram na região onde suas terras foram desapropriadas e que continuam influenciando no destino das mesmas, mesmo indiretamente.

As últimas fontes a que tive acesso foram obtidas na visita que fiz à Goiânia, mais especificamente, à “Casa de Altamiro”. Lá obtive cópias de mapas, livros, jornais, além de original do seu Relatório, e analisei muitas fotos.

1.2.1 UM RETRATO NARRADO

Adotei como um dos primeiros critérios de aproximação, para selecionar as possíveis pessoas a serem por mim entrevistadas, começar com os proprietários

³³ Uma destas solicitações de autorizações que compõe a documentação da Fazenda Bananal é a de criação de um novo setor residencial em Brasília, o Setor Noroeste. A Fazenda Bananal é uma das que compõem meu recorte de pesquisa, e esta solicitação acompanhada da autorização soma uma quantidade grande de páginas. São certificações de cartórios requeridas pela TERRACAP-“Empresa pública criada para suceder a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) na execução das atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal”- solicitando a transferência das terras da NOVACAP (sob domínio da União) para ela. Estas certificações são uma espécie de nada consta, para verificar se tudo está correto com a desapropriação da área onde vai acontecer a expansão urbana. Este tipo de documento, mostrando o trâmite entre a TERRACAP e os cartórios de registros imobiliários do Distrito Federal, ajudou-me a compreender como se dá este processo.

desapropriados, ou com seus descendentes, de três fazendas, as maiores de cada área, segundo a divisão feita pelo Relatório de Pacheco. Como o Distrito Federal ocupou terras de três municípios, penso que a divisão em áreas seguiu a divisão por municípios que já existiam: Luziânia, Planaltina e Formosa. (Ver mapa do anexo 1)

Selecionei a Fazenda Gama, na área de Luziânia, a Fazenda Bananal, na área de Planaltina e a Fazenda Barra Alta, na área de Formosa. A escolha da maior fazenda de cada área ou município foi determinada por duas hipóteses. A primeira de que uma grande propriedade geralmente aglutina, de certa forma, uma vizinhança com características específicas. Especificidades que talvez eu conseguisse captar das lembranças dos entrevistados, como elementos para análise, quando falassem da vida social ali compartilhada. A segunda hipótese era de que perder muita terra teria um impacto maior nestas memórias. Ao longo desta dissertação interpreto que não era esta a questão, pois na pesquisa constatei que cada situação era muito específica.

Consegui, inicialmente, através do Dr. José Pinheiro, nas circunstâncias antes explicitadas, entrevistar representantes de duas fazendas: o Sr. Zuzu Guimarães, ex-proprietário da Fazenda Barra Alta e os descendentes de Jorge Pelles, já falecido, ex-proprietário da Fazenda Bananal.

O encontro com o Sr. Zuzu Guimarães aconteceu graças à colaboração de seu filho Antônio, que é engenheiro da TERRACAP. Após contato telefônico, ele me informou que seu pai havia chegado de Formosa-GO, onde mora, naquele dia, para uma consulta médica e que iria verificar se ele podia me receber para a entrevista. Disse ainda que achava importante a minha pesquisa, pois as desapropriações “causaram um problema social grave na região”. O retorno telefônico ocorreu no final da manhã e o encontro com o Sr. Zuzu aconteceu na tarde do mesmo dia.

O encontro foi na casa dessa sua filha, localizada na Superquadra 216 Norte, onde fui recebida por D. Olívia, esposa do Sr. Zuzu Guimarães. Ele veio, em seguida, caminhando com certa dificuldade, devido aos seus 94 anos e a um problema na coluna vertebral. A conversa foi muito agradável e D. Olívia esteve conosco durante todo o tempo da entrevista, e, por diversas vezes, participou repetindo a minha pergunta de forma a certificar-se de que ele a ouvira corretamente.

As entrevistas seguintes foram com os descendentes da Fazenda Bananal.³⁴ Tentei primeiramente uma entrevista com Sr. Brasil Louly, diretor do DER e

³⁴ Explico, no capítulo 3, a divisão que existia das fazendas entre mais de um proprietário.

descendente de Deodato Louly. Deodato Louly foi intendente de Planaltina e proprietário de enormes extensões de terras. É alguém sobre quem circulam muitas histórias que mereceriam uma pesquisa própria. Deodato Louly era tio-avô do Sr. Brasil e em nosso contato, ele deixou escapar que tinha conhecimento sobre coisas interessantes a respeito desse parente. Contudo, o Sr. Brasil não quis me conceder entrevista por não se achar descendente próximo o suficiente.

Já na relação com os descendentes de Jorge Pelles tive mais sorte. Consegui falar primeiramente com o neto, José Eduardo Pariguasi da Frota, que trabalha na TERRACAP como Diretor Comercial. Apesar do cargo que ocupa, o acesso a ele foi fácil. Falei com sua secretária, por telefone; no dia seguinte, ela retornou marcando um horário para que eu pudesse ir entrevistá-lo. No dia 24/04/2005, ele me recebeu com muita atenção, contou-me muitos casos e chorou ao falar do avô. Eu fiquei surpresa e confesso que comovida, não esperava por aquilo. Respondeu a todas as minhas perguntas, mas como não sabia detalhes da desapropriação, ficou de indicar um tio que lembrava - William Jorge Pelles. Não sem antes me dizer que o tio era “uma pessoa pobre e simples” e de certificar-se se eu sabia que o mesmo era irmão da esposa do então governador Joaquim Roriz. Uma semana depois sua secretária ligou me passando o telefone do Sr. William Pelles.

William Pelles mora em Taguatinga e marquei com ele a entrevista para as 9 horas da manhã do dia 10/05/05. Quando cheguei, fui recebida por D. Açucena, sua esposa, que me disse que ele havia ido a uma loja, “A Casa dos Parafusos”, onde ele encontra vários conhecidos e “esquece da hora”. Foi o que aconteceu, mas neste ínterim conversamos, serviu café com pães de queijo feitos por ela mesma. D. Açucena quis saber sobre minha pesquisa e me garantiu que, da próxima vez, este futuro entrevistado estaria me esperando conforme o combinado.

Dia 17/05 consegui realizar a entrevista. Ele adora conversar, e parecia fugir demais do tema desta dissertação. Penso que tive a tranquilidade de deixar que ele falasse, vislumbrando colher mais elementos, embora tenha tido que retomar o meu tema algumas vezes.

Foi uma entrevista muito interessante. Ele conheceu Pacheco, contou-me que quase foi seu padrinho de batismo, mas não se lembrava dele como sendo a pessoa que negociou a desapropriação das terras de sua família; “ainda era rapazinho que papai num deixava participar”. Falou algumas coisas que achei, inicialmente, confusas, tais como: que existiram duas Comissões, que achava que seu pai deveria ter participado delas por

ter sido desapropriado; que o pai estava em sua fazenda no momento que chegou a comitiva da primeira visita de JK, em 1956, e até narrou-me um possível diálogo entre ambos. Ao interpretar melhor estes trechos de sua narrativa, descobri algo além, digamos, do que pensei ser confusão ou criatividade do Sr. William Pelles. No capítulo 4 reconsidero esta minha interpretação inicial.

Reafirmou o que seu sobrinho José Eduardo já dissera, com a mesma ênfase, que seu pai jamais se queixou de ter sido desapropriado.

A Fazenda Gama teve que ser retirada do meu recorte, não sem antes que eu tentasse muito achar um representante para ser entrevistado. Liguei inúmeras vezes para o Dr. José Pinheiro e, nas poucas em que me atendeu, indicava alguém com quem eu não conseguia falar ou que não tinha relação com a fazenda.

Foi difícil desistir de encontrar este descendente por alguns motivos: por conhecer a casa sede da fazenda; por ter me ocupado em compreender uma possível narrativa da primeira visita de Juscelino Kubitschek, que teve sua ação muito fotografada naquela fazenda; por ter estudado a documentação e percebido o potencial de interpretação contido numa disputa judicial ferrenha, pela posse da fazenda Santa Bárbara, que é incrustada na Gama, cuja base dos argumentos eram ligados ao usocapião. Enfim, por querer muito saber o que pensou da desapropriação alguém que tivesse possuído aquelas terras.

Como eu não queria desistir, observei que nome do tabelião do cartório onde foi feita a escritura era Jefferson Meirelles e, resolvendo testar se ainda é predominante, no Brasil, a hereditariedade no ramo cartorário, fiz uma consulta à lista telefônica. Liguei para um cartório em Luziânia e, em cinco minutos, consegui o telefone do Sr. Jefferson Meirelles, tabelião agora aposentado. Criei com ele uma das relações mais profícuas nesta pesquisa. Fui à casa dele duas vezes em Luziânia, realizei entrevistas em 21/10/2005 e 01/12/2005³⁵ e pude ligar muitas vezes para esclarecer minhas dúvidas que não foram poucas.

Esta ajuda providencial me possibilitou ajustar o curso desta pesquisa, naquele momento desorientado pela frustração de não encontrar potenciais entrevistados da Fazenda Gama e pelo fato de todos os entrevistados até aquele momento, ou não terem

³⁵ Devo ter cometido alguma falha e a entrevista não foi gravada. Ele concordou em conceder uma segunda, na qual, além das primeiras questões acrescentei outras e ele respondeu-me com toda satisfação. Ajudou-me a analisar o material que eu havia obtido após a visita à Casa de Altamiro. Foi um contratempo que acabou por provocar mais um encontro de muito aprendizado para mim, e creio que para ele foi bom ter uma interlocutora tão interessada em ouvi-lo. Do alto dos seus oitenta anos, ele tinha tempo e sabedoria para não ver nisso um problema.

sido desapropriados pela Comissão de Cooperação, dirigida por Pacheco, ou não o associarem àquela atividade. O que, num primeiro momento, também, frustrou-me bastante.

Os esclarecimentos do Sr. Jefferson Meirelles foram conclusivos no sentido de que por aqui não ficaram descendentes do proprietário da Gama. Segundo este tabelião, após a desapropriação, Agostinho de Almeida e Silva voltou para São Paulo tendo deixado aqui, por um tempo, um afilhado que, por sua vez, não teria deixado rastros.

Nosso tabelião também conviveu e trabalhou com a Comissão de Cooperação e, portanto, tive a possibilidade de cruzar suas memórias com as outras fontes, especialmente, com o Relatório de Pacheco com que pude, a partir daí, comparar e compreender melhor. Graças às suas informações cheguei ao entrevistado da terceira fazenda, dentro dos critérios que eu havia definido: o Sr. Rubens Rodrigues, filho de Juventino Rodrigues, dono de parte das fazendas Vicente Pires, Taguatinga e Guariroba, todas desapropriadas na área de Luziânia.

Realizei esta última entrevista em 01/11/2005 e foi tarefa árdua. Havia conversado com ele diversas vezes por telefone e entre uma conversa e outra o Sr. Rubens Rodrigues ficava incomunicável por um tempo. A pessoa que atendia pedia que eu me identificasse, fazia muitas perguntas, para depois dizer que ele havia ido para a fazenda, deixando-me desconfiada de que o mesmo não queria atender-me. Num determinado dia foi ele quem me telefonou (imagino que neste ínterim tenha conversado com o Sr. Jefferson Meirelles e que este tenha dado-lhe boas referências a meu respeito) e concordou em marcar a entrevista. No dia acertado, ligou querendo desmarcar, argumentando que seu cunhado, um escritor que sabe tudo sobre desapropriação, não poderia, naquela data, estar na entrevista também. Expliquei que eu queria falar era com ele mesmo, que era filho do Sr. Juventino Rodrigues e insisti que não houvesse adiamento. Ele concordou.

Tive dificuldade de encontrar o endereço, pois sua casa fica entre duas lojas em uma praça comercial de Luziânia. Telefonei-lhe e ele foi me esperar na porta acompanhado de um homem mais jovem, que não me apresentou e que permaneceu conosco durante toda a entrevista, em silêncio. Ainda antes de entrarmos na casa me perguntou: “Isto não é coisa de política não, é?”. Estranhei a pergunta, pois pensava ter dado explicações suficientes sobre o que pretendia, e a atitude tensa dele durante o pouco tempo de nossa conversa. Ele já estava segurando a escritura que havia me prometido e, enquanto eu fazia uma explicação daquilo que iria perguntar antes de

gravar, ele já ia respondendo. Ele só relaxou e conversou mais sobre seu pai quando foi comigo até uma copiadora para tirar cópia da escritura e de uma certidão.

Por sugestão de minha orientadora, registrei em um caderno de campo minhas impressões desde o contato até a realização das entrevistas, o que me ajudou nos momentos de interpretação.

Orientei-me nas entrevistas por um roteiro básico de perguntas, no qual fiz as adequações necessárias. Em geral, começava pedindo aos entrevistados que me informassem seus dados pessoais, perguntava como era a vida na região antes da desapropriação, como era a família e, somente após isso, perguntava sobre a desapropriação mais especificamente:

- Como soube da desapropriação (no caso dos descendentes, que informação recebeu)?
- Qual o sentimento que ficou em relação à desapropriação?
- O que pensa sobre a situação de hoje das terras no DF?
- O que achou do trabalho feito pela Comissão dirigida por Altamiro Pacheco?
- A criação de Brasília foi melhor para Goiás, ou para o Brasil?
- A criação de Brasília foi um sonho realizado?

A construção deste retrato narrado da Comissão de Cooperação, a partir das entrevistas por mim realizadas, pelos motivos citados, careceria de outros elementos para ficar mais nítido, apesar da contribuição do Sr. Jefferson Meirelles. Nesse sentido, as entrevistas do Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)- Projeto Memória da Construção de Brasília, que eu já havia selecionado, ajudaram muito.

Foram três entrevistas que somaram muito às outras cinco por mim realizadas permitindo que eu trabalhasse, ao todo, com oito relatos orais. Vale ressaltar, no entanto, que os objetivos, pela amplitude do programa desenvolvido pelo ArPDF, eram diferentes dos meus, com a abordagem de muitos temas além do das desapropriações.

Apresento a seguir algumas informações que selecionei da biografia destes entrevistados, do programa do ArPDF, que têm ligação com as atividades que exerceram relacionadas à criação de Brasília. Os entrevistados foram Jerônimo Coimbra Bueno, Carlos Laerte Alarcão e Lúcio Batista Arantes. Os trechos selecionados estão no início

de cada entrevista e são as respostas ao pedido do entrevistador de que forneçam seus dados biográficos.

Jerônimo Coimbra Bueno nasceu na cidade de Rio Verde, no sudoeste goiano, e aos 13 anos de idade foi estudar em São Paulo, no Colégio São Bento. Em 1923, mudou-se com toda família para o Rio de Janeiro, onde se formou em engenharia. Trabalhou no serviço de levantamento aerofotogramétrico do Rio de Janeiro nos dois anos que antecederam a sua formatura e afirmou: “fiz questão de correr uma série de seções técnicas naquela hora, o que me salvou mais tarde[...]. e graças a isso, em 1934, portanto cerca de seis meses depois de termos nos formado nós fomos convidados para, eu fui convidado, com meu irmão também, para irmos construir Goiânia.[...]”. Depois disto participou da missão Polli Coelho, foi governador e senador por Goiás³⁶.

Carlos Laerte Alarcão nasceu em 03/03/1919 em Planaltina –GO; fez o curso primário com professora particular em Planaltina e concluiu em Paracatu-MG e depois cursou administração de empresas. Foi vereador em Planaltina no período do início da construção de Brasília³⁷.

Lúcio Batista Arantes nasceu em Trindade-GO onde fez o curso primário no Grupo Escolar Senador Caiado. O curso secundário fez na cidade de Goiás, no Liceu de Goiás. E o curso superior foi feito em Goiânia, na Faculdade de Direito. Foi juiz titular de Tocantinópolis, de lá, em 1951, pediu remoção para a comarca de Planaltina. E afirmou: “vim para Planaltina, não pensando em Brasília, porque era muito remota ainda, a construção da cidade [...] me considero mais que pioneiro, porque muito antes de Brasília já estava aqui”³⁸.

1.2.2 UM RETRATO FOTOGRÁFICO

Enquanto selecionava e explorava as fontes, buscava nas mesmas e de outras maneiras, imagens fotográficas ligadas ao meu objeto de estudo. Este interesse,

³⁶ Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal. Jerônimo Coimbra Bueno foi entrevistado por Luis Carlos Lopes (LC) e Renato Tarciso Barbosa de Sousa (RT), com o levantamento de dados e roteiro feitos por Luis Carlos Lopes e Renato Tarciso Barbosa de Sousa.

³⁷ Esta entrevista foi realizada no programa “Linha Formação de Planaltina” e não no da Memória da construção como as demais entrevistas do Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal. Carlos Laerte Alarcão foi entrevistado por Sílvia Regina Viola de Castro (SC) e Viviane Irene Fonseca Dornas (VD) com levantamento de dados e roteiro feitos por Sílvia Regina Viola de Castro.

³⁸ ARANTES, Lúcio Batista. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989, 33 p. Lúcio Batista Arantes foi entrevistado por Carlos Henrique Ferreira de Araujo (CH) Georgete Medleg Rodrigues (GM) Renato Tarciso Barbosa de Sousa (RT). O levantamento de dados e roteiro foram de Georgete Medleg Rodrigues.

inicialmente, foi aguçado ao ler Samuel (1997, p. 45), quando ele confessa que ficou espantado, culpado e envergonhado, ao se deparar com fotos de pessoas do século XIX, que carregavam uma enorme semelhança com as de hoje. Ele pesquisava o século XIX e nunca imaginara como eram estas pessoas. Ele confessa com muita honestidade a ausência de referências visuais em sua formação. E eu até então me sentia satisfeita com as imagens que a linguagem escrita sugeria para o meu objeto de estudo.

A partir daí, comecei a procurar imagens fotográficas da Comissão de Cooperação. Encontrei algumas diretamente ligadas a ela e outras do mesmo período, com potencialidades de fazer ligações com a minha temática. Percebi que valia a pena continuar nessa busca. Quando olho para as fotografias que encontrei, tento ver que narrativas contêm e que delas se desdobram, busco, como Vieira (1989, p. 23), “[...] entender o porque de tal enquadramento e não outro. Da mesma forma, ter em mente que há sempre um campo conceitual mediando a relação espectador-fotógrafo, por exemplo”. Enfim, o desafio de trabalhar com a linguagem fotográfica e ser capaz de produzir uma narrativa em torno dessas fotos, narrativa que interaja com as delas próprias, é muito estimulante.

A propósito, vejamos o que diz a ensaísta e fotógrafa Sontag (2003, p. 76) e que soa como um estímulo para que nós pesquisadores aprofundemos sempre mais nossas descobertas e que as narremos; “[...] a imagem conta tudo o que precisamos saber. Mas é claro que ela não nos conta tudo o que nós precisamos saber” (grifo meu). E ainda: [fotos] “[...] não ajudam grande coisa, se o propósito é compreender. Narrativas podem nos levar a compreender. Fotos fazem outra coisa: nos perseguem”.

O meu acesso a estes textos de Samuel (1997) e Sontag (2003) se deu no seminário “História, cultura e linguagens artísticas”, ministrado pela minha orientadora, Prof^a Dr^a Nancy Alessio Magalhães. A partir das discussões geradas pela temática do seminário, esta questão do trabalho com imagens fotográficas foi sendo elaborada dentro de mim, emergindo depois como uma necessidade: trabalhar com fotografia e poder conhecer essa Comissão também por meio dos registros visuais produzidos sobre a mesma.

Leituras e discussões de experiências concretas mostraram-me possibilidades, assim como me deram consciência da minha pouca familiaridade com o exercício de trabalhar com fotografia, o que exige conhecimento e cautela.

Algumas das experiências discutidas neste seminário estavam relacionadas ao trabalho daquela professora no Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e

Memória (NECOIM), um dos núcleos de estudo do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília (UnB). Um dos textos trabalhados e que provocaram minha reflexão sobre o assunto foi “Narrativas em vídeo oral e visual como experiência de configuração de sentidos e temporalidades na história” (Magalhães, 2001). Fundamentais também foram as discussões em torno do texto de Benjamin (1987) intitulado “Pequena história da fotografia”, que o tempo inteiro rondou a todos nós, instigando-nos a decifrá-lo em outros textos. Também a experiência de Frish (2000), no trabalho que desenvolveu em parceria com o fotógrafo Rigovin, com trabalhadores da indústria americana do aço no norte dos Estados Unidos, provocou o meu desejo de ampliar a minha percepção do meu objeto de estudo por meio do trabalho com imagens fotográficas. Em outro momento, o texto “A ciência histórica na época da invenção da fotografia – a ilusão da inovação”, de Borges (2003), foi esclarecedor.

As preocupações desses autores estão voltadas para questões diversas, para além da fotografia. Pude detectar alguns temas, entre eles: a) memória e sua relação com o espaço, o tempo e a narrativa; b) memória *versus* história; c) o uso da fotografia em momentos históricos diferentes.

1.2.2.1 A PRIMEIRA FOTOGRAFIA

Para informações contextuais da foto com a qual trabalhei, além dos livros, consultei dois historiadores, a saber, Vasconcelos (1989, 1992) e Silva (1999).

A primeira foto que atraiu minha atenção foi uma que não tem ligação direta com a Comissão de Cooperação. A atração ocorreu porque, magicamente, percebi o “solução de vida” que dela rebentava, que tem haver muito mais com poesia do que com o pensamento racional. À medida que fui compreendendo melhor o contexto das desapropriações, estudando fontes disponíveis, foi que esta foto a seguir passou a ser significativa para os meus objetivos:

Havia a um canto da sala um álbum de fotografias intoleráveis,
alto de muitos metros e velho de infinitos minutos,
em que todos se debruçavam na alegria de zombar dos mortos de sobrecasaca.
Um verme principiou a roer as sobrecasacas indiferentes
e roeu as páginas, as dedicatórias e mesmo a poeira dos retratos.
Só não roeu o imortal **solução de vida que rebentava**
que rebentava daquelas páginas.
(Drummond. Os mortos de sobrecasaca.
In: Sentimento do Mundo)



De autoria de Mário Fontenelle, está no acervo do Arquivo Público do Distrito Federal. Negativo de segunda geração – possivelmente, o de primeira encontra-se no acervo do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do DF (Depha). O descritivo contém as seguintes informações: “data 2/10/1956; Fazenda Gama; Juca Ludovico Governador direita de Ernesto Silva, Bernardo Saião direita de JK”.

A foto faz parte de uma série que contém a narrativa da primeira visita de Juscelino Kubitschek à área do novo Distrito Federal. As fotos de tal série foram feitas por Mario Fontenelle que acompanhava oficialmente a comitiva.³⁹ Elas são bastante consagradas e reproduzidas em livros e revistas que falam sobre a criação de Brasília e têm destaque na exposição permanente no museu do IHGDF.

Após essas informações sobre a foto, quero aqui apresentar uma reflexão sobre duas questões a partir desta imagem. A primeira refere-se ao motivo que me fez perceber o “potencial de excitação historiográfico dessa foto” (SAMUEL, 1997, p. 81). O próprio Samuel (1997, p. 60) dá uma pista:

³⁹ Esta primeira visita foi fotografada, pelo menos, por mais um fotógrafo, o do jornal “O Popular” de Goiânia.

O poder dessas figuras é o contrário do que elas parecem. Podemos pensar que nos encaminhamos a elas, em busca de conhecimento do passado, mas é o conhecimento que nos leva a elas que as faz historicamente significativas, transformando uma oportunidade residual maior ou menor do passado em um precioso ícone.

O meu interesse por esta foto foi despertado, conforme disse, devido a um atendimento que fiz no IHGDF-Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, ao arquiteto Luis Batelli, representante do Brasília Country Club. A foto foi utilizada por ele na elaboração de um projeto de restauração da casa sede da Fazenda Gama, que é o cenário que aparece na mesma. O nome do projeto, de autoria de Batelli (1996), é *Casa Velha – uma proposta de recuperação*. A casa fica dentro da área de propriedade do Brasília Country Club e estava deteriorada pela ação do tempo.

Voltando à foto e tentando usá-la não como simples ilustração ou “como um pretexto para comentários do autor, mais do que como textos substanciais” (SAMUEL, 1997, p. 52), observo como a seqüência narrativa que foi montada naquele dois de outubro de 1956, por meio das fotos, o foi de forma a valorizar e construir aquele momento histórico por intermédio dessas imagens. Juscelino Kubitschek aparece no centro da foto, numa atitude que poderíamos traduzir como de quem toma posse, que é o que ele veio a fazer efetivamente. Pacheco, que já havia trabalhado bastante e estava com o Sítio Castanho – onde foi construído o Plano Piloto – praticamente desapropriado, nem aparece na foto.

Ele e outros representantes de Goiás que participaram, anteriormente, de ações as quais de certo modo, possibilitaram que o momento retratado na foto ocorresse, ou não aparecem, ou têm que disputar espaço na comitiva presidencial, ficando em posição secundária. Estava sendo orquestrada, de forma mais concreta, a ruptura com o passado. O futuro teria que surgir do nada, para o qual o que se leva em conta é a “intervenção do príncipe”. (HOLSTON, 1993, p. 18).

Pedi ajuda a dois membros do IHGDF para a identificação das personagens da foto e descobri que se tratava de uma comitiva muito diversificada, com pessoas ligadas ao governo e até políticos curiosos como o governador da Bahia da época.

Os ex-proprietários da Fazenda Gama não estavam presentes, pois a fazenda já havia sido desapropriada há seis meses. O casal anfitrião, pode-se dizer, é o Sr Arnaldo (o único de chapéu), vaqueiro da fazenda, e Dona Zenaide (que está com o bule e as xícaras), dividindo o centro da foto com JK. Pensei nas dificuldades concretas para a

desocupação efetiva de uma propriedade rural, como aquela, o que fazer com os rebanhos e principalmente com as pessoas, agregados e meeiros – que, nesta foto, muito possivelmente, podem ser todas aquelas pessoas sem trajes com os quais se costuma identificar autoridades.

Quero falar agora de como essa foto me seduziu, de como funcionou comigo “a relação mágica” com a imagem. Daqui do meu presente e do meu lugar de fala fui atraída pelo que ela tem de familiar e cotidiano.

A xícara de ágata, os vestidinhos com fitas das crianças, o pano na cabeça da vizinha de Dona Zenaide e o reboco descascado são os mesmos da minha infância passada entre idas e vindas de João Pinheiro e a fazenda do Rio do Sono, como já relatei anteriormente. É a memória mostrando-se afetiva, sensorial, e enfim, portando a “marca da experiência” (SAMUEL, 1997, p. 44).

Ocorreu-me citar Sontag (2003, P. 72) que escreveu:

A familiaridade de certas fotos constrói nossa idéia do presente e do passado imediato. As fotos traçam rotas de referência e servem como totens de causas: um sentimento tem mais chance de se cristalizar em torno de uma foto do que de um lema verbal.

Na versão preliminar do projeto de restauração da Casa Velha, Batelli (1996), desde a introdução, coloca uma série de fotos em que cada uma vem acompanhada de um texto explicativo. A foto nº 5 tem na legenda “Juscelino e comitiva com os porquinhos e galinhas”, e o texto:

Enquanto JK toma café, os fotógrafos começam a fotografar. Alguém começou a espantar os suínos e as galinhas que estavam nas proximidades da Fazenda Gama. Mas o Presidente interrompe o movimento e diz -‘Deixem os porquinhos saírem também na foto’. Hoje essa foto com os porquinhos e galinhas aparecendo é histórica. Encontra-se exposta no Museu Histórico e Geográfico de Brasília.

A descrição da cena foi retirada de Vasconcelos (1989, p. 52). Perguntei a ele, numa conversa telefônica, quem lhe passou essas informações detalhadas e ele me respondeu que foi Jofre Mozart Parada, engenheiro que participou da construção de Brasília e que esteve presente na cena. Batelli (1996) escreve acreditando que Vasconcelos fosse testemunha ocular da cena fotografada.

Os porquinhos, segundo Vasconcelos (1989), foram expulsos num primeiro momento e teriam voltado ou deixados lá pela interferência de Juscelino Kubitschek. Quem teria sido responsável por oferecer milho para que eles ficassem comendo

quietinhos para serem “inclusos/enquadrados”? O que importa é que essa cena foi “fabricada autoconscientemente, tendo em vista o efeito narrativo ou visual” (SAMUEL, 1977, p. 63). E quais seriam os motivos? Os porquinhos comprovariam o atraso da região que precisava ser salva pelo progresso? O presidente gostava de confirmar sua identidade de homem simples, do interior?

Não é de forma alguma fortuita a observação que Batelli (1996) faz, segundo a qual a foto se encontra no acervo do IHGDF. O fato de ser a foto de um presidente feita por um fotógrafo oficial ainda parece não ser suficiente, ele busca mais referendos para validá-la como documento, para justificar o seu projeto de restauração. Problema velho conhecido dos historiadores. Borges (2003, p. 29) fez um histórico dessa dificuldade, mostrando que até muito tempo depois da descoberta da fotografia, apesar de ser vista como cópia do real, eram as pinturas que podiam ser usadas como fonte e ilustração pelos historiadores. Estas deviam ser assinadas por um autor de prestígio, sendo esse prestígio advindo de algumas condições, como ganhar um concurso para exposição em salões ou pertencer a um acervo de colecionador importante.

1.2.2.2 AS OUTRAS FOTOGRAFIAS

Foto A



Debruçado sobre mapas, no “Vera Cruz”, o presidente Juscelino com o general Teixeira Lott, Altamiro Pacheco, Israel Pinheiro, Bernardo Sayão e Lúcio Meira.

Foto B



Estas duas fotos, como disse anteriormente, são da primeira visita de JK ao local onde Brasília seria construída.

A foto A, da verificação dos mapas, foi retirada de Vasconcelos (1989, p 48)⁴⁰. Contudo, foi por encontrá-la no Relatório de Pacheco que a mesma ganhou sentido para a temática que pesquiso. Neste Relatório, o autor informa que a foto é do jornal O POPULAR, de Goiânia, do dia 04 de outubro 1956⁴¹.

A foto B, com todos perfilados, foi extraída da revista Brasília Personalidades de 1980, na página 39, com o seguinte título “A Batalha da Construção”. Encontrei-a, também, no acervo do Arquivo Público do DF, com uma ligeira diferença no enquadramento, como sendo de autoria de Mario Fontenele.

Desejo compartilhar como percebi, inicialmente, em minha pesquisa a intriga da qual estas fotos fizeram parte. De um lado, estava Pacheco representante de Goiás, do outro Silva⁴², representante do governo federal. Devo esclarecer, quanto à escolha destas duas fotos, que fui completamente mobilizada pelas questões que selecionei em Pacheco. Ele incluiu a foto A na página 96⁴³ do seu Relatório (PACHECO, 1975) acompanhada por trechos extraídos do livro de Silva (1999) que havia sido publicado cinco anos antes:

“A dois de outubro de 1956”, disse ele, “às 7h45 min, deixa o aeroporto de Santos Dumont, em avião da FAB, o Presidente Juscelino Kubitschek, acompanhado do Ministro Henrique Lott, do General Nelson de Melo, Israel Pinheiro, Antônio Balbino, Regis Bittencourt, Oscar Niemeyer, Brigadeiro Araripe Machado e outras pessoas. **Nós, (o grifo é meu) na realidade, éramos a única pessoa que conhecíamos todos os segredos da região e os trabalhos já elaborados. Munidos de vários mapas e relatórios, explicamos ao Presidente e à comitiva os trabalhos realizados, indicando ao Brigadeiro Araripe os locais previstos por Belcher para a construção de aeroportos.** A descida se deu às 11,45, no campo de pouso provisório, onde nos aguardavam o governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, Bernardo Sayão e Altamiro Pacheco. **Logo após o desembarque, tomamos com o Brigadeiro Araripe, um Cesna para fixar o local onde se iria construir imediatamente o primeiro aeroporto”.**

À página 83, do mesmo livro de sua autoria, lê-se: “Já no mês de outubro de 1955, o Estado de Goiás cria uma Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, cuja presidência é confiada a um goiano ilustre, médico de renome, o Dr. Altamiro de Moura Pacheco. Esta Comissão viria, posteriormente, ser responsável pelas primeiras e principais desapropriações, realizando importante trabalho de levantamento e prestando relevante serviço à causa da transferência da capital. Muitas desapropriações só foram possíveis pelo baixo preço então proposto graças à pertinácia e ao espírito público do Dr. Altamiro de Moura Pacheco, aliado ao grande conhecimento que esse digno brasileiro tinha dos homens da região, que o respeitavam e acatavam”.

(PACHECO, 1975, p. 98, grifos do autor).

⁴⁰ O autor não cita a autoria, apenas, na contra-capa aparece a seguinte informação geral: “Fotos do autor, da NOVACAP, da Agência Nacional e do Correio Brasiliense”.

⁴¹ A cópia da foto aqui reproduzida foi extraída do livro de Vasconcelos (1989), tendo em vista que a nitidez da mesma encontrava-se bastante prejudicada no exemplar da publicação de Pacheco (1975).

⁴² Ernesto Silva havia chefiado a Comissão de Localização da Nova Capital, de maio a setembro daquele ano de 1956, e seria posteriormente nomeado diretor da NOVACAP.

⁴³ Esta foto vem acompanhada de outra que mostra JK, em primeiro plano, e Pacheco ao lado.

Em seguida Pacheco (1975) aponta como Silva teria sido incoerente em sua publicação:

Lendo-se estes tópicos, ressalta no espírito de qualquer leitor, por menos avisado que esteja, um categórico auto-desmentido do Dr. Ernesto Silva. (PACHECO, 1975, p. 98).

E finaliza como se escrevesse diretamente para ele:

Sua Senhoria, que prestou bons serviços nos altos postos exercidos, à epopéia de Brasília, não precisava, para se engrandecer, afastar-se da verdade dos fatos.

Elogiando-me, repetidas vezes, podia fazê-lo sem classificar Goiás como terra de ignorantes, esquecendo-se de que, ao ensejo da visita presidencial a que se refere, nas fotografias tiradas pela imprensa e publicadas, sua presença não é distinguida, a confirmar o alegado.

(PACHECO, 1975, p. 99).

Esta oposição, ou intriga, que circunstancialmente é estabelecida entre os dois grupos que conviverão na área em que Brasília surgirá - de um lado representantes de Goiás e de outro os do governo federal - apareceu em vários aspectos dos temas que fui identificando durante minha pesquisa. No entanto, pude percebê-la melhor após as leituras e discussões sobre cultura e identidade oportunizadas no seminário, de mesmo nome, ministrado pelos Professores Doutores Cléria Botelho da Costa e Jaime de Almeida.

O gestual diz muito. O instantâneo registrou, como podemos perceber na segunda foto, Pacheco (destacado pela seta), já nesta primeira visita presidencial, disputando espaço com Israel Pinheiro, de forma a aparecer no enquadramento daquela foto da comitiva do Rio de Janeiro. Um prenúncio do que seria, para Pacheco, desenvolver suas atividades de desapropriação, a partir do momento em que Ernesto Silva e Israel Pinheiro estivessem na direção da NOVACAP. Este momento não tardou a chegar e estes diretores passaram a ter o poder de administrar a área para tocar as obras da construção de Brasília. Área que Pacheco havia ocupado até então, sentindo-se um verdadeiro anfitrião, agindo como representante do grupo de Goiás até fins de 1956.

Pacheco assume, naquele momento, esta postura de receber a comitiva e colaborar com tudo que dissesse respeito à mudança da capital. A propósito disso, vejamos o que diz Woodward (2000, p. 38):

[...] a identidade é vista como contingente; isto é, como o produto de uma intersecção de diferentes componentes, de discursos políticos e culturais e de histórias particulares. A identidade contingente coloca problemas para os

movimentos sociais em termos de projetos políticos, especialmente ao afirmar a solidariedade daqueles que pertencem àquele movimento específico.

No entanto, afirma a autora:

A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos – nós/eles (...).”

A experiência do encontro destes dois grupos, digamos, na arena da disputa, ou seja, no sítio escolhido para a construção de Brasília, gerou situações concretas de conflito, nas quais este *nós/eles* ficou bem definido.

O conhecimento que me levou a achar estas fotos “historicamente significativas” (SAMUEL, 1997, p. 60) foi iniciado pela leitura de Pacheco (1975) e ampliado pelas demais fontes. Reflexões como estas, acerca de cultura e identidade, que acabo de sugerir, permitiram-me problematizar tal conhecimento, além de significarem um interessante desafio para minha interpretação durante a elaboração desta dissertação. Por isto sou levada a concordar com o questionamento que Woodward (2000, p. 17) constrói em diálogo com Hall:

[...] é necessário analisar a relação entre cultura e significado (HALL, 1997). Só podemos compreender os significados envolvidos nesses sistemas se tivermos alguma idéia sobre quais posições-de-sujeito eles produzem e como nós, como sujeitos, podemos ser posicionados em seu interior. Aqui, estaremos tratando de um outro momento do ‘circuito da cultura’: aquele em que o foco se desloca dos sistemas de representação para as identidades produzidas por aqueles sistemas. A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos.

Tentando interpretar o que significou para mim lidar com diversas fontes, nesta trajetória da pesquisa, verifico que, a despeito do encantamento e vontade de trabalhar com fontes orais e fotográficas - um exercício deveras desafiador - isto não determinou que eu as priorizasse em relação às escritas. Pela própria natureza do meu estudo, não poderia fazê-lo. Pude também constatar que fontes não são complementares; se assim fossem definidas, isto significaria que cada uma separadamente estaria incompleta. O que verdadeiramente percebi foi como uma pode mostrar algo diferente da outra. Ocorre que uma ilumina a outra e, assim, são iluminadas em uma troca simultânea.

CAPÍTULO 2

CHAMA DA ESPERANÇA E ESPERANÇAS POR UM FIO ATÉ A COMISSÃO DE COOPERAÇÃO

O governo pretendia inaugurar a cidade construída como se esta não tivesse uma história de construção e ocupação. Ao inaugurá-la, planejava revelar um milagre: uma cidade reluzente, vazia, pronta para os que deveriam ocupá-la. Essa apresentação de uma idéia inabitável negava o Brasil que a cidade já havia incorporado: a população dos que a construíram.

James Holston
A Cidade Modernista

[...] as histórias e os patrimônios populares só ganharam visibilidade social e política quando seus protagonistas irromperam no cenário histórico, com suas pautas de reivindicações. Através de suas lutas e batalhas pelo reconhecimento de suas histórias.[...] Nesse sentido, Lourdes, na sua entrevista,[...] afirma: ‘as nossas memórias estão nesses patrimônios que ainda restam aqui: agora, nós não consideramos patrimônio dessa cidade só esses equipamentos que têm aqui não, não! A cidade foi conquistada por nós, a cidade foi construída com nossa luta. Então, todos esses equipamentos, tanto os antigos, quanto os mais novos, que têm aqui, são nossos patrimônios!’.

José Walter Nunes
Patrimônios Subterrâneos em Brasília.

A partir dessas considerações sobre a população que havia construído e ocupado Brasília, o que dizer, então, da história e memória ligadas às pessoas nativas ou que já habitavam a região do atual Distrito Federal, as quais fizeram uso de outras estratégias para garantir seus direitos sobre a cidade criada? E ainda de uma Comissão, organizada pelo governo de Goiás, para desapropriar as terras daquela região? A quem interessaria ressaltar a existência deste trabalho de desapropriação executado com vistas a agilizar o processo de construção da cidade de Brasília que o governo de Juscelino Kubitschek empreenderia?

Dentro dos projetos de transferência da capital para o Planalto Central, pensados e formulados há muito e por muitos, o direito à visibilidade na cena histórica possivelmente ficaria reservado a um grupo ligado ao governo de Juscelino Kubitschek. Diante de minhas necessidades de interpretação, e de como foram se configurando grupos com projetos em disputa nesse contexto por mim pesquisado, retomo a idéia de dois grupos que já mencionei no capítulo anterior. Denominarei, a partir de agora, este grupo, possível detentor de visibilidade na cena histórica, como grupo Minas-Rio, cujos integrantes são o próprio Juscelino Kubitschek e os primeiros diretores da NOVACAP:

Israel Pinheiro, Bernardo Sayão e Ernesto Silva. Caso perguntados a respeito, provavelmente estes integrantes não configurariam essas parcerias, ou as configurariam de outros modos. Devo ressaltar, que as mesmas foram se constituindo conjunturalmente, no dinâmico processo do período imediatamente anterior ao início das obras, com uma composição mais elástica, maior ou mesmo diferente. Ou seja, é o meu olhar, construído a partir de diálogo com minhas fontes, que compõe estas personagens em grupos distintos, portanto sempre em aberto, sujeitos a outras configurações, cujos antagonismos e diferenças não podem então ser percebidos como fixos e cristalizados para sempre.

As estratégias utilizadas na obtenção desta visibilidade e reconhecimento envolveram e envolvem relações entre memória e poder e memória e política. Nas comemorações dos 40 anos de Brasília, a preponderância na valorização de lembranças ligadas aos feitos deste grupo Minas-Rio ficou evidente. Quanto a isto, Magalhães (2001, p. 9), nos apresenta a seguinte reflexão:

Então, nada existe de conspiratório em se comemorar 40 anos de Brasília do ponto de vista do presidente que a fundou, do urbanista que a desenhou ou do arquiteto que projetou seus edifícios. Comemorar 40 anos de Brasília desses pontos de vista faz parte de um campo de disputas entre projetos de organizar a sociedade, que sempre existirá. Ocorre que, nessa disputa, alguns setores, que já monopolizavam vários campos da experiência social humana, além da memória e da história, pretendem que apenas sua perspectiva seja veiculada e considerada como investida de legitimidade.

Estratégias eficientes, desdobradas, realimentadas no presente por outros grupos. No meu dia a dia profissional, estas questões são por mim constatadas de forma recorrente em situações que evidenciam a força de um projeto de memória, como aquele ligado ao governo que construiu e inaugurou a “cidade reluzente”. Este projeto teve como resultados concretos a difusão, no senso comum, da crença de que Brasília é resultado da vontade e ação política apenas deste grupo, de que a cidade foi construída a partir do nada e que tem uma história muito recente.

Gostaria de relatar aqui uma destas situações, por mim vivenciada no IHGDF e que contribuiu de forma bastante significativa para as minhas reflexões. No final do segundo semestre de 2005, a Câmara Legislativa do Distrito Federal anunciou um concurso para o preenchimento de cargos. Em seu edital, a instituição exigia o conhecimento de História e Geografia do Distrito Federal. No que se refere à realização de concursos esta foi uma atitude pioneira, pois não é comum que os editais tragam como exigência o conhecimento da história local. Diante dessa exigência do concurso, o

IHGDF, recebeu uma demanda grande por parte de pessoas em busca dessa História e Geografia, de forma urgente e com objetivo bastante específico. Para nós, professores que atendemos o público externo, isso gerou uma enorme surpresa, pois, até então, a demanda de trabalho e pesquisa nunca havia sido orientada para esse caráter de urgência.

Candidatos e candidatas a funcionários da casa legislativa local chegavam ao IHGDF, invariavelmente, com um ar meio espantado não sabendo muito que História era essa de Brasília, que eles precisavam conhecer. Uns buscavam apenas uma bibliografia, outros ficavam por mais tempo e quando percebiam que existia muita coisa para ser estudada, não escondiam a surpresa e, às vezes, certo desapontamento. Quem resolvia ficar e obter mais informações admirava-se com o longo processo entre o surgimento da idéia de transferência da Capital e a concretização - literalmente - de Brasília.

Durante o atendimento feito a estes(as) candidatos(as) individualmente ou em pequenos grupos, eu os provocava revelando que Juscelino Kubitschek ao tomar posse, em janeiro de 1956, já encontrara grande parte das terras para a construção de Brasília desapropriadas e, quase sempre, as pessoas mostravam-se surpreendidas com este fato. A expressão de surpresa continuava ao serem informadas de que essa iniciativa tinha sido tomada pelo Governo de Goiás.

Neste capítulo discuto algumas abordagens acerca da história da transferência da capital para o Planalto Central e também as poucas referências encontradas quanto ao surgimento e existência da Comissão de Cooperação. À medida que fui tendo acesso às fontes de minha pesquisa, que ocorreu na seqüência apresentada no capítulo anterior, procurei observar como revelavam estas abordagens históricas. Constatei que havia uma preocupação em identificar como e quando surgiu a primeira idéia de transferência em quase todas elas.

Procurou, nesta dissertação, construir relações entre o presente e passado de forma a estabelecer ligações entre os diferentes relatos contidos nas fontes com as quais trabalhei. Ao exercitar isto, percebi que eu, ao buscar a trajetória que levou ao surgimento da Comissão de Cooperação, através dos fios de uma trama historicamente tecida, também estava atrás de começos, de origens, embora tenha consciência de que não há uma única origem, concreta e cristalina, a ser encontrada em um ponto específico de um passado que existiria enquanto tal. Origens foram e são construídas à medida que delas se necessitam e, como disse Benjamin (apud MACHADO, 2004, p. 89), “A

origem, apesar de ser uma categoria totalmente histórica, na tem nada a ver com a gênese”.

Antes de apresentar como alguns autores narram a história da transferência da capital, acho significativo assinalar que constatei, também nas falas das pessoas que entrevistei, a necessidade de deixar evidenciado que sabiam que esta história vinha de longa data. Ou seja, estas pessoas também apresentaram uma preocupação quanto a estas origens.

Quando lhes perguntei se, para eles, Brasília foi um sonho realizado⁴⁴, não objetivava obter respostas sobre o conhecimento que por ventura possuísem do passado histórico. Entretanto, para esta pergunta, obtive as seguintes respostas:

Foi, foi o negócio de Brasília em 1891, veio a Comissão Cruls e assentou a Pedra Fundamental, tem ela lá até hoje, Pedra Fundamental em Planaltina, com a mudança da Capital. Mas em 1891 eu não era nascido, eu nasci em 1912. Depois de muitos anos veio o sonho da mudança, que aconteceu, mas tá marcado a área desde 1891, é que a área era de 20 mil quilômetros quadrados e quando Juscelino veio baixou pra 5 mil quilômetros quadrados, até a divisa de mestre D’armas, saltou pro lado da divisa de Formosa.

(Sr. Zuzu, dono da fazenda Barra Alta no município de Formosa, em entrevista em 20/04/2005).

[...] quando foi a Capital do Brasil na Bahia, Salvador, o Estado mais poderoso passou a ser a Bahia, quando mudou pro Rio de Janeiro passou a ser o Rio de Janeiro. Quer dizer até hoje, o Rio sente saudade daquela época. Depois que veio pra cá, acabou, não é mais um Estado que é dono da Capital do Brasil mas que tinha aquela força política [...]

(Sr. José Eduardo, neto de Jorge Pelles, dono da fazenda Bananal no município de Planaltina, em entrevista em 26/04/2005).

É Brasília de um modo desse, foi um sonho de Dom Bosco, ele planejou Brasília aqui pro Planalto Central, pro Brasil e nós tivemos duas ou três capitais. Então pra mim eu acho que tá realizado.

(Sr. William Jorge Pelles, filho de Jorge Pelles, dono da fazenda Bananal no município de Planaltina, em entrevista realizada em 17/05 2005).

No contexto destas três entrevistas, ao responderem desta forma, remetendo a acontecimentos históricos possivelmente conhecidos da história de Brasília e do Brasil, além de desejarem demonstrar que sabiam haver uma origem histórica num outro tempo, percebi que queriam testar meus conhecimentos a este respeito. Estas falas também me

⁴⁴ Retomo esta questão no capítulo 3.

levaram a refletir sobre o encontro entre história e memória presente nas narrativas elaboradas por estas pessoas por mim entrevistadas. De certa maneira, elas reproduzem vestígios ou pregos, conforme expressão de Duby (DUBY; LADREAU,1989), cristalizados por uma história construída para valorizar o projeto de memória do grupo Minas-Rio: um grupo com poder e estratégia para controlar o que ia ser lembrado: “dessa maneira, as lembranças pessoais e grupais são invadidas por uma outra história, por uma memória que rouba das primeiras o sentido, a transparência e a verdade”. (CHAUÍ apud BOSI, 2003, p. 19).

Apenas de certa maneira, repito, ocorre esta reprodução, pois o Sr. Zuzu e os outros dois entrevistados escolheram falar sobre aqueles vestígios, talvez até por outras motivações, tais como: atender uma expectativa que achavam que eu tivesse ao entrevistá-los ou por acharem relevantes estes temas que ressaltam dificuldades, a epopéia⁴⁵ em torno da criação de Brasília.

Fazia parte das estratégias desse grupo por mim denominado de Minas-Rio, no esforço de gerir a memória, controlar a materialidade com que ela se expressaria nessa cidade-capital, nos monumentos, nas datas, comemorações, nos arquivos, símbolos e, também, escolhendo origens, a partir de uma “noção de que a memória torna poderoso(s) aquele(s) que a gere(m) e controla(m)” (SEIXAS apud ANSART, 2004, p. 42).

Para o grupo Minas-Rio, construir Brasília era a realização da meta-síntese do governo de Juscelino Kubitschek, o qual tinha seus projetos, de organizar a sociedade brasileira, ligados às teses do nacional-desenvolvimentismo. Tornar possível a execução desta meta exigiu grande empenho de outros vários grupos que compunham aquele governo e de outros.

Aponto o caso do grupo que idealizou e instituiu a Comissão de Cooperação para fazer as desapropriações de terras para que a capital fosse construída – o de Goiás. O meu olhar em diálogo com minhas fontes, como ocorreu em relação ao grupo que denominei de grupo Minas-Rio, fez-me perceber a existência circunstancial deste grupo com a seguinte composição básica: Juca Ludovico (governador de Goiás), Pacheco (presidente da Comissão de Cooperação), Segismundo Mello (advogado) e Jerônimo Coimbra Bueno (senador por Goiás e membro ocasional do grupo de Goiás). No entanto,

⁴⁵ Magalhães (2004a, p.25) analisa como e porque alguns trabalhadores da Vila Planalto legitimam e sentem-se identificados com esse tipo de discurso que ressalta a idéia, de aventura, de epopéia, na construção da capital.

como veremos ao longo deste capítulo, em muitos momentos, esses atores apresentaram posicionamento diferenciado, e, por vezes, de oposição, em relação ao grupo Minas-Rio.

Desde um pouco antes e durante o período da construção de Brasília, estrategicamente, os integrantes desse último referido construiriam a valorização de seus feitos, por diversas mídias: cines jornais, elaboração da Coleção Brasília,⁴⁶ por acordos de divulgação na imprensa, entre outras. Formas assumidas de uma propaganda que, conforme discutem Rodrigues (1990) e Nunes (2005), teve ressonância em grande parte da população. Tudo isto, somado à materialização da cidade construída, garantiria que, no futuro, aquilo que seria lembrado estaria em consonância com o projeto de memória deste grupo.

Há 46 anos aconteceu a transferência. Brasília é a capital e está no Planalto Central. Ao pesquisar um tema relacionado à sua história e exercitar uma narrativa para mostrar resultados desta pesquisa, senti necessidade de refletir sobre os vários projetos, que existiram e ainda existem em relação à criação dessa capital. Iniciei pelo projeto do grupo de Juscelino Kubitschek e dos primeiros dirigentes da NOVACAP, pois, não há como não considerá-lo na elaboração desta narrativa. Isto se deve à sua força política, em relação a outros projetos em disputa na região, no contexto de 1955 a 1958, advinda do fato deste grupo estar no comando do planejamento e construção da cidade.

O meu foco de estudo, à medida em que eu avançava nesta pesquisa foi direcionando-se ao projeto que denomino como do grupo de Goiás, composta por aqueles que idealizaram e instituíram a Comissão de Cooperação, conforme já anteriormente explicitado. Este projeto, de parte da elite política do estado de Goiás, vislumbrava para a região uma nova dinâmica econômica que viria com a proximidade do novo local de decisões do governo federal. Sua atuação destaca-se, principalmente,

⁴⁶ O que despertou meu interesse pela Coleção Brasília, foi a leitura de Magalhães (2004, p. 25) quando diz:

Sabedores do valor da memória, logo após os festejos da inauguração de Brasília, os homens do governo federal, por meio do Serviço de Documentação da Presidência da República, com sede no Rio de Janeiro, faziam o lançamento de uma série de livros intitulada 'Coleção Brasília' [...] com a publicação de um precioso acervo documental referente ao processo de interiorização da capital brasileira.

Após esta leitura, fui procurar pela Coleção na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal e encontrei a maioria dos volumes. Conversei a respeito com o vice-presidente do IHGDF, o jornalista Raimundo Nonato Silva, que foi diretor da Revista Brasília. Ele informou que foram editados 20 mil exemplares, os quais foram distribuídos para instituições públicas e bibliotecas do Brasil inteiro. Esta distribuição ocorreu através da Caravana da Integração Nacional, mais um dos eventos carregados de simbolismo em relação à conclusão de Brasília (no dia da inauguração chegaram caravanas de automóveis dos quatro cantos do Brasil, com o objetivo de mostrar que já existiam ligações rodoviárias).

após 1946. Vale ressaltar, no entanto, a presença de representantes do Estado de Goiás na Constituinte de 1891 na luta pelo incremento das atividades econômicas e para aumentar seu poder em relação aos outros estados. Ainda em 1922 foi aprovado o projeto de Instalação da Pedra Fundamental no Planalto Central, projeto de autoria de Americano do Brasil, deputado por Goiás.

Esta lógica é expressa na fala, anteriormente citada, do Sr. José Eduardo, neto de Jorge Pelles, dono da Fazenda Bananal no município de Planaltina: “[...] quando foi a Capital do Brasil na Bahia, Salvador, o Estado mais poderoso passou a ser a Bahia, quando mudou pro Rio de Janeiro passou a ser o Rio de Janeiro, né?”⁴⁷ Isto seria concretizado na forma de estradas, com aumento do mercado consumidor para produtos agropecuários da região e, ainda, como uma vitória em relação a Minas Gerais que também pleiteava a transferência da capital para seu território.

Vários outros projetos coexistiram durante o longo processo entre o nascimento da idéia de uma capital no centro do território brasileiro e a efetiva construção de Brasília. Hoje, a cidade já quarentona, abrigou e abriga outros projetos, que convivem, alternam-se, renegociam-se e até se excluem e, mesmo que meus objetivos não os deixassem evidenciados, todo o tempo, eles gravitam em torno, pois meu interesse por Brasília, em compreendê-la, está ligado, indiretamente em entender disputas entre projetos de vários grupos.

Durante esta pesquisa, pude identificar o que representou e representa Brasília para alguns segmentos desses grupos. Para militares, que chefiaram as comissões de estudos e demarcações, seus projetos para a sociedade brasileira passavam por questões que envolviam estratégias de segurança nacional, cuja motivação baseava-se em concepções da geopolítica. O General Djalma Polli Coelho, chefe da primeira destas Comissões, antes de concluir seu relatório, em 1947, consultou o Estado-Maior do Exército e ao Estado-Maior Geral quanto ao aspecto da segurança nacional para definição do local da futura capital: se no Triângulo Mineiro ou no Planalto Central. A resposta obtida, após seis meses, foi que ambas as regiões atendiam à questão da segurança nacional, mas, quanto aos “fatores de elevação do nível econômico do país”, inclinaram-se mais para a segunda. (VASCONCELOS, 1978, p. 309).

Segundo Visentini (1987, p. 67) “[...]a geopolítica é por definição um discurso do Estado”; num projeto como este considerava-se a “relação Estado e cidadão, avaliada

⁴⁷ Entrevista realizada em 26/04/2005.

exclusivamente a partir dos interesses e necessidades do Estado”. (MOREIRA apud SINOTI, 2005, p. 26).

Admitir, como na perspectiva geopolítica, que a condução do longo processo de mudança teve determinação preponderante de exclusiva responsabilidade do Estado, ao meu ver, restringe o campo histórico, assim como o de análise. Atitude que não contempla, como qualquer outra, “os muitos signos que vigiam sob as coisas” (DRUMOND apud GODOY, 1999, p. 145), ou seja, toda a gama de vontades e estratégias. No entanto, a presença do futuro Senador Jerônimo Coimbra Bueno na Comissão de Cooperação era carregada de interesses pessoais e/ou do grupo de Goiás, para o qual, conforme analiso ao longo desta dissertação, não havia nenhuma dúvida quanto à definição do local da futura capital do país.

Para o grupo de arquitetos, cujos mais famosos representantes eram Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, que projetou a cidade, a motivação era liberdade de criar uma cidade inteira com apoio integral de um político como JK. Suas utopias saíam das pranchetas e os tornariam conhecidos no mundo inteiro. A imortalidade se daria tanto para eles como para o próprio JK. Esse desejo de construir grandes obras que muitas vezes aproxima políticos de arquitetos, ou vice-versa, geralmente, está atrelado a uma certeza de que essa atitude pode resultar em muitos dividendos políticos. Hoslton (1993, p. 18) a este respeito afirmou:

Na verdade, o único tipo de atuação histórica que o modernismo leva em conta é a intervenção do príncipe (chefe de Estado) e do gênio (arquiteto urbanista) dentro de condições estruturais da tecnologia existente. Mais ainda, essa intervenção é na realidade uma superação da história, pois atribui ao príncipe e ao gênio o poder de negar o passado mediante a referência ao novo futuro.

Para os trabalhadores do Brasil inteiro - que vieram trabalhar nas obras de construção da cidade - esta significou uma oportunidade de realizar seus sonhos de emprego, educação para os filhos e de contribuir para o crescimento do Brasil, conforme eram solicitados pela propaganda da época e pelo clima de entusiasmo criado em torno da *nova* capital.

2.1 VESTÍGIOS DO PASSADO, PROBLEMAS DO PRESENTE

A partir do final da década de 1940, ocorre a retomada da idéia de uma capital no interior do país e decisões definitivas para mudança da capital são tomadas. Neste

contexto encontrei elementos para elaborar uma narrativa que esclarecesse como se deu o processo histórico que resultou, em 1955, na constituição da Comissão de Cooperação.

Para compor esta narrativa, selecionei vestígios a partir de motivações que estão relacionadas a questões do presente. Brasília convive hoje com sérios problemas fundiários e com uma história que não realça experiências vinculadas às pré-condições para que a cidade fosse criada – como é o caso da desapropriação de terras. É a partir disso que vou procurar compreender desdobramentos ligados àquele passado, quando a Comissão de Cooperação atuava, de 1955 a 1958, e o que gerou a necessidade de que fosse constituída. Considerando estas temporalidades, e buscando significados nos contextos que se configuravam naquele momento, creio que minha narrativa poderá fornecer outros elementos, que considerem a experiência histórico-cultural ligada a esta Comissão e suas implicações, no passado e futuro, para esta capital.

Para selecionar vestígios destas temporalidades, que considero esclarecedores, pesquisei e cotejei obras de alguns autores que irei citando ao longo desse texto. Nesta pesquisa a palavra vestígio terá significado semelhante ao que Duby (1989) chama de pregos, ou seja, referenciais que se repetem nas narrativas selecionadas. O discurso histórico contém uma subjetividade que lhe é inerente, no entanto, “não é livre, visto que as grandes cortinas de imagens de que é feito têm obrigatoriamente de se prender a pregos, que são os vestígios de que falamos. Mas, entre pregos, insinua-se o desejo”. (DUBY&LARDREAU, 1989, p. 41). Assim, quero abordar como alguns autores escolheram suas ênfases ao narrarem a história da transferência da capital, tentando compreender razões dessas escolhas.

Faz parte da minha atividade profissional, como já registrei, buscar fontes referentes a temas afins à história da criação de Brasília. Em decorrência disso, tais fontes foram se diversificando com o tempo, sendo difícil, até mesmo, enumerar todas. Posso ressaltar, no entanto, que os primeiros contatos com esta historiografia ocorreram a partir das obras de três autores, quais sejam: Silva (1999), integrante do grupo Minas-Rio, Vasconcelos (1978 e 1989) e Tamanini (2003).⁴⁸

⁴⁸Tamanini trabalhou como engenheiro durante a construção de Brasília e preocupou-se em selecionar uma vasta documentação e, posteriormente, utilizou-a na elaboração de seus livros. Conforme expliquei no primeiro capítulo desta dissertação, esses autores são sócios do IHGDF - Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, já foram seus Presidentes, e tiveram participação importante na vida da Instituição. Foram responsáveis pela criação de acervos. Vasconcelos era autor dos textos e foi o organizador da exposição existente no IHGDF. Cada um deles escreveu a sua história sobre a criação de Brasília.

Nestes textos, procurei dar início a um processo de pinçar vestígios que indicam como seus autores escolheram quais acontecimentos enfatizar ou desconsiderar. Dois deles referendam e contribuem com as mesmas reivindicações de memória do grupo Minas-Rio: o de Silva (1999) e o de Vasconcelos (1978). Cumpre frisar que Silva foi escolhido por Juscelino Kubitschek para dois cargos relativos à criação de Brasília e que isto é valorizado na sua narrativa⁴⁹. Já Vasconcelos (1978) mostra-se também como admirador confesso daquele presidente.⁵⁰ As obras de ambos valorizam, com algumas variações, os mesmos vestígios que os autores e organizadores da Coleção Brasília consideraram importantes.⁵¹ A obra de Tamanini (2003) destoa desses outros dois autores, acredito que, talvez, pelo fato de estar motivado a escrever sobre o que considerava inédito e encartar a reprodução de vários documentos ao longo dos dois volumes de seu livro.

Na seqüência cronológica apresentada pelos autores em questão, a entrada em cena da Comissão de Cooperação não ocorria com muito destaque. Silva (1999) escreve, apenas, dois parágrafos. Tamanini (2003) refere-se uma vez a Pacheco e não menciona a existência desta Comissão. Vasconcelos (1978), aquele que mais escreve a este respeito, dedica-lhe cinco páginas, duas delas com imagens fotográficas.

Procurei também identificar, nas obras destes autores, e nas de alguns outros que citarei oportunamente, como estabelecem ligações entre momentos históricos pelos quais passava a sociedade brasileira e o andamento do processo de transferência da capital. Busquei perceber quais projetos para a sociedade brasileira, de determinados grupos ou até mesmo de indivíduos, foram se apresentando longo do tempo. Desejo salientar, principalmente, o movimento que alternava entusiasmo e esmorecimento nos projetos que pretendiam a vinda da capital para o Planalto Central.

2.2 LIBERDADE E MUDANÇA

No estudo das fontes constatei que a história da mudança da capital começou a ser idealizada junto com o processo de independência. Silva (1999), Vasconcelos (1978) e

⁴⁹ Foi nomeado para substituir o Marechal José Pessoa na Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal e depois diretor da NOVACAP.

⁵⁰ Isto é perceptível nos seus textos, nas palestras que profere e, ainda, por ter dado nome de Juscelino a seu filho.

⁵¹ No entanto, não encontrei em nenhuma destas duas obras referências à Coleção.

os organizadores da Coleção Brasília (1960)⁵² escolheram construir uma origem a partir de Tiradentes e creio, fizeram-no, com a preocupação de defender o empreendimento da transferência da capital já em vias de ocorrer ou mesmo depois disso. Eles almejavam vincular a mudança da capital a um grande vulto, a um cânone, à figura de um herói.

Os vestígios que estes três autores encontraram, e que utilizam para desenvolver a construção desta associação, estavam nos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira* de 1789, documento no qual constava a pretensão dos inconfidentes de transferir a capital do Rio de Janeiro para São João Del Rei, no interior de Minas Gerais. Vasconcelos (1978) e Silva (1999) selecionaram, deste documento, depoimentos nos quais Tiradentes aparece como o único autor da idéia de transferência, da mesma forma que a idéia de simplesmente interiorizar a capital é mais valorizada do que a de interiorizar, especificamente, para São João Del Rei. Vasconcelos (1978, p. 15 e 16) prevendo, ao que parece, observações como estas últimas, escreve:

Houve já quem aventasse a hipótese de que a mudança da capital para São João Del Rei, tivesse objetivos estritamente regionalístico mineiro, ou seja Capital da Capitania, e não em termos de Capital do Brasil. Todavia, uma análise sobre as fontes e os fatos internacionais que inspiraram os mineiros à inconfidência e uma leitura mais cuidadosa de suas confissões na "Devassa" demonstram que os ideais e os objetivos da inconfidência eram nacionalistas.

O fato é que em 1957, ao fixar os simbólicos mil dias para construir Brasília, Juscelino Kubistchek o fez para coincidir com o 21 de abril e com a construção do Panteão da Pátria⁵³, na Praça dos Três Poderes ficou materializada esta memória que liga Tiradentes à cidade.

O seguinte trecho do *Correio Braziliense*, periódico brasileiro editado em Londres entre 1808 e 1822, pelo jornalista Hipólito da Costa⁵⁴, é o vestígio que parece ter sido responsável pela inclusão, definitiva, de seu redator, como um dos responsáveis pela idéia da transferência da capital, desta vez para o Planalto Central. Vejamos um

⁵² Nos volumes aos quais tive acesso não aparecem os nomes dos organizadores, no entanto, o jornalista Raimundo Nonato da Silva, vice-presidente do IHGDF e, na época, diretor da Revista, informou que era um grupo de 15 pessoas, entre elas, Donatello Grieco (embaixador), Oswaldo Orico (deputado), Otto Lara Resende (genro de Israel Pinheiro) e Pedro Gomes (jornalista da Bahia).

⁵³ Monumento projetado por Oscar Niemeyer em homenagem ao ex-presidente Tancredo Neves (o nome é Panteão da Pátria Tancredo Neves). Sua forma lembra um pássaro - "inspirado nos ideais de liberdade e democracia" (LASSANCE, 2003, p.117). Seu acervo é composto de um vitral de Marianne Peretti, um painel de Athos Bulcão e um painel de João Câmara no qual aparecem imagens da Inconfidência Mineira com destaque para Tiradentes, em cenas logo reconhecidas, assim que são iluminadas uma a uma e acompanhadas por uma narração em áudio que as explica. O ambiente é de penumbra e fechado, segundo seus autores, para gerar impacto.

⁵⁴ O *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*, além de primeiro periódico brasileiro, foi o primeiro periódico português a circular sem a interferência da censura. Seu redator, Hipólito José da Costa, foi um estadista atuante e influente no processo de emancipação política do Brasil. Ver: MONTEIRO, Rolando. *Hipólito da Costa e a Independência: documentário e apreciação*. Editora Cátedra/MEC, RJ, 1979.

resumo deste trecho, extraído de um número do jornal publicado no ano de 1813, onde este jornalista nos fala do fenômeno das águas emendadas⁵⁵ especificando, dessa maneira, um lugar no Planalto Central:

O Rio de Janeiro não possui nenhuma das qualidades que se requerem na cidade que se destina a ser capital do Império do Brasil: e se os cortesãos que para ali foram de Lisboa tivessem assaz patriotismo, e agradecimento pelo país, que os acolheu, nos tempos de seus trabalhos, fariam um generoso sacrifício das comodidades, e tal qual luxo, que podiam gozar no Rio de Janeiro, e iriam estabelecer em um país do interior, central e imediato às cabeceiras dos grandes rios; edificariam ali uma nova cidade, começariam por abrir estradas que se dirigissem a todos os portos de mar, e removeriam os obstáculos naturais que têm os diferentes rios navegáveis, e lançariam assim os fundamentos ao mais extenso, ligado, bem defendido e poderoso império, que é possível exista na superfície do Globo, no estado atual das nações que o povoam. Este ponto central se acha nas cabeceiras do famoso rio de São Francisco. Em suas vizinhanças estão as vertentes de caudalosos rios, que se dirigem ao norte, ao sul, ao nordeste e ao sueste [...]

(COSTA, H. da. apud COLEÇÃO Brasília, 1960, p. 114)

Voltando a um ponto importante ligado a este jornalista, vale ressaltar que ele defendia idéias de uma independência pacífica para o Brasil e em algumas edições do *Correio Braziliense* retoma, novamente, esta questão da transferência. Ele escrevia sobre essa região central do Brasil sem nunca tê-la visitado, pois nasceu na Colônia de Sacramento, quando ainda esta estava sob domínio português. Começou estudos em Pelotas no Rio Grande Sul e ainda jovem mudou-se para Portugal, completando os estudos na Universidade de Coimbra. (BARBOSA, 1996, p. 39). Vem daí a suposição, por parte de alguns autores, de que em algum momento ele tenha tido acesso a um mapa, produzido em 1751, por encomenda do Marquês de Pombal. O mapa foi produzido por Tosi Colombina e somente uma parte chegou ao Brasil, mas em Portugal e em outros pontos da Europa parece ter sido divulgado integralmente e influenciado estudiosos interessados como era o caso do editor do *Correio Braziliense*.

Tenho acompanhado, ultimamente, no IHGDF a disputa entre aqueles que atribuem a este mapa a origem mais remota da idéia da transferência da capital e aqueles que atribuem esta origem a Tiradentes por meio das evidências contidas nos *Autos da Devassa* de 1789.

Fontana (2004)⁵⁶, Bertran (1988) e Lassance (2003), escritores e membros do IHGDF, defendem a importância desse mapa de Tosi Colombina, e do trabalho de seu

⁵⁵ Este fenômeno (que ocorre no interior do Brasil e no centro da América do sul) vai inspirar associações que levará a idéia de coração da terra ou heartland. (VISENTINI, 1987, p.67).

produtor, como o primeiro elemento que teria dado condições para que se pensasse a mudança da capital para o Planalto Central e que, assim, a este trabalho deveriam ser atribuídos os primórdios da transferência. Este mapa continha informações significativas sobre aspectos físicos que interessaram muito àqueles estudiosos com algum projeto de organização da sociedade brasileira, durante e depois do processo de independência. Portanto, afirmar que, essa assim considerada relíquia cartográfica deva ser concebida como o primórdio, é assumir o encantamento que gerou naqueles que tiveram acesso a ela. Vejamos uma defesa disso:

Esse mapa geofísico, fluvial e viário com dedicatória e descrição, é intitulado “Mapa da Capitania de Goyás e regiões circunvizinhas que mostra as comunicações entre as bacias do Prata e Amazonas. Villa Boa de Goyaz, 6 de abril de 1775”. [...] Essa obra cartográfica é muito importante, pois define os limites entre Mato Grosso e Goiás (tanto que chamado o "Mapa de Goiás"), Pará, Maranhão, Pernambuco e as capitanias do Sul. Conseqüentemente Tosi Colombina é considerado o pai da cartografia do Brasil Central. [...] O mapa retrata o epicentro das nascentes dos maiores sistemas hidrográficos brasileiros, trazendo pela primeira vez informações e rotas, tanto terrestres como fluviais, que ligam o Centro-Oeste ao sul do Brasil [...] Tosi teve consciência da importância estratégica e política de seu mapa que dá a primeira visão física e uma efetiva interpretação das dimensões territoriais do Brasil colonial [...] Para esse mapa [...] ele reuniu e organizou informações de muitos viajantes e "sertanistas", colhidas desde 1753, mas descreveu também o quanto pôde deduzir dos contatos e de suas experiências pessoais. (FONTANA, 2004, p. 22).

Para Silva (1999), Vasconcelos (1978) e os organizadores da Coleção Brasília (1960), José Bonifácio foi mais um a demonstrar, em vários momentos de sua carreira política, ter sido influenciado pela idéia de uma capital localizada no centro do território brasileiro. Suas opiniões ficaram registradas nas *lembranças e apontamentos* enviadas às Cortes de Lisboa em 1821 e, após a independência, nas discussões da Constituinte de 1823. São vestígios encontrados nestes documentos, sua condição de político e o peso histórico de ser considerado o patriarca da independência que o tornaram, na visão destes autores, um precursor da idéia de mudar a capital.

José Bonifácio defendia um local para a nova capital próximo à Vila de Paracatu, em Minas Gerais, ou seja, no paralelo 15°. Ele chegou inclusive a sugerir os nomes Petrópole ou Brasília para a mesma. Esta localização sugerida para a cidade deixa pistas de que ele também tenha tido, em algum momento, acesso ao mapa de Colombina. Este acesso pode ter acontecido devido a seus interesses por mineralogia. Outra fonte capaz

⁵⁶ Este autor é um estudioso italiano, freqüentador do IHGDF onde, em abril de 2004, realizou o lançamento do livro intitulado Francesco Tosi Colombina: explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar italiano no Brasil do séc. XVIII.

de tê-lo influenciado seria o já citado jornal editado em Londres por Hipólito da Costa, haja vista o periódico ter circulação no Brasil.

Adolfo de Varnhagem, historiador e diplomata, foi mais um que se envolveu ao longo de sua vida com a idéia da transferência da capital. Sobre este historiador, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), encontrei em Magalhães (2004, p. 51 a 91) indicações da importância de seu empenho pessoal no processo que resultou na transferência da capital. Este autor esclarece que Varnhagem era vinculado “à primeira geração de pensadores brasileiros” que no século XIX tinha “a tarefa de invenção ou reinvenção da nação”. E ressalta de sua trajetória o fato de ter se dedicado a interpretar mapas e documentos brasileiros nas bibliotecas e arquivos europeus (onde provavelmente teve acesso às informações contidas no mapa de Tosi Colombina⁵⁷), de ter publicado livros em que havia reflexões sobre assuntos brasileiros (com a defesa de teses de cunho geopolítico) e de ter ousado romper com as posturas que o identificavam como intelectual, partindo para a ação de conhecer, aos 61 anos, *in visu*, a região central do Brasil. Magalhães (2004), também enfatiza as ligações de amizade de Varnhagem com o Imperador D. Pedro II e o fato deste diplomata ter influenciado, desde de 1852, na formulação da legislação a respeito da transferência da capital.

Em 1887, Varnhagem, neste ano já Visconde de Porto Seguro, ficou algum tempo na vila de Formosa da Imperatriz, lugar de onde escreveu uma carta ao ministro da Agricultura e Viação e Obras, em que definia uma sugestão de local para a nova capital. Informações contidas nesta carta, sobre aspectos físicos da área, confirmam as do mapa de Colombina. Esta carta é um importante registro sobre a região localizada no coração do Brasil e foi a principal referência para a defesa da mudança da capital na Constituinte de 1891.

Essa linha narrativa é muito cara a alguns dos escritores citados - como Bertran (1988) e Lassance (2003)- e àqueles que porventura se interessam por uma visão mais geográfica e arqueológica da história. Para estes é muito claro que o mapa feito por Tosi Colombina, com imensa precisão, apesar dos poucos recursos técnicos disponíveis em meados do século XVIII, é o elo capaz de ligar – Hipólito da Costa, José Bonifácio e Varnhagem. Bertran (1988) e Lassance (2003) vêem como possível estender este elo a Luis Cruls e, conseqüentemente, a Polli Coelho⁵⁸ e assim por diante.

⁵⁷ Magalhães (2004) não faz referência especificamente a este mapa.

⁵⁸ Luis Cruls e Polli Coelho são responsáveis por comissões de estudos na região do Planalto Central após o Brasil ter sido proclamado uma república, em 1889.

Visentini (1987, p. 69) buscando explicar a influência da geopolítica em todo esse percurso do processo de transferência da capital acredita que, após argumentos geopolíticos da carta de Varnhagem (gestados no 2º Reinado dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) ficou decidido que aquele seria o local para a nova capital. Para este autor, tais argumentos fizeram com que a partir daí fosse desconsiderado o fato do Planalto Central ocupar terras além das de Goiás, e que as Comissões subseqüentes, apenas, referendassem tal local próximo à Formosa. No entanto, esta análise, feita num momento futuro, em que já havia acontecido a transferência da capital para o Planalto Central, não considerou incertezas do percurso quanto à questão deste local e não outro em Minas Gerais. Elas existiram, como veremos, e interessam a este meu estudo.

Até aqui, ressaltei o contar dessa história da mudança da capital, da forma como foi valorizada sob os olhares de autores mais comprometidos com o projeto de memória daquele grupo que, segundo meu viés, conseguiu visibilidade na cena histórica. Também considerei os olhares do grupo que desejava o reconhecimento do mapa produzido por Tosi Colombina, como referencial para determinação do local para onde deveria ser transferida a capital.

2.3 CHAMA DA ESPERANÇA COM AS COMISSÕES

Com a mudança no sistema de governo, em 1889, e a inclusão da transferência da capital como dispositivo constitucional, começaram a ocorrer ações mais concretas, apesar do longo caminho ainda a ser percorrido até a mudança efetiva da capital. Estas ações estiveram vinculadas às decisões do governo federal - nem sempre por iniciativa do executivo - por meio da sistemática de criação de variadas comissões, como a Comissão Cruis em 1892 e a Polli Coelho em 1947.

Na tentativa de dialogar com outras vozes e tentando buscar as ênfases que se relacionem com o tema pesquisado, numa polifonia possível e desejável no presente estudo, é que experimentarei um caminho narrativo que acredito ser capaz de mostrar a participação de outras pessoas nos contextos de ações das várias comissões que precederam a Comissão de Cooperação. Pessoas que, por motivos diversos, não são consideradas nos enfoques usualmente adotados em relatos sobre processos em que estiveram profundamente envolvidas.

Assim, para compreender a criação da Comissão de Cooperação, procurei também conhecer os contextos em que foram criadas e atuaram estas outras Comissões.

Porém, antes de falar como estas comissões se sucederam e fizeram o processo de transferência avançar, gostaria começar pelo final dos acontecimentos que culminaram com o início da construção de Brasília, num momento em que a Comissão de Cooperação começava seu trabalho.

A minha motivação, para dar esse salto e contar uma parte dessa história criando um roteiro que complementasse o que Tamanini (2003) apresenta em sua obra⁵⁹, veio da percepção de como esta história é carregada da energia, criatividade e estratégia, de algumas pessoas com projetos próprios acerca da transferência da capital. Refiro-me a alguns membros do já mencionado e por mim considerado grupo de Goiás que viviam, por dentro, a incerteza sobre para onde seria transferida a capital. Se para a parte do Planalto Central localizada em Goiás ou se para a parte deste planalto que encontra-se em Minas Gerais, mais especificamente no Triângulo Mineiro.

Vale ressaltar que já experimentei trabalhar este assunto no curso para professores do qual participo como docente⁶⁰, fazendo uso de uma linguagem teatral, o que tem se mostrado muito interessante. A aula sobre este assunto inclui a utilização de outras linguagens que ampliam a discussão sobre a criação e manutenção de um marco histórico. A linguagem cinematográfica - com exibição do longa-metragem “Dom Bosco”, produzido pela La Raí-radio televisione da Itália e que não se refere a nenhum sonho do santo ligado ao Brasil. Também a linguagem musical – com utilização da composição “Ermida” de Carlos Candango (um CD – ROM com imagens e textos onde é mostrada a Ermida D. Bosco e um trecho do sonho deste santo). E, por fim, a linguagem teatral – com a utilização do texto de Tamanini (2003) para que os alunos a partir daí elaborem uma breve apresentação. Este momento da apresentação é o ponto alto e que traz mais elementos para a discussão.

Comprovei, também, neste exercício, o potencial dessa trama estabelecida a partir de um determinado momento - algo em torno do final de 1955, início de 1956. Dessa forma, construo, a seguir, uma narrativa ficcional, na qual promovo o encontro de

⁵⁹ Conforme anteriormente explicitado, Tamanini (2003), na sua obra Brasília: Memória da Construção., apresenta uma visão que indica seu contato com fontes diferentes das que subsidiaram tanto na Coleção Brasília (1960), quanto a obra de Silva (1999) e de Vasconcelos (1978 e 1989). No item anterior discuti os enfoques apresentados por estes dois últimos autores e pela Coleção Brasília, sigo agora em diálogo mais direto com Tamanini (2003).

⁶⁰ Curso oferecido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal ao qual já me referi no capítulo 1.

personagens que estiveram significativamente envolvidos no processo de criação e atuação da Comissão de Cooperação, esperando que, por meio deste artifício, a intrincada trama em torno do assunto seja revelada de forma mais direta ao leitor. Esta proposta vincula esta minha experiência de docência à vontade de ousar, de criar em cima do texto de outro autor – vontade esta que vem da empatia com uma concepção teórica que se abre a formulações como a seguinte:

Segundo Bachelard (1985) [...] só existe uma única realidade: a do instante. Uma vez que este instante após o acontecido, vira passado, chega até nós apenas como imagens. O historiador passa a levitar, pois neste caso, desprende-se das certezas históricas e passa a trilhar em um campo movediço de possibilidades de sentidos, acerca do passado, através de experiências de vida. Qualquer tipo de construção sobre um passado não compreendia o real, mas a imaginação a respeito dele, É a descontinuidade do tempo linear, na medida em que a todo instante vivemos momentos distintos.

(TAVARES, 2005, p. 118)

A partir da narrativa histórica contida no texto de Tamanini (2003), montei então um roteiro, uma breve narração para o esclarecimento da trama que envolveu Segismundo de Araújo Mello e Juca Ludovico de Almeida.

Como mencionado anteriormente, Segismundo de Araújo Mello, ou Segismundo Mello como ele é citado por Tamanini (2003), era advogado, no entanto, sua atividade seria mais compatível - como hoje é conhecida - com as de um articulador político. Envolveu-se muito com questões relativas às primeiras providências para o início da construção de Brasília. Segundo Tamanini (2003), seria este advogado que, além de ter sido membro da equipe jurídica que iniciou os trabalhos da Comissão de Cooperação e de ter exercido o cargo de Presidente interino da NOVACAP entre 1958 e 1960, teria fornecido elementos para a fundamentação da Mensagem de Anápolis.⁶¹ Tenho ainda elementos para supor que foi o próprio Segismundo quem forneceu a Tamanini (2003) informações com as quais orientou suas investigações.

José Ludovico de Almeida, ou simplesmente Juca Ludovico, como era conhecido, era o governador do estado de Goiás e viu-se envolvido, mais de perto, com as questões da transferência da capital, a partir do momento em que recebeu a solicitação

⁶¹ Esta Mensagem representou solução jurídica para evitar entraves burocráticos ao andamento da construção de Brasília e através dela foi criada a NOVACAP. Segundo Silva (1999), Juscelino Kubitschek contou com a colaboração de juristas com experiência. No caso da construção de Goiânia, Segismundo Mello era um deles. O documento deveria ter assinatura, com evento comemorativo, em Goiânia, mas o avião presidencial não conseguiu pousar. Assim foi na cidade próxima, Anápolis, de madrugada e com poucas pessoas que a assinatura ocorreu.

do Marechal José Pessoa Cavalcante para tomar decisões que seriam de responsabilidade do governo federal - assunto que retomarei no capítulo 4. Ele dedicou-se pessoalmente, e com empenho, a tudo que se referia à possibilidade da vinda da capital para o estado que administrava.

Personagens desejosos de influir na ordem dos acontecimentos e que irão se articular evitando disputa aberta pelo direito de reconhecimento de participação naquela história. Agiam sob a lógica de uma “economia moral”, como abordei no capítulo 1, considerando a noção pensada por Thompson (1984 apud GODOI, 1999). Magalhães (2004b, p. 209) referindo-se ao mesmo autor nos alerta para a necessidade de:

[...] se retomar a consideração e compreensão dos valores como vividos na experiência, na cultura, materializada como normas, expectativas necessárias e aprendidas na família, no trabalho, na comunidade imediata, sem os quais, a vida social não seria possível nem mantida.

Na comunidade imediata de que estes personagens faziam parte, e pelo objetivo comum por que lutavam, justificava-se o empenho na estratégia que, como veremos, produziu resultados.

Na narrativa histórica de Tamanini (2003), busquei vestígios capazes de garantir a elaboração de um roteiro ficcional com uma narrativa “plausível” daquilo “que poderia ter sido” (PESAVENTO, 2002, p. 12 e 13). Segundo esta autora, quando o historiador considera a concepção da história como narrativa, estabelece um diálogo novo com a literatura, nesse sentido, tanto o escritor de ficção literária como o historiador buscaria nas fontes “referenciais de contingências”. Estes, por sua vez, conferem plausibilidade aos dois tipos de textos e transportam o leitor para outro tempo, um passado que só o historiador concebe como efetivamente acontecido.

Para começar, que título teria? Poderia ser algo como: *Com o aval de um santo*, ou *Dom Bosco e Brasília*. Teríamos sete papéis a serem distribuídos. O governador Juca Ludovico e o advogado Segismundo Mello estão na trama. O terceiro papel seria o do primeiro prefeito de Goiânia, nomeado em 1935 e exonerado em 1945, Venerando Borges⁶². Israel Pinheiro também está incluído no enredo, nesta época, era deputado federal por Minas Gerais e o mais cotado para trabalhar com Juscelino Kubitschek na transferência e construção da nova capital federal.

⁶² Depois, em 1950, voltou ao cargo de prefeito, desta vez eleito. Foi escritor; secretário de fazenda e deputado estadual. (MARTINS, 1999, p. 1083 e 1084).

Mais dois importantes papéis constam na narrativa: o do Padre Cleto Calimam, padre da ordem dos salesianos, criada por Dom Bosco, e que era diretor do Ginásio Anchieta localizado na cidade goiana de Silvânia; e o de Lucas Lopes, deputado federal por Minas Gerais na Constituinte de 1946 e que havia sido membro da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital.⁶³ Por fim, um dos papéis seria o de Juscelino Kubitschek, que teria, surpreendentemente, poucas falas.⁶⁴

As cenas indispensáveis seriam oito:

Cena 1

Diálogo entre Segismundo Mello e o governador Juca Ludovico no gabinete do Palácio das Esmeraldas.

Segismundo: A seleção do material que você pediu, Juca, já está quase pronta, mas tava querendo encontrar algo que sensibilizaria o teimoso do Israel, pra ver se ele esquece, de vez, essa idéia de fazer a capital lá em Minas. E, acho que encontrei.

Juca Ludovico: O que descobriu de tão milagroso assim?

Segismundo: O Israel é devoto de São João Bosco, aquele santo italiano que tem sonhos proféticos, sabe? Parece que ele estudou em colégio da Ordem que esse Padre criou, os Salesianos...

Juca Ludovico: Ah, sei...

⁶³ Sobre Lucas Lopes apurei que foi autor de um trabalho denominado Memória Sobre a Mudança do Distrito Federal (TAMANINI, 2003, p.108). Na década de 50, será o técnico responsável pelas políticas de expansão energética do governo federal, além de ter sido o supervisor da elaboração do Plano de Metas durante a campanha e no governo de Juscelino Kubitschek. Além disso, também foi ministro da fazenda, entre 1958 e 1959. (LEOPOLDI, 1991).

⁶⁴ Com o intuito de manter o lirismo da narrativa por mim construída, nos diálogos, as personagens tratar-se-ão pelo primeiro ou pelo último nome, precedido ou não por pronome de tratamento (senhor, vossa senhoria, etc.) ou mesmo pelo termo “doutor” - o qual, ainda hoje, no Brasil, comumente indica titulação e/ou autoridade da pessoa com a qual tratamos - quando isto refletir o que muito possivelmente ocorria na época nas relações entre os personagens desta trama.

Segismundo: Tenho certeza de que li um artigo do Alfredo Nasser⁶⁵ em que ele falava de um sonho desse santo. O artigo fazia uma defesa da mudança da capital para Goiás e o sonho relacionava-se a isto.

Juca Ludovico: Isso é bom... coloca então esse artigo junto com a legislação, os documentos tudo que você selecionou, monta tipo um livro e a gente manda pro teimoso...

Segismundo: Ah! Quem me dera, quem disse que encontro o tal texto! E o Nasser nem lembra mais de ter escrito, estranho, né? Mas estou tentando outra saída, vou eu mesmo ler o tal do sonho e ver o que posso tirar dele. O Germano⁶⁶, meu cunhado, ficou de ver se os Salesianos daquele colégio lá de Silvânia têm uma cópia. Se precisar vou lá pra saber mais...

São interrompidos pela secretária e despedem-se rapidamente.

Cena 2

Encontro de Segismundo Mello com o Padre Cleto Calimam na recepção do Colégio Salesiano de Silvânia (GO).

Pe. Cleto: Meu filho, tenho sim uma cópia do sonho, está até já traduzida. Vamos até a biblioteca.

Na biblioteca

Segismundo: Padre, pode vir até aqui... É longo, este sonho, né Padre? Mas acho que o trecho que pode ter relação com o que procuro é este aqui, [pausa curta, pensativo] que fala “em meio a estes montes aparecerá aqui a terra prometida ...” mas Padre, aqui não está bem sintetizado o problema da futura capital. D.Bosco se refere a riquezas incalculáveis no subsolo e à formação de um lago. O senhor

⁶⁵ Alfredo Nasser, segundo Tamanini (2003, p. 113) era “um importante homem público goiano”, que havia escrito sobre o sonho de D. Bosco e para isso baseou-se em um artigo de Monteiro Lobato, de 1935, cujo título era: “Até os santos afirmam que há petróleo no Brasil”.

⁶⁶ No texto de Tamanini (2003), a única informação sobre Germano Roriz é de que era cunhado de Segismundo de Araújo Mello.

não poderia dar um jeito para que a visão tivesse mais um sentido de cidade, de civilização? ⁶⁷

Pe. Cleto: [pausa, expressão facial preocupada, pensativa] Vou pensar, talvez seja possível, mas... Se isso der algum problema depois a responsabilidade é sua, [pausa] toda sua.

Segismundo: Não sei, [pausa curta] vou pensar um pouco... Mas por enquanto preciso de uma cópia do sonho e de uma foto de Bosco; na verdade quero mostrar pro governador.

Pe. Cleto: Vou providenciar...

Cena 3

Diálogo entre Juca Ludovico, Segismundo Mello e Venerando Borges no saguão do aeroporto de Goiânia antes do embarque para o Rio de Janeiro onde assistiriam a posse de JK em 31/01/ 1956.

Juca Ludovico: E o livro Segismundo, já tá pronto?

Segismundo: Mais ou menos, ainda não decidi sobre aquele assunto do santo...

Venerando: De que livro vocês tão falando?

Juca Ludovico: É ainda aquele assunto, dos mineiros, da Constituinte de 46 quererem levar a futura capital lá pra eles, lá pro triângulo. O livro é pra reunir tudo que já foi produzido sobre o assunto e olha que tem muita coisa, viu? E nós ainda estamos produzindo mais, né, Segismundo? [última frase dita em tom jocoso]

⁶⁷ Esta pergunta foi extraída do texto de Tamanini (2003, p. 115), o qual provavelmente a extraiu de uma entrevista que realizou com o Padre Caliman ou de algum diálogo do próprio autor com Segismundo Mello. De qualquer forma, são memórias sobre esse encontro, sujeitas ao jogo da lembrança e esquecimento, o que não as invalida como forma de aproximação com esse passado.

Segismundo: Ah, é! Já que estamos falando nisso vamos sentar ali pra eu mostrar o que já tenho esboçado... Essa é a capa. A primeira página será esta, com a foto de Dom Bosco. Não achei o sonho muito específico sobre a idéia de cidade... Aí, antes de transcrevê-lo resolvi dar uma direcionada na legenda da foto vejam o que escrevi “São João Bosco, que profetizou uma civilização no interior do Brasil de impressionar o mundo, à altura do paralelo 15°, onde se localizará a nova Capital Federal”. Mais aí na frente pus o sonho certinho conforme a tradução que consegui. Acho que o Israel não ficará insensível...

Juca Ludovico: Que saída brilhante, hein!? Você deve ter dado tratos à bola pra bolar isso... Agora é só ajeitar esses escritos e assegurar que ele leia. E tudo indica que é ele mesmo quem vai tocar esse projeto de mudança pro Juscelino... Ele tem perfil pra isto, nós sabemos. Mas pra você entender, Venerando, e até ajudar com alguma idéia...

Venerando: Que coisa hein gente! Me atualiza nisso aí que eu quero ajudar, não podemos deixar de jeito nenhum Goiás perder essa capital...O Altamiro Pacheco até já desapropriou uma fazenda muito grande lá perto de Planaltina...

Juca Ludovico: Pois é..., mas essa confusão começou lá na Constituinte de 46, como já te falei. Em 48, na hora de votar a mensagem enviada pelo Dutra, aquela, resultado dos trabalhos da Comissão Polli Coelho, o Benedito Valladares influenciado, junto com o Lucas Lopes, que foi o autor de emenda da transferência e que disfarçadamente incluiu no texto que a capital deveria vir para uma “região central do país compreendida entre o rio Paranaíba e o rio Grande”⁶⁸, tudo pra não dizer Triângulo Mineiro, você sabe como é, né? A nossa saída, a saída pra Goiás não perder a capital, foi pedir pro pessoal da bancada capixaba pra entrar com um requerimento de destaque que eliminou a especificação do local. Desse jeito ela foi votada. Desse jeito a malandragem da mineirada foi neutralizada... Só que os mineiros como o Israel e, até o próprio Juscelino, não engoliram muito bem não...

⁶⁸ TAMANINI, 2003, p. 108.

Venerando: - Não soube destes detalhes não...

Segismundo: - E não foi nada fácil. O requerimento foi aprovado só com seis votos de diferença, se não me engano 108 a 102. Pesou á idéia da longa tradição de que era de Goiás o local escolhido desde 1892... Mas o argumento deles é que aquelas terras do Triângulo são mais férteis que as daqui. Fiquei até sabendo que, recentemente, o Israel estava sobrevoando o sítio escolhido pelo pessoal da Comissão do José Pessoa⁶⁹ e disse, pra todos que estavam com ele, que essa terra só era “boa pra se criar calango”...⁷⁰

Juca Ludovico: - Argumento fraco, pois a terra tem que ser boa é pra fazer uma bela cidade... Não acham?! Oh, já estão chamando pro embarque....

Venerando se despede e Juca e Segismundo encaminham-se para o avião.

Cena 4

Três meses depois. Segismundo de Araújo Mello telefona ao prefeito Venerando Borges convocando-o a ir ao gabinete do Governador.

Segismundo: Alô Venerando, tudo bem? Tô te ligando pra pedir ajuda naquele assunto do Israel ser contra a capital vir pra cá. Sinto que estamos num momento delicado. Hoje nós vamos nos reunir lá no gabinete do Juca às 6 horas da tarde, pra ver o que fazer. Podemos contar com você?

Venerando: Claro, estarei lá!

Cena 5

Segismundo: Gente, o João Prefeito⁷¹ esta preparando um evento grande mesmo, é o centenário de Uberaba, Juscelino já confirmou presença, os discursos vão ser no local da exposição de gado e tenho fortes temores que diante daquele povão e

⁶⁹ O Marechal José Pessoa era presidente da Comissão de Localização da Nova Capital Federal desde setembro de 1954 até 1956.

⁷⁰ TAMANINI, 2003, p.108.

⁷¹ Tamanini (2003) afirma que o nome o prefeito de Uberaba era João e que o mesmo era conhecido como João Prefeito.

aquele tanto de político da região o presidente pode ser levado a se comprometer a levar a capital para lá.

Juca : Não é possível, já enviou até a lei pro Congresso....Pensando bem ... Que você acha que podemos fazer Segismundo? Já pensou em alguma coisa?

Segismundo: O livro A NOVA Capital do Brasil: estudos e Conclusões está pronto e tinha que ser lido pelo Israel e essa turma de minas o quanto antes...

Venerando: Não dá tempo! Se enviarmos mesmo em mãos corre o risco dele não ler e se souber da nossa urgência pode até implicar...temos que pensar bastante...

Juca Ludovico: [expressão de quem acabou de ter uma grande idéia] Gente, gente, o Quintiliano Jardim é meu amigo demais, e o dono do único jornal e da única emissora de rádio de Uberaba, posso dar um jeito de comprar toda a programação de rádio da véspera da festa⁷².Acho que vai comparecer bem menos gente...

Venerando: Faça isso Juca, é uma idéia e tanto e acho que deveríamos ir todos e convocar mais gente ainda. Vamos marcar presença vai ser mais difícil fazer cometer um disparate deste na nossa presença...

Segismundo: Vou providenciar nossa ida, reservar hospedagem no melhor hotel de lá pra ficarmos perto deles e aproveitar as oportunidades de defender a manutenção do andamento da vinda da capital pra nós. Se alguém tiver outras boas idéias comunique-se.

Cena 6

Dia 3/5/1956 Uberaba, Hall do Grande Hotel.

⁷² Informação extraída de Tamanini (2003, p. 109).

Venerando: Pessoal, já me certifiquei, o Israel está hospedado aqui, mas saiu, o Juscelino deve ter ficado na casa do João Prefeito. Juca você deve dar um jeito de ir pra lá. Eu fico de sentinela aqui pra dar um jeito de entregar o livro pro Israel...

Juca: Acho que eu e você Segismundo vamos tentar cumprimentar o Juscelino e participar das conversas e vocês procurem almoçar perto dos políticos que estão na cidade. Você espera Venerando e vê se entrega esse livro com muito jeito pro Israel...

Cena 7

Casa do João Prefeito, JK encontra-se na sala cercado de pessoas e entra Juca Ludovico.

Juscelino: Estou sabendo que naquela terra ô Juca (da nova capital ...) não dá nem abóbora?⁷³ [risos]

Juca Ludovico: Presidente, se o senhor procura terra pra plantar abóbora, milho, feijão, existem outras melhores[...] mas se for pra construir a nova capital, melhor não existe não, presidente, como dizem os relatórios de todas as comissões.⁷⁴

Juca e Segismundo trocam um olhar de cumplicidade.

Cena 8

Hall do Grande Hotel, Israel Pinheiro chega e dirige-se ao elevador, Venerando Borges o acompanha segurando o livro com a capa à mostra de forma que o título “A Nova Capital do Brasil” ficasse visível.

Venerando: Boa Tarde, também vou pro 3°.

⁷³ TAMANINI, 2003, p.109.

⁷⁴ Idem, ibidem.

Israel: Ô moço, que título interessante! Gostaria de dar uma olhada neste livro, podia me emprestar?⁷⁵

Venerando: Doutor Israel, eu tenho outro exemplar, pode ficar com este. Até logo.⁷⁶

Israel: A... até logo, ...obrigado...

Para Tamanini (2003), a partir desses acontecimentos de Uberaba, dissiparam-se todas as sombras que ameaçavam a construção da *nova* capital em Goiás. Estes episódios esclarecem para mim, além da capacidade de mobilização provocada pelo desejo de mudança da capital para Goiás, a forma curiosa com que alguns vestígios históricos podem ser criados.

Voltando agora a observar o surgimento de cada uma das comissões, pretendo aclarar o sentido do que estudei sobre elas nas narrativas de Silva (1999), Vasconcelos (1978 e 1989) e também de alguns outros. Procurarei explicitar como, apesar de estar atuando o tempo inteiro, o projeto do grupo de Goiás fica de fora destas narrativas.

Neste estudo observei quais *pregos* tais autores acharam importantes para explicar a dinâmica que foi gradativamente estabelecida à medida que a década de 1950 se aproximava. Vale lembrar aqui a importância deste momento no qual são criadas as condições efetivas para que a mudança da capital finalmente aconteça. Houve uma linha de continuidade entre elas, pelas decisões do legislativo, pela permanência de alguns membros na comissão subsequente e pela constante vigilância de alguns representantes do grupo de Goiás.

Além dos autores citados, recorri bastante ao livro organizado por Segismundo Mello, ao qual tive acesso quando fui à Casa de Altamiro em Goiânia. Este livro, intitulado *A Nova Capital do Brasil: estudos e conclusões*, foi entregue a Israel Pinheiro, conforme explicitado na narrativa acima descrita. Segundo Tamanini (2003), o livro teria sido escrito por Segismundo Mello a pedido do então governador de Goiás, Juca Ludovico. Entretanto, sua autoria não é explicitada na publicação. Isto, conforme procurei elucidar na narrativa acima criada, foi mais uma estratégia adotada pelo grupo

⁷⁵ Idem, p. 111.

⁷⁶ Idem, ibidem.

de Goiás tendo em vista a transferência da capital federal para um determinado local do Planalto Central localizado em terras do estado de Goiás. .

Assim posto, tentei fazer um resumo dos acontecimentos até aquele momento. Na leitura desta obra, que de acordo com Tamanini (2003) teria sido escrita por Mello (1956), pude perceber as sutis mudanças de nomes dessas comissões e o significado disso no bojo dos acontecimentos até a criação da Comissão de Cooperação. Antes, porém, de falar resumidamente sobre cada uma, apresento adiante um quadro descritivo de forma a facilitar o acompanhamento da discussão que desenvolverei a seguir.

Data de funcionamento/Lei	Nome da Comissão	Chefe/ Presidente	Nº de membros	Principais ações
5/1892 a 12/1894 Lei nº 71 de 1891 Portaria 119-A de maio de 1892.	COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL DO BRASIL (CEPCB)	Luiz Cruls Engenheiro.	22	Demarcou uma área de 14.450 km ² com linhas secas entre os paralelos 15°10'0''S e 16°08'35''S.
7/1894 a 12/1895 Lei nº 71 de 1891 Portaria 119-A de maio de 1892.	COMISSÃO DE ESTUDOS DA NOVA CAPITAL DA UNIÃO (CENCU)	Luis Cruls. Engenheiro.	?	Ratificou conclusões anteriores e elaborou o 1º mapa do DF.
11/1946 a 7/1948 Constituição 1946 Disposições Transitórias artigo 4º.	COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL (CELNCB)	Djalma Poli Coelho. General/engenheiro	12	Ampliou a área demarcada por Cruls para 77.254 km ² e colocou em votação se a capital seria mantida em área de Goiás ou se iria para o triângulo mineiro. O resultado do trabalho da Comissão é enviado ao Congresso por Dutra - Mensagem de Corumbá.
No período de agosto de 1948 a janeiro de 1953, portanto durante cinco anos, o assunto foi discutido no Congresso.				
6/1953 a 8/1954 Lei 1803 de janeiro de 1953 Decreto nº32976 de junho de 1953.	COMISSÃO DE LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL FEDERAL (CLNCF)	Agnaldo Caiado de Castro. General.	15	Contratou da firma Cruzeiro do Sul para levantamento aerofotogramétrico da área redefinida de 52.000 km ² e contratação da firma americana Donald Belcher para a análise do material fotográfico e apresentação dos 5 melhores sítios
10/1954 a 12/1955 Decreto nº 38251, de dezembro de 1955.		José Pessoa Cavalcante de Albuquerque. Marechal aposentado.	14	Escolha do Sítio Castanho e fixação da área definitiva de 5.789,16 km ² e declaração da área como de utilidade pública para fins de desapropriação.
12/1955 a 5/1956 Idem Decreto nº 38251, de dezembro de 1955.	COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DA CONSTRUÇÃO E DA MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL (CPCMCF)	José Pessoa Cavalcante de Albuquerque. Marechal aposentado.	?	Confecção de cartas escalas 1 por 1000, importantes para a construção da cidade.
5/1956 a 9/1956 Idem Decreto nº 38251, de dezembro de 1955.		Ernesto Silva. Médico	?	Definiu normas para o concurso do plano piloto.

Fontes: A NOVA Capital do Brasil: estudos e conclusões, 1956, p. 14 e 15 & SILVA, 1999, p. 45 a 122.

Para apresentar o processo de sucessão destas comissões, busquei o que considero importante e que de alguma forma terá reflexos para e na criação da Comissão de Cooperação. Esforço-me, ainda, para superar a linearidade intrínseca a esta sucessão através da interpretação do que foi dito sobre elas sob a ótica de alguns autores que selecionei.

No caso da primeira das comissões, a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, foi no estudo de Magalhães (2004) e por meio da análise do relatório da mesma, que encontrei elementos para refletir sobre o forte impacto causado por esta comissão nas comunidades visitadas. Pude compreender a força de sua estada na região, e os reflexos nas memórias, mesmo indiretamente, como demonstra a fala citada ainda no início deste capítulo, do Sr. Zuzu Guimarães. O trabalho feito por Magalhães (2004) sobre esta primeira Comissão envolveu memória e fotografia, o que despertou, ainda mais, o meu interesse.

A primeira comissão, a **Comissão Cruls**, deixou marcas, na população nativa, de sua passagem pelo Planalto Central. Passagem que significou um sopro de novidade pela chegada de um grupo de 22 pessoas vindas da capital, com seus trajes de casimira inglesa, seus incontáveis baús com mantimentos, instrumentos de medição, vinho do porto, porcelanas. Pessoas com hábitos diferentes, com muitas perguntas sobre coisas que interessava a cada um dos membros, em função de suas áreas de formação: médicos, engenheiros, botânicos, entre outras. A descrição no Relatório Cruls, de pessoas da região que tinham um papo na região do pescoço, complementadas com informações de que o tal papo não doía e que essas pessoas não ligavam para a doença, é um registro de como eram feitos estes contatos entre moradores da região e a equipe de saúde daquela comissão. Foram muitas perguntas feitas e respondidas, e várias observações descritas pelos integrantes daquela Comissão.

O Relatório Cruls, o qual já foi publicado⁷⁷, é considerado precursor do que hoje é conhecido como Relatório de Impacto Ambiental. Narrativas, entre outras, como a de Magalhães (2004) nos dão conta que a chegada dessa comissão provocou um reboiço na vida dessas comunidades por onde passou e, não podemos esquecer, com o aval de um dispositivo constitucional, com objetivo de escolher na região um grande quinhão de

⁷⁷ O Relatório teve 6 edições: 1894 (em francês e português), 1947, 1957, 1984, 1987 e uma edição especial pelo Centenário da Comissão em 1992. Esta última foi financiada pela Companhia do Desenvolvimento de Planalto Central (CODEPLAN) com grande tiragem para distribuição para órgãos públicos, escolas e bibliotecas.

terra (14.400 Km²) para ser a sede da futura capital. Quinhão este que englobaria, certamente, muitas das propriedades daqueles anfitriões.

Muito tem se falado sobre esta primeira Comissão. Inclusive, em 2003, foi comemorado o seu centenário, com eventos divulgados pela mídia. Em função desta data, o próprio IHGDF teve alguns de seus sócios vinculados à organização de comemorações e eventos, portanto, esta instituição, naquele ano, esteve também mobilizada tendo em vista a realização de palestras, reuniões e exposições.

Em suas interpretações quanto aos conteúdos visuais de uma foto da Comissão Cruls, a qual reproduzo a seguir,⁷⁸ Magalhães (2004) chama atenção para a postura imponente que reflete uma composição rígida na qual os membros da equipe posavam eretos para o registro fotográfico. O autor conjectura que a equipe parecia “sentir o peso de uma responsabilidade histórica no porvir da criação da Capital Federal nessas paragens”. (MAGALHÃES, 2004, p. 118).



Da esquerda para a direita: sentados: Dr. Pedro A. Gouveia; Dr. Antonio Martins de Azevedo Pimentel; Dr. Luiz Cruls; Dr. Julião Locaille; Dr. A Cavalcanti de Albuquerque; Dr. Celestino Bastos. Em pé: Dr. Tasso Fragoso; Eduardo Chartier; Dr. Eugenio Hussak; F. Souto; Araújo Costa; Dr. Henrique Morize; Dr. Ernesto Ufe; Dr. Alipio Gama; Dr. Hastimphilo de Mouro; José Paulo Melo; Alfredo Abrantes; J. Feres; Cap. Pedro Carolino

Este pesquisador detalha que a foto acima foi feita em algum quintal de Formosa, antiga cidade goiana, quando ocorreu o reencontro das duas turmas em que a Comissão havia se dividido anteriormente. Além disso, também desperta a atenção do leitor para o cenário, como um todo. A jaboticabeira de mais de 50 anos, o “velho muro de pedras alinhadas pelas mãos de alguma turma de barulhentos escravos”.(MAGALHÃES, 2004,

⁷⁸ Esta e outras fotos feitas pelo fotógrafo oficial da Comissão, o astrônomo Henrique Morize, fazem parte do acervo do IHGDF e de uma exposição itinerante do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF). A partir destas fotos foi feita, inclusive, uma série de cartões postais.

p. 118). Dando continuidade à análise desta foto, este autor nos fala ainda de um garoto, Viriato de Castro, morador local, “Planaltinense e violeiro”, e que foi o guia daquela Comissão em Formosa (na foto, aparece em pé, é o último da esquerda para a direita). Sobre este menino o autor observa:

Aqui não apenas a pouca idade do personagem que destoava do padrão impoluto e maduro da equipe Cruls. Mais do que isso, o desalinho que percorre as vestes surradas do terninho desconjuntado e deselegante do pequeno guia da Comissão revela a presença, ainda que de forma periférica, de uma cultura singularmente diferente do padrão litorâneo representado pelos exploradores. (MAGALHÃES, 2004, p. 119).

Esse mesmo pesquisador afirma que gravou um longo depoimento com Erasmo de Castro e com o filho do menino da foto; a partir disso teve elementos para fazer um cruzamento entre esta memória e o próprio Relatório Cruls. Na fala de Erasmo, ele analisa a apreensão e o medo provocados nos proprietários locais no que se refere à possibilidade de desapropriação de suas terras, e a “divisão entre os interesses locais e os interesses externos representados pelo (*pessoal da Comissão*), onde o centro da disputa era a terra”. (MAGALHÃES, 2004, p. 121).

Outra narrativa selecionada por este autor para, desta vez, interpretar a memória do ex-prefeito de Planaltina e ex-vice-governador de Goiás, Dr. Hosannah Guimarães, revela o “quadro mais amplo das disputas observadas na relação: Missão Cruls X Interesses Locais”. O Dr. Hosannah Guimarães teria narrado um episódio no qual o proprietário de uma fazenda, o senhor Francisco Alexandrino, foi visitar a Comissão que fazia estudos numa área da sua propriedade. Quando o proprietário observou o uso das folhas verdes de buriti para cobrir os ranchos, solicitou aos membros da Comissão que estes utilizassem folhas mortas para poupar as palmeiras jovens. De forma grosseira, um dos 22 homens disse àquele proprietário que, se quisesse, fizesse ele mesmo o trabalho de retirar as folhas já secas. Indignado, ele voltou para Formosa e “fez uma representação ao juiz de direito de Goiás Dr. Marcelo Francisco da Silva” (MAGALHÃES, 2004, p. 123).

As impressões possibilitadas por estas memórias permitiram-me ampliar a compreensão do significado da passagem da Comissão Cruls pela região. Acontecimento que despertou a classe política e a população para a possibilidade de a capital federal vir a ser localizada no seu território. Esses relatos levaram-me a perceber semelhanças entre os impactos causados na vida dos habitantes pela passagem da Comissão Cruls em 1892,

com os causados, 63 anos depois, com a vinda da Comissão de Cooperação, desta vez, vindo de Goiânia. A Comissão de Cooperação ressuscitou nos proprietários as expectativas e temores anunciados pela Comissão Cruls.

Alguns dos autores estudados consideram que o período de 1894 a 1922 foi um vazio por ter sido um dos períodos, nos quais, a causa da mudança da capital parecia não ter defensores, um quase apagar da chama da esperança. No entanto, houve em 1922, um movimento partindo de Goiás que culminou na colocação da Pedra Fundamental em local próximo à cidade de Planaltina.

A colocação da Pedra ocorreu quando o projeto de lei de Americano do Brasil⁷⁹, deputado federal por Goiás, transformou-se no Decreto Lei nº 4494 de janeiro de 1922. A idéia do monumento surgiu num momento no qual algo precisava ser feito para reavivar a chama da esperança de transferência da capital para o Planalto Central, naqueles tempos, quase apagada.

Ao ler o que Silva (1999, p. 60) escreve sobre a Pedra Fundamental, não pude deixar de perceber que ele não menciona o projeto de lei elaborado por Americano do Brasil para a instalação desse monumento. Ao invés disso, cita que, em 1919, o Senador Chermont apresentou um projeto de lei autorizando o governo federal a lançar a pedra fundamental do Palácio do Congresso. Logo em seguida, Silva (1999) menciona o Decreto lei assinado por Epitácio Pessoa, então presidente da república. Uma possível leitura que faço disto é que este autor, em sua narrativa, ao deixar de referendar uma realização ocorrida em função da iniciativa de um político de Goiás, realimenta a idéia do *nada* que Goiás teria que significar para que, em contrapartida, ações desbravadoras do seu grupo, vindo do Rio de Janeiro, fossem mais valorizadas.

O período de 1922 a 1934 é pouco destacado pelos autores por mim pesquisados. Durante estes doze anos, o assunto da transferência da capital voltou a ser obscurecido, sem defensores para atizar sua chama. No momento de decisões constitucionais, entretanto, esses autores, voltam a buscar elementos para construir suas histórias a respeito do assunto. Os representantes do grupo de Goiás procuram analisar, neste período, nas Constituições brasileiras, todas as questões relativas à mudança da capital.

⁷⁹ Definido como “um intelectual que reunia elementos para dirigir a política estadual no processo da Revolução de 1930, mas não pôde fazer frente às articulações de Pedro Ludovico.” (CHAUL,1998, p. 300), Americano do Brasil era casado com Mirthes Caiado de Castro. Casamento que, segundo Chaul (1998) fez parte da estratégia matrimonial dos Caiado à época. Americano era filho do professor Eusébio de Abreu, pessoa muito importante na formação de Pacheco, presidente da Comissão de Cooperação. Americano do Brasil e Pacheco chegaram a ser sócios em uma farmácia doada pelo professor Eusébio ao filho.

Na obra A Nova Capital do Brasil: estudos e conclusões (cuja autoria, conforme Tamanini (2003), é de Mello), depois de uma descrição do evento da colocação da pedra fundamental, é feita a seguinte colocação (1956, p. 13):

A Constituição de 1934, em seu artigo 4º das Disposições Transitórias, voltou a inscrever a mudança da capital como providência a ser tomada pelos poderes da República. A carta de 1937, sem a determinar, admitiu, contudo, a transferência ao enunciar, no artigo 7º que “o atual Distrito Federal, **enquanto** sede do Governo da República, será administrado pelo Governo da União.”

Achei interessante transcrever esta abordagem, na qual é possível observar o esforço do autor desta narrativa em demonstrar que, a despeito da pouca ênfase, em comparação com a Constituição de 1891 e com a futura Constituição de 1946, a idéia da transferência da capital havia sido mantida nas Constituições de 1934 e de 37.

Não era interessante para o grupo de Goiás enfatizar como o governo de Getúlio Vargas, no chamado Estado Novo, não tratou a questão da transferência da capital. Vasconcelos (1978, p. 284) resume a idéia a respeito da posição de Getúlio Vargas frente a tal questão que é, mais ou menos, de consenso entres estes autores da história de Brasília com os quais venho lidando. Diz este autor:

Durante este período nenhum passo é dado pelo Governo no tocante ao ideal de levar a capital para o interior, embora Getúlio visse no Planalto Central goiano “o miradouro do Brasil” e reconhecesse que se tornava “imperioso localizar no centro geográfico do país poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura”, lançando, inclusive, a “Marcha para o Oeste”. Todavia, sem vincular tal pensamento à idéia de interiorizar a Capital.

Com o retorno Constitucional após a deposição de Vargas, em 1946, houve, efetivamente, a retomada da questão da transferência da Capital e foi a partir deste momento que muitas situações relevantes para este meu estudo começaram a ser desenhadas. Durante aquela Assembléia Constituinte, houve oportunidade de discussões nas quais se definiram posições e projetos de pessoas e grupos quanto a decisões e encaminhamentos relativos ao processo de transferência da capital federal.

Neste contexto, foi criada a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil. Em Vasconcelos (1978, p. 291 a 320) foi que encontrei maior detalhamento sobre esta Comissão. Artur Bernardes, ex-presidente e deputado por Minas

Gerais, reintroduziu a idéia “mudancista”⁸⁰ nos debates da Constituinte e, logo no início das discussões, a questão do local da futura capital esteve presente. Havia partidários de três correntes. A primeira, defendida pelos deputados de Minas Gerais - Benedito Valadares, Daniel Carvalho, Israel Pinheiro e Juscelino Kubitschek - posicionava-se a favor da localização da *nova* capital na região do Triângulo Mineiro. A segunda, tendo a frente Café Filho, argumentava que Goiânia deveria se tornar a capital federal. E a terceira corrente defendia o local escolhido por Cruls como o ideal para esta finalidade. A favor desta última corrente estava a bancada de Goiás, então composta por Pedro Ludovico, Diógenes Magalhães e Dario Cardoso. Defendiam também esta idéia um representante da bancada do Espírito Santo e outro da bancada de Alagoas.

No debate saiu vencedora a terceira corrente e com as discussões concluídas, desta e de outras questões, ficou assim o resultado no texto constitucional:

Disposições Transitórias

Art.4º A Capital da União será transferida para o Planalto Central do País.

§1º Promulgado este ato, o Presidente da República, dentro de sessenta dias nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova Capital.

§2º O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito em lei especial, e estabelecerá o prazo para início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da união.

§3º Findo os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da capital.

§4º Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara.

(BRASIL. Constituição de 1946 apud SILVA, 1999, p. 62).

Essa comissão de cooperação foi então nomeada com a composição que aparece na foto a seguir (VASCONCELOS, 1978, p. 305):

⁸⁰ Evito repetir a expressão como aparece neste autor, ou ainda Movimento Mudancista, como também encontrei comumente pois, os objetivos desta dissertação de mestrado não comportam o tratamento da possível existência de tal Movimento.



Membros da Comissão de Estudos da Nova Capital: Francisco Xavier Rodrigues, Luiz Vieira, Jerônimo Coimbra Bueno, Djama Polli Coelho (presidente) e Odorico Rodrigues Albuquerque (em pé), e Geraldo de Paula e Souza, Lucas Lopes e Cristovam Leite de Castro (sentados).

A Comissão encerrou seus trabalhos em agosto de 1948, com um ano de atraso, após a realização de 23 encontros - apenas um deles na região do Planalto Central. Ficou decidido que a área demarcada pela Missão Cruls seria mantida e ampliada de 14.400 Km² para 77.250 Km². As correntes divergentes quanto à questão do local mantiveram-se em ação e foram responsáveis pelo atraso na conclusão dos trabalhos no prazo estipulado pelo presidente Dutra, cujo desejo era transferir a capital ainda no seu mandato.

O relatório final, depois de entregue ao Presidente Dutra, foi encaminhado ao Congresso Nacional na forma de mensagem, cuja aprovação, aí demorou cinco anos. Nesse período, esteve em discussão, novamente, a questão da futura localização da cidade. A bancada de Goiás só conseguiu que sua escolha prevalecesse através de uma articulação feita, novamente, com a bancada do Espírito Santo. Estratagem necessário para conseguir fazer frente à esperteza da bancada de Minas Gerais, que havia

conseguido incluir no texto da mensagem uma especificação de que a capital deveria estar localizada no Triângulo Mineiro.

O Congresso decidiu reduzir, novamente, o tamanho do novo Distrito Federal, a área estabelecida agora seria de 52.000 Km². E, ao final de cinco anos, foi aprovada a lei, de cinco de janeiro de 1953, que dava autorização ao poder executivo para realizar os estudos definitivos necessários à localização da *nova* Capital.

Em cumprimento a esta determinação legal, o Executivo, sob o comando de Getúlio Vargas, num mandato agora eletivo, emite, em junho de 1953, o Decreto instituindo a **Comissão de Localização da Nova Capital**.

O General Aginaldo Caiado de Castro foi o presidente escolhido pelo poder executivo para dirigir esta nova comissão. As informações que obtive sobre ele inicialmente foram poucas e não esclareceram as ligações que este General, empenhado na questão da transferência da capital, poderia ter com os interesses do grupo Goiás. O sobrenome Caiado, no entanto, me intrigou. Silva (1999, p. 71) diz apenas que ele exercia “... na época [...] também as funções de Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República”. Vasconcelos (1978, p. 322) por sua vez, acrescenta um pouco mais de informações sobre o mesmo, dizendo que ele só aceitou a presidência da Comissão por interferência de Jerônimo Coimbra Bueno que se prontificou em ser o seu diretor técnico e, “também por ser goiano”. Depois de ter acesso à entrevista do próprio ex-senador Jerônimo Coimbra Bueno, na qual, fez acréscimos importantes e reveladores a respeito, é que pude compreender melhor os motivos da nomeação deste General.

Bueno (1990) que, como já foi dito, não tinha interesse de deixar clara a sua participação no processo decisivo de transferir a capital, aborda o tema desta Comissão e simultaneamente fala da comissão anterior, dirigida pelo Marechal Polli Coelho. Interpreto que a razão desta aparente confusão deve-se ao fato de que este futuro senador estaria, segundo ele próprio, profundamente envolvido em todos os assuntos que diziam respeito à mudança da capital, desde a época da construção de Goiânia. Ele afirma que não aceitou a presidência da Comissão anterior (Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil) por entender que o Marechal Coelho traria respeitabilidade e credibilidade à mesma. Ao ter novamente seu nome cogitado para a presidência de uma comissão preferiu, novamente, a estratégia de manter-se no comando, mas não na

presidência. Vejamos seus argumentos no trecho a seguir no qual é entrevistado por Luis Carlos Lopes⁸¹ (BUENO, 1990, p. 14, grifos meus):

[...] Eu falei: "Tô perdido." Com a marcação que eu já tinha, aceitar um cargo desse, a UDN me acabava com os dias de vida. Falei: "Não, não posso aceitar não." Então eu fui ao palácio, estava lá um... saf... eu digo, tem uma série de coincidências na minha vida, que é quase que um milagre, parece que tem o dedo de Deus em tudo, eu acredito em Deus, mas tem o dedo de Deus. Quem que vai pra chefe da Casa Militar da Presidência da República? Um sujeito, quando eu era estudante aqui, que eu vinha pro Rio, eu ia pra casa da mãe dele, general Caiado de Castro. Tinha me hospedado, era amicíssimo de família, do tempo lá de Goiás, aquela coisa toda.

(LC) - Família goiana.

(JC) - **Família goiana e tudo o mais e Aguinaldo Caiado de Castro, esse Aguinaldo, ele me conheceu quando rapazinho, quantas vezes nós ficamos na casa dele hospedado lá, aqui no Rio. Tanto que eu tinha uma intimidade total com ele.** Eu cheguei pra ele e falei: "Olha, ô Caiado, me botaram, me indicaram ontem pra presidente, foi o ministro que fez isso, pra presidente dessa comissão. **Eu não posso aceitar isso não, porque eu acho que isso vai acabar com Brasília e eu não tenho finalidade nenhuma de ser presidente de coisa nenhuma. Eu quero é botar Brasília, que dizer, o que nós queremos é tirar Brasília e botar aqui no planalto Central.** Tirar do Rio e botar no planalto Central, depois vamos fazer alguma coisa pelo Rio de Janeiro, que eu gosto muito do Rio de Janeiro também." Mas isso precisava ser feito senão Brasília não existiria nunca. Então o que o Caiado fez? Ele disse o seguinte: "Olha, você, eu não aceito em hipótese nenhuma. Você vê a minha mesa aqui, viu a papelada que eu tô aqui, atrasado e você me vem mais com uma pendenga dessa." Eu falei: "Olha Caiado, começa que você sabe que eu não tenho relação com o Getúlio, nunca tive." Meu irmão tinha, mas eu não. Eu não tinha a menor simpatia em seu governo era um político contrário, eu não queria me refletir no... pra mim não era, eu não tinha entusiasmo. Então eu falei com ele assim: **"Só existe uma solução; você diz que tá cheio disso, eu te dou também um prazo também pra você pensar. Eu volto amanhã e você pensa de hoje pra amanhã. Você assume a presidência, eu assumo o encargo de não, você não botar o dedo nisso. Não te trago problema nenhum pra te encher a cabeça, trago os papéis, você se quiser dê uma lida e leva ao presidente pra assinar. O Getúlio tava em cima no andar de cima. Pois eu fiquei lá dois anos, nessa posição, ele presidente, o tempo todo que ele foi presidente eu preparava o dossiê todo, o Caiado metia debaixo do braço, levava pro Getúlio, nem ele lia nem o Getúlio lia, trazia assinado [...]"**

Esses novos elementos lançados por este forte representante de Goiás - a despeito de alguma necessidade de autopromoção e de nem sempre poder, por opção partidária, compor diretamente com o que denomino grupo de Goiás⁸² - mostram a força de um projeto pessoal em plena ação e de laços de amizade vinculados a relação de famílias construídos há muito em Goiás. Quando ele fala em "Família goiana e tudo o mais" ocorreu-me novamente a expressão de Drummond: "muitos signos que vigiam sob as

⁸¹ Pesquisador do Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito federal (ArPDF).

⁸² Vale lembrar que o, digamos, líder do grupo de Goiás, era Juca Ludovico do PSD e Bueno era da UDN, as implicações disto aparecerão em outros momentos ao longo desta dissertação.

coisas...”. O tudo mais incluía solidariedades, valores construídos numa vida em comum e que foram importantes para que Brasília fosse construída onde foi.

A **Comissão de Localização da Nova Capital** foi constituída tendo como membros representantes de diversos ministérios.⁸³ O suicídio de Vargas, em agosto de 1954, provocou a saída do General Caiado de Castro da presidência desta comissão, cargo que exerceu, figurativamente conforme afirmou Bueno (1990), por um ano e dois meses apenas. Vasconcelos (1978, p. 322 a 325) escreveu que, apesar do curto período, sob sua gestão foram tomadas providências quanto às definições técnicas sobre a área destinada à *nova capital*, por meio de contratações de empresas para realizar levantamento aerofotogramétrico e a análise da área.

Tais contratações comprovaram, a meu ver, que Bueno (1990) tinha mesmo muito poder durante este período. Quando ele relatou, na sua trajetória pessoal, ter estagiado, antes de se formar, em empresas de aerofotogrametria e como isto o teria salvo mais tarde, conclui ter sido, ele mesmo, o responsável por estas providências de contratação de empresas que realizassem esse levantamento. Avalio que aqueles recursos técnicos deviam ser o que de mais moderno havia e, em consequência, provavelmente teriam um custo alto. Sua experiência anterior lhe forneceu elementos que o tornaram capaz de influenciar as decisões do presidente daquela comissão.

Para substituir Caiado de Castro, o vice-presidente Café Filho, ao assumir a presidência, nomeou o Marechal José Pessoa Cavalcante.

Resolvi utilizar o texto de Silva (1999), para captar vestígios, nesta segunda fase de atuação desta Comissão, pelos seguintes motivos: ele dedica a este assunto dez capítulos do seu livro⁸⁴; além disso, participou desta comissão, primeiro como secretário do Marechal José Pessoa, depois substituindo-o e, por fim, se inclui na narrativa **utilizando a primeira pessoa do plural e não a terceira**.

Silva (1999) assume a postura de uma testemunha ocular, conforme nos fala Ricoeur (1978, p. 208), contando na primeira pessoa o que ia observando. Ele narra os acontecimentos e vai mesclando-os com sua experiência, critica alguns e elogia muito o

⁸³ Engenheiro Tasso Cunha Cavalcanti, do Ministério da Justiça; Ademar Barbosa de Almeida Portugal, do Ministério da Fazenda; Flavio Vieira, do Ministério da Viação; João Castelo Branco, do Ministério da Agricultura; Paulo Assis Ribeiro, do Ministério da Educação; Waldir Niemayer, do Ministério do Trabalho; Jorge d’ Escarolle Taunay, do Itamarati; Capitão Paulo Bosisio, da Marinha; coronel Aureliano Luis de Farias, da Guerra; coronel Julio Américo dos Reis, da Aeronáutica; Pedro da Costa Leite, do Conselho de Segurança Nacional; coronel Deoclécio Paulo Antunes, do IBGE, e o engenheiro Jerônimo da Silva Bueno, da Fundação Brasil Central.

⁸⁴ O livro contém 375 páginas e 49 capítulos. O autor reporta à Comissão de Localização da Nova Capital ao longo de dez capítulos do seu livro (da página 69 a 127, capítulos X ao XX).

Marechal Cavalcante. Silva (1999) relata como este marechal resolveu aceitar o convite de Café Filho para o cargo de presidente da Comissão de Localização da Nova Capital mesmo depois de já aposentado, de estar no “descanso de seu lar”. Ressalta a preocupação do marechal em garantir a continuação de estudos necessários para o planejamento adequado da construção dessa cidade. Enfatiza, ainda, a pressa e o critério com que o Marechal Cavalcante conduzia as coisas para que acontecessem conforme o previsto.

Silva (1999), todo o tempo, deixa claro a proximidade e afinidade que havia entre ele e o Marechal Cavalcante. É o que transparece no relato sobre a primeira viagem que fizeram, em fevereiro de 1955, para a cidade de Formosa no estado de Goiás. De lá seguiram ao ponto mais alto do sítio castanho, que seria posteriormente escolhido para abrigar a futura cidade. Vejamos:

Permanecemos alguns minutos, extasiados, a nos sentirmos pequeninhos ante a amplidão do céu azul do planalto fascinante, ante a antevisão da cidade moderna a ali se erguer, dentro em breve...
Mas naquele momento não podíamos emitir sequer qualquer opinião sobre o local a ser escolhido [...] (SILVA,1999, p. 77)

Silva (1999) também faz uma descrição da importância do Relatório Belcher, o qual teria fornecido elementos para que se pudesse fazer a escolha entre cinco sítios (ver mapa do anexo 2). Este autor não deixa de detalhar o sítio castanho naqueles aspectos considerados necessários à construção futura daquela cidade.

Esse autor reincide, algumas vezes, na idéia do atraso da região em comparação ao moderno que viria com a transferência da capital e contrapõe a beleza do horizonte com “com o feio e inexpressivo cerrado” (1999, p. 77). O próximo ponto em que este narrador se detém é na saída encontrada pelo Marechal Cavalcante no momento em que considerou necessário que as terras da área já delimitada do *novo* Distrito Federal (desde abril de 1956) fossem declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação. Por não ter sido atendido, neste pleito, pelo Presidente Café Filho, ele teria recorrido à ajuda de Juca Ludovico.

Concomitantemente, Silva (1999) inclui suas vivências sobre a campanha eleitoral de 1955, e imputa ao Marechal Cavalcante a preparação do ambiente propício para que Juscelino Kubitschek se comprometesse com a idéia de transferir a capital. Afirma que isto se deveu à seriedade de suas ações e no empenho em divulgar, através

das “entrevistas periódicas concedidas à imprensa do País”, o que estava sendo executado para a efetivação da transferência. (1999, p. 101).

Este autor faz ainda referência ao Episódio de Jataí,⁸⁵ conforme versão divulgada por Juscelino Kubitschek, de que titubeou, ao ser surpreendido pela pergunta do popular. Esta versão favorece a idéia de acaso com que a transferência da capital foi incorporada àquela campanha.

As narrativas de Silva (1999) e de Vasconcelos (1978) coincidem a respeito, do momento e da causa, da adesão de Juscelino Kubitschek ao processo dessa mudança da capital. Bueno (1990, p. 4, grifos meus) por sua vez acrescentou outros elementos. Vejamos:

Quando iniciamos esta campanha da mudança da capital do Brasil, mais ou menos ao término, como continuidade da construção de Goiânia, aí nós nos jogamos praticamente sozinhos do início. No início, nos ridicularizavam. Quando nós começamos a falar em Brasília, em São Paulo sobretudo, onde nós temos muita ligação de família, de relações e tudo o mais, e um estado que tem uma receptividade muito grande pra qualquer nova idéia, só que São Paulo é São Paulo, todo mundo sabe que é. Ali, todas as idéias construtivas vão sempre pra frente, em qualquer campo da atividade humana. Só que nós fomos muito bem recebidos e acreditados em São Paulo. Fomos auxiliados sobretudo por aquele grêmio acadêmico daquela grande universidade ali do largo de São Francisco.

(LC) - Faculdade de Direito.

(JC) - **Faculdade de Direito, que é um ambiente de civismo dos maiores do Brasil. Onde meu avô se formou em direito, muitos anos antes. E em São Paulo nós tivemos um apoio total, fazíamos palestras, uma após outra, com uma frequência que nós ficávamos abismado, porque em outros locais nós não conseguíamos nada, sobre nem mesmo em Goiás era difícil a pregação. Mas em São Paulo, não, nós tivemos uma grande receptividade da imprensa, da sociedade e todas as conferências que nós fizemos e palestras que nós fizemos inicialmente Brasília sempre houve uma frequência muito grande, e sobretudo auxílio e estímulo. Isso foi a maior força que nos deu para nós prosseguirmos com a campanha de Brasília. Agora, naturalmente, estando no estado de Goiás, como governador mais tarde e mais tarde como senador foi, realmente eu tive um campo espetacular para fazer vencer, digamos, a idéia da construção de Brasília.** Quando veio a campanha - vamos passar logo diretamente para a parte construtiva. Nós tivemos a parte de pregação, a parte que levou praticamente até o advento daquela campanha política em que compareceu, entre outros três candidatos, compareceu o candidato Juscelino Kubitschek de Oliveira, que de Brasília nunca, penso que não entendia coisa nenhuma, não tinha o pensamento voltado pra Brasília. **Mas, na campanha política, o primeiro comício que ele fez, nós tínhamos quatro candidatos, nunca levamos isso pelo lado partidário. Nós não tínhamos nenhuma filiação partidária, nosso desempenho, nosso partido era Brasília, partido da nova capital. Então, nós buscamos todos os candidatos naquela época eram quatro e alguns deles obtivemos respostas escritas de dois ou três. E o Juscelino, desde o princípio foi se embalando pela idéia. Mas enquanto ele não fez o primeiro comício, ele não se declarou**

⁸⁵ No dia 4 de abril de 1955, JK iniciou sua campanha pela presidência em um comício, na pequena cidade de Jataí-GO, no qual lhe foi feita a pergunta, se ele efetivaria a transferência da capital em cumprimento ao artigo 4º da Constituição de 1946.

abertamente, achava a idéia boa, e tudo o mais e ia tocando. Mas quando ele fez o primeiro comício, que foi na cidade de Jataí, em Goiás, ele se empolgou e nós preparamos isso. Nessa época nós já tínhamos a **Rádio Brasil**, nós fizemos um longo preparo para o primeiro candidato que em Goiás se lançasse a idéia da nova capital. Ele, que é um homem que tem uma percepção política excepcional, eu sempre percebi no Juscelino um verdadeiro gênio sob todos os aspectos. Então, **naquele primeiro contato com o povo, um ambiente preparado, um ambiente entusiasmado, digamos, ele saiu, ele abraçou de uma vez por todas a idéia da capital.** O Juscelino foi sempre assim, ele não deixava nada pra amanhã. Nós sentimos logo que tínhamos nele a vitória de Brasília e começamos a lutar por ele, abertamente. Ele ganhou a presidência da República e durante a sua campanha toda ele fez de Brasília um dos primeiros pontos da sua pregação, dizendo que faria Brasília, dentro do seu governo, faria em cinco anos e tudo o mais, e acabou fazendo,. E nós mesmos fomos radicalmente contra, nós devíamos ser os construtores de Brasília, ele nos convidou.[...]

No início deste trecho, Bueno parece referir-se a um evento conhecido como Semana Mudancista ocorrida em 1957.⁸⁶ No entanto, me chamou mesmo a atenção foi a referência ao “longo preparo” para que houvesse o acaso de Jataí. Em outra parte da entrevista, Bueno (1990) explica que idealizou a criação da Rádio Brasil Central especificamente para fazer campanha por Brasília e que conseguiu encartar nos principais jornais do Brasil um suplemento, o Jornal de Brasília, quando não era comum este tipo de recurso por volta de 1954. Segundo Bueno, isto foi uma forma de conseguir propaganda eficaz e gratuita.

Bueno, que era engenheiro e teve a experiência de construir Goiânia, afirma em outro ponto desta entrevista que foi convidado por Juscelino Kubitschek para tocar a construção de Brasília. O motivo disso foi consequência de sua sugestão ao futuro Presidente, ainda no seu mandato como prefeito de Belo Horizonte, que fizesse a Pampulha ao invés de uma reforma urbana completa na cidade. Esta reforma representaria mais problemas que dividendos políticos. Juscelino Kubitschek concordou com a idéia e Bueno ganhou para sempre sua amizade e confiança. No entanto, deixou de ser indicado para administrar a construção de Brasília por não ter concordado em “sair da desastrosa UDN e entrar no sacrossanto PSD.”⁸⁷ Frisa que estabeleceu um vínculo de confiança com Juscelino, mas, no entanto, os vínculos com a questão partidária em Goiás eram mais fortes.

⁸⁶ Tomei conhecimento dessa Semana Mudancista, ocorrida em São Paulo, consultando o acervo de fitas VHS do Instituto Histórico e Geográfico do DF, no qual encontrei uma gravação de 24 de dezembro de 1992, de uma Sessão Memorialista. Neste evento compareceram representantes dos grêmios de duas faculdades: da Faculdade do Largo de S. Francisco de São Paulo e a da Faculdade de Direito de Goiânia, além de Jerônimo Coimbra Bueno. Este último fez um discurso no qual a tônica girou em torno do que representou este apoio ao processo de construção de Brasília frente a forte oposição que sofria por parte da população do Rio de Janeiro e da UDN, partido do qual ele era membro.

⁸⁷ Bueno (1990) reputa a JK a autoria da frase.

Segue dando sua versão do momento entre a eleição e início do Governo Juscelino Kubitschek, no que se refere à Brasília, com mais três revelações: não poderia sair da UDN, pois sua origem política era ligada a este partido e isto não seria bom para Juscelino, ainda mais que votava por 16 senadores da UDN em tudo que se referisse a Brasília e, por último, conseguia que o Senado escorasse qualquer dificuldade criada na Câmara, mais influenciável por Carlos Lacerda, contra Brasília. Bueno confessa em sua obra que sonhou ser o construtor da Brasília e é bastante crítico quanto ao trabalho com Israel Pinheiro.

Neste ponto, é importante elucidar que as composições dos grupos de políticos de Goiás se articulavam de formas diferentes para favorecer a viabilização de Brasília. Imagino como Juca Ludovico, Segismundo de Araújo Mello e os outros personagens do roteiro “D. Bosco e Brasília”, que apresentei anteriormente, poderiam ter ficado mais tranqüilos se pudessem, integralmente, contar com o apoio e a força política do senador Jerônimo Bueno. Contudo, ao que parece, dependendo da conjuntura, alguns conflitos da política estadual não eram superáveis nem sob a motivação da vinda da capital. Durante o período de atuação da Comissão de Cooperação, conforme discutirei ao longo desta dissertação, uma conjuntura favorável irá se constituir.

Por fim, reporto-me a Silva (1999) e ao que ele considerou relevante no que se refere à **Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal**, constituída em dezembro de 1955. O autor não faz referências a mudanças na equipe, ao que parece, esta comissão é, na prática, ainda a mesma Comissão de Localização da Nova Capital. Houve apenas uma mudança de nome. Silva (1999) nos conta que após a posse de JK, em janeiro de 1956, o Marechal Cavalcante teria procurado este presidente para colocar seu cargo à disposição, entretanto, sua saída não foi aceita. Alguns meses após, em abril deste mesmo ano, foi assinada a mensagem de Anápolis, a qual criava a NOVACAP. No mês seguinte, o Marechal Cavalcante solicitou sua demissão em caráter irrevogável.

Em outro momento Silva (1999) explica como foi convidado por Juscelino Kubitschek para substituir o Marechal Cavalcante. Afirma que teria sido nomeado para garantir a continuação dos trabalhos dessa comissão.⁸⁸ Transcreve então o que Juscelino Kubitschek escreveu sobre os três meses de sua atuação à frente daquela Comissão com destaque para o seu trabalho em organizar o concurso do Plano Piloto, o incentivo dado

⁸⁸ O Marechal José Pessoa foi substituído inicialmente pelo General Aureliano Faria que ficou apenas quatro dias no cargo.

às desapropriações de terra em andamento e a demarcação das fronteiras do DF em conjunto com o Governo de Goiás (KUBITSCHKEK apud SILVA, 1999, p. 121). Em setembro de 1956, extinguiu-se esta Comissão e Silva foi então nomeado um de seus diretores da NOVACAP. Silva continua sua narrativa enfocando o processo de construção da cidade.

Podemos supor que fazia parte das atribuições de Silva incentivar, ou seja, ajudar Pacheco em suas atividades frente à Comissão de Cooperação. No capítulo seguinte interpreto como Pacheco (1975) descreve alguns momentos em que os dois se encontraram entre 1956 e 1958. Nestas descrições do ano de 1956, percebi ter havido, de fato, um trabalho conjunto entre a Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, presidida por Silva, e a Comissão de Cooperação, presidida por Pacheco. Esta última também trabalhou em conjunto com a própria NOVACAP, conforme Juscelino Kubitschek desejava, mas, a partir de 1957, isto começa a mudar.

CAPÍTULO 3

LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS DO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO

Aqueles que entrevistei nesta pesquisa dividiram comigo suas lembranças carregadas de significados a respeito da desapropriação de suas terras ou as de suas famílias. Foram narrativas que evidenciaram que esta era, e é uma questão que envolveu e ainda envolve suas vidas.

Estabelecer uma aproximação com os mesmos e uma escuta atenta aos seus relatos foi a experiência mais desafiadora, conseqüentemente, uma das mais ricas que vivenciei durante esse processo. Desafiadora como toda interação que envolve sujeitos diferentes: eu com meus interesses em relação aos temas deste estudo, eles com os seus próprios, ao concordarem em fornecer seus relatos, pois, de certa forma, eles manteriam o controle daquilo que viria a ser rememorado. Isto me provocou interpretações que foram além de minhas expectativas iniciais. Por outro lado, por parte desses entrevistados, creio, como Frish (1990) que indivíduos - ao serem questionados quanto a um momento específico de suas experiências - acabam por fazer uma reflexão acerca de suas vidas.

No capítulo anterior, elaborei um mosaico com interpretações do processo de desapropriação pelo viés da ação da Comissão de Cooperação. Neste capítulo, procuro compreender, a partir de perspectivas daqueles que foram desapropriados, como eram, em vários aspectos, suas fazendas. Pensei-as como espaços, culturalmente significados, importantes na construção de identidades dos narradores aqui considerados. (GODOI, 1999, p. 17).

Conforme já discutido anteriormente, consegui localizar e entrevistar o Sr. Zuzu Guimarães, ex-proprietário da Fazenda Barra Alta, dois descendentes do Sr. Jorge Pelles, ex-proprietário da Fazenda Bananal, e o Sr. Rubens Rodrigues, filho de Juventino Rodrigues, ex-proprietário das terras da Fazenda Vicente-Pires. O mapa a seguir esclarece a posição geográfica destas três fazendas em relação ao todo da área destinada ao Distrito Federal. Esse mapa, ou melhor, **Planta Índice Cadastral (PIC)**, foi elaborado em 1958 pelo engenheiro Joffre Mozart Parada, **chefe da Sub-Comissão Técnica da Comissão de Cooperação e, até hoje, é utilizado como referência para estudos de confusas questões fundiárias no DF.**

NOVO DISTRITO FEDERAL

PLANTA INDICE CADASTRAL

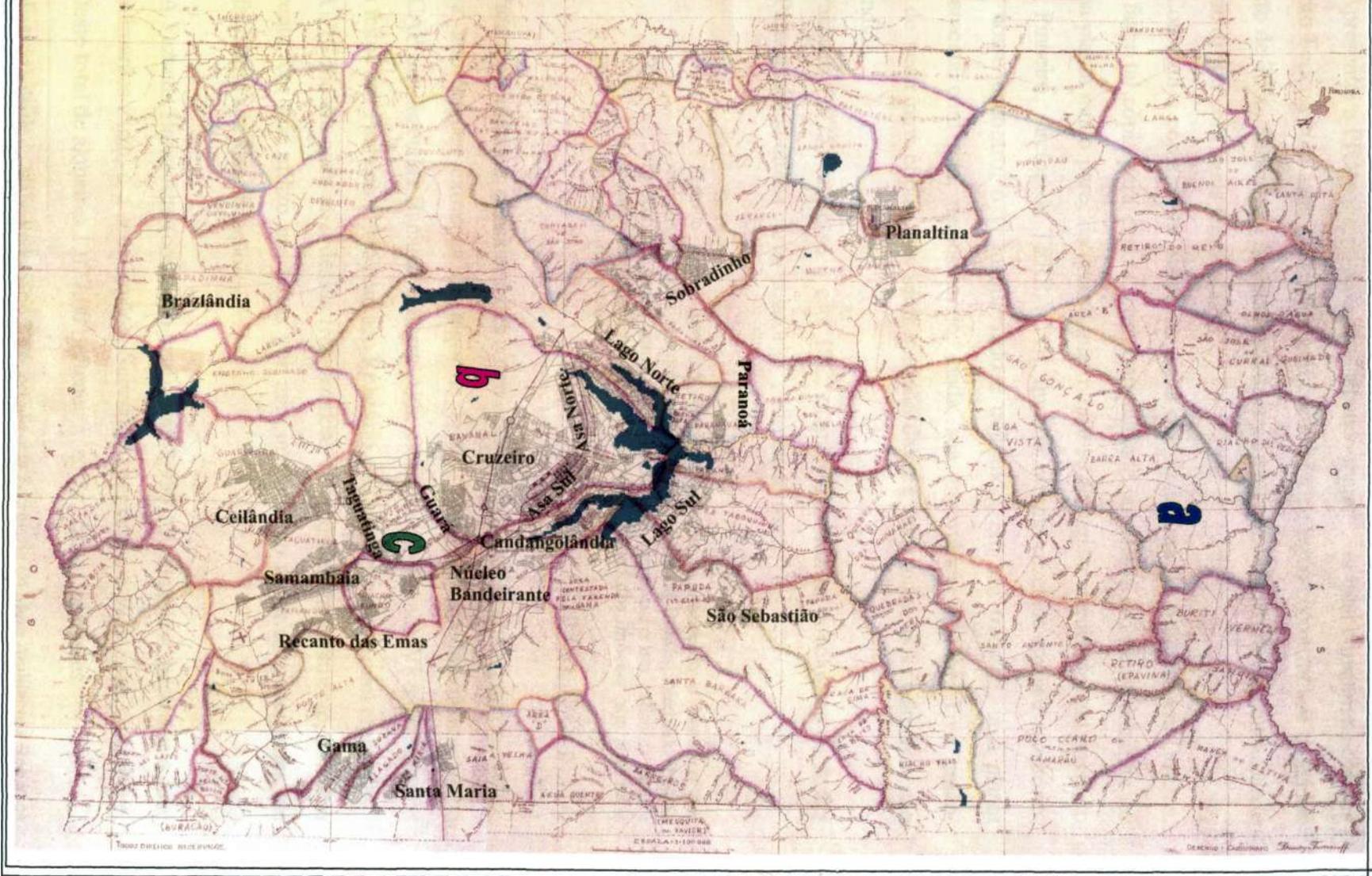
ELABORAÇÃO CADASTRAL
Jenny Bordinas
Joffe e Allyn Pereira

VISTO: *[assinatura]*
De Altamiro de Moura Pecheze
Presidente

COMISSÃO DE COOPERAÇÃO PARA MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL

VISTO: *[assinatura]*
Eng. Joffe, JOSEFF PERAZZI
Chefe do Serviço Técnico

NOTA TÉCNICA - Descrição e orientação de
Decreto de 1954, sobre as Terras de Reserva
VISTO: *[assinatura]*
Zorzo de Castro
Diretor de Terras de Reserva





Apresentei a PIC, sobreposta a este segundo mapa⁸⁹, no qual constam as cidades do Distrito Federal com seus limites geográficos conforme estes encontram-se definidos até agosto de 2006. Saber qual fazenda cedeu terras para que cidade era uma curiosidade minha que divido com meus leitores(as).

Consegui a cópia desta planta na visita que fiz à Casa de Altamiro em Goiânia. Resolvi fazer tal cópia para depois, com tranquilidade, analisá-la em decorrência de ter visto uma planta muito parecida (penso que tratava-se de versão atualizada) em posse do Dr José Pinheiro, diretor da TERRACAP, quando ele me recebeu em seu escritório. Naquele nosso encontro, o vi manuseando e utilizando, em seu trabalho, uma planta muito parecida com esta, mencionando, ainda, sua importância e valor. Tive, então, vontade de pedir uma cópia, mas senti que não devia e que, muito possivelmente, não seria atendida.

Pacheco (1975) refere-se a esta PIC, quando introduz as conclusões de Joffre Mozart Parada na sua última carta- relatório⁹⁰, afirmando que:

Feito o exame jurídico da documentação e conhecido o histórico dos imóveis, forçoso era que se lhes verificassem os limites, medindo-lhes as respectivas áreas, sem o que não haveria lugar para um cadastro rural e mesmo ainda para uma planta índice cadastral dos imóveis cuja feita seria uma grande lacuna.

(PACHECO, 1975, p. 152)

Para tecer algumas considerações sobre essas propriedades rurais desapropriadas, recorro a informações extraídas de algumas fontes, quais sejam: documentação da TERRACAP das fazendas Bananal e Barra Alta; escritura da fazenda Vicente Pires; os registros feitos por Pacheco (1975) em seu Relatório e as entrevistas por mim realizadas.

A PIC mostra cada uma dessas três fazendas circundadas, internamente, por uma cor diferente, cor que utilizo nas letras por mim inseridas no mapa como legendas, de forma a facilitar a sua identificação.

- a- A Fazenda Barra Alta (contorno azul), com 2.950,150 alqueires, pertencia a José Guimarães Zuzu, e a seus irmãos, Sebastião Guimarães e Waldemar Guimarães. Deste total de alqueires 1.077,00 pertenciam ao Sr. Zuzu Guimarães.

⁸⁹ Mapa adaptado a partir do Mapa Rodoviário 2006, cedido pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH).

⁹⁰ Trata-se de um dos quatro relatórios que Pacheco recebeu de seus auxiliares dos escritórios de Planaltina, Luziânia e Formosa. Mozart Parada, devido à natureza de seu trabalho, circulava por todas essas áreas.

- b- A Fazenda Bananal (contorno cor-de-rosa) tinha 5.632,727 alqueires e pertencia a Hélio Rodrigues Queiroz, a Deodado Louly e a Salvador Ribeiro de Freitas. Posteriormente, Hélio Rodrigues vendeu a Jorge Pelles e a Jerônimo José da Silva, o seu quinhão, que equivalia a uma área de 4.752,066 alqueires.⁹¹
- c- A Fazenda Vicente Pires (contorno verde) era de propriedade de Juventino Rodrigues, Benedito Roriz de Paiva e Otaviano Meirelles, com área de 798,000 alqueires. Os dois primeiros eram sócios iguais na maior parte da área, mais ou menos 970,000 alqueires geométricos.

O Relatório de Pacheco (1975, p. 127) informa que já havia sido desapropriada, em novembro de 1956, a quarta parte das terras do *novo* Distrito Federal "que pertenceram a 114 fazendeiros, dos quais 55 eram possuidores de mais de uma propriedade".

Joffre Mozart Parada, em sua carta-relatório (apud PACHECO, 1975), afirma que finalizou este cadastro de imóveis rurais do novo Distrito Federal, em complementação aos estudos jurídicos já realizados. Os imóveis foram classificados em três situações: "Imóveis divididos com planta, imóveis divididos sem plantas e imóveis indivisos" (PACHECO, 1975, p. 152 e 153). Parada só pôde chegar a esta elaboração da planta final, após utilizar trabalhos cartográficos já realizados pelo DERGO⁹², e com subsídio das fotografias aéreas providenciadas pela extinta Comissão de Localização da nova Capital.⁹³ O relatório descreve, também, como utilizou registros antigos de imóveis que tinham planta para, a partir deles, traçar pontos e definir as outras divisões. Detalhes de seu método de trabalho, que são bastante técnicos, porém importantes para se entender a situação das três fazendas consideradas neste meu recorte.

Não encontrei explicação para o uso dessas cores, pois a PIC não continha legenda. Diante desta ausência, considero como hipótese, elaborada a partir de alguns indícios que identifiquei no Relatório de Pacheco (1975), que os traços na cor rosa muito possivelmente indicariam propriedade totalmente desapropriada com documentação regulamentada. As linhas de cor verde representariam áreas desapropriadas com alguma pendência na documentação. Já a cor azul teria sido utilizada na indicação de terras não desapropriadas, mas com levantamento documental realizado. E, por fim, a cor amarela

⁹¹ Foram entrevistados os descendentes de Jorge Pelles: William Jorge Pelles (filho) e José Eduardo Pariguasi da Frota (neto).

⁹² Departamento de Estradas e Rodagem de Goiás.

⁹³ Ver quadro das comissões no capítulo 2.

seria indicação de terra devoluta ou em situação especial, como no caso das terras denominadas como "terras de santo".

Entre outros, consultei dois pesquisadores que abordam a existência das terras de santo. Godói (1999, p. 84) ressalta a importância destas terras para o grupo de camponeses que estudou e faz referência à existência das mesmas no Nordeste e em outras regiões do Brasil. Já Magalhães (2004), analisa sua ocorrência em Planaltina, através de um comentário feito por Arantes (1989 apud MAGALHÃES, 2004)⁹⁴, no qual este magistrado jocosamente nos conta sobre a existência de um documento do século XIX, considerado válido, ainda em 1956, que explica a origem das terras pertencentes à paróquia de Planaltina. Neste documento, segundo Arantes (1989) o nome de Sebastião Carlos Alarcão constava como procurador de São Sebastião. Magalhães (2004, p. 137e 138) fornece a seguinte interpretação da fala de Arantes (1989) sobre esta questão:

[...]demonstra, ao mesmo tempo, um ato de dominação e incompreensão das categorias existentes em um outro mundo (o sertão de Goiás). Ao racionalismo do juiz a situação inusitada de um procurador secular de São Sebastião soa como oportunismo, malandragem ou mesmo um lapso bizarro de ignorância. No entanto, se fizermos uma aproximação ao universo sertanejo, no qual, a terra e sua posse assumiam valores carregados de honorabilidades e tradições, muitas vezes portadoras de lastros medievais (da Europa) associados ao sagrado, as diferenças se acentuarão permitindo-nos modificar o anacronismo da impressão inicial que parecia contaminada pelas categorias modernas e centrada no aspecto meramente econômico.

Estas considerações, sobre a documentação que remetia à existência de terras de santo e sua validade admitida pela Comissão de Cooperação, segundo Arantes (1989), corroboram, conforme interpretei no capítulo anterior, a perspectiva de permanências do passado, mas não como "anacronismos de uma outra época passada incompatíveis com a racionalidade capitalista"(GODOI, 1999, p. 48). Os juristas chefiados por Pacheco, da mesma forma que optaram por conceder o direito de arrendamento, pelo qual os ex-proprietários podiam deixar seus rebanhos nas terras de que tinham sido desapropriados, também tiveram que reconhecer a procuração de Sebastião Carlos Alarcão. E, se o fizeram, foi por necessidade de resolver, o mais rapidamente possível, a questão das desapropriações na área e também por saberem que, como já comentei anteriormente, teriam de lidar com o concreto que se lhes apresentava. Isto significava que não fariam

⁹⁴ Assim como Magalhães (2004), também consultei e analisei os conteúdos dessa entrevista de Arantes (1989) pertencente ao acervo Arquivo Público do Distrito Federal.

um convencional "trabalho de gabinete" ou realizariam uma "passeata de Bacharéis" como afirmou o jurista Domingos Juliano (apud PACHECO, 1975, p. 143).

Ao longo da realização desta minha pesquisa, considerei relevante obter mais informações sobre cada uma dessas fazendas, procurando explicitar como estavam ocupadas, pois isto traria mais elementos para compreensão das experiências vivenciadas pelas pessoas que entrevistei, no que se refere às desapropriações de suas terras.

Barra Alta

Em sua narrativa, o Sr. Zuzu Guimarães deixou transparecer que, em sua família, tem sido transmitida a várias gerações, que seus ancestrais teriam migrado de Portugal para Planaltina há muito tempo atrás. Na documentação que obtive junto ao Sr. José Gomes Pinheiro, ex-diretor da TERRACAP, encontrei informações sobre o histórico dessa fazenda e sobre os seus ex-proprietários.⁹⁵ Nesta documentação, o primeiro registro de propriedade que encontrei ligado à família de Sr. Zuzu Guimarães ocorreu em 1919, ano da demarcação da Barra Alta que, "pega pela demarcatória", passou ao domínio de Antonino Guimarães, pai de Sr. Zuzu. Nesta data, foram feitos registros cartoriais, em função de regulamentação determinada pela Constituição de 1891, numa corrida cartorial que durou, aproximadamente, de 1918 até 1928. Com o falecimento de seu pai, a fazenda foi dividida entre oito filhos.

Quando houve a demarcação judicial do imóvel, em 1958, só seis irmãos ainda eram donos. No momento da desapropriação, em 1959/60, segundo consta na documentação do imóvel Barra Alta (TERRACAP, ?, fls 0035 - 0038), a mãe e três dos irmãos do Sr. Zuzu Guimarães haviam falecido e houve partilhas. Apenas os irmãos Zuzu, Sebastião e Waldemar Guimarães aparecem como proprietários. O Sr. Zuzu e seu irmão Waldemar aparecem, também, como adquirentes de parcelas de irmãos e sobrinhos.

⁹⁵ TERRACAP. Documentos do Imóvel Barra Alta (ian. 1960 - 1976). Brasília, ?. Como esclareci, no capítulo 1, obtive junto ao ex- diretor da TERRACAP, José Gomes Pinheiro, cópia de partes da documentação que a TERRACAP possui de duas das três fazendas que incluí no meu recorte. No caso do imóvel Barra Alta, as cópias de escrituras e certidões, ao que parece, são anexos de um documento descritivo, datado de 1976, onde constam informações sobre o histórico, a origem e a demarcação judicial da propriedade e também sobre os seus condôminos. O documento foi assinado pelo chefe da Divisão de Operações Técnicas da Diretoria Imobiliária da TERRACAP, o engenheiro Marcelo Mundim Pena.

Também a leitura da escritura das terras pertencentes ao Sr. Zuzu Guimarães, cuja cópia constava entre os anexos desta documentação da TERRACAP⁹⁶, possibilitou-me imaginar como era a fazenda em que viveu.

[...] uma casa de residência, sede da fazenda, coberta com telhas coloniais, paredes de tijolos, área construída de 161 metros quadrados, com nove cômodos assoalhados e cimentados, pomar fechado de muros e cercas de aroeira, plantado de árvores frutíferas, rego d'água, quatro casas para empregados, uma pocilga coberta de telhas, piso de pedras, e paiol coberto de telhas, com paredes de tijolos, uma casa para a fabricação de rapaduras, uma dita para caros de bois, cinco currais e uma casa para bezerros, tudo no valor calculado em CR\$ 1.718.388,00 [...]

O nível de detalhamento desta descrição deveu-se, certamente, ao direito de indenização⁹⁷ pelas benfeitorias. Ao ler este trecho da escritura, imagino a entonação do Sr. Zuzu Guimarães no momento em que prestava essa declaração e o pesar em deixar tais coisas construídas naquele espaço que, ao longo de sua vida, se tornou pleno de significados, por ser seu lugar de viver. (GODÓI, 2003)

Investigar a cópia desta escritura (TERRACAP, ?), pôs-me diante de questões contidas numa afirmação reiterada mais de uma vez pelo Sr. Zuzu Guimarães: "Foi o governo do Goiás, eu esqueci o nome do homem". (Entrevista em 24/04/2005). Em sua fala, frisa que o governador de Goiás estaria presente na negociação da desapropriação de sua fazenda, concluída em 1959/60. Essa afirmação sobre a desapropriação ter sido feita pelo Estado de Goiás não fazia sentido para mim, até a leitura mais detalhada deste documento abaixo, onde consta:

De outro lado como outorgada expropriante, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL; designada Novacap, nesta escritura, representada por seu presidente em exercício, **Dr Segismundo de Araújo Mello**, brasileiro, casado, advogado, domiciliado e residente nesta capital; e, como interveniente o Estado de Goiás, representado por seu Governador, Dr. José Feliciano Ferreira e este por seu bastante procurador, Dr. **Ignácio Bento de Loyola**, brasileiro, casado, magistrado aposentado, domiciliado e residente nesta capital, conforme instrumento de procuração lavrado nas notas do 3º tabelião de Goiânia, às fls. 103, do livro nº10; [...]

(TERRACAP, ?).

⁹⁶Escritura lavrada no cartório do 2º Ofício, tabelionato Borges Teixeira, em Brasília, no ano de 1960, conforme referência a seguir, extraída da cópia que consta na Documentação do Imóvel Barra Alta (TERRACAP, 1976): CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS.TABELIONATO BORGES TEIXEIRA. Brasília, DF. Escritura de desapropriação amigável de imóveis rurais de glebas da Fazenda Barra Alta e da Fazenda Riacho das Pedras localizadas em território desmembrado do Município de Formosa-Go. Desapropriados: José Guimarães Zuzu e Olivia Cardoso Guimarães. Expropriante: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP). Tabelião substituto: Luiz Carlos Borges Magalhães. Registrado no Livro de nº 3, pgs 39. Brasília, 27 de outubro de 1960.

⁹⁷ Compromisso assumido desde o início das desapropriações pela Comissão de Cooperação.

Diante de evidente poder imbricado entre o poder executivo de Goiás e os dirigentes responsáveis pela administração da capital em construção, revelou-se uma dimensão mais complexa do processo de transferência e construção da *nova* capital. E como se o governo de Goiás não quisesse e nem pudesse encerrar sua participação nesse processo.

Segismundo de Araújo Mello, como vimos no capítulo anterior, exerceu várias atividades defendendo interesses daquele estado, ou melhor, de um grupo da elite política e econômica, em relação às negociações a serem feitas para que a capital federal fosse transferida para seu território. Diria que a presença dele, conforme aparece nesta escritura, como presidente em exercício da NOVACAP, é exemplar quanto àquela imbricação, que parece ter ocorrido mesmo depois de Pacheco haver encerrado sua participação frente à Comissão de Cooperação em 1958.

Acredito que, enquanto era presidente de tal comissão, Pacheco garantia uma presença mais ostensiva e oficial dos interesses do poder executivo de Goiás, na área do *novo* Distrito Federal. Contudo, ao que parece, mesmo depois - pelo menos entre 1958 e 1960 - havia uma resistência daquele governo em deixar os problemas da cidade em construção a cargo de quem era designado para isto.

O Dr. Ignácio Bento Loyola é citado nessa escritura como procurador do governador de Goiás, mas em outra escritura datada de alguns dias depois, aparece como Presidente da Comissão de Cooperação para Mudança da Nova Capital⁹⁸. Fico sem respostas para as seguintes questões: seria ele o sucessor de Pacheco? E tal procuração dava-lhe tantos poderes como deu àquela? Tais questões geraram uma inquietação que não tenho como esclarecer nesta dissertação, embora sejam pertinentes como desdobramentos de uma atividade de pesquisa.

O Sr. Zuzu Guimarães recebeu o pagamento de suas terras em cheques do Banco do Estado de Goiás, no mesmo sistema em funcionamento desde 1956. Novamente, podemos observar a permanência de vínculos entre o poder executivo de Goiás e a

⁹⁸ Trata-se de uma das escrituras de desapropriação da Fazenda Bananal, do quinhão de Deodato Louly, escriturada, também, em setembro de 1960 e no mesmo cartório em que foi feita a do Sr. Zuzu Guimarães. (Documentos do Imóvel Bananal: dez. 1955 - set.2003.TERRACAP, ?). A referência a esta escritura, que forneço a seguir, foi extraída de cópia da mesma: CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS.TABELIONATO BORGES TEIXEIRA. Brasília, DF. Escritura de desapropriação amigável que fazem de um lado DEODATO DO AMARAL LOULY e sua mulher Dona MTNERVTNA DE SOUZA LOULY, como outorgada expropriante, a NOVACAP: e como interveniente, o ESTADO DE GOIÁS. Tabelião substituto: Luiz Carlos Borges Magalhães. Registrado no Livro de nº 1, fls 4-5. Brasília, 21 de setembro de 1960.

NOVACAP. A hipótese que levanto para isto é que, muito possivelmente, o caminho para repasse das verbas, realizado por meio deste banco, estivesse sendo prudentemente mantido ou que algum tipo de acordo ainda não tivesse sido extinto.

Conforme venho mostrando ao longo deste trabalho, pude perceber que o trâmite destas verbas, para desapropriar a área do *novo* Distrito Federal, também sofreu influência de uma lógica de atuação, estrategicamente, desenvolvida pelo já citado, e por mim considerado, grupo de Goiás. Observemos esta fala do senador Bueno (1990, p. 22, grifos meus):

Bom, isso aí é uma das coisas mais tristes que existe. Nós **fizemos o** seguinte, é uma das coisas **também à base de confiança pessoal. O Senado me alocou uma verba de 120 milhões, naquela época, no tempo de cruzeiro sei lá, moeda da época. Porque era 120 mil alqueires geométricos.** E eu comprometi com o Senado de lazer o seguinte: me botava verba até de... eu tive que tirar porque eu não queria tá recebendo dinheiro pra... não era, até eu tenho impressão que era até inconstitucional, mas de qualquer forma fizeram, mas eu não caí nessa, não. **Eu peguei o dinheiro, o estado de Goiás naquela época, tinha até um governador que era adverso. Era do outro partido. Mas eu peguei essa verba, botei lá no banco, o banco tava numa situação de pindaíba tremenda, sem prazo, sem juro, verba pública. Mandei botar lá no banco desse tal Banco do estado de Goiás. O governador por isso ficou muito satisfeito e começou a nos ajudar.f...]** Consegui. Depois ele se tornou até campeão. Então esta verba, não eu vou dizer: essa verba eu botei no Banco do estado de Goiás, eu podia botar em qualquer lugar. Eu orientei, porque salvava o banco e eu tinha boa vontade do banco.

As verbas, a que se refere Bueno (1990), estavam disponíveis para a Comissão de Cooperação, desde os primeiros meses de 1956, no Banco do Estado de Goiás (PACHECO, 1975, p. 89). Portanto, após esse ano, o governador Jucá Ludovico e, mais tarde José Feliciano Ferreira, seu sucessor, mantiveram-se com o poder de representar o interveniente estado de Goiás nas desapropriações que iam se efetivando. Esta condição dava-lhes, ao menos legalmente, o poder de comandar pagamentos das terras que iam sendo desapropriadas - tudo com verbas de origem federal. Estes governadores puderam, ainda, como salientou Bueno (1990), trabalhar com o banco estadual saneado financeiramente.

Retomando a interpretação de elementos da escritura de desapropriação das terras da Fazenda Barra Alta, foram dois os pagamentos recebidos pelo Sr. Zuzu Guimarães: o primeiro como sinal do compromisso de venda (em 18/12/1959 e em 07/01/1960, no valor de CR\$ 2.040.000,00) e o segundo na escritura definitiva (em 22/09/1960, no valor de CR\$ 5.435.211,50 perfazendo o total de CR\$ 7.475.211,50). Quanto a estes valores, disse o Sr. Zuzu Guimarães, na entrevista a mim concedida em 24/04/2005: "Ah, o

dinheiro que eles me deram, pra 7 mil e 500 [hectares], dava pra comprar nada[...] dava pra comprar uma chácara de 50 alqueires [...]."

Procurei apreender, a partir de percepções dessas pessoas que entrevistei, o valor atualizado do que foi pago pelas suas terras e eles, de alguma forma, manifestaram-se a respeito. Escolhi valores pagos pela Barra Alta para tentar obter uma atualização dos mesmos, através de instituições que trabalham com índices de atualização monetária, e tive dificuldades. Contudo Hoslton (1993, p. 232) deu-me uma pista para tentar algo similar. Estudando a renda e ocupação de trabalhadores na construção de Brasília, este autor aponta que "o salário mínimo para a região de Goiás estava entre os mais baixos do país. Era de 2.400 cruzeiros (cerca de 17 dólares em 1958)". Considerando esta referência, em termos deste padrão de moeda, pelos 1.077,004 alqueires da fazenda Barra Alta, o Sr. Zuzu Guimarães teria recebido U\$ 52.949,41. Não resistindo a prosseguir nessas projeções, ciente de toda imprecisão desses dados, com a cotação do dólar em abril de 2006, este valor seria, algo em torno, de R\$ 111.193,77. Assim, a sua afirmação de que com o dinheiro recebido conseguiria comprar apenas 50 alqueires não é de todo exagerada.

Para concluir o que formulei por meio do cotejo entre as fontes consultadas e o relato do Sr. Zuzu Guimarães, reproduzo aqui mais um trecho de sua fala que me instigou:

E eu comprei de um primo meu uma área de 200 alqueires. E aí eu comprei tudo certinho do meu primo do Rio, daí um ano, dois anos mais ou menos o meu sobrinho, advogado daqui, arranjou dois médicos pra me comprar a área. Me davam 500 mil pela área, era de 100 alqueire. Vendeu, chegou fechar. Na semana que era pra gente escrever a escritura, pra eles me pagarem, na semana antes o vice-governador deu uma nota no jornal, que **as terras do Distrito já era da nação desde 1891 que ninguém era dono não**. O médico que comprou não quis e eu perdi tudo. Eu perdi na primeira desapropriação e na compra que eu fiz pra salvar. Em vez de salvar o Pedro Aleixo deu a nota que as terras eram do Distrito... e os médicos não quiseram a fazenda.

(Entrevista em 24/04/2005, grifos meus).

Esta referência à questão das terras serem percebidas ou não como de propriedade da União apareceu freqüentemente, em contextos diferentes, durante a minha pesquisa. No histórico, que apresento no capítulo 1, analisei alguns momentos no

⁹⁹ Na continuidade desta pesquisa descobri que o Banco Central disponibiliza, através da internet, um serviço de atualização monetária. No entanto, o valor a que cheguei não alterou a análise que eu vinha construindo. Trata-se do site: bcb.gov. Br - serviço ao cidadão no item calculadora do cidadão. Acessei este serviço e pude verificar que o valor de Cr\$ 7.475.211,50 recebido por Sr Zuzu, em 01/1960, corrigido até 05/2006, corresponde a R\$ 268.585,10 corrigido pelo IPC/FIPE (índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e alcança valores a serem corrigidos desde 1942).

processo de transferência da capital federal. Um desses momentos foi o da inclusão do tema desta transferência como artigo 3º da Constituição de 1891. Nele, a determinação era: "fica pertencendo à União, no Planalto Central da República uma zona de 14.400 quilômetros quadrados[...]". A Comissão Cruls, a partir 1892, em cumprimento a esta determinação, demarcou a área, provocando dúvidas e temores nos proprietários da mesma. O jurista Lúcio Batista Arantes entende que a inclusão de tal artigo na Constituição de 1891 pressupunha que as terras do Planalto Central eram devolutas. (ARANTES, 1989, p. 6)

Após 1946, várias comissões vão se sucedendo em tentativas de viabilizar essa transferência da Capital, até que, em abril de 1955, o governador de Goiás declara as terras do *novo* Distrito Federal como de utilidade pública para fins de desapropriação. Em outubro do mesmo ano, ele nomeia a Comissão de Cooperação para efetivação destas desapropriações. Ao tomar estas providências, o poder executivo deste estado, segundo fontes a que tive acesso, sequer cogitou a idéia de que as terras já pertenceriam a União desde 1891. Suponho que por considerar os contextos locais e não desejar descontentar fazendeiros da área que iria ser desapropriada. Isto por haver, neste estado, vínculos indissociáveis entre grupos políticos e os de proprietários de terra.

A Comissão de Cooperação deparou-se com situações complexas quando tentou-se realizar levantamento das fazendas, desapropriá-las, em sua totalidade, rapidamente, assim como administrar conflitos. Como vimos anteriormente, isto não foi possível e ficaram muitas pendências.

Na década de 1970, os juizes federais - agindo de forma autônoma, com relação ao governo de Goiás - na resolução de questões fundiárias, muitas vezes, optavam pelo tipo de parecer com o enfoque constitucional de 1891.

A retomada de tal concepção, revertida em parecer jurídico, teve conseqüência direta nos planos do Sr. Zuzu Guimarães, e ainda tem seus reflexos na atual situação fundiária do DF. No meu encontro com o ex-diretor da TERRACAP, José Gomes Pinheiro, ele referiu-se ao assunto dizendo que um ministro do Supremo Tribunal Federal, do qual não se lembrava o nome, elaborou o parecer considerando todas as terras do Distrito Federal como já pertencentes à União. Lembrava-se que foi na década de 1970, e ele, que é engenheiro agrimensor, trabalhava nesta época na NOVACAP, justamente, na continuidade do trabalho das desapropriações. Afirmou que a repercussão desta determinação judicial provocou a interrupção das desapropriações em andamento. E, que a partir de então, passou-se somente a desapropriar terra, no Distrito Federal, com

a finalidade de expansão urbana. Isto ocorreu em áreas próximas à Ceilândia, Picagem e a uma área de chácaras denominadas como "Chácaras do IBRA e INCRA", uma referência às siglas do antigo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e atual Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, quando, entre 1988 e 1989, receberam autorização de serem desapropriadas para que fossem logo loteadas.

b- Bananal

Nas duas narrativas dos descendentes de Jorge Pelles há elementos que possibilitam uma interpretação da relação deles e de suas famílias com as terras desapropriadas, mesmo considerando a situação específica destas terras que foram compradas em abril de 1955 e desapropriadas 8 meses depois. Estas terras pertenciam a Hélio Rodrigues de Queiroz e a sua esposa, Maria Magnolia de Queiroz. Foram vendidas a Jorge Pelles e Jerônimo José da Silva em abril de 1955, ocasião em que ficou acertada promessa de compra e venda. Em dezembro do mesmo ano, oito meses depois, estes últimos compradores assinam a escritura de desapropriação amigável em favor do estado de Goiás¹⁰⁰.

O estudo desta escritura¹⁰¹, também, me forneceu outros elementos sobre esta área da Fazenda Bananal que pertenceu, por pouquíssimo tempo, à família dos Pelles. Ao escrever isto, ocorre-me fazer um parêntese para transcrever um trecho da narrativa do neto de Jorge Pelles quando este me explicava a forte ligação do avô com a natureza. Considerei o que disse revelador. Vejamos:

Preservar nascentes, ele preservava a natureza de um modo geral, os animais. Então eu lembro muito dele quando ele tava na Fundação Zoobotânica que era a empresa do governo que cuidava dessas áreas. Tinha ali quando você descia pro Gama, (Inaudível) ali DVO, hoje fizeram uma estrada a esquerda, quando você sai, vira à esquerda não sei se você conhece ali o Gama? Ai você passa vai indo pra Santa Maria, antigamente ia direto, tinha uma

¹⁰⁰ Pelo trâmite usual o estado de Goiás tornava-se proprietário das terras e depois as transferia para a União. Pacheco (1975, p 102 e 103) descreve uma solenidade, ocorrida em fevereiro de 1957 no Rio de Janeiro, Palácio do Catete, na qual houve a transferência de todas as terras desapropriadas até aquela data. Ele descreve os discursos de Juscelino Kubitschek e de Jucá Ludovico e a forma elogiosa como foi tratado por ambos.

¹⁰¹ A referência a esta escritura, que forneço a seguir, foi extraída de cópia da mesma que consta nos Documentos do Imóvel Bananal (TERRACAP, ?): 3º OFÍCIO DE GOIÂNIA. Comarca de Goiânia. Estado de Goiás. Escritura Pública de desapropriação amigável da Fazenda Bananal ou Larga do Bananal. Desapropriados: Hélio Rodrigues de Queiroz e sua mulher, dona Maria Magnolia de Queiroz. Desapropriante: Estado de Goiás. 3º Tabelião Substituto: Graciano Silva Morais. Registrado no Livro de nº 31, fls 79/87. Goiânia, 30 de dezembro de 1955.

pontezinha de madeira, a gente subia ali, e lá em cima era a sede de um Parque Nacional. Meu vô cuidava, cuidava também ali em Planaltina, Águas Emendadas. Tinha ido com ele lá várias vezes. Ele ia com maior orgulho, maior satisfação. E por ele ser uma pessoa muito simples, quando ele chegava na casa dele pra almoçar, o motorista dele almoçava na mesa dele com ele também. E ele não tinha, essa diferença social, uma pessoa muito querida, lia bastante, uma pessoa, inteligente pra burro, esperto demais. Tanto é que quando o Roriz foi nomeado governador pelo Sarney, **ele chegou pro Roriz e falou assim:** "Pô até que em enfim eu arrumei um peão pra administrar minha fazenda agora".(risos). Um capataz, peão não, "**até que enfim arrumei um capataz, vai lá cuida bem das minhas terras**".

(Entrevista em 26/04/2005)

Jorge Pelles era pai de Weslian Pelles Roriz, esposa do atual governador do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz,. Este parentesco foi lembrado, como vimos acima, em alguns momentos durante essas duas entrevistas. E, quando este neto enfatiza a esperteza embutida na fala do avô, em solicitar ao genro que cuidasse bem de suas terras, talvez o próprio Jorge Pelles não imaginasse que, naquele momento, em 1988, o quão de presságio aquela solicitação continha. Este governador, assessorado por outros parentes como o Sr José Eduardo, vai, enquanto governador do Distrito Federal, por um longo período¹⁰², administrar, de certa maneira, essas terras que pertenceram à família de sua esposa. Ou seja, a minha possível constatação, de que os Pelles foram proprietários da Bananal por apenas oito meses, torna-se relativa, pois, a relação de poder que esta família vai ter com essas terras, mesmo após aquela venda, permaneceu e permanece.

Por saber, previamente, deste parentesco confesso que relutei em incluir esta fazenda no meu recorte de pesquisa. Só a mantive por ter sido a primeira fazenda desapropriada na área e pelo fato de que sua extensão se enquadrava em parte dos critérios por mim escolhidos. A hesitação vinha da minha expectativa de que fosse difícil ter acesso aos descendentes de Jorge Pelles e que talvez estes, durante as entrevistas, ficassem presos a idéias relacionadas aos feitos do governador parente. Inclusive minha orientadora acentuou que este e outros desafios faziam e fazem parte de qualquer processo de pesquisa. Ao não querer enfrentá-los, corremos riscos de empobrecer esse mesmo processo.

Interpretando agora o que se passou, constato que fiz bem em não retirar a Fazenda Bananal de meu recorte, pois ela compõe, de maneira interessante a diversidade do mosaico de situações encontradas pela Comissão de Cooperação em 1955.

¹⁰² Joaquim Domingos Roriz vai ser governador do Distrito Federal de: 1988 a 1990 (nomeado); 1990 a 1994 (eleito); 1998 a 2002 (eleito) e 2002 a 2006 (reeleito).

Os dois entrevistados, filho e neto, mostraram-se acessíveis e contribuíram com outros elementos diferentes para minhas análises. Falaram sim, do governo Roriz. No entanto, tenho clareza de que possivelmente o desejo de valorizar a memória de Jorge Pelles foi o verdadeiro o motivo de terem concordado em me conceder seus relatos.

Observei, com relação à desapropriação desta fazenda, ocorrida 8 meses depois da mesma ter sido comprada por Jorge Pelles, a hipótese de que tenha havido especulação econômica com o valor destas terras. Martins (1983, p. 79) analisa situações de ocorrência de valorização de terras em virtude de construção de rodovias, concluindo que: "a valorização é concretamente o aparecimento de renda territorial onde antes ela não existia". Ao serem vendidas estas terras, o que, segundo este autor, é usual que ocorra em áreas valorizadas pelas rodovias, a própria renda fundiária é imediatamente convertida em capital.

Voltando aos elementos que encontrei na escritura de desapropriação desta Fazenda Bananal, de dezembro de 1955, cito uma descrição das condições em que a mesma se encontrava quando ocorreu a desapropriação: "Fazenda 'Bananal' ou 'Larga do Bananal', composta de campos de criar, matos de cultura e contendo ranchos de palha, rego d'agua , currais toscos, pastos fechados, etc' [...].

Imagino que a escassa descrição de detalhes nesse documento seja porque ninguém tenha defendido quantidade ou qualidade dos currais. Penso que essa quase ausência foi causada por uma relação diferente com as terras, não havia o mesmo apego, como no caso da Barra Alta. Na fazenda Bananal, os Pelles não trabalharam aquelas terras, não incorporaram o direito de posse, não construíram aqueles currais e nem utilizaram o rego d'agua, enfim, não criaram os mesmos significados em suas relações com esse espaço, como fez o Sr. Zuzu Guimarães. Vejamos o que diz o Sr. José Eduardo sobre a relação do avô com aquelas terras:

Ele sempre foi comerciante, pra ele a atividade rural, na realidade era comércio, porque, como ele tinha comércio de secos e molhados, também, comercializava carne. A atividade dele era mais o gado de corte, porque naquela época ainda não tinha especializado a linha nelore como tem hoje então, era gado comum, gado curraleiro, no máximo seria um zebu, um gir, misturado, mestiço. E, lá em Luziânia, as terras eram muito baratas como aqui também, onde hoje que é a capital é valorizadíssima. Mas, no Distrito Federal, as terras também eram mais baratas ainda, porque não tinha uma qualidade fértil no solo. Era muito fraca a terra, como o pessoal chamava. Eles utilizavam só na época da seca, quando o pasto da fazenda deles em Luziânia tava fraco. Na época da seca, eles colocavam fogo no cerrado aqui, que era uma cultura da época pra nascer o broto do capim e eles traziam o gado de lá pra cá, pra se alimentar aqui desse broto do capim.

(Entrevista em 26/04/2005)

A própria denominação de Larga do Bananal já indicava destinação das terras: a criação extensiva de gado.

Quis saber sobre a sociedade entre Jorge Pelles com Jerônimo José da Silva; seu filho William Jorge Pelles (entrevista em 17/05/2005) explicou-me apenas: "que eram amigos, muito amigos, e eu não tenho muita história de Jerônimo da Silva não [...] e depois que foram sócios aqui. Certo, justamente pra aumentar essa engorda do boi".

Quis comparar os valores que foram pagos em abril de 1955, na compra da fazenda, e o que foi recebido oito meses depois na sua venda ao estado de Goiás.. Na escritura de desapropriação consta que Jorge Pelles e seu sócio pagaram CR\$ 1.200.000,00 a Hélio Rodrigues de Queiroz e receberam Cr\$ 3.870.00,00 do estado de Goiás. Pelo menos três vezes mais, numa demonstração do poder de especulação de inflacionar o preço das terras, que acompanhava a possibilidade, mais iminente, da vinda da capital. Quando, William Jorge Pelles afirma que "ficou elas por elas praticamente", penso que, em família, prefere-se reforçar a idéia do desprendimento e espírito de colaboração de Jorge Pelles para com o empreendimento da mudança da capital.

Vicente Pires

Esta fazenda entrou no meu recorte de pesquisa, conforme relatei no capítulo 1, por último e em condições diferentes das outras duas, a começar por não ter tido acesso a nenhuma documentação que porventura a TERRACAP possuísse deste imóvel e também pelas dificuldades na realização de uma entrevista com o Sr. Rubens Rodrigues. A atitude deste senhor durante nossos encontros provocou-me muitas reflexões a respeito, mas, na prática, a princípio, não me parecia que ele houvesse compartilhado comigo elementos que pudessem ser incluídos em minhas interpretações ou cotejados com outros tipos de fontes, da forma como havia ocorrido com resultados obtidos junto aos outros entrevistados.

A escritura de venda destas terras foi feita no Tabelionato 2º de Notas em Luziânia, pelo Sr. Jefferson Meirelles, também entrevistado por mim. Observei que não consta neste documento a data da aquisição feita pelo pai do Sr. Rubens Rodrigues e seus sócios, há apenas os nomes de seus proprietários anteriores.

Em Pacheco (1975, p. 126,127) encontrei explicações detalhadas sobre esta compra, o que não era comum, num prenuncio, a meu ver, dos problemas futuros com a regularização desta área. A Fazenda Vicente Pires consta como vendida no grupo das

primeiras nove fazendas adquiridas pela Comissão de Cooperação, isto em 26/05/1956, por promessa de compra e venda, junto com a Taguatinga, e Tamanduá, somando uma área 3.56400 alqueires. Em novembro do mesmo ano, "após conclusão de estudos", a situação aparece retificada com as áreas alteradas e os valores também: a Tamanduá com 1.161 alqueires e não 1.000; a Vicente Pires com 970 e não 1.162 alqueires e a Taguatinga 1332 e não 1402 alqueires. Edmundo Pereira Leal aparece como dono da Tamanduá e como sócio de Juventino Rodrigues na Taguatinga. Vejamos o texto de Pacheco (1975, p. 127, grifos meus):

Da mesma fazenda (TAGUATINGA) lavrou-se ainda, a 9 do corrente, uma escritura de ratificação, assinada por JUVENTINO RODRIGUES, EDMUNDO PEREIRA LIMA e suas esposas, sobre 10 alqueires, que não foram computados na soma geral, por se tratar de solução de **matéria de interesse exclusivo** dos vendedores.

Fica demonstrado como essas relações eram intrincadas. Neste caso, não fica claro se eram de parentesco ou não, o que me leva a tecer duas hipóteses.

Uma primeira, de que a colaboração dos proprietários¹⁰³ e a vontade de fazer rapidamente a desapropriação de grandes áreas, logo no começo dos trabalhos da Comissão de Cooperação, conforme mostrado anteriormente, fez com que fossem efetivadas compras sem a devida apuração da situação destes imóveis em condomínio. Situações que exigiram análises mais criteriosas à medida que avançaram os trabalhos dessa comissão. Em 1958, isto aparece na indicação¹⁰⁴ de que estando em condomínio e desconhecida a parcela de cada dono (parcelas ideais) a "desapropriação terá que ser dirigida ao imóvel na sua totalidade." (PACHECO, 1975, p. 151).

A outra hipótese é que, no caso das três fazendas citadas e mais a fazenda Guariroba,¹⁰⁵ (contíguas se observarmos a PIC), parece que membros dessas famílias foram casando entre si, vendendo e comprando sem dividi-las legalmente e sem concluir

¹⁰³ Houve Comissões Municipais de Cooperação criadas com este intuito. Neste caso, os dois principais proprietários eram membros da Comissão Municipal de Cooperação de Luziânia.

¹⁰⁴ Indicação feita pelo Dr. Eduardo Henrique de Sousa Filho, advogado responsável em desapropriar a área de Formosa. Tal indicação vem acompanhada de outra mais severa, na qual ele sugere a "desapropriação judicial com depósito em juízo e a citação dos condôminos interessados por edital". (PACHECO, 1975, p. 151).

¹⁰⁵ O Sr Rubens Rodrigues me forneceu cópia de certidão do cartório de Luziânia, Tabelionato 1º de Notas, dando conta de uma área da fazenda Guariroba que era de seu pai desde 1950 e que não foi desapropriada. Segue a referência a este documento: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E TABELIONATO 1º DE NOTAS. Luziânia, GO. Certidão de Transmissão de parte de terras da Fazenda Guariroba. Escritura pública de permuta lavrada em 30 de novembro de 1950 no Livro 3-H. às fls 159. Adquirente: Joventino Rodrigues e sua mulher Maria Cândida das Dores. Transmitente: Maria da Conceição Roriz. Tabeliã: Isis Campos Amaral. Certidão emitida em 10 de abril, 2003.

inventários. Penso que isto ocorria por uma questão de conveniência "não por ignorância ou desprezando as regras do jogo da sociedade que estão inseridos" (GODÓI, 1999, p. 62). Enfim, gerando uma situação de difícil apuração ficando inconclusas, até por serem, às vezes, "matéria interesse exclusivo" daqueles proprietários, segundo explicação de Pacheco (1975) - conforme está explicitado na citação acima - eximindo-se de ingerência.

Quando incluí a Fazenda Vicente Pires neste meu estudo, estava acompanhando, através da imprensa, o que acontecia com o processo de regularização do loteamento que ocupa hoje aquela área. Sem a pretensão de estabelecer uma relação de causalidade direta entre aquele processo inconcluso e problemas atuais referentes àquela área, até mesmo porque não tive acesso e nem pude adensar dados para fundamentar tal interpretação, gostaria de compreender como o quadro atual interferiu na atitude de desconfiança demonstrada pelo herdeiro Rubens Rodrigues, durante a entrevista a mim concedida.

Desde o final de 2005, notícias sobre dificuldades de regularização do loteamento Vicente Pires foram recorrentes, em jornal de circulação local, sobre a mobilização de moradores dessa área devido a um parecer da Procuradoria Geral da União que dava a entender que aquelas terras poderiam já estar sob responsabilidade administrativa da TERRACAP, ou seja, seriam terras pertencentes ao Governo do Distrito Federal e não mais ao Governo Federal¹⁰⁶. O processo de regulamentação encontrava-se já em andamento naquele período e os moradores se mobilizam por desejarem negociar diretamente com o governo federal de forma a evitar uma licitação pública dos terrenos, o que acontecerá obrigatoriamente se aquela área passar a ser propriedade da TERRACAP.

No conteúdo dessas notícias eram veiculadas informações de que havia pendências financeiras com antigos donos dessa área e que isto impedia a definição quanto à propriedade da mesma. Não sendo ela ainda propriedade do governo federal, este não podia transferir a posse para quem quer que fosse. O impasse envolvia a família Dutra Vaz, a qual recorreu à justiça para requer R\$ 650.000,00 de correção monetária na indenização recebida por uma desapropriação dessa área. Esse jornal não informa mais nada sobre a família e pelo sobrenome; não é possível estabelecer vinculação alguma daquela família com a família Rodrigues.

¹⁰⁶ Assunto recorrente no jornal Correio Braziliense (edições de 05/12/2005, 06/12/2005, 26/02/2006 e 26/13/2006).

No entanto, ao longo de desdobramentos havidos de 1956 até hoje, no que se refere a uma expectativa de ressarcimento financeiro pelas áreas vendidas, suponho que alguns familiares do Sr. Rubens Rodrigues tenham experimentado esperanças e decepções. A família citada por esse jornal já recebeu parte da correção monetária em precatórios. Como reagiram os que não receberam? O que significa descobrir a existência de terras que não sabia ter e constatar que será difícil reivindicar pagamento por elas? Relatou-me o próprio Sr. Rubens Rodrigues que descobriu por acaso a existência de áreas da fazenda Guariroba que eram de seu pai. .

São experiências do Sr. Rubens Rodrigues que, talvez, justifiquem o desconforto e desconfiança em falar sobre isto com alguém desconhecida e tão interessada nestes assuntos, mesmo com toda a apresentação, indicações e explicações prévias que dei a ele por telefone.

Aquilo que consegui a respeito dessa fazenda, através de seu relato, pode ser registrado nestes trechos:

Darcy: Como é que era a fazenda?

Rubens: A fazenda era só as terra lá, era só pra..., usava lá só na época da seca, pra fazer aquelas queimadas e levava o gado daqui pra lá

[...]

Rubens: A vida era muito pacata, a fazenda daquela época era..., o preço era mínimo, não valia nada essas terras. Tem uma história aí, que o primeiro comprador do Gama comprou a fazenda a troco de um facão, pra você ter idéia...

[...].

Darcy: O Sr. não ia para a fazenda quando criança?

Rubens: Quando a gente ia era de carro, agora, tocando gado eu nunca fui. Gastava quase meio dia indo daqui lá pro Riacho Fundo, Vicente Pires que hoje é Taguatinga.

(Entrevista em 30/11/2005)

Os valores recebidos aparecem especificados tanto no Relatório Pacheco como na escritura e foram feitos em duas etapas. O Sr. Juventino Rodrigues recebeu CR\$ 198.000,00 como sinal e CR\$ 121.200,00 quando foi assinada da escritura em 17 de novembro de 1956.

A seguir seleciono alguns temas que emergiram durante a realização dessas entrevistas. Na investigação destas temáticas, almejei procurar sentidos que estes narradores atribuem às experiências vividas com a desapropriação, num esforço de entrelaçar histórias e memórias.

3.1 COMISSÃO, QUE COMISSÃO?

Quando constatei que o Sr. Zuzu Guimarães, logo na minha primeira entrevista, desconhecia a existência da Comissão de Cooperação fiquei estupefata. À medida que realizava as demais entrevistas este sentimento aumentava. Em decorrência disto passei a questionar e tentar interpretar razões que o levaram a isto, assim como razões deste desconhecimento por parte de pessoas que sofreram, direta ou indiretamente, a ação de serem desapropriados.

Em minhas entrevistas sempre perguntava como o entrevistado havia tomado conhecimento de um processo de desapropriação em curso ou mesmo de que as terras de sua família iriam ser desapropriadas. Em suas respostas, como não faziam menção à Comissão de Cooperação nem a Pacheco, seu presidente, continuei inquirindo na ansiedade de ouvir aquilo que eu imaginava que aquelas pessoas conheceriam. A seguir, reproduzo alguns trechos destas entrevistas e procuro interpretar, nas falas destas pessoas, esse seu desconhecimento sobre a existência da Comissão de Cooperação ou mesmo sobre Pacheco. Os trechos grifados são aqueles nos quais me deterei mais na interpretação.

Zuzu: Foi o governo do Goiás, eu esqueci o nome do homem

Zuzu: Não, Dr. Altamiro não. Dr. Altamiro nesse tempo não era mais nada

Darcy: O senhor lembra a data que o senhor foi desapropriado?

Zuzu: Foi 1960 mais ou menos, de 58 a 60.

[...]

Zuzu: Era tudo classificado. Já é a ordem do chefe da desapropriação.

Darcy: E o senhor não sabia que o chefe era o Altamiro ou não era mais ele?

Zuzu: Não era Altamiro não, era outro, eu já esqueci mas vou falar com meu filho. Ele hoje já me perguntou.

D. Olivia: Não foi o tal Pacheco, o Sr Pacheco.

Darcy: Altamiro?

Zuzu: Não não, não é Altamiro Pacheco nem Dr. Joffre. Já ouvi falar que era um dos membros da comissão. Mas não era chefe de nada.

Zuzu: o chefe a lá era o, doutor, Doutor, como é que chama?

[...]

Zuzu: Aquele que parecia com Joffre. Era ele, era (trecho inaudível)

Pinheiro, era essa turma, que fez o plano, do tratado do plano.

Darcy: Lúcio Costa

Zuzu: Lúcio Costa... foi aquele acima do Lúcio

[...]

Zuzu: O Altamiro em termo de desapropriação não funcionava não, vinha outro no lugar dele. É que eu tô perdido não estou lembrando não.

Zuzu: O Dr. Altamiro pra mim era gente boa, muito boa.

Darcy: Mas ele veio pra cá pra desapropriar desde 56.

Zuzu: Hein?

Darcy: Ele veio pra desapropriar

Zuzu: Ele foi chamado aí pra, mas depois, por causa da idade, elegeram..., pôs outro no lugar dele.

Darcy: O senhor não soube notícia dele aí, porque ele veio e desapropriou algumas fazendas. O senhor não soube notícia dele trabalhando não?

Zuzu: Não, eu nunca soube que ele agiu no tempo de desapropriação.

[...]

Darcy: O senhor sabia mais do Jofre.

Zuzu: É desse que eu esqueci o nome, esse era o chefe.

Darcy: O que o senhor esqueceu o nome?

Zuzu: Eles foram em Formosa muitas vezes fazer reunião...

Zuzu: O, Dr. Jofre, era que aceitava ou não o preço. Mas ele não podia intrevê muito porque tinha gente acima dele.

Zuzu: Ele num podia decidir, nós pedía, mesmo porque ele era amigo nosso, muito amigo e ele falou "daí pra frente eu não posso, quem decidia era outro, eu não posso aumentar nada". Pedimos ele porque ele era um amigo.

(Entrevista em 24/04/2006)

No trecho acima transcrito, é possível perceber a minha insistência em tentar fazer o Sr. Zuzu Guimarães lembrar-se de Pacheco. Isto demonstra como, para mim, era uma prerrogativa, um pressuposto, a idéia de que, pela idade, o Sr. Zuzu Guimarães teria muitas informações sobre a ação da Comissão de Cooperação ou sobre a figura do seu presidente. Ao longo desta pesquisa, ao tentar adensamento de meus conhecimentos sobre o histórico de atuação da Comissão de Cooperação, pude entender porque ele não as possuía. Em 1956, aquela comissão atuou desapropriando áreas do município de Planaltina e Luziânia, no interesse de liberar áreas de grandes fazendas e mais próximas do local onde o plano piloto iria ser construído. Em Formosa, área mais distante e onde fica fazenda do Sr. Zuzu Guimarães, esta ação intensificou-se, somente, a partir de 1957/58. O advogado Eduardo Henrique de Sousa Filho, que ficou responsável por atuar nessa região, afirmou, no relatório que enviou a Pacheco (PACHECO, 1975), que, por falta de alternativa, naquela área, o que poderia ser feito era a apuração da situação dos imóveis e a indicação para a desapropriação judicial. A alegação era de que a intensificação das obras da construção havia estimulado a especulação imobiliária, o que teria dificultado a realização dos acordos de desapropriação a partir de então.

Outro aspecto que só pôde ser esclarecido posteriormente, com análise da documentação do imóvel Barra Alta, pertencente à TERRACAP, foi o motivo da insistência do Sr. Zuzu Guimarães, durante sua entrevista, em frisar ter sido desapropriado pelo próprio governador de Goiás. Quando li pela primeira vez a escritura de desapropriação da Fazenda Barra Alta, não percebi, de imediato, que, além das partes expropriadas e expropriates, estava presente, no ato da assinatura do documento, um interveniente de Goiás, justamente um procurador do Governador José Feliciano Ferreira. Ou seja, isso foi determinante para que o Sr. Zuzu não relacionasse a

desapropriação de suas terras à Comissão de Cooperação ou a NOV AC AP. Estas eram as únicas possibilidades que eu era capaz de considerar até então, absorvida e, de certa forma atrelada, como me encontrava ao tema em si mesmo dessa comissão.

De fato, não havia como Sr. Zuzu Guimarães lembrar da Comissão de Cooperação ou de Pacheco, porque na época, o levantamento da situação de suas terras foi conduzido por um dos advogados daquela comissão, o qual talvez sequer o tenha contactado.

Darcy: Você então não lembra do seu avô ter falado do Altamiro?

José Eduardo: Não sinceramente não. Estaria mentindo se falasse.

Darcy: Assim, na sua cabeça, esse início de desapropriação..., você liga a Juscelino?.

José Eduardo: Eu já ouvi falar, mas, não da história.

Darcy: Para você então, cidadão brasileiro, que tem toda essa ligação com a cidade, se eu tivesse que perguntar assim, como é que foi o início das desapropriações do Distrito Federal, o que viria na sua cabeça?

José Eduardo: Viria o seguinte, quando tomou-se a decisão de, realmente, transferir a capital pra cá e o governo federal incumbiu o estado de Goiás, através do IDAGO, que era o instituto de desapropriação dos estados, se não me engano, a vir na região, avaliar, negociar com o governo federal o valor da avaliação e propor a desapropriação. Essa é a informação que eu tenho e isso foi que ocorreu

(Entrevista em 25/04/2005)

Há um estranhamento meu, não diante do fato de José Eduardo não se lembrar do avô ter lhe dito algo sobre uma Comissão que veio e desapropriou suas terras, mas pelo fato dele não ter tido acesso a esta informação ocupando o cargo de Diretor Comercial da TERRACAP. Também ele desconhecia a existência da Comissão de Cooperação. Penso que a situação da Fazenda Bananal foi tão específica que talvez o próprio avô não tenha entendido o ocorrido como resultado da ação de uma comissão.¹⁰⁷

Já interpretei anteriormente trechos do relato do Sr. William Jorge Pelles, nos quais ele contou-me não haver participado de conversas da família sobre a desapropriação por ser "muito rapazinho"; falou-me inclusive que quase foi batizado por Pacheco. Vejamos o que mais disse para justificar, frente à minha insistência, seu desconhecimento sobre a existência da Comissão de Cooperação.

William:... Então a comissão, a indicação foi o Altamiro, aí formaram uma comissão, como se diz..., pra aprovação..., o lógico era que, **papai teria que ser membro dessa comissão que era os proprietários então ele, foi feito essa comissão, foi apresentado.** Interessante papai, quando ele tava aqui na fazenda, desceu numa planície um teco-teco, sabe o que é teco-teco? Um

¹⁰⁷ Reis (2002, p. 88) transcreve o depoimento do Dr. Francisco Ludovico, filho de Jucá Ludovico, no qual afirma que o pai era amigo pessoal de Jorge Pelles e que teria sido ele, pessoalmente, quem o convenceu a vender as terras da Fazenda Bananal.

aviãozinho monomotor e tava essa comissão, tava inclusive Juscelino. Juscelino é, foi um homem que eu conheci muito simples, um homem popular, um homem que não era por ele ser Presidente que tem presidente que não sai, que é obrigado ser escoltado tudo mais. Aí perguntou "uai Jorge" o pessoal "o quê que você ta fazendo aqui?", aí papai brincou: "Que vocês tão fazendo, que tão invadindo minha fazenda? Contava isso e ria "não, eu sei que é sua essa fazenda e tudo mais, nós estamos só dando uma olhada pra comissão ". **É uma comissão, essa comissão era constituída de quatro pessoas que foram nesse aviãozinho. Depois foi reunindo em Goiânia, só que Juscelino não foi, quem foi membro da comissão que foi junto. Então as duas comissões discutiram a desapropriação.**

[...]

Darcy: Bom então, responde aquela, do dia lá de Goiânia, da cerimônia em que seu pai assinou a venda da fazenda. O senhor foi com ele?

William: Não, eu não fui certo, mas eu lembro quando foi feito que papai veio pra Luziânia pra passar a escritura para a União, foi quando papai recebeu em cheque, pra receber foi duro esse cheque, certo, naquela época já tinha problema de cheque, pra receber era difícil...

[....]

Darcy: Então o senhor não lembra desse dia ou não?

William: Não, não lembro porque quanto tempo faz, [...]é dia que eu não me lembro.

Darcy: Foi dia 31 de dezembro de 1955.

William: É, 55, isso mesmo, deve ter sido.

Darcy: Foi lá em Goiânia, tem a foto do seu pai lá no palácio das Esmeraldas...

William: É, Palácio das Esmeraldas, foi feito lá, oficialmente, foi tudo oficializado direitinho, foi..

Darcy: Sua família tem foto disso?

William: Não, eu acho que não, se tem eu não sei filha. Porque mamãe papai mudaram pra Luziânia, depois ele voltou pra Goiânia, mamãe veio a falecer em Goiânia. Era o xodó de mamãe era Goiânia, a casa dela, papai vendeu a casa em Goiânia, e ela, "quero morrer em Goiânia, quero ir pra Goiânia". Eles moraram lá na 103 sul, no eixão, aliás no eixinho ali, então mudaram e mamãe morreu e Wellington desfez da casa. Mamãe acabou de ser sepultada e foi papai pra lá e deu as coisas que tinha, lá, pra um, pra outro.

Darcy: Mas e as fotos?

William: As fotos eu num sei, provavelmente o Wellington deve ter, provavelmente.

Darcy: Eu vi em um livro essa foto.

William: É muito bem, tem mais eu não tenho, certo, infelizmente eu não tenho. Ficava guardado assim nos documentos do papai e mamãe morreu, essas foto deve ter acompanhado e quem deve ter essas foto é o Wellington. Porque depois que mamãe morreu papai ficou morando com as minhas irmãs, morava um tempo com uma irmã, morava outro com outra irmã. Ultimamente morava com meu irmão lá em Luziânia. Ele deve ter, não é provável, mais deve ter essas fotos.

Darcy: Vamos voltar aqui seu William? É a próxima pergunta é o trabalho da comissão. O senhor me falou que teve conhecimento que teve a comissão do Altamiro e a outra que substituiu.

William: É, então, a outra não foi substituída, teve a comissão de Goiás, que era representante Altamiro de Moura Pacheco e Bernardo Sayão também era da comissão, porque ele também era pessoa, muita convivência com a população, era um homem também relativamente político. Mas então fizeram um grupo, **essa comissão de Goiás e o Rio fez a comissão, ai que as duas se uniram pra discutirem os porquês**, certo, porque aqui, porque não, porque assim, porque..., entende, pra decisão ser concretizada no caso.

(Entrevista em 17/05/2005)

Penso que, ao afirmar que seu pai tinha que ser membro da comissão por ser proprietário ele, muito provavelmente poderia estar se referindo à Comissão de Cooperação Municipal de Luziânia. No momento da entrevista não tive essa percepção. Somente após entrevistar o Sr. Rubens Rodrigues em 30/11/2005, é que constatei que havia existido uma comissão municipal constituída para acompanhar os processos de desapropriação de terras naquela região.

Outro aspecto interessante a ser analisado em sua fala está relacionado à foto da solenidade de assinatura da escritura. Para o Sr. William Pelles, se houvesse uma cópia desta foto em posse da família, esta teria sido guardada pela mãe. Ver fotos antigas seria algo vinculado à mãe, guardiã das mesmas. Pergunto-me se seria doloroso procurar vê-las, após a morte da mãe. Isto me ocorre porque, para mim, eu entenderia que aquele acontecimento seria marcante o suficiente para não ser esquecido pelos membros mais próximos da família.

Em sua narrativa, o Sr. William Pelles também deixa transparecer que, em algum momento, chegou a possuir um conhecimento bem mais profundo sobre as Comissões chefiadas por Pacheco e por José Pessoa respectivamente. Contudo, minhas indagações e suas motivações para falar não foram suficientes para reestabelecer uma vinculação mais clara destes acontecimentos em sua memória. Ao que parece, o "agora" daqui não conectou-se ao "agora" do momento no qual este conhecimento fez sentido para ele. (BENJAMIN, 1994, p. 229)

Darcy: Como é que o senhor soube da desapropriação, como acha que seu pai soube, o senhor lembra de ouvir esta história?

Rubens: O meu pai era muito amigo do Altamiro, foi um dos que **contribuiu assim pra desapropriar rapidamente** aí, como o povo concordou, foi meu pai assinou primeiro. Da turma aqui de Luziânia.

[...]

Darcy: O que o senhor achou do trabalho da comissão? Qual a informação que o senhor recebeu de informação disso?.

Rubens: É o que eu estou falando pra você que...

Darcy: Mas do trabalho do Altamiro?.

Rubens: Do Altamiro meu pai elogiava muito, eles eram muito amigos.

Darcy: O que o senhor lembra dele ter falado do Altamiro?

Rubens: Não, só da amizade. Que era uma pessoa muito honesta, e... mas eu era muito pequeno pra saber.

[...]

Rubens: Não, mas meu pai depois que teve a desapropriação não tocava nisso, a única coisa que ele falava é que deixou uma cláusula aí na escritura, **quando ele fosse, quisesse reaver, tinha o direito à majoração**, que é o preço do dia das terras. Foi desapropriado em oitocentos e tantos alqueires.

Darcy: E ele, quanto ele recebeu pelas terras? Isso ele falava?

Rubens: Falava, tem aqui, consta aqui (aponta a Escritura). Oh. Pode olhar aí que, tem até os cheques, número de cheque.

Darcy: Ah, tá. Eu olho direitinho depois. Então dele falando o Senhor não se lembra não? Só lembra do direito de majoração?

Rubens: Só lembro disso aí.

Darcy: Por que ele achava que teria direito a majoração?.

Rubens: Até quase que falasse, ele não falava, era um homem muito ocupado, andava demais, parava muito pouco. Só vi falar na época da desapropriação e depois ele só falava que tinha direito de receber...

(Entrevista em 30/11/2005)

Para responder sobre possíveis informações que ele teria ouvido acerca da Comissão de Cooperação, este entrevistado insiste em falar do direito de majoração do preço das terras. Quando afirma que sua família teria este direito, demonstra que tal assunto, para eles, é muito marcante. O Sr. Rubens Rodrigues procura frisar que esta majoração foi prevista inclusive numa das cláusulas da escritura de desapropriação.

Quanto à sua afirmação de que o pai "foi um dos que contribuiu para desapropriar rapidamente", cumpre ressaltar que o mesmo foi membro da Comissão de Cooperação Municipal e sua adesão à mesma deveu-se ao seu cargo de vereador¹⁰⁸.

Outro ponto deste relato que chamou minha atenção foi a afirmação da falta de tempo do pai que "parava muito pouco". Comentário semelhante fez William Jorge Pelles, enquanto me explicava a ligação de seu pai com o sócio Jerônimo da Silva:

William: Eles era muito amigos. E ele então, eu não tenho muita história de Jerônimo da Silva certo, porque papai encontrava com ele, **papai ia pra fazenda que tinha lá em Inhumas né, na segunda-feira e voltava no sábado[...]**

A quantidade de trabalho dos pais, provedores da família, e a necessidade dos filhos ficarem nas cidades para estudar era usual naquela década de 50. Este distanciamento espacial, por vezes, significava uma barreira na convivência entre pai e filho. Isto é algo que me pareceu ter sido marcante nesses dois casos, a ponto de, após tanto tempo, este fato ser evocado para, diante de meus questionamentos, explicar porque desconheciam algo que teria sido experimentado de forma tão intensa pelos seus pais.

Existe um outro aspecto que devo considerar, neste caso, que é a possibilidade de que geração dos pais não tenha relatado às gerações seguintes a experiência da

¹⁰⁸ O Sr. Rubens Rodrigues me explicou que o partido de seu pai (creio tratar-se do Partido Social Progressista - PSP, fundado em São Paulo por Adhemar de Barros) fora coligado à União Democrática Nacional - UDN para justificar a amizade entre ele e Altamiro Pacheco. A informação me foi dada em conversa, após a gravação, enquanto íamos tirar cópia de documentos da Fazenda Bananal que estão em seu poder.

desapropriação, pelo menos não eficazmente. A propósito Gagnebin (2004) lembra a existência do conceito de cesura ou o de interrupção em Benjamin e complementa:

[...] a exigência de memória, que vários textos de Benjamin ressaltam com força, deve levar em conta as grandes dificuldades que pesam sobre a possibilidade da narração, sobre a experiência comum, enfim, sobre a possibilidade da transmissão e do lembrar[...]. (GAGNEBIN apud ANSART, 2004, p. 91)

Para finalizar, vale ressaltar que, nos relatos aqui mencionados, este aspecto do desconhecimento acerca da existência da Comissão de Cooperação, para as finalidades iniciais deste trabalho de campo, poderia parecer a mim, largamente compensado, num primeiro momento, pelo relato do Sr. Jefferson Meirelles. Este senhor, devido à sua atividade profissional, acompanhou muito de perto a atuação dessa comissão. Seu relato teve para mim um significado importante, alentador mesmo, num contexto em que eu, diante da ausência e/ou esquecimento dessa comissão nas entrevistas realizadas, ainda pensava ser inviável interpretar resultados obtidos com esses relatos orais em articulação com os de outras fontes por mim consultadas.

3.2 REAÇÕES DIANTE DO INEVITÁVEL

Qual o sentimento que ficou em relação à desapropriação? Diante deste questionamento, foi possível aproximar-me das significações atribuídas à desapropriação por cada uma das pessoas que entrevistei. Alguns trechos dos relatos definem uma postura mais clara de descontentamento do que outros.

Sr. Zuzu Guimarães:

Darcy: Vocês tentaram aumentar o preço, mas não teve jeito?

Zuzu: não teve jeito, **foram maltratados pelo governador, pode por aí.**

[...]

Zuzu: Todo mundo tem sentimento, perdeu tudo que tinha, ficou com a mágoa (riso).

Darcy: Ficou todo mundo da família?

Zuzu: Não só eu não. E o sitiante que tinha vinte, trinta alqueires que foi morar numa vila em Formosa, nos bairros, em Brasilinha com a vizinhança. Foi sem sentimento perder tudo que tinha. Que o dinheiro não dava pra comprar nada.

Zuzu: Por isso que Juscelino morreu trucidado porque fez muita maldade. Não foi ele, mas foi ordem dele.

Ainda hoje, este senhor nonagenário quer protestar e viu, na entrevista a mim concedida, mais um canal para isto. Um descontentamento que não é velado, é explícito. "Eu nasci aqui mesmo no Distrito Federal em 1912 e meu pai nasceu dentro do distrito [...] meu bisavô também"... Ele ao começar sua entrevista assim demarcava uma posição

na qual a tradição familiar tinha muito peso. Se pensarmos tradição na sua acepção mais direta como ato de entregar valores, conhecimentos e práticas ligados à terra à geração seguinte, a desapropriação teve, no caso, o peso de romper um ciclo. Frases como: "o povo do Hosanah [os Guimarães] são tudo louco por terra", ou "Aí, os Guimarães subiram na serra, queriam anular", segundo afirmou Alarcão (1999, p. 18), evidenciam como, para esta família, não foi fácil este momento.

A tradição, no entanto, pode ser percebida da forma como nos ensina Magalhães (2004b, p. 196), como "um processo que vive enquanto é continuamente re-apropriado e reconstruído. Sua efervescência vital, a transmissão de bens culturais de geração a geração, não pode ser extinta.". Na vida do Sr. Zuzu Guimarães, pelo que percebi, houve essa experiência de lutar contra a ruptura da sua tradição familiar, de começar um outro ciclo ao comprar outras terras no próprio Distrito Federal. Atitude que foi tomada visando não somente recuperar seu prejuízo; ele certamente tinha outras motivações e tão determinantes quanto esta, como indico a seguir.

O seu gestual, seu jeito de falar e a preferência por viver em Formosa-GO - mesmo vindo amiúde à Brasília para tratamento médico - demonstram que lá ainda é sua terra, seu lugar. Isto fica claro quando ele observa no meio de uma fala, que sua filha Sônia ficou morando em Brasília, "não quis voltar para terra dela". Tais evidências ressaltam, todo o tempo, sua identidade de homem ligado à terra e, fico imaginando quais (re)elaborações a mais, foram e são feitas por ele e sua família para evitar este desenraizamento¹⁰⁹ das atividades ligadas à posse da terra.

Observemos, ainda, este outro trecho da fala do Sr. Zuzu Guimarães:

Foi o negócio de Brasília em 1891, veio a Comissão Cruls e assentou a Pedra Fundamental, tem ela lá até hoje, Pedra Fundamental em Planaltina com a mudança da Capital. Mas em 1891 eu não era nascido, eu nasci em 1912. Depois de muitos anos veio o sonho da mudança, que aconteceu, mas tá marcado a área desde 1891, é que a área era de 20 mil quilômetros quadrados e, quando Juscelino veio, baixou pra 5 mil quilômetros quadrados, até a divisa de mestre D'armas, **saltou pro lado da divisa de Formosa.** (Entrevista citada)

A frase grifada, "saltou pro lado da divisa de Formosa", demonstra como o entrevistado percebeu o caráter arbitrário desse tipo de definição e o desejo de que isto pudesse não ter ocorrido e, portanto, suas terras talvez tivessem sido poupadas do processo de desapropriação.

¹⁰⁹ Expressão extraída de Simone Weil por Magalhães (2004b, p. 207).

Já nas falas de José Eduardo e William Jorge Pelles é perceptível um desejo de valorização da memória do avô e do pai, respectivamente:

José Eduardo: É, ele me falava assim: "Olha meu neto, é minhas terras, era aqui do palácio do Alvorada até o Núcleo Bandeirante. Imagina hoje, isso aqui, dava para arrumar a família inteira", [riso] Só que como ele era uma pessoa realmente, muito desprendida, muito humana, eu até classifico ele como um poeta. Ele nunca foi preso a dinheiro e como havia a necessidade, a nação precisava desse passo para o progresso né? Ele acabou, praticamente, doando. Teve uma indenização simbólica.

[...]

José Eduardo:[...] Então o que ele me falou, que o valor que ele recebeu da fazenda foi o mesmo valor, foi bem claro comigo nisso aí, foi o mesmo valor que a União, no caso, vendeu o lote onde é hoje a agência central do Banco do Brasil. Pra você ter o valor da desproporção, de 4 mil alqueires pra um lote de 10 mil metros quadrados deve ser.

[...]

Darcy: Na família, isso é falado de alguma forma?

José Eduardo: Olha já foi, já no passado já foi. Ainda quando ele era vivo. Os netos uma vez se reuniram, porque como todos os netos, sem distinção, todos somos de família de classe média, famílias que pra nós sobrevivermos tem que ser às nossas custas. E, saber que o nosso avô era proprietário dessas terras tão valorizadas hoje, e nós não ficamos com um palmo de terra, existia um sentimento. Assim, não de revolta, porque pela decisão dele em participar desse avanço no Brasil foi mais sentimental, não foi com visão de poder ajudar a família no futuro. Se ele tivesse a visão, apesar de ser comerciante e filho de libanês, acho que é exceção, porque nós netos uma vez tentamos, como eu te falei.

Darcy: Foi uma reunião de netos?

José Eduardo: E um encontro, não foi com esse objetivo, mas acabou se tocando nesse assunto. Quer dizer, nós todos ficamos sem nada, e ele também morreu sem nada, né? Quer dizer, ele não deixou herança pra ninguém, nem nós queríamos...távamos pleiteamos isso, mas os filhos dele não tiveram nada. Uma pessoa que foi dona praticamente do filé mignon do Distrito Federal.

Darcy: Quando você falou que teve uma reunião eu imaginei assim a cena, como é que foi isso, vocês todos perguntaram, você lembra do que ele falou na época?

José Eduardo: Não, não foi ele não, não foi com ele.

Darcy: Ah! Foi uma coisa de vocês?

José Eduardo: Nós netos é que levantamos a hipótese de.... Inclusive teve até uma vez que eu vim ao palácio do Buriti. Eu já tinha 19, 20 anos mais ou menos, eu tomei a iniciativa e vir aqui saber se existia alguma coisa, uma possibilidade, ainda, de rever essa indenização, mas na época o governador nem me recebeu. Aí voltei pra casa frustrado (riso).

(Entrevista em 26/04/2005)

William: Não, não. Ninguém não houve consequência ou contrariedade.

Darcy: Mas o Eduardo disse que os netos sim.

William: É os netos? Mas os netos, é tipo da coisa, eram crianças e na época. Eduardo mesmo era um menino novinho o Vitinho que era o mais...era maior um pouco, que tinha um raciocínio. Era [filho] da Miriam, que era a irmã mais velha que casou primeiro. Mas, no geral da coisa, todos nós estamos satisfeitos. Eu não tenho, a não ser essa casa, mais nada aqui em Brasília. Tenho duas coisas daqui de Brasília. Dois filhos que nasceram aqui, foram criados praticamente aqui nessa casa. Tenho duas noras que não são daqui, tenho netos que nasceram aqui. E são os bens, que eu William tenho são esses. Estou satisfeito entende. Vou falar uma verdade, gosto de Taguatinga,

tive o prazer e a honra de ser administrador aqui pelo menos um mês, aliás foi um mês depois mais 15 dias, num total 45 dias. Em todos os lugares que eu vou, que eu já fui é Taguatinga. Eu tenho um apartamento em Caldas Novas, nós ficamos lá, geralmente quando vai, vai eu e minha esposa só, nos ficamos lá 3, 4 dias e já vai me dando uma vontade de vir embora [...]

William:Então ele[Jorge Pelles, seu pai] **falou: É Divina, a terra que eu comprei, ela foi desapropriada, queira sim ou queira não, se eu não aceitasse, eles iam fazer Brasília, por minha causa que eles iam embargar Brasília? A mudança? Não iam. Então ia por bem ou por mal**

(Entrevista em 17/05/2005)

Há, no caso destes relatos, algo como um pacto de valorizar o desprendimento do avô e pai respectivamente. Penso que por admiração e amor acreditem que fosse isso o que ele gostaria que fosse dito - que não houve sentimento de revolta ou contrariedade. Isto também parece condizente com a expectativa que usualmente se apresenta com relação a uma família que é próxima ao poder político no Distrito Federal e que utiliza estes vínculos como forma de legitimação para manutenção desse poder. Na campanha eleitoral de 2002, foi produzida, para o horário de propaganda eleitoral gratuito na televisão, uma cena em que o candidato a reeleição, Joaquim Domingos Roriz, aparecia ao lado de sua esposa, Wesliam Pelles, descrevendo a época em que se conheceram em Luziânia e como ele trazia o gado para pastar quando brotava o capim no cerrado, tudo isto na área onde Brasília foi construída.

Contudo, nos relatos de José Eduardo e William Pelles aparece a contradição com relação ao valor atribuído a este ato de desprendimento do pai e do avô. Ambos acabam revelando atitudes e sentimentos que evidenciam sua percepção de que, com a desapropriação, houve prejuízo para a família. Inclusive, é possível supor que - principalmente no caso de José Eduardo, devido ao cargo exercido na TERRACAP - este sentimento tenha sido fortalecido ao longo do tempo, devido ao fato deste descendente acompanhar de perto o processo de valorização destas terras após a desapropriação.

Sr. Rubens Rodrigues:

Rubens: Porque tem esse direito aí de majoração, mas, isso aí, acho a coisa é impossível. Inclusive minha cunhada, um pessoal, inclusive eu arrumamos uns caras, que disseram que legalizava e eu acho que é só picaretagem.

Darcy: Como que é esse assunto da fazenda? Vocês sabem que Taguatinga é uma área que era da fazenda de vocês?

Rubens: Taguatinga? Meu pai conhecia tudo.

Darcy: Qual o sentimento de saber que aquilo lá, tudo agora construído, era terra de vocês?

Rubens: Foi entregue barata, né?

Darcy: Mas os filhos de vocês ficam sabendo?

Rubens: Ficam

Darcy: É uma coisa que se conversa muito?

Rubens: É.

Darcy: É?.

Rubens: Meu cunhado que mais fala nisso

Darcy: É e porque?

Rubens: Esse que quer dar entrevista pra você...

[...].

Darcy: Mas aquilo que o senhor me falou que achava seu pai um progressista, mas ao mesmo tempo foi uma pessoa que não...

Rubens: Não, não. Não segurou, só tem esse direito à majoração. Mas tem a serie de ad-Corpus que fala que vendeu perdeu todos os direitos. De lei eu entendo pouco.

Darcy: O que o senhor acha da situação das terras do Distrito Federal, que o senhor pensa disso? Acompanha?

Rubens: Muitos falam que foi desapropriado 40% das terras o resto não foram, não foram pagas.

Darcy: Foram desapropriadas e não foram pagas?

Rubens: Não foram desapropriadas, não desapropriou. Muita gente fala que desapropriou as grandes áreas. As médias e as pequenas, como essa certidão que igual tenho aqui oh, [aponta para a certidão] da Guariroba, elas, mesmo, não foram desapropriadas.

Darcy: Mas agora como que é usado esse terreno aqui, já é cidade lá?

Rubens: Já é.

Darcy: Os terrenos, a escritura lá é normal, o senhor sabe como é que é?

Rubens: Não, acho que tem que legalizar viu?. Eu vejo falar, nunca vi papel.

Darcy: Vocês não foram procurados pra legalizar essa parte?

Rubens: Não, não.

Darcy: O senhor falou que vocês só souberam dessa parte da Guariroba depois?

Rubens: Depois, já, foi até por acaso. O Antonio falava, meu cunhado falava que a gente tinha essas terras. Daí a gente foi tirar a certidão e eu consegui essa escritura aí da União, fui checar os documentos e realmente ela não foi desapropriada, esse número que tá aqui olha, oito mil.

Darcy: Quatrocentos e cinqüenta.

Rubens: Das que foram desapropriadas não consta aqui e essa aí não consta.

Darcy: Entendi. Então é uma situação que não esta resolvida.

Os trechos da escritura a que faz referência dizem exatamente:

[...]a venda é feita ad-corporis, pelo que nenhum direito ficam eles outorgantes tendo no mencionado imóvel. [...] outrossim, reservam-se o direito de, se durante a fase das desapropriações de terras do novo Distrito Federal houver majoração de preço das mesmas em idênticas condições e qualidade, de reaverem do Estado de Goiás ou da União o excedente entre o preço pelo qual foi efetuada a presente venda e o da que se verificar no futuro.¹¹⁰

Hipotetizo a negociação prévia que deve ter havido entre os representantes da Comissão de Cooperação e o vereador Juventino Rodrigues, representante da Comissão de Cooperação Municipal de Luziânia. Creio que o resultado, pela clareza do documento, tenha-o contemplado e a partir disso ele tenha passado a defender-se diante

¹¹⁰ In: TABELIONATO 2º DE NOTAS. Luziânia, GO. Escritura pública de compra e venda. Vendedores: Benedito Roriz de Paiva et ai. Comprador: Estado de Goiás. Tabelaio: Jefferson Meirelles. Registrado no Livro nº 38, fls 150-154. Luziânia, 17 de novembro de 1956.

da percepção, à medida que o tempo passava, de que ele tinha feito um mau negócio, repetindo a prerrogativa do direito à majoração, mas, que, na prática, mostrou-se vã.

Sobre o pai do Sr. Rubens Rodrigues, encontrei um texto escrito por Meirelles (1978). Trata-se um capítulo de seu livro intitulado "Algumas do Joventino"¹¹¹. Este autor inicia informando que o pai do Sr. Rubens Rodrigues era uma pessoa de muita expressão social em Luziânia, líder de numerosa família mineira que havia chegado na região há mais de 40 anos, fazendeiro e criador de grandes posses, "não obstante homem de pouco estudo, primava por uma inteligência brilhante e agudo tirocínio comercial. É proverbial sua presença de espírito.[...]"(MEIRELLES, 1978, p 25). Em seguida narra duas histórias de Joventino Rodrigues. Transcrevo aqui uma delas devido à afinidade de seu conteúdo com esta temática por mim pesquisada.

Em 1965, fui candidato a prefeito de Luziânia. Meu opositor foi o ilustre ruralista, distinto amigo e parente, Diogo Machado de Araújo, homem que não cursou a universidade, porque cedo se dedicou a atividades rurais, porém inteligente e tarimbado, muito merecedor, portanto, do páreo que enfrentamos e em que ele saiu vencedor.

O nosso Joventino, por razões partidárias e outras, que não vêm ao caso, aliou-se a causa do Diogo. Teve atitude franca e nobremente contrária a minha candidatura.

Pelo fato de ser advogado, com alguma experiência no meio onde atuava, o certo é que meus companheiros de campanha procuravam explorar meu ponto forte: o título superior.

[...] Dizia-se aos quatro ventos: "Vamos votar no Dilermando, um homem do nosso século, que ira resolver problemas seculares. Ou então: "Dilermando, um homem de cultura, a serviço da causa de seu povo. E assim por diante.

Ambos, porém, o meu opositor e eu éramos representantes de famílias tradicionais do Município, descendentes de agricultores e criadores. Só que a base territorial da família mais próxima do Diogo é a fazenda Santa Bárbara, na vertente do Rio São Bartolomeu, vale fértil e de grande produtividade; e a da minha, a fazenda Saia Velha, região menos fértil, de largos chapadões no vale do ribeirão de mesmo nome

A campanha em torno do meu título ganhava corpo quando, em uma roda em que discutiam as duas candidaturas, alguém tentou alterar a posição do Joventino Rodrigues, insistindo: Vamos com Dilermando, Jove, Vamos que ele é um homem de cultura.

Ao que Joventino improvisadamente respondeu:-"Cultura" nada, um chapadão seco aí na Saia Velha. "Culturão mesmo é o Diogo lá na Santa Bárbara".

Esse extraordinário repente ganhou mundo e, à custa de uma simples ironia, conseguiu neutralizar todo o efeito do meu título superior na campanha política de 65. (MEIRELES, 1978, p. 26 e 27)

Durante a realização da entrevista com o Sr. Rubens Rodrigues, este praticamente não respondia às questões e mostrava-se reticente. Conforme ele mesmo expôs claramente, este senhor temia o uso que eu poderia dar às informações que me

¹¹¹A grafia correta do nome é Joventino, mas ele era conhecido, também, como Jove.

repassava.¹¹² Penso que diferente do Sr. Zuzu, que aproveitou a ocasião para expor sua revolta, o Sr. Rubens Rodrigues aparentemente não se sentiu à vontade para fazê-lo, pois, como nos lembra Pollak (1989, p. 8):

[...] existem nas lembranças de uns e outros zonas de sombra, silêncios e não-ditos.[...]Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou ao menos, de se expor a mal entendidos [...].

Talvez, a expectativa de receber valores atualizados pelas terras que pertenciam a seu pai e frustrações subseqüentes ocorridas em função disto possam ter gerado, para este senhor, um sentimento relacionado à impotência, "[...] como a experiência continuamente renovada de impotente hostilidade". (MERTON apud ANSART, 2004, p. 21). A postura assumida por ele durante aquele nosso encontro pode ter sido uma exteriorização deste sentimento.

Os relatos orais dessas pessoas que entrevistei continham uma diferença, quanto a um aspecto específico, que logo constatei: para alguns a desapropriação teve impacto negativo mais forte que para outros. Na interpretação disto, ao relacionar tais relatos a outras fontes, como narrativas históricas diferentes e escrituras, pude compreender melhor as razões de tais diferenças.

O Sr. Zuzu Guimarães é o mais contundente ao revelar dificuldades em aceitar que com ele ficou rompida a tradição de deixar aquelas terras como um legado aos seus descendentes. Terras em torno das quais ele e seus antepassados haviam construído toda uma vida. O Sr. Rubens Rodrigues, por sua vez, quando declara que o pai "não soube segurar" está dizendo, ao seu modo, que além das garantias econômicas estava implícito também este legado. Para os descendentes de Jorge Pelles, não há a noção de perda nesse sentido de transmissão de um legado cultural.

3.3 BRASÍLIA PARA O BRASIL E/OU BRASÍLIA PARA GOIÁS?

Pacheco, com o intuito de caracterizar sua missão como uma missão patriótica, conforme discutido no capítulo I, fez a seguinte afirmação:

Se a terra anhanguerina, sempre abandonada pela administração federal, muito se vem beneficiando com o auspicioso advento de Brasília, a nação, na

¹¹²No capítulo 1, considero em meu texto a pergunta que fez ao receber-me na hora da entrevista.

sua totalidade, orgulha-se de ser, ainda, mais bem favorecida. (PACHECO,1975, p. 98-99)

Veio desta afirmação a inspiração para tentar investigar se meus entrevistados achavam que a construção de Brasília teria sido melhor para o estado de Goiás ou para o Brasil como um todo.

Procurei averiguar, se meus entrevistados, todos nascidos em Goiás, sentir-se-iam provocados por esta questão. Transcrevo trechos de seus relatos para interpretá-los em seguida. Começamos pelo Sr. Zuzu Guimarães (entrevista em 24/04/2005):

Zuzu: Foi bom pra tudo.

Darcy: Pra tudo?

Zuzu: A mudança aqui pro, pro centro foi muito bom pro Brasil inteiro, **melhor pra Goiás ainda.**

Darcy: Porque que o senhor acha que foi melhor?

Zuzu: **Goiás antes de Brasília era mais atrasado**, mas a mudança criou, as cidades tudo cresceu, Luziânia, Cristalina, Formosa. As cidades aumentaram tudo as população demais.[...] Valorizou tudo as propriedades do entorno...

José Eduardo (entrevistado em 26/04/2005) assim expressou sua opinião:

José Eduardo: Olha, pra Goiás não foi.

Darcy: Não foi bom?

José Eduardo: Não. Porque, Goiás hoje se você for analisar é um dos estados que mais deve, tem a maior dívida entre todos os estados, talvez o estado de Goiás seja o maior devedor proporcionalmente, então, **se fosse bom o estado seria rico. Quer dizer hoje existe inclusive uma disputa muito grande entre Goiás e o Distrito Federal**, porque no entorno de Brasília, que cerca o Distrito Federal com cidades dormitório, [...] foram criadas porque como as áreas do Distrito Federal era muito caras e o trabalhador não tinha condições de adquirir através de licitação, que era a forma legal. **Foi-se criando loteamentos fora do Distrito Federal. E nisso aí gerou o quê? Falta de segurança, falta de condições de educação, falta de infra-estrutura e os municípios foram crescendo. Antigamente era o Distrito e só Luziânia, aí começaram os Distritos sendo criados, Valparaíso, Cidade Ocidental, Céu Azul, Pedregal e por aí vai e hoje é um problema pra Goiás e pro Distrito Federal. De quem veio a culpa? É de Goiás? Quem que vai assumir isso aí? Então se você analisar, se foi bom pra Goiás? Eu não acho não.** Poderia ter sido melhor, se tivesse bem mais gerenciado, se tivesse uma aproximação maior do prefeito, então prefeito de Brasília, [...] com o governador de Goiás talvez não tivesse tido esse problema. Bom, acho que o crescimento é natural, mas se não for organizado, vira favela como tem favela no Brasil inteiro. E hoje Brasília, é a única cidade do Brasil que não tem favela, tem assentamentos, que eram favelas [...]. Hoje não tem mais, se você andar pra todo lado não tem mais invasão[...]

O Sr. William Jorge Pelles (entrevista em 17/05/2005) irá exarar o seguinte comentário:

William: Olha, foi pro Brasil, porque acontece o seguinte, se não fosse Brasília nós não teríamos essa rodovia vamos por ela bem longe, Brasília-Belém, e aí pegou quantas cidades, beneficiou quantas cidades? Pegando de Brasília pro Rio de Janeiro, quantas cidades progrediram devido à Brasília?

William: [...] Luziânia, como cresceu. O que era um... hoje está uma cidade maravilhosa, quer dizer boa, num digo maravilhosa mas, boa. Cidade movimentada. Padre Bernardo, que era uma.... Niquelândia, aí por diante, foi uma série de cidades...

Também o Sr. Rubens Rodrigues (entrevista em 30/11/2005) expressa seu posicionamento com relação a esta questão:

Rubens: Eu acho que foi pro Goiás inclusive também pro Brasil, revolucionou muita coisa né?

A maioria acredita que "foi bom para o Brasil". Os caminhos utilizados, para justificar a opção, é que foram diversos, evidenciando experiências distintas. Os descendentes de Jorge Pelles, que acreditam que foi bom para Goiás, responderam a partir de ponderações sobre a situação atual da região, principalmente o Sr. José Eduardo, devido ao seu cargo no governo do Distrito Federal e por ter uma visão de economista preocupado com endividamento estadual. Ele aproveitou a oportunidade, na continuidade de sua resposta, para evidenciar um posicionamento favorável à política local, executada em relação ao entorno do Distrito Federal e da política da criação de assentamentos urbanos. Política, através da qual, o governador, que é seu parente, garantiu a longevidade de seu mandato e da sua influência política. A imprensa em Brasília vem mostrando diariamente a grande disputa dos candidatos do PFL e PSDB pelo apoio deste ex- governador, no momento desencompatibilizado do cargo, tendo em vista sua candidatura ao cargo de senador nas próximas eleições (2006), numa demonstração da eficácia desta estratégia de permanência política.

O Sr. Zuzu Guimarães, por sua vez, tangencia a questão do atraso da região antes da transferência da capital federal. Questão esta com a qual me deparei muitas vezes durante o percurso deste estudo. No entanto, algumas leituras e experiências neste processo me fizeram relativizá-la a partir de outras perspectivas. Zats (1985, p. 42 a 63) ressalta que houve ciclos de mais ou menos crescimento econômico, que o isolamento inerente ao atraso não era absoluto, que trocas comerciais com outras regiões tinham que acontecer, e ainda, que as famílias que tinham recursos enviavam seus filhos para estudar fora e estes, quando retornavam traziam novidades para a vida da comunidade local.

Magalhães (2004, p. 139) ao focar esta questão pensou no impacto sofrido pela região que seguia num ritmo de lentas elaborações onde "[...] a marca do tempo fora simbolizada não por cronômetros e relógios, mas por sinos de igrejas", mas que convivía

simultaneamente com possibilidade que famílias de criadores de gado (parentes de Sr Zuzu) desenvolvessem uma variedade bovina batizada de Tabopã¹¹³, ou seja, cabia naquela convivência, até preocupações com melhoramento genético.

Essa percepção do "muito atrasado", emitida pelo Sr Zuzu Guimarães, décadas depois, evidencia marcas de uma experiência de dificuldades vividas naqueles tempos anteriores à transição para os tempos de Brasília construída e suas possíveis facilidades. Neste sentido, chamou-me atenção a entrevista de Seu Sebastião¹¹⁴ realizada por Magalhães (2001), na qual este senhor, já idoso como Sr. Zuzu, descreveu, junto com sua esposa, D. Ondina, como eram aqueles tempos em que viviam na fazenda Cachoeirinha, numa área próxima à Planaltina, onde hoje é a cidade do Paranoá-DF:

D. Ondina - "[...]se adoecesse e fosse pra Planaltina era muito trabalho pra levar. Era muito difícil. Depois que veio Brasília, eu pra mim achei que melhorou muito! Já teve hospital, teve colégio, tinha tudo pras crianças. Mas, nesse tempo, era uma vida custosa, custosa demais. Mexiam com roça. Fazia farinha, moía muita cana, fazia rapadura. Fazia tudo que precisava fazer. Levava pra Planaltina. Neste tempo era dureza fazer isto. Teve vezes que ele levou uma carrada de rapadura e voltou com ela pra trás. Lá já tava cheio, o comércio não era muito grande. O povo não queria comprar, quando vendia, também era baratinho, não tinha preço. É por isso que o dinheiro era difícil."

Seu Sebastião-"[...]Planaltina era muito ruim pra vender, porque a cidade era pequena e o arrabalde era assim: quem plantava tinha muito pra plantar e se a gente retardasse um pouquinho, não vendia nada, porque aqueles vendeiros já tinha comprado a quantia que eles queria". (MAGALHÃES; SINOTI, 2001, p. 34).

Estes relatos, mostram que, além da vida custosa, faltava dinheiro e como era restrita a dinâmica econômica do meio onde se encontravam inseridas aquelas pessoas.

Acho oportuno abordar, a propósito, uma outra perspectiva, também recorrente ao longo deste trabalho, de que as indenizações pagas pelas desapropriações, a partir de 1955, foram irrisórias. A este respeito foram emitidas outras interpretações pelas pessoas que entrevistei. Vejamos esta do Sr. Jefferson Meirelles (entrevista realizada em 20/12/2005):

Jefferson: [...] é muito, muito, era oitocentos cruzeiros o alqueire, mas é que naquela época, as fazendas era mil, mil e tanto alqueires, era muita coisa. Vê aí o Gama de Riacho Fundo, três mil e tantos alqueires, já pensou, três vez oito vinte e quatro, duzentos e quarenta mil cruzeiros naquele tempo, há quarenta e tantos anos atrás, nossa senhora...

¹¹³ Magalhães (2004, p. 142) explica que esta variedade foi resultado do cruzamento de raças tradicionais, conhecidas genericamente como "curráleiros", com zebuínos de procedência indiana.

¹¹⁴ Esta entrevista, realizada entre 1995/97, é também parcialmente mostrada no documentário intitulado MEMÓRIAS DE CÁ E DE LÁ- PARANÓIA/DF com direção de Nancy Allesio Magalhães (1998).

Para este ex- tabelião, como já mencionei, foi marcante o aumento do movimento de seu cartório, o fato de ter, como ele mesmo disse, ganho muito dinheiro e da vida em Luziânia ter tomado uma nova dinâmica.

Na entrevista de Alarcão (1999, p. 21), por mim consultada no Arquivo Público do DF, encontrei a seguinte afirmação: "[...] eles me pagaram a 1200, e pagaram em dinheiro, fui no banco o Estado de Goiás e recebi meu dinheiro, agora eu fui burro, não estava habituado com tanto dinheiro, em vez de aplicar, comprar lote aqui...".

A contradição, aparente percebida, entre os relatos dos que acham que o pagamento foi irrisório e os que pensam o contrário, explica-se pelo valor que têm aquelas terras no presente. Eu mesma construí tal paralelo, quando analisei os valores atualizados recebidos pelo Sr Zuzu. O Sr. José Eduardo anteriormente aqui considerador, fez, também, esse exercício de comparar os valores, com o foco no presente, com a cidade já inaugurada há 46 anos.

3.4 SEMPRE VALE A PENA...

No trecho do relato de D. Ondina, extraído do texto de Magalhães (2001), percebo que ela valoriza o "depois que veio Brasília", justamente, pela possibilidade de dar uma vida melhor aos filhos. Imagino que se eu a tivesse perguntado: "na sua opinião Brasília foi a realização de um sonho?" Creio que a resposta desta senhora continuaria em torno desta possibilidade de oferecer melhores oportunidades aos filhos.

Foi esta a pergunta com a qual encerrei as entrevistas que realizei e os retornos não fugiram dessa tônica. Assim expressou-se o Sr. Zuzu Guimarães (entrevista em 24/04/2005):

Darcy: E, as pessoas falam que Brasília foi um sonho realizado.

Zuzu: Foi

[...]

Darcy: E o senhor acha que as pessoas ficaram felizes com Brasília depois de pronta?

Zuzu: hein? Não, ah Brasília em parte foi muito bom. Em parte deu condição de formar meus filhos. Eu tenho três filhos tudo engenheiro. Um é engenheiro, fez curso de mestrado é professor de Engenharia de Salvador, o caçula, que casou com uma médica professora de Medicina na Bahia. O outro é chefe da TERRACAP, trabalha lá até hoje, era amigo do Zé do Pinheiro (inaudível) é o Tetinha. E, a outra é mulher é a dona desse teto Sônia Maria Guimarães.

[...]

Zuzu: Minha filha é professora aposentada, estudou formou, lecionou até aposentar e mora aqui, não quis ir pra terra dela.

D. Olivia: Esse é neto estuda medicina . (aponta para o neto que passava pela sala)

Zuzu: Esse daqui já é médico o ano que vem.

O orgulho com que me foi dada esta resposta, o clima de alegria na expressão do casal, é que me fez pensar no "sempre vale a pena ...," para título deste item, no qual interpreto respostas a essa última pergunta.

O Sr. Rubens Rodrigues (entrevista em 30/11/2005) também acentuou na sua resposta o estudo dos filhos relacionando com Brasília:

Darcy: É, se a criação de Brasília foi um sonho realizado, o que o senhor pensa disso, como é que é a sua relação com Brasília?

Rubens: É, muito boa vou lá sempre, eu sou goiano e bem dizer, nem conheço Goiânia, faço tudo que tem que fazer é aqui em Brasília.

Darcy: Seus filhos estudaram em Brasília?

Rubens: Estudam lá, meu filho já formou fez Direito, minha filha fez pedagogia não gostou do curso, está fazendo Direito. Tudo lá, eles moram lá.

Na resposta da pergunta que fiz sobre o que sentimento que ficou na família, em relação à desapropriação, ele também pensou no estudo dos filhos:

Rubens: Ah! Em termos assim de progresso, foi muito bom. Inclusive pros filho que hoje estuda tudo aqui. Se num fosse aí esse Distrito Federal onde é que ia estudar? Goiânia? Em uns pontos foi muito bom...(Entrevista em 30/11/2005)

O Sr. José Eduard ao responder-me se gostava de Brasília, mais uma vez justificou a conduta do governo, do qual faz parte, em relação à política habitacional. Entretanto, apesar de não ser a tônica de sua resposta a preocupação com futuro e filhos, também diz:

José Eduardo: Muito, sinto falta de Brasília quando viajo, já estive fora de Brasília por três vezes. Eu morei em São Paulo como eu te disse, quando vim pra cá. Depois eu mudei pra Goiânia, voltei pra cá, depois eu fui a Porto Alegre.

Darcy: E essas mudanças duravam?.

José Eduardo: Não, um ano, fui pra Porto Alegre, morei um ano, voltei pra cá de novo. Depois eu me casei. Um mês depois que eu me casei voltei pra Goiânia, fiquei lá até 88. Vim embora pra cá e nunca mais saí daqui. Mas Brasília, eu adoro Brasília, acho a cidade maravilhosa, cidade do futuro, **acho que essa condição agora de abrir a possibilidade de se criar um pólo de desenvolvimento econômico vai ser muito importante pro futuro dos nossos filhos** Talvez, não sou pessimista não, mas acho que eu não vou desfrutar desse benefício que a cidade vai ter quando ela tiver organizada. Porque toda vez que você faz uma mudança dessas, eu analiso como uma cirurgia plástica. Assim se você quer fazer uma cirurgia plástica, achando que não está bom, você vai fazer a cirurgia plástica, mas quando você termina a cirurgia, você não está bonito ainda, você está feio. Aos pouquinhos que você vai ficando bonito. Então eu acho que essas modificações, que tão ocorrendo em Brasília, essas novidades valem como cirurgia plástica. Como foi o assentamento de Samambaia. Foi um complicador enorme, a maioria da classe alta de Brasília é contra o

governador até hoje por isso. Favelizou... favelizou nada, onde é que o seu caseiro e aquela sua passadeira iam morar, debaixo da ponte? Invadido?[...] Vai lá hoje pra você ver que cidade que é, um espetáculo. É essa a cirurgia plástica... o resultado da cirurgia plástica.

(Entrevista em 26/04/2005, grifos meus)

O Sr. William Jorge Pelles falou-me sobre o sonho de D. Bosco ao responder à questão, o que demonstra, conforme discuti no capítulo 1, o seu interesse em evidenciar que detinha conhecimentos sobre origens da idéia de transferência da capital federal para o interior do país. Contudo, ele também falou-me dos "três filhos maravilhosos", de onde trabalham, da neta que estuda nutrição, do trabalho da esposa como professora logo no início de Brasília. Suas respostas, também, sugerem que ele vincula o futuro da família à cidade que em escolheu viver; da qual não consegue ficar longe.

Quando pensei em incluir este questionamento, imaginava que as respostas viriam como crítica àqueles outros que sonharam a construção da capital do país no Planalto Central. Não imaginei que os entrevistados iriam responder, como se este fosse também um sonho deles, até porque, a princípio, nas minhas interpretações e em certas fontes que consultei este não caberia. A inclusão desta questão partiu de uma sugestão de minha orientadora, para possíveis cotejos não só de semelhanças mas também diferenças entre estes sonhos, penso que em decorrência de sua experiência em outros contextos de pesquisa.

Remeto ao relato de sua experiência de pesquisa com migrantes de Guarantã do Norte-MT (MAGALHÃES, 2004b). Neste texto, ela discute que, ao iniciar as entrevistas com estes migrantes perguntando-lhes sobre o porque de sua paixão pela terra, obteve respostas com excesso de significados. Estas respostas tiveram o potencial de mobilizar aqueles sujeitos a reflexões bastante singulares e reveladoras do tema terra. Houve respostas belas e significativas, como a de Seu Arcelino do Amaral, "E as crianças pra nós, pra estimação, elas são a chave do mundo!", a partir das quais ela pôde abrir várias possibilidades de interpretação.

Indagar às pessoas que entrevistei se percebiam Brasília como sonho, no meu caso, teve, também, poder de abrir para excesso de significados, de dar vazão a temas que incluíram preocupação com estudos dos filhos, com a família, mas também outros que eu não previra. Enfim, isto contribuiu na construção de relatos, por um lado, carregados de motivação profunda e básica ligada à nossa condição de seres humanos - a responsabilidade para com nossa descendência - o desejo de que os filhos tenham uma vida melhor do que aquela que tiveram os pais. Por outro, também, ao mesmo tempo e

em parte, isto possibilitou desvelar perspectivas de mundo bem diferentes das de seu Arcelino, principalmente, entre outras, em relação às possibilidades de poder e de especulação imobiliária da terra.

CAPÍTULO 4

A COMISSÃO DE COOPERAÇÃO

Na busca em tentar compreender o que representou a criação da Comissão de Cooperação dialoguei com fontes diversas e, agora, ao pensá-las como um todo, no momento de organizar informações obtidas, não as percebo elaboradas como um conjunto. Vejo a necessidade de agrupá-las para compor um mosaico, tentando identificar afinidades entre pequenas peças e cores, de forma a compor um desenho inteligível tanto para mim quanto para o meu leitor. Esta imagem de mosaico tornou-se evidente depois que vi a colorida e recortada Planta índice Cadastral das fazendas que a Comissão de Cooperação preparou em 1958 (capa).

Neste capítulo, correlaciono elementos de várias fontes que selecionei durante minha pesquisa para discutir o modo de agir dessa Comissão de Cooperação, a partir da perspectiva de seus membros, ou seja, de Pacheco, seu dirigente principal e de seus auxiliares mais próximos, alguns juristas e um engenheiro agrimensor. Na elaboração desse mosaico, também incluí os resultados obtidos nas entrevistas orais que realizei com ex-proprietários de terras desapropriadas ou com seus descendentes. Estas entrevistas suscitaram outras questões e configuraram-se como um elemento importante em minhas análises, na medida em que passaram a orientar minha interpretação das demais fontes.

Por meio de um relato, temos possibilidades de compreender maneiras de viver numa sociedade - de fato, a memória nunca é somente individual. Pude constatar, na análise dos relatos produzidos, o quanto a memória e o esquecimento não estão dissociados, como caminham juntos num processo dialético. (BOSI 1987). Essas considerações são importantes em função do que experimentei diante do esquecimento de pessoas que entrevistei, a respeito dessa Comissão de Cooperação, pois eu havia previamente definido que lembranças seriam cruciais como possíveis elementos de minhas interpretações. Ao contrário, eu passei a constatar que, diante de meus até insistentes questionamentos a respeito, eles não tinham muito a dizer.

Às perguntas que fiz sobre como souberam da chegada dessa Comissão de Cooperação na região, o impacto causado pela mesma e se obtiveram, em algum momento, informações sobre sua existência, responderam-me de forma vaga ou reticente. Como estas indagações não resultaram nas respostas que eu esperava ouvir, senti necessidade de reavaliar meu trajeto e de refazer minhas questões.

Se aquelas pessoas nada tinham a relatar sobre essa Comissão de Cooperação, seria porque nunca souberam nada a respeito dela? Seria porque não a perceberam como uma comissão? Seria porque a desapropriação, em si, teria sido muito mais marcante para essas pessoas do que quem conduziu os trabalhos em sua realização? O governo desapropria e é essa a idéia que fica como mais abrangente? Enfim, a ausência de lembranças dessa Comissão de Cooperação pode ser uma combinação destes motivos e tentei compreendê-los interpretando o modo de atuação de seus integrantes. Para tanto, procurei, inicialmente, entender a configuração fundiária da região antes da chegada dessa comissão e também conhecer melhor o seu presidente, enquanto representante de interesses do que denomino como grupo de Goiás nessa região.

4.1 E O OURO VIROU TERRA...

A natureza, não há [de se] contestar, empregou todos os recursos de sua técnica na inconfundível estética do maravilhoso centro da nossa terra. Se a água é cristalina e brota em chaminés de pedra, o verde dos bosques eterniza-se na lembrança dos que escutam o murmurar da brisa embalsamada de seus campos, a segredar a grandeza do futuro[...]. Era muito de ver a eloquência da resposta na transformação fisionômica dos visitantes dotados de poder de observação!

Altamiro Pacheco

A descrição poética da região feita pelo presidente da Comissão de Cooperação, num momento em que ele descreve a vinda de um grupo de visitantes ao sítio onde se construiria Brasília, indica-nos que ele via muitas belezas e qualidades naquele local que estava desapropriando. A leitura desse trecho nos leva a refletir sobre a posição ambígua de Pacheco, revelada quando deixa claro que a motivação de seu trabalho é a grandeza de um certo futuro. Um futuro onde ele vislumbrava a capital federal já construída no território de Goiás.

Porém, para que esse futuro por ele vislumbrado acontecesse, seria preciso que ele comprasse, pelo preço que o Estado poderia pagar, aquelas terras cheias de beleza "com água cristalina brotando em chaminés de pedra". Assim, sua missão seria também a de convencer os donos de que suas terras não eram tão maravilhosas assim. Teria que encontrar outros argumentos que justificassem tal venda, esse era seu papel nas negociações que viria a empreender enquanto presidente da Comissão de Cooperação.

Pacheco terá que equilibrar-se entre situações diferentes no decorrer de sua atividade. Nas fontes que consultei, percebi que diante do governador de Goiás e do presidente da república, para tentar obter reconhecimento, Pacheco ressalta as

dificuldades no exercício dessa sua missão. Já diante dos proprietários a serem desapropriados, mostra-se incisivo quanto à irreversibilidade daquela situação aconselhando-os a venderem suas terras. Da equipe jurídica dessa Comissão, exige que evitem polêmicas com aqueles proprietários. Segue assim até decidir deixar o cargo em 1958, sem haver concluído todas as suas tarefas.

O subtítulo deste item, o ouro virou terra, é uma referência ao poema "Martim Cererê", de autoria de Cassiano Ricardo (apud Cabreira, 2001, p. 43). O poema continua da seguinte forma: "Meu avô foi buscar ouro/ Mas o ouro virou terra/ Meu avô foi buscar terra/E a terra virou fronteira/ Meu avô ainda intrigado/foi modelar a fronteira/E o Brasil tomou forma de harpa." Essa síntese obtida no texto literário, mostra como seu autor, com a poesia, consegue uma bela forma de contar a ocupação dessa parte oeste brasileira. Remonta a dimensões mais subjetivas como a idéia de aventura e aos desejos de pessoas com relação a esse movimento. O processo ganha contornos ampliados se considerarmos esses outros aspectos e não apenas como algo que tenha sido desencadeado somente pela sucessão de ciclos econômicos.

Neste meu estudo, busco dimensões culturais ao procurar focalizar práticas de sujeitos que, através de orientações econômico-sociais e simbólicas foram motivados a ocupar as terras de Goiás em negociações com condições históricas bastante peculiares. Sujeitos que, embora determinados por essas dimensões, também determinaram, de certo modo, a composição do quadro de ocupação territorial encontrado por essa Comissão de Cooperação em 1955.

Assim, procurei elaborar um histórico com intuito de apontar alguns aspectos de como se encontrava, em termos de configuração fundiária e populacional, a área selecionada para o *novo* Distrito Federal, quando da chegada dessa Comissão de Cooperação.

A ocupação da região que abrigaria Brasília tinha uma densidade populacional semelhante a outras regiões interioranas, que foi se ampliando de forma lenta e gradual, com momentos, nos quais, ocorriam surtos de crescimento dessa população.¹¹⁵ Contudo, perdurou nesta região um imaginário relacionado à mesma idéia que mobilizou movimentos de entradas e bandeiras, de um "território continental [que] criava um imaginário de espaço ilimitado que estava aí para ser conquistado". (CABREIRA, 2001, p. 47). Uma idéia de espaço diferenciada daquela que se tinha da América Hispânica.

¹¹⁵ O fim da Segunda Guerra foi um desses momentos "quando muita migração rural de Minas e em menor número de São Paulo veio para Goiás". (CABREIRA, 2001, p. 51).

A baixa densidade demográfica desta região do Planalto Central de Goiás foi o argumento usado, pelo grupo de políticos ligados a Minas Gerais, para tentar ganhar a disputa com Goiás pelo direito de abrigar a futura capital em seu território, naquele contexto por mim já relatado anteriormente. Este grupo tentou estabelecer como critério, para a escolha desse local, o mínimo de cinco habitantes por Km², critério que por si só excluiria o Retângulo Cruis da disputa, aumentando, demasiadamente, as chances da região do Triângulo Mineiro¹¹⁶.

Holston (1993, p. 218) buscou dados de 1959 extraídos de um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para mostrar o salto no número de habitantes na região, com o início das obras de Brasília. Tais dados informavam que nos povoados preexistentes, Planaltina e Brazlândia e zona rural destes, havia um total de 6.600 habitantes. Num cálculo aproximado, considerando uma área de 5.789,16Km² a densidade demográfica ficava em torno de 0,87 Hab/Km²

Com a leitura do trabalho antropológico de Godói (1999, p. 46), tive oportunidade de refletir sobre alguns aspectos da minha pesquisa e, guardada as devidas especificidades, pude perceber, em alguns momentos, pontos de contato entre nossos estudos. Um desses foi o histórico da ocupação da terra preparado pela autora sobre o local onde desenvolveu sua pesquisa, uma região no sudeste do Piauí. São muito interessantes as referências por ela buscadas, para configurar o quadro fundiário dessa região, fazendo uma análise "a partir das categorias segundo as quais os sujeitos pensam e vivem sua existência". Esta autora recorreu a uma interessante construção da relação passado/presente, conseguindo estabelecer ligação do quadro atual até o direito romano. Ela faz referência à Resolução nº 76 de 17/07/1822, que extingue o regime de sesmarias no Brasil, "mas que continua a vigir, como desdobramento deste, o regime da posse". Cita também Panini (1990) para dizer que a "obrigatoriedade do cultivo como condição de posse é uma idéia antiga oriunda do Código Justiniano incorporado ao Direito Agrário Português". Segundo esse autor, esse "instituto romano" é:

incorporado às pressúrias da Reconquista, instituídas como modo de ocupação e cultivo de terras ermas que antecedem e dão origem ao sistema de sesmarias. A pressúria constituiu-se, então, como direito de conquista derivado da apropriação de terras em época de guerra, e em regiões de

¹¹⁶Durante a atuação da Comissão Polli Coelho (CELNCB), a subcomissão de investigação geográfica da qual Lucas Lopes fazia parte selecionou cinco sítios, usando esse critério do mínimo de cinco hab/Km. A situação foi revertida por uma intervenção ofensiva de Jerônimo Coimbra Bueno ao tomar, novamente, pé da situação, pois estivera afastado nas cinco últimas reuniões dessa subcomissão, por estar em campanha política para o cargo de governador de Goiás. (VASCONCELOS, 1978, p. 307)

fronteira nacional ainda mal definida, em nome do rei, e por esse repassado sob forma de título originário, como recompensa por serviços prestados.[...] (PANINI apud GODÓI, 1999; p. 46)

Durante a construção deste histórico desta área - "terras do Planalto", como as denomina Pacheco (1975, p. 143) - onde seria construída a capital federal, percebi em vários momentos a proximidade com esta pesquisa, ao constatar que também vigia por aqui a noção, discutida por Godói (1999, p. 46), de que "apossados têm direitos nas terras".

Nesta pesquisa antropológica, que teve como fio condutor o trabalho com a memória de camponeses, são valorizadas dimensões culturais na compreensão do contexto dentro no qual se deram acontecimentos sociais, instituições, comportamentos e processos que "podem ser descritos de forma inteligível - isto é, descritos com densidade". (GEERTZ, 1989, p. 10). Ao ouvi-los contar sobre a ocupação daquelas terras, Godói (1999, p. 17) pôde analisar como "o território assume dimensões sociopolíticas, e quase cosmológicas, importantes na construção da identidade distintiva do grupo" .

Trabalhos como este, incentivaram-me a buscar ver por dentro experiências de pessoas que entrevistei, para ampliar a minha capacidade interpretativa dos acontecimentos, sob a ótica dessas pessoas, neles envolvidas. O que devemos nos perguntar a respeito de um indício a que tivemos acesso, pela narrativa das pessoas que entrevistamos, ou mesmo nas narrativas escritas, não é o que ele é em si, mas "qual a sua importância: o que está sendo transmitido com a sua ocorrência [...]". (GEERTZ, 1989, p. 08),

Nesse sentido, vale mencionar a pertinência desta noção de posse, percebida na fala dos que entrevistei e nos escritos dos juristas dessa Comissão de Cooperação. Vejamos um trecho da entrevista com o Sr William J. Pelles, filho de Jorge Pelles, ex-proprietário da Fazenda Bananal, quando perguntei se ele lembrava do valor recebido por seu pai pelas terras desapropriadas:

William: Não me lembro mais, entende... Papai ganhou... Não, ficou elas por elas praticamente. [Porque **papai não tinha feito benfeitoria nenhuma praticamente. O tempo foi curto**, não deu tempo, mas era cercada, era, cercada mesmo, registrada e tudo mais.

(Entrevista em 17/05/2005, grifos meus)

O fato de não ter realizado benfeitorias ou trabalhado esta terra, ou ainda, por não tê-la ocupado por muito tempo, possivelmente gerou, para esta família, um certo desapego afetivo com relação às mesmas. No relato do Sr. William Jorge Pelles, é possível interpretar a permanência daquela lógica cultural do passado, de que o cultivo ou o modo de ocupação são "condições de posse", conforme bem salientou Godói (1999).

Em um determinado trecho do depoimento do Sr. Zuzu Guimarães, que reproduzo a seguir, é possível perceber que, quando esse ex-proprietário da Fazenda Barra Alta enumera toda a sua ascendência de dono daquelas terras, demonstra, ao mesmo tempo, um apego pelas terras e também a consciência de ter adquirido direitos sobre elas, direitos que iam além dos garantidos pela documentação.

Eu nasci aqui mesmo no Distrito Federal, em 1912, e meu pai nasceu dentro do Distrito, meu avô nasceu dentro do Distrito Federal e meu bisavô também, agora eu, nasci na fazenda, só mudei pra Formosa depois que fui desapropriado [...]

(Entrevista em 17/05/2005)

Outra constatação, que pude fazer quanto à permanência, ao longo dos séculos, dessa noção do direito de posse - não como "remanescências, nem anacronismos de uma época passada incompatíveis com a racionalidade capitalista", como nos alertou Godói (1999, p. 48) - foi a da existência de um documento de arrendamento que essa Comissão de Cooperação forneceu aos proprietários expropriados para que eles pudessem manter seus rebanhos nas terras. Em alguns casos, isto funcionou como autorização para que as pessoas se mantivessem nas ex-propriedades até que a NOVACAP as solicitasse, ou indefinidamente caso isso não acontecesse. Isso me foi relatado mais de uma vez como justo e natural.

Nestas situações, que acabo de apontar e em outras que aparecerão ao longo deste capítulo, é como se aquele passado romano ainda pairasse sobre decisões a serem tomadas por essa Comissão de Cooperação, decisões que faziam sentido para os demais envolvidos naquele contexto em que ocorreram essas desapropriações.

No processo de confecção desse mosaico, pude perceber proximidades com a teoria da história elaborada por Benjamin, que concebe o passado como algo inacabado

que não está fechado. Ou ainda, como afirmou Bolz (1992, p. 26), "... o passado ainda não está encerrado. Fica em aberto e pode ser usado".

No relato do tabelião Jefferson Meireles, por mim entrevistado, e nos depoimentos de Arantes (1989) e Alarcão (1999), que pude consultar no Arquivo Público do Distrito Federal, percebi que o documento considerado pelos três como a referência quanto a registro dos imóveis na região é o Registro Paroquial, instituído pela Lei de terras nº 601 de 1850, o qual pôs fim, formalmente, ao regime jurídico de posses no Brasil. Essa consciência da legislação, no entanto, atribuo à experiência destes três entrevistados. Na época, o Sr. Jefferson Meirelles era escrevente do cartório de seu pai em Luziânia, Arantes era juiz e Alarcão era vereador em Planaltina.

O Sr. Jefferson Meirelles remeteu a esta questão do Registro Paroquial ao narrar um problema ocorrido na hora de ser efetuada a compra de uma fazenda pela Comissão de Cooperação (entrevista em 20/12/2005). Um proprietário, acompanhado de seu advogado, parecia estar exigindo algo e o Dr. Marcelo Caetano, advogado que fazia parte da equipe jurídica da mesma¹¹⁷, teria tentado intimidá-lo dizendo: "isso aqui é um Registro Paroquial, uma aquisição até meia duvidosa, que pode ser discutida.. .., e agora o senhor fica...aí." Essa resposta do advogado teria sido em tom de ameaça e, conforme me descreveu o Sr. Jefferson Meirelles, o fazendeiro teria respondido:

Jefferson: [...] faz a desapropriação do estado, inclui ela como terra devoluta, mas tem uma coisa: eu vou atrás de todo mundo que tem fazenda aqui e nós vamos entrar com usucapião coletivo e aí nós é que vamos botar o preço, não vai aceitar o seus.

E continuou:

Jefferson: Aí, o Altamiro foi chegando. Doutor Altamiro botou um pano quente no negócio e lá, atrás da porta, deve ter dado um esfrega no doutor Marcelo, porque dava mesmo. "Nós não viemos aqui pra brigar com ninguém não, nós estamos pagando 800 e acabou, num fica conversando demais não".

(Entrevista em 20/12/2005, grifos meus)

É possível perceber, também neste caso, reminiscências do direito romano conforme descrito anteriormente por Godói (1999), quando, segundo o relato do Sr. Jefferson Meirelles, o fazendeiro salientou a idéia de que a posse, ou o usucapião, era o que no fundo garantia o direito das pessoas sobre a terra.

¹¹⁷ Marcelo Caetano era corregedor da justiça e compôs a equipe jurídica da Comissão de Cooperação, durante o ano de 1956, no escritório móvel de Luziânia.

Ao narrar este episódio, o Sr. Jefferson Meirelles fez a ressalva de que o ocorrido fora uma exceção. Era mais usual, segundo ele, as desapropriações ocorrerem sem divergências. Podemos observar, ainda, no trecho citado, a forma do exercício da autoridade do presidente dessa Comissão de Cooperação, até sobre os membros graduados, e o fato de que fazendeiros estavam buscando ajuda profissional já no momento das primeiras desapropriações em 1956.

Outros relatos com informações importantes que incluem o Registro Paroquial também apontam peculiaridades da região. Sobre isso nos fala Arantes (1989), ao ser entrevistado por Georgete Medleg Rodrigues, para o Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal:

(GM) - Certo. E quando o senhor chegou em Planaltina, a primeira vez que... o senhor podia falar pra gente qual foi a impressão que o senhor teve da cidade, qual era a população da ei...

(LA) - Planaltina era uma cidadezinha perdida no interior de Goiás. E então não tinha perspectiva nenhuma, era uma cidade de fazendeiros. Tanto é assim que quando a Constituição de 1891 disse que ficava reservado no Planalto Central uma área aí laia tantos alqueires, para ser construída a capital federal, **muitos entenderam que eram terras devolutas, que não era de ninguém, então a União não precisava comprar as terras, que já eram delas. Foi um entendimento primeiro, terras públicas, e não eram.** Isso ficou... mais tarde eu estudei muito essa questão, que foi discutida nos tribunais, que as terras de Brasília eram terras já passadas de... já através... para propriedade particular, através de registros, registro paroquial, através de compra e venda, através de sucessões. Então, já tinham muitos proprietários. Essas fazendas não era terras como no Amazonas, não era mato de ninguém. E sim, já pertencia a determinadas pessoas.

[...]

(GM) - O governo de Goiás que comprou e depois...

(LA) - O governo de Goiás tinha uma verba da União de 200 mil naquela ocasião, pra comprar isso aí. Então essa comissão cuidou de estudar fazenda por fazenda, comprando. **Então, têm documentos curiosos, por exemplo, o primeiro documento é o registro paroquial, que diz assim, assim: "Fulano de tal, declara que possui as seguintes terras..."** E geralmente era uma légua, uma légua e meia, tan... E essa declaração era feita. E o padre registrava, Semeão Estelita, lá em Luziânia. Esse foi no registro paroquial daqui foi esse. Bom, feito esse registro, vinha a segunda parte que era pagamento. Esse não houve em Goiás, por isso é que eles acharam que era falho esse registro paroquial, que em Goiás tinha estatística, quer dizer, tantos requerendo, mas ninguém pagou. Então eles acharam que havia uma falha. Mas o doutor Enesildo Pena Marinho, foi um dos pioneiros aqui também, fez um estudo completo, e chegou a conclusão de que não havia, em Goiás, essa repartição coletora de

(GM) - Do pagamento das terras.

(LA) - ... do pagamento. Por isso ninguém pagou. Então, com o tempo, isso ficou como definitivo e **hoje esse documento foi válido. Como se tivesse pago, porque realmente não se pagou, porque não havia em Goiás uma coletoria, que arrecadasse esse dinheiro.**

(ARANTES, 1989, p. 6 e 7, grifos meus)

Este questionamento de validade do Registro Paroquial devido à impossibilidade de pagamento das terras me levou a procurar esclarecimentos a este respeito. Encontrei providencialmente no estudo de Luz (1982) algumas explicações pertinentes. Esta autora conclui que as políticas de terras durante o final do período imperial, com tentativas para implementação da Lei de Terra de 1850 "não obtiveram sucesso" (1982, 42).

Segundo esta autora, em Goiás, as tentativas de aplicação desta lei por meio da venda de terras devolutas, reavaliação e legitimação das propriedades e do registro das terras possuídas tiveram "efeitos muito pequenos" (1982, p. 43). A realidade sócio-econômica deste estado, ainda segundo Luz (1982), teria tornado inviável a implementação desta Lei de Terras. Dedicados à pecuária extensiva e à lavoura de subsistência, os proprietários de terras em Goiás não tinham interesse em legalizar suas terras da forma prevista pela lei. Isto se deve ao fato de que, principalmente, entre outras questões, "melhor seria para eles manter a situação irregular, que possibilitava a incorporação de novas terras sempre que isso se fizesse necessário. Também, para estes proprietários, era possível 'legalizar' suas propriedades de maneira mais simples e pouco onerosa: através, por exemplo, de doações ao santo padroeiro do lugar, ou de compra e vendas que eram aceitas pelos cartórios locais, etc." (1982, p. 50).

Na República, com a Constituição de 1891, este quadro não se altera significativamente. A lei estadual de 1893 conferia o valor de título ao Registro Paroquial que a regulamentação da lei de 1850 não permitia.

O relato de Arantes (1989) também contribui para que possamos entender a razão da dúvida levantada pelo Dr. Marcelo Caetano sobre a validade ou não do Registro Paroquial e mostra que foram necessários debates até se concluir pela validade do mesmo. Debates sobre essas e outras questões judiciais acerca da propriedade da terra, ao que parece, somente foram iniciados naquele período de atuação dessa Comissão Cooperação. As conclusões de trabalhos realizados pelos membros desta comissão são consideradas referências ainda hoje na solução de pendências fundiárias no Distrito Federal.

Voltando à questão do Registro Paroquial, o Sr. Jefferson Meirelles, após me descrever o livro em que estes eram feitos e que teve em mãos - "a tinta brilhante feita de planta que quanto mais velha mais brilhante ela fica", complementou:

Jefferson: Padre Semeão Estelita Lopes Edes [...] em 1950 e pouco, mais ou menos (...) era o livro 20, chamava Registro Paroquial. Eram as paróquias que faziam. O governo querendo saber o que era terra devoluta dele e o que

era particular, encarregou as paróquias pra fazer. Então as paróquias convocavam os fazendeiros, os proprietários de terra, eles chegavam e punham lá, declaração de umas terras que possui fulano de tal na fazenda tal, aí ia descrevendo, o quanto que ele tinha, uma légua de comprimento, uma légua e meia de largura, divide pelo espigão divisor de águas, por um lado, com a fazenda tal do outro. E isso deu muita confusão, como deu na fazenda Gama, tinha uma área lá que era considerada terra de ninguém, uma área eu acho que de quinhentos alqueires de terra, que se deu uma batalha judicial violenta do Agostinho de Almeida de Silva com o Delfino Machado de Araújo que o Delfino ganhou aqui, ganhou no tribunal de Goiás e ganhou no Supremo. Esgotaram todos os recursos em apelações, o Supremo não tomou nem conhecimento.

Darcy: E isso ainda existe? E essa documentação está aonde?

Jefferson: Esse livro? Ah, isso é guardado, guarda como um diamante de quinhentos quilates.

Darcy: Em Goiânia?

Jefferson: É lá no, naquela época era o Instituto, num sei o que agrário, de reforma agrária, tipo Incra, mais ou menos. Tá lá. **Agora eles não deixam, esse livro saiu uma vez de lá, foi a comissão que trouxe ele pra cá, porque se precisava dele, do livro, mas não sai de jeito nenhum.**

(Entrevista em 20/12/200, grifos meus)¹¹⁸

Pelo acima exposto, concluo que, a despeito de algumas dúvidas, Registros Paroquiais eram referências, ou uma base a que essa Comissão de Cooperação recorria para levantar a situação dos imóveis, que precisava ser regularizada antes da desapropriação.

O advogado Domingos Juliano, responsável pelo escritório fixo da Comissão de Cooperação em Luziânia, de 1957 até 1958, elaborou um relatório, o qual foi enviado a Pacheco e reproduzido no seu próprio relatório (PACHECO, 1975), contendo um balanço final de seu trabalho. E, apesar de abordar, no mesmo, especificamente, a situação da área em que atuava, registrou aspectos que considere importantes na compreensão da configuração fundiária de toda a região do *novo* Distrito Federal.

Este advogado escreve a respeito do povoamento da região, que teve dois ciclos de preocupação com registro das propriedades. O primeiro, foi aquele que denominou como o "setecentista do ouro em Goiás até a abolição dos escravos". Embora com falhas, nessa época foram organizados os títulos de propriedade. O segundo ciclo iniciou-se em 1955, a partir do momento em que o governo de Goiás declarou as terras, para construção da *nova* capital, como de utilidade pública para efeito de desapropriação. Entre um e outro ciclo ele afirma que se assistiu a um período de desinteresse com relação ao controle dos registros de propriedade. Nem mesmo a

O Dr. José Gomes Pinheiro, ex-diretor da TERRACAP, afirmou que o livro do Registro Paroquial encontra-se atualmente no Instituto do Desenvolvimento Agrário de Goiás - IDAGO em Goiânia. (Conversa do dia 28/3/2005).

construção de Goiânia gerou alguma mobilização para se efetuar a atualização destes registros de terra. Escreveu ainda, conforme consta no Relatório de Pacheco (1975):

Centenas de inventários, dezenas de divisões têm que ser efetuadas, eles apagados ou ocultos ligando gerações devem ser reavivados e trazidos à luz. Proprietários que não são proprietários ou que ignoram a existência de seus direitos, impostores, 'grileiros', ausentes, incapazes, toda uma pequena legião de figuras têm que ser localizada na arena forense. Uma verdadeira rede de sucessões que está a exigir o trabalho dos interessados diretos na apuração e na discriminação geodésica de cada imóvel, os quais, conforme já o afirmamos, estão de braços cruzados por motivos já expostos

(PACHECO, 1975, p. 138)

Para concluir afirma:

[...] Ninguém se iluda, na presunção de que a desapropriação judicial ou mesmo extra-judicial, ou em sua totalidade, se fera em Gabinetes, a longa distância. O trabalho é para juristas e engenheiros em conjunto, que corram comarcas, dos cartórios à zona rural numa tarefa de identificação, a priori, de cada gleba e de cada proprietário, conforme já dissemos, cansativamente em quase todas as apurações. É preciso palmilhar a terra, em inúmeros casos, restaurar limites e divisas antigas, marcos remotos, acidentes naturais e referências físicas que a avalanche do progresso, conseqüentemente da construção da nova metrópole, vai em breve destruir para sempre. Não haverá oportunidade de devaneios e otimismo, **porque a desapropriação judicial das terras do planalto não será, jamais uma passeata de bacharéis!**

(PACHECO, 1975, p. 143, grifos meus)

A previsão deste jurista, contida no trecho acima grifado, procedia. O futuro mostrou que tais foram as dificuldades que, até hoje, não houve a conclusão das desapropriações. Considerei a imagem por ele criada muito apropriada e utilizo parte da frase como subtítulo a seguir.

Pacheco, ao que parece, perto de encerrar sua participação nessa Comissão de Cooperação, em setembro de 1958¹¹⁹, solicitou relatórios de Domingos Juliano, responsável por Luziânia, dos outros dois juristas, responsáveis por Planaltina e Formosa, bem como do engenheiro que fazia parte dessa mesma Comissão. De posse destes relatórios, elaborou o seu e o enviou ao governador Jucá Ludovico.

Também devo ressaltar que encontrei elementos reveladores dessa configuração fundiária nos históricos das fazendas Bananal e Barra Alta. Estes históricos compõem a documentação que obtive junto ao Dr. José Pinheiro Neto, ex-diretor da TERRACAP. Fazem parte de uma espécie de memorial descritivo das propriedades, construídos pelos membros dessa Comissão de Cooperação. Até mesmo as cópias das escrituras e

A Comissão de Cooperação não foi extinta após sua saída do cargo.

certificados datados até o ano de 1960, que estão em anexo a estes textos, são também o resultado do trabalho de levantamento cartorial então realizado. Este trabalho foi incorporado pela TERRACAP como ponto de partida para o estabelecimento do seu sistema de controle fundiário das terras no Distrito Federal.

Nestes históricos, há informações sobre o primeiro registro de cada uma das fazendas. A Fazenda Bananal ou Larga do Bananal, procede do Registro Paroquial nº 99 de 21/04/1858, na cidade de Formosa, e a Fazenda Barra Alta foi constituída com a anexação de outros quatro imóveis, sendo que, parte de um deles foi indevidamente anexada, situação que foi resolvida em 1919.

Estas informações acentuam dois momentos que tanto o Dr José Pinheiro Neto, ex-diretor da TERRACAP, como o Sr. Jefferson Meirelles haviam salientado como marcos nesses processos de registro das terras da região: de 1852 a 1890, os Registros Paroquiais e de 1918 a 1928, os Registros Cartoriais, estes últimos em função da Constituição de 1891.

Cabreira (2001, p. 50 e 51) analisa a transformação do campo ocorrida, durante a década de trinta e após a Segunda Guerra, na arcaica estrutura agrária de muitas regiões de Goiás. Esta transformação foi impulsionada, segundo esta autora, por uma migração rural-rural de Minas Gerais e também de São Paulo para este Estado. Também Zats (1984, p. 67) afirma que o município de Planaltina teve uma movimentação extraordinária da população no início da década de cinquenta, evidenciado por um "crescimento de formação de fazendas no município e pelo desenvolvimento de criação de engorda de boi". Assim creio que a região que seria o *novo* Distrito Federal, também recebeu parte destes migrantes rurais.

Segundo Cabreira (2001), estes migrantes buscavam melhores condições de vida, pois a terra em seus lugares de origem tornara-se pouca, em relação ao crescimento dessa população rural. A construção da estrada de ferro, que chegava à Anápolis, intensificou essa migração, contudo, esta migração deveu-se mais à percepção quanto às potencialidades da região por parte de quem migrava. A autora afirma isto no intuito de refutar que o motivo dos deslocamentos destas populações rurais teria sido a atração baseada num imaginário do território goiano como: "[...] hectares infinitos de terras desabitadas, de lugares ermos, de aridez e abandono"(DOLES apud CABREIRA, 2001, p. 46).

Estas informações sobre o interesse despertado pelas terras de Goiás entre grupos migrantes rurais de outros lugares, como os de Minas Gerais e de São Paulo, fizeram

afluir neste meu estudo uma reflexão sobre os efeitos dessa migração na percepção que os antigos proprietários destas terras, pertencentes à área selecionada para ser o Distrito Federal, tinham do valor de seus imóveis. Também procurei analisar de que forma isto foi significativo no momento da desapropriação e como pode ter interferido na realização dos trabalhos dessa Comissão de Cooperação que já não constituíam, de forma alguma, uma tarefa banal.

4.2 OS SENHORES DE GRAVATA

A Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal foi instituída pelo Decreto Estadual nº 1258 de 05 de outubro de 1955. Lamentei não ter acesso a este documento, pois possivelmente, ao analisá-lo, talvez pudesse encontrar elementos para interpretar porque seus elaboradores incluíram o termo cooperação no nome desta comissão. Pude exercer este tipo de análise ao ler o decreto, de 1956, que criou a Comissão Municipal de Cooperação para Mudança da Capital Federal (CMCMCF) do município de Formosa-GO. Ao fazê-lo, pude constatar algumas intenções subjacentes à idéia de cooperação.

A Comissão de Cooperação dirigida por Pacheco também ficou conhecida como Comissão Goiana de Desapropriação ou ainda Comissão de Altamiro, conforme encontrei em Magalhães (2004, p. 130), contudo, foi mais comum deparar-me com a denominação Comissão Goiana.

Seu surgimento foi uma iniciativa estadual, mas aconteceu num contexto em que seis Comissões já haviam sido instituídas anteriormente, desde a Constituição de 1946, para tratar de aspectos relativos à transferência da capital. Pacheco (1975) apresenta o decreto que criou a Comissão de Cooperação como uma seqüência do decreto que o governador Jucá Ludovico havia anteriormente baixado, a pedido do Marechal José Pessoa, presidente da Comissão de Localização da Nova Capital Federal. O Decreto nº 480 de abril de 1955 declarava serem de utilidade pública e conveniência social para efeito de desapropriação as terras da área escolhida para o *novo* Distrito Federal. Pacheco (1975) assim nos fala sobre a sua posse como presidente e sobre a composição dessa Comissão que iria liderar:

A Comissão, nomeada por decreto do chefe do governo goiano, foi solenemente empossada, no Palácio das Esmeraldas, a 8 de outubro de 1955.

Era constituída do signatário deste, como presidente, tendo como vice-presidente Dom Abel Ribeiro Carmelo. Seus membros eram: Dr. José Peixoto das Silveira, jornalista Jaime Câmara, Dr Aníbal Jajah, Dr José Bernardo Félix de Sousa, agrônomo Joaquim Câmara Filho , Dr Domingos Francisco Póvoa, O industrial Antônio Ferreira Pacheco, comerciante José Monteiro do Espírito Santo e o jornalista Geraldo Vale, respectivamente na qualidade de representantes da Secretaria da Fazenda, Secretaria de Viação e obras Públicas, divisão de Terras e Colonização, Procuradoria Geral de Justiça, Consultoria Jurídica do Estado, FAREG, Federação do Comércio, Federação das Industrias, Associação Goiana de Imprensa".

(PACHECO, 1975, p. 87)

O processo da transferência acelerava-se e a iminente possibilidade da construção da capital nas terras de Goiás gerava um entusiasmo e um aqodamento perceptível nas descrições em torno da instituição desta Comissão tanto em Silva (1999) como em Pacheco (1975).

Entre os membros que compunham esta comissão havia empresários, intelectuais e até integrantes do clero. Na linha de análise que venho construindo, percebo que isto demonstra a ressonância e força de mobilização contida nesta idéia, alimentada e divulgada desde há muito tempo por aquele grupo de Goiás, que considerei no capítulo 2. Pacheco torna-se presidente e vai exercer suas funções de forma personalista - a Comissão era dele!

Nesta conjuntura, Pacheco engaja-se de vez, e com força, no que denominei como grupo de Goiás. A atmosfera de urgência instaurada naquele contexto (1955/56) foi o resultado da forma de agir deste grupo, pois este tinha a certeza de que forças contrárias, de Minas Gerais, espreitavam para entrar em ação. Naquele momento, é bom lembrar, pairava, ainda, a dúvida recorrente da vinda, ou não, da capital para o território de Goiás. Portanto, para fazer frente a isso, era preciso se adiantar, ficar sempre alerta, de prontidão.

Muitos foram os empossados como membros desta comissão, entretanto, a maioria deles é citada apenas nesse momento do Relatório (1975). Isto faz pensar que um dos objetivos de tal solenidade talvez fosse obter um efeito simbólico de forma a gerar impacto e, ainda, envolver pessoas e instituições estratégicas quanto a essa questão. Diante desse quadro, numa primeira leitura, tentei fazer correspondência entre os membros e as respectivas instituições, mas isso não fez muito sentido, pois são dez membros e nove instituições. O nome de Jaime Câmara corresponderia à Secretaria de Viação e Obras e, o mais provável, é que ele fosse representante de uma das duas instituições de imprensa que são citadas.

O que fica mais evidente, num esforço para entender quem efetivamente fez parte dessa Comissão, é que o grupo designado a vir para o escritório móvel de Luziânia é aquele que efetivamente atuou. Muitos daqueles nomes nunca voltaram a ser citados; tal ausência sugere que eles prestaram contribuição ocasional ou apenas temporária. Não descarto a hipótese de que pode ter havido a ajuda de membros dessas instituições públicas estaduais, conforme a lista citada, no sentido de agilizar tudo que precisasse ser consultado ou decidido nas mesmas em Goiânia.

Não me ative a procurar mais informações sobre estes membros nomeados, pois o próprio Pacheco, ao ressaltar a profissão ou o cargo de cada um demonstra que a comissão tinha, digamos, caráter multidisciplinar. Ao longo de seu texto, ele esclarece que o Dr. José Peixoto da Silveira, o terceiro nome da lista, havia sido membro da Comissão de Localização da Nova Capital, até então dirigida pelo Marechal José Pessoa. Isso demonstra que havia alguma continuidade entre estas comissões.

A necessidade de possuir membros vinculados à imprensa evidencia uma preocupação em obter a divulgação dos trabalhos dessa Comissão de Cooperação. No caso, Jaime Câmara é o primeiro do ramo a ser citado. Tive acesso a vários recortes de jornais¹²⁰, com notícias sobre essa Comissão, o que demonstra que tais nomeações, enquanto estratégia de comunicação, resultaram em uma boa cobertura dos atos da mesma.

Pacheco (1975, p. 87) relatou que as primeiras reuniões foram realizadas no Palácio das Esmeraldas. Nestas reuniões, foram realizados estudos e tomadas as primeiras providências. Logo se deliberou pela criação de um escritório móvel para a compra de terras. Pacheco nos conta sobre sua primeira visita à Planaltina e à Formosa, realizada em companhia do Secretário da Fazenda, Dr. Peixoto da Silveira, e também do advogado Segismundo de Araújo Mello, o qual havia sido designado como assistente técnico desta comissão. Creio que, já nesta visita, foi tomada alguma providência relativa à compra da primeira fazenda que seria então desapropriada pela Comissão de Cooperação em 1955, a Bananal. A compra desta fazenda, devido à sua localização e extensão, era uma ação muito importante.

Durante o ano de 1956, período durante o qual Pacheco parece dirigir os trabalhos mais de perto, através do escritório móvel de Luziânia, vão sendo incluídos

¹²⁰ Estes recortes foram extraídos dos seguintes periódicos encontrados na Casa de Altamiro: O Popular, de propriedade de Jaime Câmara, A Folha de Goiás, produzido pelos Diários Associados, o Jornal do Planalto, jornal local da cidade de Formosa (GO) e um único exemplar da Hora de Brasília, de propriedade de Genaro Maltez.

outros membros nesta comissão, todos vinculados à área jurídica de atuação. Creio que estes profissionais foram convocados na medida em que a necessidade surgia, sem que houvesse uma cerimônia de posse oficial do cargo. A maioria desses nomes só aparece uma vez, como no caso dos empossados em 1955. Vejamos como ele descreve a inclusão desses juristas:

Já em Luziânia, a princípio com o **Dr. Segismundo de Araújo Mello**, na qualidade de Consultor Jurídico da Comissão, e o Dr. Moacyr Ribeiro de Freitas, inteligente e honrado Juiz de Direito de Ipameri, examinando a documentação(...).A 21-5-956, para expressivo reforço da Comissão, e andamento mais rápido dos trabalhos concernentes á parte jurídica, ficamos contando com a eficiente colaboração e presença mui ilustre do **Dr Marcelo Caetano da Costa** então Juiz Corredor do Estado, notável jurista, dotado de invejável capacidade de trabalho, hoje Desembargador,...); do Dr Hamilton de Barros Velasco, Juiz da 3ª Vara de Goiânia, brilhante pela inteligência e pela cultura, atualmente Desembargador Aposentado; e do Dr Luís Honório Ferreira, Juiz de Direito de Anicuns, inteligente bacharel em ciências jurídicas e engenheiro.

(PACHECO, 1975, p. 90)

Os nomes grifados e o Dr Arquelau Gonzaga foram atuantes e permaneciam, de fato, no escritório móvel de Luziânia em 1956. Pacheco (1975, p 132) após ter reassumido suas funções, ao ter um pedido de demissão negado pelo governador em novembro de 1956, fez alterações na sistemática de trabalho e afirma:

Criamos um escritório em Planaltina e outro em Formosa, idênticos ao de Luziânia, com a mesma finalidade, extinguindo-se, em consequência, o Escritório Móvel de Compra de Terras, que funcionava ora em uma ora em outra sede dos municípios participantes do Novo Distrito Federal.

Para cada local foi escolhido um responsável, todos da área jurídica. Para Planaltina, foi designado o Dr Arquelau Augusto Gonzaga. Para o distrito de Formosa, foi enviado o Dr Eduardo Henrique de Souza Filho, com a incorporação do mesmo na equipe a partir daquele momento. Já Luziânia ficou a cargo do Dr. Domingos Juliano, que parece ter se tornado membro da Comissão de Cooperação, um pouco antes dessa alteração. O engenheiro Joffre Mozart Parada era chefe da sub-comissão técnica desde 1956 e, após essa divisão ocorrida em 1957, passa a atuar nas três áreas. Sua atividade era percorrer as propriedades realizando medições a partir dos mosaicos de fotografias aéreas. Ao que parece, após 1958, ele passa a trabalhar na NOVACAP exercendo estas mesmas atividades.

¹²¹ Os motivos dessas alterações, ocorridas após o ano de 1957, discutirei no item 4 deste capítulo.

Os reforços e alterações envolvendo o trabalho jurídico demonstram a importância da atuação destes juristas nas ações empreendidas por essa Comissão de Cooperação. Estes juristas que, usualmente, trajam-se com ternos e gravatas, tornaram esta uma Comissão de Senhores de Gravata, razão do subtítulo deste item.

Em seu texto Magalhães (2004, p. 136), aborda a questão fundiária e, ao discutir a ação dessa comissão chega à seguinte conclusão: "a presença de uma força Pretoriana de três equipes de juizes promotores dava o tom de coerção que o episódio carregava." Alarcão, na entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal (1999), ao referir-se ao período de atuação desta comissão, deixa transparecer, em sua fala, o impacto da presença desses e de outros "senhores de gravata" na região. Relata o que se passou com um vereador, já no período da construção de Brasília, ao tentar passar à frente numa fila de consultas para atendimento médico; o local, suponho, deve ter sido no Hospital HJKO¹²². Descreve a longa descompostura que o médico teria passado no vereador, oportunista e apressado:

Agora o senhor precisa aprender uma coisa, na terra de presidente da República, um presidente do Ministério da guerra, presidente da Marinha, presidente da Aeronáutica, presidente do Supremo Tribunal Federal, Presidente do Tribunal de Justiça, vereador e bosta é a mesma coisa". Foi, foi assim, - "presidente (inc), presidente do Senado, presidente da câmara dos deputados, o senhor vem com negócio de vereador rapaz, o senhor sossega no seu lugar que na hora eu vou lhe atender e vou atender e atender bem, viu? O senhor guarda aí seu lugar". Você vê como é?"

(ALARCÃO, 1999, p. 17)

Esses senhores de gravata, investidos de poderes da magistratura do Estado, tinham na figura de Pacheco, seu representante mais importante. Vale lembrar que este senhor era ainda investido com títulos de médico de prestígio e de rico proprietário de terras. Ao procurar entender sobre como isto influenciou no processo de realização das desapropriações, remeto a Chartier (1988). Este autor escolheu utilizar como exemplo, justamente, magistrados e médicos para ratificar a força da representação, através do argumento de que aquelas áreas de conhecimento, desde o Antigo Regime, já lidavam bem com o mistério ou "a montra que leva a crer que a aparência vale pelo real." (CHARTIER, 1988, p. 21)

¹²² Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, que funcionava entre o que hoje é o Núcleo Bandeirante e a Candangolândia,. O que restou da estrutura construída abriga, atualmente, o Museu Vivo da Memória Candanga.

4.3 O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE COOPERAÇÃO

O meu interesse pela Comissão de Cooperação como objeto de estudo foi despertado em uma palestra, já citada na introdução, cujo objetivo era homenagear Pacheco. O destaque à sua função de presidente desta comissão foi apenas um dos temas abordados. Comecei a interessar-me por sua atuação no contexto de criação e atuação dessa comissão simultaneamente com o processo de definição do tema de estudo desta dissertação. Algumas informações que reuni acerca deste personagem são muito importantes para uma compreensão mais aprofundada das temáticas que venho discutindo ao longo da mesma.

Começo por uma análise dos motivos de sua escolha para a presidência dessa comissão, que acontece dentro da estratégia do, por mim denominado, grupo de Goiás, visando alcançar determinados objetivos. Vejamos esta fala do Senador Bueno, neste momento, comportando-se como um representante deste grupo:

Aí eu convidei um fazendeiro que tinha lá, um médico de grande reputação, que tinha metido em política rural. Ele não tinha paixão política por partido nenhum. Ele era muito bem visto em todos os partidos e como ele conhecia a zona rural e conhecia todos os ruralistas e era presidente dessas associações rurais, o que que acontecia? Ele tinha uma facilidade de comunicação com os proprietários, incrível.

(BUENO, 1990, p.21).¹²³

Dois dos que entrevistei externaram considerações sobre Pacheco. O Sr. Zuzu Guimarães não o conheceu pessoalmente, mas achava que "Altamiro? Altamiro era gente muito boa demais, solteirão, nunca casou, deixou uma fortuna monstruosa, deu muita terra pra construção de Goiânia."(Entrevista em 20/04/2005). William Jorge Pelles, quando perguntei o que seu pai Jorge Pelles havia lhe falado sobre Pacheco, assim me respondeu:

William: O Altarmiro, Altamiro era uma pessoa que era muito admirado por todos de Goiânia, certo, principalmente da classe média, alta, que ele era um homem solteiro, morreu solteiro, muito bem de vida, inclusive ele queria que eu fosse afilhado dele. Ele dizia: 'Divina, quando nascer, eu quero ser

¹²³

Bueno faz essa afirmação em desacordo com duas afirmativas que até este momento tinha como claras neste estudo: a primeira foi de que o convite feito a Pacheco para a presidência da Comissão de Cooperação partiu do Governador Jucá Ludovico - afirmação que ambos fizeram. A segunda diz respeito ao seu nível de comprometimento partidário, inicialmente conforme mencionei no capítulo 1, na citação de Marques (2005) que qualifica Pacheco como prócer da UDN. Chamou, também, a minha atenção o fato de Coimbra (1990) citar-lhe o nome, em nenhum momento, do trecho em que com riqueza de detalhes trata do assunto da desapropriação das terras do novo Distrito Federal. Retomarei esta reflexão no próximo item deste capítulo.

padrinho'. Aí, mãe, 'tá, tá...'. Por acaso não foi, mas era uma pessoa dinâmica [...]

(Entrevista em 17/05/2005)

Para adensar meu estudo precisava conhecer mais a respeito do universo em que viveu Pacheco e, finalmente, em novembro de 2005, consegui fazer todos os ajustes de agenda, dispensa do trabalho, organizar tarefas domésticas e finalmente entrar no ônibus a caminho de Goiânia para conhecer a Casa de Altamiro¹²⁴. Essa etapa da pesquisa estava prevista desde julho, mas o adiamento aconteceu devido a várias dificuldades, ora da minha parte, ora devido a problemas com o funcionamento da Casa.

Durante a viagem, impregnada pela aura do meu objeto de pesquisa, fui olhando a paisagem e imaginando como ela era e foi vista pelas pessoas que nos anos 40 e 50 faziam esse trajeto. A topografia chama, realmente, a atenção e essas planuras com alguns vales eram inspiradoras, e parece que ainda o são, para se criar cidades. Já bem próxima à Goiânia, à minha esquerda, observei a entrada com uma enorme placa onde havia a seguinte inscrição: "Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco", era a primeira vez que prestava atenção a isto depois de ter passado por essa estrada várias vezes.

Resolvi me hospedar em um hotel do centro de Goiânia, indicado pela Sr³ Luzia, uma funcionária da Academia Goiana de Letras, responsável por administrar a Casa de Altamiro, que me indicou como sendo próximo. Não era tanto! Mas dava para ir andando. Cheguei à noite e, no dia seguinte, saí às sete da manhã do hotel, para aproveitar todo meu curto tempo, três dias apenas, para a pesquisa. Fiz o caminho sob uma chuva fininha, pois havia marcado às sete e meia com a Sr³ Márcia Maria Moura Escher que ofereceu-se, gentilmente, para abrir a Casa mais cedo, só para que eu tivesse mais tempo para pesquisar.

Fiz o caminho pela Avenida Araguaia para chegar até a Rua 2, que já estava movimentada. O cruzamento com duas outras avenidas é perigoso para pedestres e um pensamento foi inevitável: que Pacheco e outros incentivadores e idealizadores da cidade de Goiânia não ficariam muito satisfeitos com o aspecto atual da cidade. Em meio a estas reflexões passei pela Casa de Altamiro sem me dar conta; as descrições de palacete, casarão, que eu havia lido e aquilo que criei na minha imaginação sobre a casa

¹²⁴ Residência onde Pacheco viveu até a morte, em 1996. Ele a construiu e doou, em testamento, para a Academia Goiana de Letras - AGL. Hoje funciona como um museu em sua homenagem, sendo utilizada pela - AGL para alguns eventos como, entre outros, lançamento de livros.

não encontraram correspondência com o que se apresentou diante de mim. Fiquei perdida por quase meia hora e as pessoas a quem pedi informação não sabiam o que era essa Casa de Altamiro, até que finalmente um dono de um estacionamento, que devia ter uns 55 anos de idade, deu-me a indicação correta e consegui chegar.

A Sr³ Márcia Escher, que já me aguardava há muito, recebeu-me em um quarto da casa transformado em escritório. Lá, mostrou-me um material e alguns livros que havia separado para mim, além de fornecer-me mais detalhes sobre o funcionamento da Casa.. Em seguida me mostrou toda a casa - aí sim, eu fui surpreendida pela riqueza de detalhes, pela qualidade e raridade dos acabamentos e do mobiliário que restou. Os móveis parecem ser de estilo inglês e todos os cômodos seguindo a mesma linha. A casa foi doada em testamento à Academia Goiana de Letras e, segundo a Sr³ Márcia Escher, tentou-se manter a ambientação conforme esta havia sido deixada por Pacheco. Era evidente que aquele espaço foi pensado com muita elaboração e, certamente, com ajuda de profissionais.

Começamos pelo primeiro andar onde havia o escritório com porta independente, ambiente de transição entre a privacidade da casa e as atividades públicas de seu dono, as paredes estavam decoradas com vários quadros de diplomas. Havia também um retrato feito a partir de uma fotografia que consta em sua biografia, escrita por Fleury (1981, p. 257). Neste retrato, Pacheco aparece já idoso e coberto de medalhas. Deixar-se fotografar assim, pode ter sido em função da formalidade exigida por alguma de suas muitas atividades públicas. Entretanto, considerei como uma escapada de sua modéstia, diversas vezes, reiterada por ele e seus amigos. A foto da mãe, D. Maria Genoveva, "aquela que o trouxe ao mundo, foi seu guia nas horas difíceis e lhe encheu de doçura a vida de homem solitário"(FLEURY,1981, p. 29), também faz parte do conjunto de mensagens que ele desejava informar a quem fosse recebido naquele espaço.

O que mais me intrigou foi um armário cheio de papéis, envelopes, recortes de jornais, que só no outro dia pude verificar melhor. A papelada ocupava três das quatro portas; um detalhe bastante curioso revelava ser a quarta porta falsa, o que me suscitou conjecturas a respeito. Ainda segundo a Sr³. Márcia Escher, o espaço podia e teria sido utilizado como esconderijo por seu tio Haroldo de Brito, que era jornalista e crítico literário, e por mais um grupo, durante o período da repressão militar de 64. A quarta porta do armário dava acesso a um cômodo, bem pequeno, onde funcionava uma farmácia; Pacheco costumava manipular alguns remédios.

Passamos à sala de visitas, muito ampla, com lustres imponentes, quadros e sofás de estilo. A sala de jantar, menor e mais simples, dá acesso ao subsolo onde localizavam-se a garagem, a adega e um quartinho que se liga a uma passagem secreta, atualmente lacrada, com um túnel que levaria a mais de um quarteirão de distância. Pacheco pensava na guerra quando construiu essa casa, por volta de 1945; as paredes, também, são mais largas do que as de uma construção comum.

Não pude deixar de pensar sobre o significado, para a minha pesquisa, dessa oportunidade de vasculhar a casa deste homem que tem povoado muito de meus pensamentos nos últimos tempos, por ser foco de interesse para meu estudo. Senti-me estranha, intrusa e, ao mesmo tempo, sem muita culpa achando que, pela disposição como algumas coisas foram deixadas, subjazia um desejo de que fossem mesmo, um dia, manipuladas e lidas por alguém interessada como eu.

A escada a caminho do segundo andar tem uma proteção em ferro com um desenho clássico muito bonito e imponente, que acaba por compor o visual da sala de visitas. Ao final do primeiro lance de escadas, a parede à esquerda de quem sobe foi decorada com uma coleção de fotografias, ampliadas e emolduradas em quadros, numa espécie de galeria.¹²⁵ Bem visível, numa posição que favorece a visão, estava, justamente, a foto onde evidencia-se o sutil empurrão em Israel Pinheiro, imagem que eu já havia escolhido para interpretar nesta pesquisa, por conter a narrativa da primeira visita de Juscelino Kubitschek^{1 6}

Cinco quartos e um grande espaço para circulação compõem esse segundo andar. O hall e mais três dos cinco quartos estão ocupados por estantes de madeira fechadas por vidros transparentes, deixando a mostra livros, muitos livros. Mais de dez mil, segundo o escritor Bernardo Elis¹²⁷, que ele deixava que fossem consultados apenas no local para "não passar pelo dissabor de ter que cobrar os livros de quem os esquecia de devolver." (FLEURY, 1981, p. 97). A exceção fica por conta de um desses armários, que é repleto

¹²⁵ Não consegui saber se essa galeria já existia ou se sob sua administração a Academia Goiana criou a montagem ou mesmo acrescentou algumas fotos.

¹²⁶ A discussão sobre esta fotografia está no capítulo 1 desta dissertação.

¹²⁷ "Empolgado por tudo quanto observou na casa do Dr Altamiro de Moura Pacheco, o escritor Bernardo Elis publicou no n° 5 da revista goiana LEIA AGORA, mês de fevereiro de 1973, bem lançado artigo com pequena biografia e excelentes comentários sobre vida, trabalhos e maneira de viver do "mais empedernido solteirão." (FLEURY, 1981, p. 89).

de lembranças de viagens, mostrando sua faceta de homem que conheceu o mundo. Entre dois desses quartos/biblioteca há porta de comunicação e mesas para estudo.

Os outros dois quartos tiveram sua ambientação mantida, o primeiro como quarto de hóspedes e o outro a suíte do próprio Pacheco. A suíte contém uma cama solteirão, denominação bem apropriada, no caso. Na parede, sobre a cabeceira, estão afixadas duas gravuras contendo uma jocosa charge em francês, mostrando a transformação da esposa em bruxa ao longo do casamento. O quarto tem ainda uma penteadeira, também no mesmo estilo, e uma cadeira de balanço. O banheiro, nas cores preto e branco, com uma espaçosa banheira, aliás, a quantidade de banheiros - a casa tem mais três banheiros o que era bastante incomum para as construções da época - serviu para minha constatação do gosto apurado do dono, certamente pelas viagens, através das quais, teve acesso a outras referências de conforto, digamos, arquitetônico.

Percorri toda a casa tentando captar informações sobre quem a havia ocupado pois segundo Goethe "...a casa é que fez os habitantes. Pois se um objeto inanimado é vivo, pode também gerar vida"(GOETHE apud MAFFESOLI, 2001, p. 52). Com esta descrição, espero ter dado idéia do interior da residência e depois museu "Casa de Altamiro" e do que este espaço me informou de concreto e de subjetivo sobre esse presidente da Comissão de Cooperação.

Após conhecer o interior da casa, comecei a verificar o material que estava no armário do escritório, aquele da porta falsa. Encontrei recortes de jornais, pastas de correspondências recebidas, fotografias e mapas, entre outros, ainda sem organização ou tratamento. Passei o resto do primeiro dia nesta atividade e metade do segundo também. O restante do tempo passei na biblioteca analisando a estante com livros sobre Brasília e os livros escritos pelo próprio Pacheco. No último dia, selecionei o material para ser copiado, tirei fotos e passei, na copiadora, o restante do período acompanhada, pacientemente, pela Sr³ Márcia Escher, que vigiava todo o meu trabalho e o dos técnicos, cuidando para que nada fosse danificado na documentação.

A parte externa da casa também foi objeto da minha atenção. Toda vez que saía e entrava observava o espaço que a circundava e refletia sobre as alterações que aquele mesmo espaço sofrerá. Com o crescimento da cidade, a casa teve que ser protegida por grades e, por ser uma casa de esquina, Avenida Araguaia com a Rua 2, está colada a esta

¹²⁸ O Sr Jefferson Meirelles, na primeira conversa que tivemos, descreveu-me que, em pleno processo das desapropriações, Pacheco se ausentou de Luziânia para fazer uma viagem ao exterior, dizendo que, para ele, essas viagens eram sagradas (conversa em 20/10/2005, anotações em caderno de campo).

movimentada avenida. Há um ponto de táxi na esquina e o quintal, na parte de trás da casa, é bem pequeno.

Contudo, nas minhas entradas e saídas, um painel muito significativo, à direita de quem entra, também captou a minha atenção. Trata-se de modelo de painel que eu já havia visto na identificação de mais dois locais em Goiânia: um na Academia Goiana de Letras (AGL) e outro, na Universidade Católica de Goiás. Segundo a Sr^a Márcia Escher, o painel da Casa de Altamiro foi idealizado pelo Professor José Fernandes, ex-presidente da Academia Goiana de Letras (AGL). Foi construído pelo artista Elifas Modesto Batista e inaugurado em 23 de Agosto de 2001, cinco anos após a morte de Pacheco.



Fiz esta foto e busquei esclarecimentos sobre símbolos que aí observei. Ao observá-la, mais detidamente, como tenho feito com imagens fotográficas ao longo deste trabalho, quis interpretá-las, desta vez, estabelecendo ligações com imagens literárias que encontrei nas narrativas escritas sobre Pacheco, especialmente, na biografia escrita por Fleury (1981).

O trabalho de Delgado (2003), sobre Cora Coralina, foi um estímulo para que eu tentasse construir tais vínculos interpretativos. Esta autora analisa como a poetisa Cora Coralina vai determinando como gostaria de ser lembrada, como constrói a *mulher monumento*, através de seus poemas e declarações feitas em entrevistas. Ou seja, como inventa a si mesma.

Tomo de empréstimo a idéia da monumentalização e a expressão, "núcleos de significados", que Delgado (2003, p. 294, grifos meus) utilizou em diálogo com Pollak:

Encerrando o livro inaugural, "Minha Infância (Freudiana)" constitui o primeiro poema publicado no qual Cora traça um doloroso auto-retrato, cujos traços foram esboçados em **fragmentos autobiográficos e são reforçados pela recorrência** em poesias e depoimentos. Junto com "Vintém de Cobre (Freudiana)", ele prenuncia o **trabalho de solidificação da memória** empreendido por Cora, pois contém **núcleos de significados** a partir dos quais a poeta vai **esculpir** Aninha. Nesse processo, como diria Pollak, "determinado número de elementos torna-se realidade, passa a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificar em função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala".

Pacheco, assim como a poetisa Cora Coralina, também interfere na forma como queria ser lembrado, à sua maneira, às vezes indiretamente. Este painel, idealizado postumamente, por seus pares da Academia Goiana de Letras (AGL) carrega o que considero uma síntese, onde estão contidos a maioria desses núcleos de significados que ele esculpiu durante a vida. Quais sejam, o de homem de ciência, sustentado pelos livros; o de patriota que ajudou na criação de Brasília; o de pecuarista, que gerava riquezas para si e para Goiás; o de escritor, representado pelo símbolo da AGL e o de defensor da ecologia, representado pela árvore estilizada no canto direito do painel. Creio que esses núcleos foram, ao longo do tempo, construídos por Pacheco e reforçados, de várias formas e por diversos meios. Enfim, eles são uma síntese da identidade/imagem que ele negociou, acessando sua memória na maturidade, escolhendo ser lembrado desta forma, e não de outra, como "homem monumento".

A sua biografia, cujo título já sugere significados considerados importantes para ele e sua biógrafa, *Altamiro de Moura Pacheco: responsabilidade como fator de uma vida proveitosa*, contém o correspondente ao painel em imagens literárias. Antes porém de descrever estas relações, apresento algumas considerações a respeito desta obra.

Segundo Reis (2002, p. 113), a biógrafa de Pacheco, Rosarita Fleury, era parenta e aoiniradora deste médico e, de acordo com informações obtidas por este autor junto a

Elizabeth Fleury, sua filha, foi o próprio Pacheco que escolheu Fleury para realizar sua biografia, disponibilizando a documentação existente e esclarecendo sobre os fatos não documentados. Ele próprio mandou editar o livro, portanto, penso poder tratar esta biografia como uma obra partilhada, na qual o biografado é um co-autor, e assim a considerarei para efeito de interpretação.

A estrutura do trabalho biográfico montado por Fleury (1981) também foi feita por temas seguindo a seguinte lógica:

1. A primeira parte começa com fotos - da casa da Av.Araguaia, da família e do pai com legendas que dizem apenas isto. Na página seguinte, uma pequena dedicatória a Pacheco em nome dela e do marido. O texto, propriamente, começa na pág 9, sob título "Altamiro". Ali, ela narra um período compreendido desde o seu nascimento até sua formatura em medicina, em 1933. A autora finaliza esta primeira parte com uma foto de página inteira de Altamiro, trajando uma beca.
2. A segunda parte foi intitulada "Um Pouco de Política". Aqui, esta autora, em apenas cinco páginas, narra desde seu primeiro cargo de Promotor Público de Silvânia- GO, em 1918, até a candidatura ao governo de Goiás em 1950, bem como, a recusa dele em ser candidato ao senado como vice na chapa de JK em 1961¹²⁹. Nesse tópico, ela fala muito das atividades empresariais e dos atos praticados por Pacheco para influenciar decisões política a favor de causas, como a melhoria da educação superior em Goiânia.
3. A terceira parte não existe delimitada no texto por um título, como as outras, mas como a mudança do tema é perceptível e poderia ter por título algo como "O Escritor". Esta terceira parte compreende, por sua vez, a maior parte do livro, indo da página 29 a 247, na qual a autora escreve muito pouco, mas parece querer deixar registradas opiniões de outras pessoas sobre aquilo que Pacheco escreveu. Ela vai citando a data em que cada um de seus livros foi escrito¹³⁰ e os telegramas que recebeu em

129 É dito textualmente que ele seria vice na chapa que JK encabeçaria para o Senado, fiquei na dúvida se a denominação mais correta não seria "suplente". Cumpre também registrar que JK foi eleito senador e cassado deste mandato pelos militares.

¹³⁰ Foram as seguintes publicações: 1967- Realidade e Ficção; 1968-Discursos, Civismo em Ação, Rochedo e Ferrolho; 1974 -Sonhando com Minha Terra e em 1977-Irmã Gema da Eucaristia..

resposta após ter, ele mesmo, os enviado a alguma pessoa ou instituição. Fleury cita também artigos publicados por instituições sobre estas publicações e comentários dos jornais sobre os lançamentos dos livros. Geralmente, o autor destas respostas e artigos citava alguns trechos da obra recebida e tudo foi reproduzido, ocupando páginas e páginas. Além dos livros, essa terceira parte da biografia contém o histórico do ingresso de Pacheco na Academia Goiana de Letras (AGL), desde a inscrição à vaga ao discurso de recepção¹³¹, discurso de agradecimento feito pelo novo acadêmico, acrescido do trabalho por ele escrito sobre o seu patrono.

4. A quarta e última parte desta biografia trata de assuntos gerais, na qual a autora reproduz parte do livro Deste Planalto Central: o histórico e o Pitoresco de José Dilermando Meirelles.¹³² Porém, Fleury (1981) não dá a este autor os devidos créditos, uma atitude sobre a qual não encontrei explicação até o momento. Suponho, no entanto, que ela pode ter decidido, na última hora, incluir o trecho e que obteve a anuência do seu biografado, amigo do autor. Nas últimas páginas, estão listas de doações, bem como, considerações finais da autora que conta como conheceu Pacheco e como a amizade, entre eles, foi sendo construída. Após a reprodução de correspondências recebidas por Pacheco, ela encerra o livro fazendo um resumo das qualidades de seu biografado.

Após apresentar, resumidamente, a estrutura e os aspectos que considerei importantes desta biografia, faço, a seguir, um cotejo de como ficaram evidenciados núcleos de significados nas imagens literárias do texto de Fleury (1981) e nas imagens do painel que fotografei. As imagens contidas em ambos são, por via indireta ou não, resultados da elaboração da memória do presidente da Comissão de Cooperação, nos quais: "[...] os núcleos recorrentes que perpassam os enredos estabelecem os marcos biográficos que se deseja perpetuar". (DELGADO, 2003, p. 302)

¹³¹ Discurso feito pelo acadêmico Alfredo Faria de Castro (FLEURY,op cit: 101a 106) em que consta uma biografia do Dr Altamiro, o que de praxe nesses discursos de recepção de um novo membro.

¹³² Publicado em 1978, pela editora Jorluz de Luziânia GO, com apresentação feita pelo próprio Altamiro Pacheco. O trecho incorporado por Fleury (1981) é idêntico ao que consta nas páginas 111a 17 do livro de Meireles (1978) com a diferença de ter suprimido as ilustrações jocosas, como as charges.



Creio que Pacheco aprovaria a forma como foram concebidos estes elementos do painel para apresentá-lo como homem de ciência, cheio de condecorações, tendo sob si grossos volumes de publicações que lembram compêndios de medicina e, à sua direita, um pergaminho sendo desenrolado, talvez numa referência aos seus dons de orador.

Este núcleo começa a ser esculpido na primeira parte da biografia com a seleção feita dos episódios da infância de Pacheco. Vejamos:

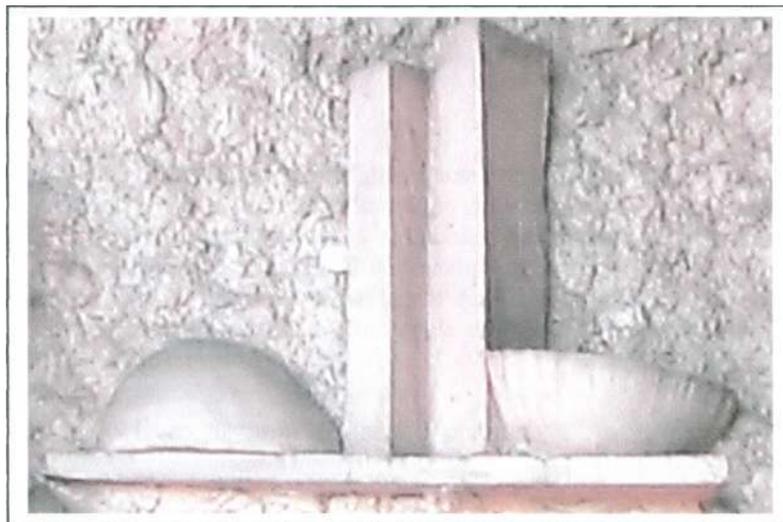
Em Bonfim a vida continuou em seu ritmo severo, porém promissor. As crianças desenvolviam-se normalmente e Altamiro o Primogênito, revelava-se observador criterioso já exigente com seu próprio conforto dentro do lar. Era bastante diferente das outras crianças. Não apreciava reuniões sociais, não colecionava amigos e não revelava predileção por qualquer brinquedo. **A solidão era sua constante companheira** e aos seis anos de idade, surpreendeu seus pais com um pedido estranho: gostaria de ter um quarto só pra si.(...) **Para Altamiro nada melhor que o silêncio. Era quando seus pensamentos falavam alto, se expandiam, tomavam formas quase concretas e, numa visão clara, mostravam-lhe os caminhos mais práticos de uma vida de sucessos.** (FLEURY, 1981, p. 1 lei2- grifos meus)

A solidão vinculada à sabedoria, à determinação e ao futuro interesse pelos estudos marcariam bem as características do empedernido garotinho de seis anos e isto foi considerado importante, por Pacheco e sua biógrafa, para a composição da personalidade do futuro do empedernido solteirão na definição do escritor Bernardo Elis. (apud Fleury 1981).

Nessa primeira parte, Fleury (1981) salienta também o fato de Pacheco ter deixado os estudos, quando o pai morreu, para trabalhar e ajudar a mãe a criar os irmãos, sem abster-se do esforço e da determinação de voltar a eles num futuro próximo. Para seguir nessa descrição de sua obstinação, esta biógrafa narra a luta para fazer o curso de medicina em Niterói, Rio de Janeiro, após ter se formado em farmácia em Goiás e já ser fazendeiro.

A conclusão desta parte da biografia é feita com a narrativa de como Pacheco se destacou na faculdade, as circunstâncias de sua escolha como orador, a liderança que exercia sobre os colegas e como, no período de residência médica, manteve um diagnóstico que já havia feito sobre uma paciente com gravidez tubária, mesmo diante da discordância de um professor. Fleury (1981, p. 20) relata que este mesmo professor, ao constatar que seu aluno é que estava correto, elogiou-o dizendo: "Parabéns pela segurança do diagnóstico, pelos conhecimentos revelados e, acima de tudo, pela atitude de homem, coisa rara nos dias de hoje".

Sua ligação com a criação de Brasília é valorizada na terceira e quarta partes da biografia, como um ponto culminante da mesma. No painel, aparece numa posição mais alta, a imagem do Congresso Nacional.



Creio que o destaque deste núcleo de significados, tanto na biografia como no painel, não se liga somente a um desejo geral de Pacheco em ver reconhecida sua participação na história da criação de Brasília. Há uma escolha, que não é gratuita, pelo poder legislativo, pela imagem da instituição de representação política da nação como um todo, o que pode estar relacionado a um projeto político mais amplo. Esta imagem do Congresso Nacional, é a que suscita, segundo a Sr³ Márcia Escher, maior curiosidade entre aqueles que visitam a casa, provocando perguntas sobre este o painel.

Com o passar do tempo, Pacheco pôde acompanhar Brasília em termos de manifestações de reconhecimento de sua beleza arquitetônica, com a agregação de valor a Brasília, expressa no seu tombamento como Patrimônio Cultural da Humanidade, entre outros. Enfim, pôde ver a realização de um desejo cultivado durante muito tempo por ele e os demais membros do grupo de Goiás. Há uma busca de reconhecimento de que ele, Pacheco, também teria contribuído, com seu "desprendimento" e "gratuitamente" na criação desse monumento-Brasília.

Em razão disto, muitas páginas de sua biografia foram ocupadas com textos referentes ao assunto, entre eles destaco a própria transcrição, na íntegra, de seu Relatório, o texto de Meirelles (1978), o discurso que fez à escola superior de Guerra do Brasil contendo um longo histórico do processo empreendido para a criação de Brasília valorizando, é claro, sua participação. Também uma matéria do jornalista J. Silva no periódico O Popular que o classifica como "um dos grandes generais da implantação de Brasília, a obra que imortalizou Juscelino Kubitschek"(apud FLEURY, 1981, p. 85) e o discurso de recepção proferido por Alfredo de Faria Castro em 16 de setembro de 1970, quando Pacheco ingressou na Academia Goiana de Letras. Transcrevo a seguir um trecho desse discurso (apud FLEURY, 1981, p. 104):

É de todos conhecido o desprendimento de nosso novo confrade, sem que no entanto muitos saibam ter ele exercido a título gratuito, o cargo de Presidente da CCPNCF. Nessa oportunidade a Comissão fez totalmente os estudos técnicos e jurídicos da área de 5800 quilômetros quadrados que integram o atual distrito federal, tendo adquirido terras que medem uma vez e meia a superfície da Estado da Guanabara, tudo pela exígua importância de trinta e poucos milhões de cruzeiros velhos [...]

Na terceira e maior parte do livro, temos "o grande pecuarista", que é descrito assim por Bernardo Elis (apud FLEURY, 1981, p. 91 e 92):

Fazendeiro desde a mais tenra idade e sempre interessado no progresso de Goiás em todo o sentido e de todas as formas fundou em 1941, a Sociedade Goiana de pecuária. Seria, em seu justo pensar, a maneira mais indicada de auxílio uma vez que na pecuária tinha Goiás sua principal fonte de renda. Realizou, então, ao ensejo o batismo cultural de Goiânia [...] a primeira exposição bovina, logo transformada em sucesso.[...]. De inteiro agrado lhe parecem todas as facetas da vida e o mesmo interesse demonstrado pela medicina - seu maior sonho - e os trabalhos dela advindos, revela ele agora, pela pecuária. Sua tese, publicada pelo opúsculo da Oriente-1972, mostra-nos um trabalho de grande valor, com pesquisa estatística e comentários, onde a prática e o bom senso foram guias seguros.



A forma como esse núcleo de significados aparece no painel transmite de imediato a idéia de que são muitas as cabeças de gado. O artista plástico conseguiu isto ao amontoar e sobrepor as figuras. Neste ponto, cabe uma reflexão de como a linguagem visual aí institui significados e parece buscar acesso direto à referências de um observador que se imagina, para transmitir essa mensagem desejada. Dentre os elementos do painel, os bois foram incorporados, certamente, para monumentalizar o Pacheco rico, pois muito boi seria sinônimo de muito dinheiro em Goiás, onde ainda há uma tradição, que se tenta perpetuar, de grupos dominantes pecuaristas. Para nativos, possível alvo deste painel, essa associação é feita, talvez, muito mais imediatamente do que para aqueles que procedem de outros lugares.

Nas narrativas escritas tanto por Bernardo Elis (apud FLEURY, 1981), como por Fleury (1981), que mostrarei a seguir, é reforçada a idéia de que, este homem rico que era Pacheco fazia um uso, digamos, justo dessa riqueza, principalmente em prol de Goiás e de Goiânia. Vejamos como a biógrafa procura construir esta imagem:

Aqui iniciou, com a cidade que nascia, uma vida de trabalhos, em que a comunidade seria maior beneficiada. Senão vejamos: Fundou o Instituto Médico-Cirúrgico de Goiânia, trazendo para aqui trabalhar, na época que faltavam grandes bisturis, o renomado cirurgião professor Ernani Faria Alves, permanecendo ele conosco dois anos. Fundou, em seguida, a Sociedade Goiana de Pecuária, o Banco Agro -Pecuário de Goiás S.A. (FLEURY, 1981, p. 24)



O destaque deste símbolo na posição central, sugestivamente, acima dos bois pode ter dois significados: a autopromoção da própria AGL ou que, para tornar-se escritor e ser reconhecido por este talento, Pacheco empenhou-se e fez investimentos de várias ordens.

Fleury (1981) assim irá narrar a entrada de Pacheco no ramo literário:

Como dissemos folha atrás, em 1954 Altamiro vendeu a Dr. Francisco Ludovico de Almeida Neto o Instituto Medico Cirúrgico de Goiânia. A medicina - sonho maior de sua vida-já não lhe parecia tão encantadora e alguns desencantos, dela advindos, machucaram sua sensibilidade, resultando daí seu afastamento da área médica. Seria apenas fazendeiro. Era, no entanto, muito moço para satisfazer-se tão somente com suas terras de gado. Sua inteligência e energia exigiam mais. De há tempos uma idéia o perseguia com obstinação. Quem sabe? Dono de acentuado gosto pelos bons livros, mveterado leitor e possuindo rica biblioteca, não podia deixar de ser assim: escreveria. (FLEURY, 1981, p. 28)

Os livros vão sendo citados de acordo com a ordem cronológica em que foram escritos. Não consegui nada sobre a tiragem dessas edições, mas penso que este escritor não atingiu grande público. Contudo, essa nova atividade parece tê-lo inserido no meio literário e, de alguma forma, ele pode vivenciar essa identidade de escritor como desejava.

Ao visitar a Casa de Altamiro, tive acesso a uma pasta muito organizada com várias correspondências recebidas e expedidas por Pacheco. Tratavam-se de convites que tinham, em anexo, os pedidos desculpas por ele enviados quando não pôde comparecer ao compromisso em questão. Nesta pasta, também havia propostas que recebeu de imobiliárias para fazer empreendimentos em seus terrenos e outros tipos de reivindicações com as respectivas respostas em anexo. Atentei principalmente para os pedidos de dinheiro feitos pela AGL e pela Academia Feminina Letras e Artes de Goiás, recebidos por Pacheco. Com relação à Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, anotei em meu caderno de campo, os pedidos que foram encaminhados a Pacheco por sua presidente, Rosarita Fleury, todos eles concedidos (em 1984, para pagar o condomínio e nos anos de 1984, 86, 88 para publicação de sua revista).

Infelizmente, não pude, como gostaria, dedicar-me a buscar esses núcleos de significados nos livros que Pacheco escreveu já na maturidade, pois estes não estavam disponíveis para minha leitura. Só tive acesso aos mesmos na Casa de Altamiro, onde existem vários exemplares de cada título. Todavia, os mesmos não puderam ser disponibilizados para minha pesquisa, por comporem o acervo da casa.^{13j}

¹³³ Não me senti á vontade para pedir para fazer cópia das obras literárias. Gostaria de poder ter lido especialmente Civismo em Ação, escrito em 1968, contendo seus discursos feitos para a campanha de 1950 ao governo de Goiás, que disputou e perdeu para Pedro Ludovico. Os comentários sobre este livro, reitos por várias pessoas, foram registrados por sua biógrafa e a tônica dos mesmos gira em torno da idéia de que Pacheco foi totalmente ético na campanha não atacando jamais o oponente, assunto que abordo a seguir.



O último elemento do painel, a árvore, faria parte do núcleo de significado do Altamiro ecologista. Creio que, na época da feitura da biografia, este núcleo não estava, ainda, definido claramente nesse projeto biográfico de Pacheco. A inclusão no painel pareceu-me mais idéia de seus pares da Academia Goiana de Letras (AGL) em função de atos seus, como a doação de uma fazenda para a criação de um Parque Estadual em área próxima à Goiânia, para ser o "pulmão" desta cidade.

As imagens literárias, da extensa biografia, excedem as do painel e ainda assim não revelam muitos aspectos da vida de Pacheco, principalmente aqueles relativos a suas atividades políticas e à sua vida sentimental. Faço a seguir um exercício de tentar compreender essa omissão, ao menos, em relação ao primeiro.

Esperava encontrar detalhes destas atividades políticas, na segunda parte da biografia cujo título é "Um pouco de política" e, no entanto, tive a impressão que ali houve a intenção de ocultar e não de revelar. Pareceu-me que a biógrafa, vigiada por Pacheco, devia abordar o tema, entretanto, dizendo o mínimo possível e, ao mesmo tempo, procurando mostrar que, das disputas das quais ele participou, não restaram mágoas. Assim, como afirma Delgado (2003, p. 326) "aquilo que é declarado vale mais para questionarmos o que é silenciado", foi nesta perspectiva que analisei as poucas informações sobre estes aspectos de sua vida.

A descrição incompleta¹³⁴ da disputa ao governo do estado de Goiás, que Pacheco perdeu para Pedro Ludovico, revela como, apesar de ter vivido sempre próximo à política, Pacheco, aparentemente, não queria ser vinculado à ela. Cito a seguir um trecho de outro autor para mostrar como a política deve ter sido incômoda e desconfortável para Pacheco. Trata-se de um trecho da entrevista do jornalista Eliezer José Penna¹³⁵, concedida a Reis (2002, p. 195):

¹³⁴ Ela aborda o tema da eleição em apenas um parágrafo, cuja estruturação é de difícil entendimento.

¹³⁵ Além de jornalista do jornal *O Popular*, tendo, nessa função, acompanhado as ações de Pacheco como presidente da Comissão de Cooperação, Eliezer José Penna, entre outros cargos, foi deputado estadual, secretário de estado e, como poeta e escritor, entrou para a Academia Goiana de Letras-AGL, onde conviveu novamente com Pacheco.

[...] Quando foi meio dia, Altamiro pediu para encerrar o comício. Dr Altamiro disse: " Pode encerrar o comício, é que nos já temos que ir para outra cidade, no Município de Posse e lá esta marcado para chegar (...) 13:00 horas". Eles disseram: Mas Dr. Altamiro, não pode ser, o pessoal daqui fizeram um churrasco, mataram várias vacas e já esta cheio de gente. O senhor não vai lá nem cumprimentar, comer um pedacinho de carne depois ir? Ele falou: "Não, eu sou de uma pontualidade britânica, vocês não me conhecem..." Dali, ele foi. Foi um escândalo para a cidade. E uma gozação por parte do pessoal da oposição. Então ele foi embora para outra cidade. E quando saiu o resultado eleitoral desse município, foram poucos votos. [...] ele mandou um telegrama perguntando, afinal, porque o resultado tinha sido tão negativo para ele naquela cidade. Aí o prefeito adversário, mandou uma carta para ele, falando: "Candidato britânico, deve ser candidato na Inglaterra, não aqui...". E eu tenho isso publicado.[...]

Gostaria de salientar, a respeito da atividade política de Pacheco que saio, desta pesquisa, com mais inquietações do que entrei. Na seletiva produção autobiográfica elaborada por ele através de Fleury (1981) não obtive alguns dos esclarecimentos que buscava. Refiro-me, especificamente, a uma dúvida sobre seu nível de envolvimento com a União Democrática Nacional (UDN). Seria o presidente da Comissão de Cooperação um prócer deste partido como afirmou Marques (2005)? Ou seria ele um apartidário como afirmou Bueno (1990)? Busquei estes esclarecimentos com o intuito de compreender melhor como ele exercia sua participação no que denominei grupo de Goiás.

Outro aspecto de sua vida política, e ao mesmo tempo familiar, sobre o qual me pareceu haver algum interdito, foi uma omissão inicial de que era primo do deputado Americano do Brazil. Esta informação não consta na primeira parte do livro, quando a autora narra como se tornaram sócios em uma farmácia. No entanto, já na terceira parte, tive a impressão de que isto lhe escapa. A esta altura da narrativa de Fleury (1981), é reproduzida uma biografia que Pacheco escreveu sobre a irmã de Americano do Brazil, na qual, em vários momentos, afirma que a religiosa é sua prima e aborda questões da família. A razão que suponho ter existido para a omissão deste parentesco com um deputado, seria a de não permitir a possibilidade de que pudesse parecer que Pacheco, em algum momento, beneficiou-se das relações que possuía com aquele ilustre parente.

Ao final desta análise das relações interpretativas que construo por meio de associações entre imagens escritas fornecidas na sua biografia e as visuais contidas no painel, elaborado em sua homenagem, de forma a "monumentalizar" sua existência, concluo que ambas foram feitas dentro de um projeto biográfico que intencionava compor a identidade que ele desejava ver perpetuada. Isto a partir de valores que Pacheco considerava importantes, já na maturidade, no seu "outono fecundo", conforme

expressão do jornalista José Silva (apud FLEURY, 1981, p. 85) ao referir-se a Pacheco. Ter participado da criação de Brasília foi crucial na construção dessa idéia de fecundidade nesta fase da vida, diante dele mesmo e de seus pares.

4.4 NÃO ERA UM TRABALHO PARA SER FEITO EM GABINETE. . .

Quando pensei em relatar o que foi a ação da Comissão de Cooperação, imediatamente, veio-me à mente a entusiasmada narrativa que o Sr. Jefferson Meirelles fez, do alto de seus 80 anos, sobre sua experiência de participar e acompanhar a mesma. Ele me revelou lembranças de um tempo que ficou na sua memória com cores de aventura e alegria que ele acha importante valorizar. Tempos em que Luziânia foi, sem dúvida, sacudida pelos ventos que prenunciavam Brasília. Vejamos como narra o dia da chegada da Comissão de Cooperação:

[...] Ah, isso, um dia, um domingo, domingo do espírito santo, que é a maior festa religiosa nossa, eu acabei de almoçar e saímos, eu minha esposa e dois filhos, pra fazer uma visita pra minha irmã que mora daqui uns duzentos metros à frente da minha casa. E, quando eu estava na Praça da Matriz, eu encontrei uma pessoa que, a mando de meu pai, tinha dito que era pra eu ir pro cartório que a comissão tinha chegado [...] e eles já queriam pegar uns documentos das escrituras, uns processos de divisão de inventário pra dar início nos trabalhos. E foi num dia de domingo, de forma que quando nós chegamos lá, segunda-feira, eles já tavam em atividade, o pessoal [...].

E continuou:

Segunda-feira nós fomos fazer uma visita pra eles. Tava o Doutor Altamiro Pacheco, o Segismundo Mello, o Jofre Mozart Parada, o Arquelau Augusto Gonzaga e o Doutor Altamiro. E lá fizeram um blocozinho. Meu pai e o Benedito Araújo Melo foram conversar com o Altamiro, e eu vi o Arquelau lá, o jeito dele, eu falei: "aquele bloco ali está prometendo mais" [...] E, mais conversando alto, nós tava conversando até perto da porta, quando chegou um camponês, um senhor aí da zona rural chegou e falou: "o senhor não quer comprar um porco não?" Aí, o Arquelau falou assim: "não, nós aqui ninguém tá querendo não, mas aquele velho de costa virada ali, ele tava procurando um porco, pode entrar". O coitado do matuto foi lá. Chegou e [Pacheco] falou "não, não, não senhor, não senhor". Aí, passou uma olhada pro Arquelau, ele já sabia, né, quem era. Agora ele [Pacheco] era de uma linha impecável, dava onze horas eles pá (gesto de fechar um livro) pegava "está na hora do pessoal almoçar", aí a gente dizia "não, não". E o Dr. Altamiro: "nós vamos ficar aqui uns três meses, se todo dia tirar meia hora, vinte minutos, trinta minutos deles, isso não é brincadeira não". [...] Ele falava para o pessoal dele lá, que tinha muito: "ó doutor mais essa escritura aqui a gente podia..." [E ele respondia:] "não, não podia não, pára ela, deixa pra depois do almoço, essa hora sagrada deles, eles não são obrigado a trabalhar".

(Entrevista em 20/12/2005)

O Sr. Jefferson Meirelles viu o movimento do cartório de seu pai aumentar, e como não teve terras desapropriadas, achou tudo muito positivo. A predisposição em colaborar com aquela comissão no que fosse preciso, também se estendeu, senão para toda a comunidade, pelo menos para uma parte da dela, aquela composta pelos políticos e pela intelectualidade de Luziânia, mesmo aqueles com terras desapropriadas. Lembrei novamente do advogado e escritor Dilermado Meirelles¹³⁶ para mostrar como isto ocorria mais concretamente.

Ele estudou fora, suponho que compartilhou vivências com filhos de outras famílias de Goiás e inteirou-se dos assuntos sobre a vinda da capital para a região, que passou a compreender e ajudar a divulgar. Com a chegada da Comissão de Cooperação, oferece ajuda efetiva à mesma, motivado por valores que, lembrando Thompson (1984), compunham uma certa economia moral que começara a ser estruturada desde a geração de seus pais.

A materialização desta predisposição em colaborar também pode ser constatada pela instauração, em Luziânia e Formosa, da Comissão Municipal de Cooperação para Mudança da Capital Federal(CMCMCF), cuja finalidade era "cooperar em todos os sentidos com os poderes constituídos para a mudança da capital federal para o Planalto Central de Goiás". (GUIMARÃES, 1956).

Outro lado, mais pragmático, desta vontade de ajudar mostrou-se também presente: acompanhar de perto o trabalho da Comissão de Cooperação significava saber o que acontecia, participar de alguma decisão e negociar alguma vantagem para pessoas e grupos deste município, entre outros, quanto a valores a serem pagos¹³⁷.

As duas comissões municipais foram instauradas em datas próximas, a de Luziânia em 13 de fevereiro de-1956 e a de Formosa em 16 de fevereiro de 1956. Creio que, devido à proximidade destas datas, deve ter havido comunicação prévia entre os idealizadores destas duas comissões municipais. O perfil para ser membro era definido assim: "pessoas que pela sua projeção, capacidade e reconhecido espírito público possam concorrer para melhor cumprimento das finalidades previstas[...]"¹³⁸

¹³⁶ Sua família era proprietária da fazenda Saia Velha desapropriada pela Comissão de Cooperação.(PACHECO, 1975, p. 140)

¹³⁷Vejam os como foi redigido um item do artigo 1º que institui a CMCMCF de Formosa: "propor ao Governo do Estado e da república quaisquer providências que se julguem necessárias ao aceleramento da mudança e bem como o acautelamento dos direitos e dos interesses dos Municípios sujeitos à desapropriação "(GUIMARÃES, 1956).

¹³⁸ Trecho do parágrafo único do decreto nº 87-A de 16/02/1956 da Prefeitura do Município de Formosa, sob administração do Prefeito Pedro Monteiro Guimarães, criando a Comissão Local de Cooperação. (GUIMARÃES, 1956).

Não consegui verificar se em Planaltina, um dos três municípios com terras ocupadas pelo *novo* Distrito Federal, houve a criação de uma comissão dessa natureza. Não consegui, da mesma forma, saber muito a respeito de ações concretas dessas comissões¹³⁹. Consegui apenas que o Sr. Jefferson Meirelles fizesse observações sobre a atuação da Comissão Municipal de Luziânia da qual, inclusive, seu pai, Delfino Meirelles, era membro. Ele me informou que esta comissão teve a função, apenas de recepcionar, "até porque não tinha muita coisa pra fazer não [...] Comissão que importava mesmo era do Altamiro, que vinha aí, né? O resto é resto."(Entrevista em 20/12/2005).

Sinto que é necessário me referir às tentativas que se fizeram, nos relatos que ouvi, de retratar o clima amistoso no qual foi recebida a Comissão de Cooperação. Gostaria de deixar que o Sr. Jefferson Meirelles narrasse uma serenata feita pelos luzianos para os membros da mesma, instalados na prédio da futura maternidade de Luziânia, que os abrigaria, durante muito tempo, em suas atividades. Nesta parte da entrevista, ele cantou e gesticulou, imitando a forma de tocar os instrumentos. Emocionou-se e emocionou a mim também, pois me fez reviver a Luziânia de 1956, onde se desfrutava de uma vida cultural, com festas regadas a músicos de boa formação, que animavam bailes e faziam belas serenatas, nada que eu pudesse associar a um sertão desabitado, expressão que tantas vezes encontrei adjetivando esta região. Vamos ao relato:

[...] Ah, teve um baile aqui na casa de um senhor muito conceituado, chamado José Rodrigues dos Reis, tinha o apelido de Jucá da Ponte, que morava do lado da ponte que tem no rio Corumbá, que vai pra Vianópolis. Naquele tempo, as festa era feita em casa e nós fomos no tal do baile lá. Foi meu pai, tinha um irmão meu, foi um bocado de músico. Meu pai tocava também, meu irmão tocava violão muito bem. Tinha um amigo meu, o José Carneiro Filho que foi até prefeito aqui, tocava muito bem clarineta e tinha o meu irmão, com mais, o caçula, que inclusive, já morreu, que tocava qualquer coisa, saxofone, clarineta, qualquer instrumento que desse pra ele, tocava e bem. Ele era quase um gênio como músico viu! E terminou, lá pra lá, 2, 3 horas da madrugada, já de manhã, aí meu pai falou: "gente vamos fazer uma serenata pra comissão? e de um modo especial pro Doutor Altamiro?" - "Ah vamos!

O Zé Carneiro, ele tinha bebido, tava meio alto e falou: "ô Lúcio, meu irmão, você toca uma valsa lá?", Eu toco sim, aí ele falou: "ô aí [inaudível] você acompanha no violão, eu não tô bom não". E aí nós fomos. E o meu pai falou:

Só soube que existiram estas comissões ao realizar a última entrevista com um descendente de desapropriados. Foi em Luziânia, com o Sr Rubens Rodrigues. Depois de encerrada a gravação de sua entrevista insistiu que seu pai, Juventino Rodrigues (dono de partes das Fazendas Taguatinga e Vicente Pires), tinha sido um colaborador de Altamiro Pacheco. Nesta mesma ida a Luziânia, fui também à Casa de Cultura e, num painel, com uma cronologia dos principais acontecimentos históricos da cidade, uma pequena nota citava a criação da referida Comissão Municipal.

"Jefferson você sabe aonde é que é o quarto do Altamiro?" "Eu sei. E o último lá em cima".

Tava fazendo calor, esse vitreaux basculante tava aberto, aí antes meu pai falou: "o que você vai cantar lá?" Aí o Lúcio falou: "não vou contar o nome da música que eu não sei, num caçoa não, porque vocês não vão acreditar. Eu vou tocar uma valsa lá [que se chama] 'E há muita gente por aí que sabe', é uma valsa de Vicente Celestino. E muito bonita, ela é muito lenta, isso pra solo de clarineta vai derrubar esse hospital aqui".

E ele era bom mesmo, chegou e tocou. E falou pro meu irmão, "eu quero um acompanhamento simples, você não vê um acorde, nada de florear o coisa, é só marcando compasso, a música bonita é assim, não é o violão, que deve sobressair não, quem vai solar é o clarinetista". Aí tocou. Na hora que terminou, o Doutor Altamiro (barulho de palmas), lá dentro tava no vitreaux, falou: "meu Deus do céu, pensei que ia morrer sem ver uma coisa tão bonita como essa, faz sempre, faz sempre disso".

Inclusive, no outro dia, ele [perguntou]: "que valsa é aquela, sô Delfino?" Aí, meu pai falou: "Ah! aquilo é meu filho, o caçula lá que tocou, ele diz que é a valsa de Vicente Celestino 'E há muita gente por aí que sabe'. Eu nunca... O doutor é mais ou menos assim [Seu Jefferson canta]: 'e há muita gente por aí que sabe que eu gosto muito, muito de você, embora nosso amor vai se acabar, espero que ainda há de voltar...'. E muito bonita. E vem depois assim: '...a noite há gente por aí que ainda sabe, que eu gosto muito, muito de você'. Ela acaba muito macia. E o Altamiro ficou vibrando com a serenata. Hoje a gente não vê isso mais, né?"

(Entrevista em 20/12/2005)

Este narrador, depois do enlevo da serenata, vai nos levar a uma outra situação de sua experiência junto à Comissão de Cooperação. O que ele me relatou fez com eu pudesse efetivamente entender aquilo que o jurista Domingos Juliano quis dizer ao afirmar, conforme consta no relatório que enviou a Pacheco, e que este último reproduziu ao redigir o seu Relatório (1975): "engana-se quem pensa que poderá ser em gabinetes a longa distância [...] não haverá oportunidade de devaneios judiciais, não será jamais uma passeata de bacharéis" (PACHECO, 1975, p. 143). O Sr. Jefferson Meirelles desta vez é o protagonista.

[...] E foi [em] 56 [...] eu tinha 24 anos [...]. O Altamiro falou: "ó tem um Jipe do Estado aí e, vocês vão nele. Olha, é o seguinte, se arranjar dois camburões pra levar gasolina, que é longe. E vamos entrar numa buraqueira, tem que andar devagar, esse jipe vai beber aí um litro de gasolina a cada 2, 3 quilômetros de um certo trecho lá. Nós temos até [que] passar num lugar pantaneiro lá, numas veredas", porque Taguatinga era quase só vereda. Aí, fomos. Chegamos no local, o rapaz que a conhecia tava lá esperando. Até aqui nós tamo certo, aqui agora é na sola do sapato. Eu já tinha preparado, tinha arrumado um calçado adequado pra não machucar o pé, aí apanhei o livro e, nós fomos. Aí chegamos, entramos pelo mato, ainda andamos assim uns 50 metros dentro do mato, mato grande tinha árvore dessa grossura assim. Chegamos. O homem tava lá, nós vimos uma fumacinha.

Chegou, [a] barba tava mais grande que a barba do Moisés e o rapaz falou assim: "ó seu Teodoro, ó, esse pessoal aqui é do cartório lá de Luziânia e eles vieram aqui pra conversar com o senhor". Ele "ah! Pois não, vamo senta". Ele lavrou, uma árvore grande lá né, um tronco de árvore, ele lavrou ele assim fez um banco. E aí nós sentamos. "Ó seu Teodoro, eu vou

conversar com o senhor tudo direitinho, o senhor tinha uma terra lá na Taguatinga?

Ele falou: "ah lá era toda minha, Taguatinga". **"E o senhor vendeu isso Seu Teodoro?"** "Eu vendi pra o Chico, o Chico Rabelo". "Francisco Rabelo?" "É". E eu falei: "e ele ainda tem essa terra até hoje?" Ele falou: "não, eu fiquei sabendo ele vendeu pra seu Dito Paiva e Jove Rodrigues". Eu falei: "ó seu Teodoro, o Jove e o Dito Paiva, tão vendendo essa terra pro Estado. E você sabe que eles vão plantar a capital aqui né?". Eu tava conversando numa linguagem que... "Vai, sei, é, vai mudar a capital". Aí eu falei: "Jorge e Dito vendeu. Agora eles querem saber é se o senhor tava vivo ainda, porque tem oito anos que o senhor deu a procuração e por lei se o senhor já tivesse morrido a procuração não tinha valor. Ele falou: "não, não tô vivo aqui, tô bô". [...]

E eu falei: "pra fazer isso o senhor tem que assinar uma confirmação". Num vou falar ratificação não, ele não sabe o que é que é isso. Aí, falou: "pode fazer o documento, o senhor já fez?" "Não senhor, vou fazer aqui". Sentei e lá botei o livro assim no colo, escrevi o negócio e aí viemos embora. E, no outro dia, tirei a cópia: "aqui rapaziada, se é esse o problema". Eu joguei a coisa. Foi assim e o doutor Altamiro: "Seu Jefferson quanto que o senhor vai cobrar?" "Doutor vamos fazer o seguinte, o senhor junta lá com o doutor Arquelau, com o doutor Marcelo, o Jofre, e veja lá, vocês me dão aquilo que vocês acha que vale, porque eu não vou cobrar como pelo do regimento".[...] Acabou no fim acertando, pagaram tudo, pagaram a diligência [...].

(Entrevista em 20/12/ 2005, grifos meus)

Para que essa narrativa se torne ainda mais rica, penso ser interessante acrescentar detalhes deste episódio que me foram narrados pelo Sr. Jefferson Meirelles antes de gravarmos a entrevista. Ele contou como achou um rapaz que tinha uma pista de onde encontrar o Seu Teodoro, único herdeiro da fazenda Taguatinga, cujas terras a Comissão de Cooperação precisava desapropriar. Falou-me sobre a dúvida se Seu Teodoro era louco, sobre as conjecturas se seria ou não seguro fazer uma diligência para ir até ele, sobre a recusa dos juristas de gabinete de irem ter com o ermitão e ratificar a procuração que possibilitaria a continuação da transação de compra da fazenda. Enfim, do dilema que a Comissão de Cooperação viveu entre o preciosismo jurídico, defendido pelo Dr. Marcelo Caetano, que dizia que isto tinha que ser feito, e a dificuldade de se conseguir tal documento. Penso que houve outras situações em não se pôde obter solução ideal e como isto deve ter gerado frustrações para técnicos jurídicos da Comissão de Cooperação.

Esta experiência aqui relatada, que teve um caráter excepcional, revelou-me muito do cotidiano da empreitada aceita por Pacheco e seus auxiliares da Comissão de Cooperação. Quanto a esse aspecto, constato a validade do que diz Darnton (1986, p.XV) a respeito de como o extraordinário pode ser revelador: "se queremos entender [...] precisamos começar com a idéia de captar a diferença".

Na tentativa de captar experiências no cotidiano daqueles trabalhos de desapropriação, ao remexer na papelada ainda não organizada, durante minha visita à Casa de Altamiro, encontrei papéis avulsos, com mensagens casuais que pareciam vindos direto de 1956, para minhas mãos, em resposta aos meus interesses. Algumas foram escritas em papel timbrado da Comissão de Cooperação. A maioria era escrita à mão por Pacheco, ou pelo engenheiro Joffre Mozart Parada. Eram recados rápidos, e após manusear tais papéis, resolvi tirar cópia dos mesmos, devido à materialidade fornecida por eles ao meu objeto de estudo.

Algumas destas mensagens eram um tipo de autorização para que se fornecesse algo à Comissão. Elas não variavam muito, eis um exemplo: "Ao posto S. Luzia" no cabeçalho; "Queira fornecer à caminhonete do Dr. Joffre Parada 25 litros de gasolina" no corpo do texto; data "20-06-56"; assinatura "Altamiro Pacheco(Presidente da C.C.p.M.C.F)".

Complementado esse quadro cotidiano achei interessante o trecho que Jefferson Meirelles informa sobre a contratação da cozinheira:

[...] eles ficaram instalados lá no hospital, que o hospital tinha sido construído, era de São Vicente na época, o hospital, bem diferente do que é hoje, né? Um quinto, sexto, décimo. E eles, porque lá tinha salas grandes, aquelas salas de cirurgia enorme, ficava muito bom pra eles colocar aqueles cavaletes deles lá com coisa... Aqueles mapas enorme que tinha que colocar. E tinha os quartos. Podia hospedar lá umas sessenta pessoas se fosse preciso. Eles eram, talvez, uns cinco ou seis. Tinha cozinha. Tinha a Tuta, que foi cozinhar. [...] Filha de uma lavadeira de roupa de minha mãe. E Dona Benedita, que depois passou a ser cozinheira do Juscelino lá no Catetinho. Cozinhou pra ele, Juscelino [...].

(Entrevista em 20/12/2005)

Encontrei uma lista de compra, provavelmente, montada pela cozinheira D. Tuta e enviada anexa, quando uma Venda (mercadinho de hoje) da cidade fez a entrega da mercadoria no hospital: no cabeçalho vinha "para a Comissão de Cooperação"; os 25 itens discriminados com os respectivos preços e uma observação no final do proprietário da Venda: "Recebi a importância supra". A título de curiosidade, vejamos alguns dos itens de consumo da Comissão Cooperação e o valor:

1. 5 Kilos de café -CR\$-200,00;
2. 5 Kilos de feijão— CR\$-50,00;
3. 5 Kilos maçã tomate - CR\$- 40,00;
4. 5 cxs goiabada - CR\$-150,00;
5. 5 quadros saponacio - CR\$- 20,00;
6. lata de cera parafina oxido de ferro - CR\$-62,00;
7. 3 queijos - CR\$-60,00;
8. 1 caçarola com 5200Kg - CR\$-115,00;
9. 1 s.de assucar 60k - CR\$-760,00 e
10. 5 s. de sal de 1 kilo - CR\$- 30,00.

Comparando os preços dá para perceber o alto valor do café e do açúcar, talvez por virem de fora, em relação ao feijão. Fiquei ainda pensando na causa de comprarem goiabada a um preço, comparativamente alto, ao invés de consumirem o que hoje se considera a marmelada local.

Dois outros bilhetes entre estes papéis avulsos chamaram-me a atenção. Desta vez datilografados, imagino, pelo próprio Pacheco. Eles também estavam carregados daquele cotidiano, de variadas preocupações que eu, a princípio, não imaginava que fizessem parte do trabalho desta comissão. O primeiro, intitulado "Lembretes", continha a seguinte inscrição: "Dr. Ernesto Silva-Avenida Presidente Wilson, 210 Sala 307- Rio". Na seqüência: "Laureano Pereira¹⁴ ' guarda-campo de Luziânia, dispensado a 23-05- 56- impossível ser readmitido por falta de verba"; e ainda: "Catulino José Vaz - proprietário da Fazenda Palma reside em Anápolis". Eram doze lembretes no total e não havia nenhuma data.

O segundo papel tinha como título: "Programa Para o Filme da Nova Capital". Também, sem data, continha 9 itens, vejamos alguns: 'item 2. Reunião Dos Técnicos Do Ministério Da Agricultura *Qá* filmada). [...] item 5. TERRITÓRIO DO NOVO DISTRITO FEDERAL - a)Vistas do Sitio da Nova Capital; b) Vistas da Fazenda Gama; c)Vistas de uma Fazenda da região; d)Aspectos geográficos da região;e)trabalhos da Comissão de Cooperação.[...] 9. Comércio E Indústria Da Região - a) tecelagem de Anápolis; b) Aspectos da vida comercial de Anápolis e Goiânia.

Penso tratar-se de Luciano Pereira, não Laureano, que foi guarda-campo na pista próxima ao Catetinho e depois cuidou do mesmo por muitos anos.

Não consegui saber se este filme foi realizado. A proposta de roteiro é semelhante a de um filme sobre a Comissão Polli Coelho, de 1947¹⁴¹, cujo objetivo era fazer propaganda de Goiás, enquanto mostrava a visita feita por essa comissão à essa região. O filme mostra Anápolis como um pólo industrial, fala de energia elétrica, mostra a Fazenda do Dr. Hosanah em Planaltina com seus cavalos de raça. Há, ainda, no filme, um narrador in off e, de acordo com Nunes (2005, p. 52 a 58), uso de recursos que caracterizariam, mais tarde, os cine-jornais do período da construção de Brasília. Talvez, em 1947, Pacheco possuísse algum envolvimento com a Comissão Polli Coelho ou talvez este seja um possível roteiro para outro filme.

Fez parte do cotidiano da Comissão de Cooperação receber pessoas e pareceu-me que Pacheco, em determinado momento, assumiu o papel de anfitrião nesta área na qual estava trabalhando. Organizou comentários sobre essas visitas num item denominado "Visitantes Ilustres"(PACHECO, 1975, p. 91 a 94), inicialmente enviados ao então governador de Goiás, Jucá Ludovico. Vale recordar que foi esta postura de anfitrião, por ele assumida, que fez com que entrasse, digamos, em rota de colisão com o que considere como grupo Minas-Rio, conforme argumentei no capítulo 1.

Vejamos um trecho de como Pacheco (1975, p. 91 a 94, grifos meus) lista os *Visitantes Ilustres*:

[...]Senador **Coimbra Bueno, batalhador e entusiasta da idéia mudancista, a 31-5-56**"[...]; No dia 3-8-56, recebemos uma parte da caravana de técnicos do Ministério da Agricultura, que, no dia seguinte, se completou com outros elementos em companhia do dr Ernesto Silva, Presidente da Comissão de Construção e Mudança da Capital Federal. Integram a ilustre comitiva:[cita os]3 componentes e seus cargo] [...] daqui [de Goiânia] voltei ao Planalto, a 6-8-56, acompanhando o Sr. Ministro do Trabalho, Dr. Persival Barroso e sua grande Comitiva, sobrevoando a cachoeira do Paranauá, Gama e Cachoeira Saia Velha¹⁴²

Resolvi destacar o nome de Bueno, pois, citado desta maneira, denota um reconhecimento de sua atuação por parte de Pacheco. Exatamente em um momento em que o grupo que denominei como de Goiás parece estar fortalecendo seus elos, em função da vinda da capital federal, com a superação de diferenças partidárias.

¹⁴¹ Filme feito pela Filmografia de Arno Voigt, cujo título é: Planalto Goiano - Futuro Distrito Federal em 1947 (provavelmente).

¹⁴² Essa visita foi filmada e compôs um cine-jornal que faz parte da série *As Primeiras Imagens de Brasília* do acervo do Arquivo Público do DF

As desapropriações foram, gradativamente, expostas em três cartas-relatório enviadas a Jucá Ludovico.¹⁴³ Na primeira, há o registro de um grupo de nove grandes fazendas, cuja soma das suas áreas totalizava 15.867,69 alqueires desapropriados já em junho de 1956. As fazendas Bananal e Vicente Pires, que fazem parte do recorte escolhido para esta minha pesquisa, estão nesta primeira lista, que no Relatório de Pacheco aparece sob o título "Aquisições Já Feitas". (PACHECO, 1975, p. 121).

Na segunda carta-relatório consta outra listagem, entregue ao governador Jucá Ludovico em novembro de 1956. Nesta carta, 33 (trinta e três) fazendas já aparecem separadas de acordo com as áreas a qual pertenciam, em relação aos municípios de Luziânia, Planaltina e Formosa.¹⁴⁴

A terceira listagem de fazendas foi entregue em setembro de 1958. Nela são citadas quarenta e sete fazendas com área total de 39.843,637 alqueires. Esta última lista foi prestação de contas final de Pacheco ao governador Jucá Ludovico. A carta-relatório que a acompanha é extensa e engloba quatro relatórios, sendo três da equipe jurídica da Comissão, respectivamente elaborados por Domingos Juliano de Luziânia¹⁴⁵, Arquelau Gonzaga de Planaltina e Eduardo Henrique de Sousa Filho de Formosa e um relatório técnico elaborado pelo engenheiro Joffre Mozart Parada.

Pacheco (1975, p. 132), antes de apresentar, na íntegra, o que escreveram estes quatro colaboradores, neste encerramento de sua participação, assim refere-se ao documento que estava entregando ao governador:

- a) a apuração e exame jurídico dos documentos referentes a todos os imóveis encontrados na área de, aproximadamente, 5800 quilômetros quadrados (ou sejam 118.159,151 alqueires geométricos), de que se constitui o Novo distrito Federal de Brasília;
- b) a relação nominal de todas as fazendas com as respectivas áreas e limites;
- c) o cadastro e a respectiva planta-índice de todos os imóveis primitivos abrangidos pela área do Novo Distrito Federal,

¹⁴³ A primeira carta não aparece datada, mas faz referência ao relatório parcial de 8/6/56, e registra o que foi considerado importante desde a chegada da Comissão à Luziânia até à aquisição da Fazenda Gama na data de 7/6/56. A segunda carta também sem data registra providências e aquisições entre junho e novembro de 1956 e o relatório foi entregue a 30/11/56 e a terceira e última foi em 30/9/58.

¹⁴⁴ Não fica claro, entretanto, o número de alqueires desapropriados. Entretanto, podemos afirmar que, até outubro de 1956, haviam sido desapropriados 25.000 alqueires, conforme foi informado ao presidente JK na época. (PACHECO, 1975, p. 95).

¹⁴⁵ Citei trecho deste relatório no item 1 deste capítulo.

definidos através da documentação jurídica com histórico a partir dos registros paroquiais, das folhas cartográficas, em escala de 1:125.000, etc;

d) a relação completa das fazendas adquiridas por compra amigável, no decorrer da última fase dos trabalhos;

e) a soma, discriminação e comprovantes das despesas efetuadas, e, finalmente;

f) alguns esclarecimentos que se fazem necessários para melhor compreensão do que até aqui se realizou e que, parece-nos, serão úteis ou mesmo imprescindíveis como base em que deve apoiar-se a desapropriação judicial.

Pacheco declarou que, a partir daquele momento não acreditava mais ser possível continuar as desapropriações amigáveis, devido ao andamento acelerado das obras da construção da cidade. Sugeriu que se tentasse a aquisição extra-judicial, ou seja, a permuta entre propriedades que ocupavam o Distrito com terras devolutas ou outras de propriedade do Estado.

O início das obras da construção de Brasília é visto por ele como algo responsável por dificultar o processo de desapropriação, pois gerou uma valorização dos imóveis, do ponto de vista de interesses econômico-sociais imediatos. Fez ainda uma observação relativa às "inúmeras permutas combinadas que não se realizaram porque o Departamento de Terras e Colonização lamentavelmente não se dignou atender-nos". (PACHECO, 1975, p. 133). Sobre o porquê da decisão deste departamento de não apoiar as permutas, ele não dá maiores explicações e conclui aconselhando, enfaticamente, que não se adie a desapropriação judicial.

Nestas últimas atitudes e opiniões de Pacheco percebe-se a necessidade de isentar-se de algumas responsabilidades e nelas estão as causas que explicam algumas declarações de Bueno (1990), que apresento logo adiante. Estas evidenciam novamente como surgiam divisões internas no grupo de Goiás, pois Bueno responsabiliza-o pela não conclusão das desapropriações de toda a área do *novo* Distrito Federal. Conseqüentemente pelos problemas resultantes disto.

Nestes trechos finais do Relatório de Pacheco, percebi uma certa melancolia bastante diferente das descrições que ele fez dos anos de 1956 e 1957. Ele preparou o

texto para ser publicado em 1975, com o objetivo de valorizar sua participação na criação de Brasília.

Ao fazer essa interpretação pensei, novamente, em uma questão que me acompanha nesta pesquisa o tempo inteiro: o que teria, realmente, determinado que Pacheco se afastasse dos trabalhos dando um fim sem despedidas à ação da Comissão de Cooperação? Ou seja, uma despedida bem mais distante do entusiasmo da sua instauração? O que obtive foram mais alguns elementos, para ampliar minhas questões-problema como o fato de que a saída de Pacheco não implicou, necessariamente, em encerramento da Comissão.

O primeiro elemento que encontrei, no próprio Relatório (1975), foi que Pacheco saiu da presidência dessa comissão devido a problemas de saúde. Quando enviou a segunda carta-relatório a Jucá Ludovico, em 30 de novembro de 1956, fez um pedido de demissão irrevogável "não só em face do ponto de vista por mim expedido a V. Exa., como pela notória precariedade do meu estado de saúde". (PACHECO, 1975, p. 131). Em resposta a este pedido de demissão, o governador Jucá Ludovico, tendo em vista demovê-lo desta decisão, resolveu articular a realização da cerimônia de transmissão das escrituras no Palácio do Catete. Não tive como saber que outras estratégias este governador utilizou com esta finalidade. Entretanto, na sua carta seguinte, Pacheco já fala da criação dos escritórios para os três municípios, sugerindo que seria uma alternativa para aliviar a sua própria carga de trabalho, o que facilitaria sua permanência no cargo, mesmo com a saúde debilitada. Por fim, ele permanece no cargo por mais um ano e meio, ao que parece, seu estado de saúde não foi totalmente impeditivo.

O segundo elemento foi fornecido pelo Sr. Jefferson Meirelles, ao me garantir que Pacheco agia em função de uma procuração¹⁴⁶ que havia exigido do governador Jucá Ludovico quando este lhe ofereceu a presidência dessa comissão:

[...] E depois, lá no [cartório], tinha o momento ali de descontração, a gente ia tomar um cafezinho. Então, a gente ia jogar conversa fora, né? Largava aquele negócio de comissão pra um lado. Aí, ele contou que, quando ele, Altamiro, foi convidado pelo governador José Ludovico de Almeida, que ele impôs 'olha eu vou, só se for com poderes absolutos, que eu não admito ninguém ficar: "faz isso aqui, faz aquilo outro não". Aí que o governador falou: "então vai no cartório, dá uma minuta pra eles da procuração e fala que horas que eu passo lá e assino". [...] E [Altamiro Pacheco] disse que [o governador] assinou [e que] não quis nem ver em que base."

(Entrevista em 20/12/2005)

¹⁴⁶ A procuração foi transcrita integralmente no Relatório de Pacheco (1975, p.88).

Isto como condição para aceitação do cargo de presidente da comissão. Dessa maneira, quando não quisesse mais fazer uso da procuração, bastava parar, simplesmente, sem necessidade de nenhum ato de encerramento formal.

O terceiro elemento encontrei na seguinte fala de Bueno (1990, p 21 e 22, grifos meus):

[...] E nós seguimos esse camarada, esse sujeito que nós botamos lá, que eu botei, que eles acham que foram os outros, isso não vem ao caso, nem vou citar nome por isso. Botei porque eu tinha confiança do Juscelino. Ele não olhou pra partido, botou o camarada certo no lugar certo. Pois bem, ele conseguiu mais ou menos 60%, graças a atuação. Mas lá pelas tantas, o **homem sus... ele, excelente pessoa, sujeito com grandes qualidades, um grande médico, tudo o que você quiser, self made man, sei lá o quê. Mas o Juscelino é um sujeito meio avoadado. Cê sabe que o Juscelino resolvia tudo na hora assim. Eu não sei o que que ele arranhou lá que se indispôs com o Juscelino por questão de vaidade, eu sempre atribui a isso.** Se indispôs e não sei o que lá, um dia em vez de me falar, eu vivia paparicando, arranjei tudo, porque dei tudo mastigado, dei plena confiança a ele. Mas ele em vez de me falar, ele renuncia, cai fora, dá umas entrevistas lá contra o Juscelino, eu sei lá o quê, cai fora do negócio e bota, um juiz, um desembargador ou coisa que o valha.[...] **Sorte quando eu vi, nós estávamos fazendo aquelas trocas, quase pronto, todos os processos pronto e aí vem o pessoal também os interessados de fora, ficaram ali doidos pra fazer negócios lá em Brasília.** Então eles começaram, botaram um juiz, o juiz, com toda razão, o desembargador aposentado, toda razão, tem que fazer de acordo com aquelas norminhas, bota lá, no ano 2000 sai, vai sair. Parou praticamente, o dinheiro ficou no banco, os preços foram subindo, e lá nós conseguimos na época uns 60%. Depois disso veio o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, compraram áreas grandes, foi aumentando o percentual, mas até hoje existe área privada dentro do Distrito Federal.

O Senador Bueno deixa claro seu desapontamento com Pacheco e, talvez, tenha resolvido não mencionar-lhe o nome pensando em evitar conflitos ou um desmentido, pois Pacheco ainda estava vivo quando ele concedeu esta entrevista em 1990.

Essa outra possibilidade de que Pacheco teria se indisposto com Juscelino Kubitschek e por isso deixado o trabalho das desapropriações está ausente no que pesquisei. Ao contrário, observei em tudo que li, de seus escritos, uma necessidade de elogiar e mostrar-se próximo deste presidente.

4.5 PACHECO e SILVA-BUENO e PINHEIRO

Para completar o mosaico sobre a ação da Comissão de Cooperação que propus-me a elaborar, preciso retomar uma peça já utilizada, que neste momento contribuirá,

com colorido e graça na composição do seu desenho, embora não muito para a harmonia do mesmo. Trata-se da disputa de poder entre os dois grupos que, conforme explicitado anteriormente, ainda no primeiro capítulo desta dissertação, considero como grupo de Goiás e como grupo Minas-Rio no espaço onde Brasília começava a se materializar como cidade-capital.

Para ajudar no exercício de interpretar tal disputa, dialoguei com autores que discutem a questão da identidade. Mais especificamente, aproximo-me de Hall (2004, p. 20), quando fala do "jogo das identidades". Esse conflito, mesmo contingencial, me ajudou-me a entender e achar sentidos, nas circunstâncias que estavam circunscritas ao meu objeto de pesquisa. Autores preocupados com esse tema defendem ser mais fácil compreender um contexto se o observarmos pela via da diferença e das posições contrárias. Vale, a propósito, citar Hall (1997 apud WOODWARD, 2000, p. 17) quando afirma ser "necessário analisar a relação entre cultura e significado. Só podemos compreender os significados envolvidos nesses sistemas se tivermos alguma idéia sobre quais posições-de-sujeito eles produzem[...]".

No capítulo 1, também, interpretei esses conflitos através de uma série fotográfica da primeira visita de JK à área onde Brasília surgia, no dia 2 de outubro de 1956. Essas fotografias despertaram interesse por se relacionarem ao trabalho da Comissão de Cooperação. Elas foram ganhando sentido à medida que eu avançava nesta pesquisa, isto me fazia compreender como cada vez mais claros aqueles conflitos entre dois grupos por mim percebidos ao longo desse processo.

De um lado o grupo Minas-Rio se fortalece, com a entrada de alguns fortes representantes de Minas Gerais, como Israel Pinheiro, à medida que o processo da construção de Brasília andava; e, do outro, o grupo de Goiás perdia espaço enquanto isso ocorria.

Na documentação que Pacheco guardou, consegui garimpar elementos para imaginar mais alguns desses conflitos, além dos já apontados, envolvendo estes dois grupos.

O grupo de Goiás, pelo visto, não se conformava em simplesmente sair de cena, em não interferir em mais nada do que ia ser decidido com relação à capital federal, depois de ter batalhado tanto para que a capital fosse confirmada em seu território. Como esse tema chamou minha atenção, desde o início desta pesquisa, ao longo do tempo, foram inúmeras as vezes em que, nas pequenas coisas, percebi aspectos dessa

animosidade e dessa disputa. A seguir abordo duas situações que me mobilizaram para esta questão.

A primeira foi a reação que teve o Sr Jefferson Meirelles diante da minha pergunta sobre onde estariam os documentos originais das fazendas da região de Luziânia, se nos cartórios locais, ou se tinham sido transferidos para a sede da TERRACAP, como me havia dito o seu ex-diretor Dr. José Gomes Pinheiro Neto. A resposta de que o certo era a documentação ficar nos cartórios - que seria crime, se tivesse sido retirada - acompanhada do gestual e de um tom de voz alterado, deu-me a dimensão de como essa superposição de autoridades foi sentida, nesse caso, como invasão e interferência na autonomia e nos poderes, dos cartórios dos municípios que abrigaram Brasília.

Um segundo caso que cabe nesta linha de interpretação, foi construído a partir do momento em que encontrei, na Casa de Altamiro, um mapa (anexo 3) cujo título é: "DISTRITO FEDERAL - Área Destinada à Construção da Nova Capital do Brasil", e sub-título: "Com as riquezas naturais e suas possibilidades econômicas - decreto 480 de 30-IV-1955". Havia nele detalhadas sugestões de destinação das áreas para as mais diversas atividades, que o grupo por mim denominado como de Goiás possivelmente imaginava que deviam existir nesta capital federal.

Neste mapa, para cada área do Distrito Federal, foi sugerida uma destinação através dos desenhos. Em área próxima de onde foram criadas as cidades do Gama e Santa Maria, há um desenho de chaminés e fumaça sugerindo indústrias para aquele local. Perto dos limites da área demarcada para o distrito federal, vê-se desenhos de soldados armados. Próximo ao Rio Paranoá (sem o lago), aparece um desenho que lembra uma nave espacial com a sugestão para a "Sede do Município". Várias outras informações aparecem espalhadas em volta do retângulo, a mais destacada é "colaboração do Governo do Exmo. Sr. Dr. José Ludovico de Almeida sendo Presidente da República o Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubistchek de Oliveira".

Depois de examinar esse mapa, tão cuidadosamente preparado, fiquei imaginando o momento em que esse grupo de Goiás poderia ter tido oportunidade de mostrá-lo aos representantes do grupo Minas-Rio para, posteriormente, sentir decepção, ao constatar que nada daquilo que havia sido então sugerido foi levado em conta.

Como já deixei claro, anteriormente, considere o dia da possível primeira visita de Juscelino Kubitschek como emblemático para esta disputa entre esses dois grupos. Para Pacheco, aquele dia foi significativo pelos desdobramentos por mim interpretados,

na (re)elaboração de tal situação, em sua memória biográfica. Entretanto, analisando um pouco mais a relação entre ele e Silva, posso supor que, durante o tempo no qual se cruzavam pelo mesmo espaço, não há indícios de maiores conflitos. Cheguei a esta hipótese através de algumas pistas deixadas por Pacheco, quais sejam: aquele registro casual de "Lembretes", citado acima; o endereço e o telefone de Silva anotados, que fizeram-me inferir que talvez Pacheco precisasse deles rotineiramente. E, ainda, o relato das vezes que o recepcionou, e até o hospedou em Luziânia.(PACHECO,1975, p. 93).

Sou levada a pensar que a parceria que Juscelino Kubitschek determinou que ocorresse entre Pacheco e Silva, líderes de duas comissões¹⁴⁷ importantes naquele momento de 1956, tenha funcionado satisfatoriamente, ainda que por pouco tempo

Entre 1956 e a revolta expressa por Pacheco, no seu artigo ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, em 1975, aconteceu um encontro, na vida dos dois, que merece ser mencionado. Foi a homenagem a Pacheco feita pelo Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal(IHGDF), em maio de 1968, através de um convite para ser agraciado com ordem do mérito do Marechal José Pessoa, no grau de Comendador. Pude constatar isto, ao encontrar o convite, na pasta de correspondências, na Casa de Altamiro. Não encontrei a cópia da resposta, conforme ele costumava deixar anexado, mas um diploma, emoldurado na parede do segundo andar de sua casa, demonstrou-me que Pacheco aceitou este convite. Na época, o presidente do IHGDF era justamente Silva . Com homenagem e tudo, Pacheco não irá desistir de defenestrar a imagem de Silva.

Provavelmente, Pacheco tinha a necessidade de travar esta disputa meio unilateral com Silva, para ter garantias de que sua participação na história da criação de Brasília não correria riscos de ser maculada. Ser reconhecido por isso, como expus anteriormente, era o maior orgulho de sua biografia, pois ele fazia questão, como tantos outros, do cadinho de eternidade a ser garantido por ter participado dessa história.

O mesmo aconteceu com o senador Bueno, membro poderoso e reforço fundamental para o grupo de Goiás. Este senador, também deixou transparecer que queria ser reconhecido por sua longa participação na criação de Brasília. Por este motivo amplo, um pouco, minha consideração sobre esse conflito, incluindo o seu ponto de vista. Vejamos suas palavras, ainda na seqüência do momento em que lamentou a saída

¹⁴⁷ Refiro-me ao momento, registrado no capítulo 1, em que Juscelino nomeou Silva para substituir o Marechal Pessoa, na direção da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal.

¹⁴⁸ Procurei registro disso no IHGDF e encontrei um livro-ata da reunião, de 18/04/1968, em que se decidiram quais seriam os agraciados. Além de Pacheco também foram homenageados Oscar Niemayer, Lúcio Costa, Íris Meyberg, Israel Pinheiro, Jucá Ludovico, entre outros.

de Pacheco da presidência da Comissão de Cooperação sem que houvesse concluído as desapropriações:

[...]Que que podia fazer? Compreende? Agora o quê que os peruas entraram? **Os goianos foram afastados dali. Uns se afastaram, outros foram afastados, entrou uns galarotes¹⁴⁹, na maior parte de Belo Horizonte**, a fazer tudo quanto é par de questões. Pegaram aqueles processos, ia atrás dos fazendeiros, o resultado: hoje tá em que estado tá. Eu, se tivesse força de governo no Brasil, eu botaria todo mundo fora do Distrito Federal porque aquilo é terra pública.

E continuou;

[...] o governo federal até hoje não cumpriu o seu dever de comprar, adquirir a totalidade das áreas do Distrito Federal. Que seja ao menos propriedade pública. Ele aluga, ele arrenda, bota por 90 anos, faz o que quiser, mas aquilo é propriedade pública. Agora não vale nada eu falar. É o juiz esperneando. Mas foi um acidente. Se esse camarada tivesse ficado lá, agüentado, tivesse um pouco de paciência, nós teríamos isso prontinho hoje.

(BUENO, 1990, p. 23, grifos meus).

Mas, da mesma forma como fez Pacheco, este senador prefere dirigir suas baterias a um desafeto específico, sempre poupando Juscelino Kubitschek. O desafeto em questão, alçado à condição de seu opositor, foi Israel Pinheiro. Observemos o trecho retirado do momento da fala, na qual ele quis mostrar como esteve, o tempo todo, influenciando o presidente Juscelino Kubitschek nas decisões a respeito de Brasília (assunto já abordado no capítulo 2):

[...] Israel Pinheiro, quem colocou Israel Pinheiro, eu posso dizer isso, fomos nós que os colocamos lá, que o Juscelino nos ofereceu posição com aquelas duas condições. Nós não aceitando, ele disse o seguinte: "Então eu vou botar Israel Pinheiro." E ele me disse a mim mesmo: "Vocês vão atrás de Israel, com jeito porque ele é muito estourado e você preparem, passe tudo pra ele, todos os relatórios." Eu fui membro de comissão e escolha de capital, tinha uma verdadeira biblioteca disso. Entreguei tudo ao senhor Israel Pinheiro. Israel Pinheiro escondia aquilo e não deixou, ele chegou a buscar todas as vias pra deixar nos relatórios e nós não temos cópias. O Israel era uma coisa tremenda, agora, era um grande homem, um sujeito capaz, eu acho que ele era honesto, como o Juscelino também era, um sujeito honesto, correto, tinha espírito público, mas era mineiro. Mineiro é de amargar. Mineiro sabe levar as pessoas [...].

Em um trecho adiante:

[...] Agora, o Israel, nós tivemos um bom cuidado, colocamos tudo à disposição dele, estive no apartamento dele aí. E fizemos exatamente o que o Juscelino nos pediu. "Vocês não me mandem, preparem, dê isso pro Israel,

Termo usado em Portugal para designar o frango em processo de crescimento.

não diz nem que falou comigo nem nada. Cês preparem isso aí como um serviço que vão prestar pra Brasília." Eu prestei. Colaborei com o Israel. Israel tirava o corpo de toda forma, que ele queria e é humano, é a vaidade humana, é um negócio tão grande, sujeito quer sempre aparecer sozinho. E você sabe que é o espírito, brasileiro de uma maneira geral e muitíssimo mineiros. Por que o mineiro, sabe, é o jeitinho do Brasil e dos mineiros, mineiro sabe dá jeitinho mesmo. Olha, durante toda a República Velha, o destino de Goiás foi carregar pedra pra Minas Gerais. E colava tudo assim: todos os assuntos orçamentários, tudo o mais, Minas, não, como é? Minas e Goiás. Goiás entrava com o nome e (incomp.), ficava com a verba.

(BUENO, 1990, p. 25)

Bueno (1990, p. 25) afirmou ainda que acompanhou a construção de Brasília passo a passo, critica erros de engenharia que não foram observados por Israel Pinheiro, mas que não adiantou apontá-los, pois "protesto junto ao Israel não valia nada. Ele não respeitava ninguém, não respeitava senador nem coisa nenhuma"[...]. O tom destes comentários, e de outros que não cabe citar, são fortes e se Israel tomasse conhecimento protestaria. Concluo, então, que ter feito estas declarações após o mesmo já haver falecido, desde 1976, foi mais tranqüilo para este senador e coerente com outra fala sua que considero a seguir.

Nesta mesma entrevista, onde Bueno aborda a questão de seu desejo de reconhecimento, por ter contribuído para a existência de Brasília, percebi que tanto ele como Pacheco, assim como outros desse grupo por mim denominado como de Goiás, temiam e pressentiam que o mesmo não acontecesse. Daí a necessidade de registros recheados com tons de ressentimento, para dizer que os outros - os que denominei como grupo Minas-Rio - não fizeram tanto assim, que não fizeram tudo. E, que não deveriam ser somente eles os merecedores da glória de terem eternamente seus nomes ligados a Brasília. Vejamos como este sentimento está presente, nesta outra fala de Bueno que, na tentativa de ocultar, acaba por revelar muitos ressentimentos:

Hoje há uma propaganda muito grande porque se Brasília é uma obra que empolgou todo mundo, tornou-se então, **como toda obra feita tem muito dono, eu resolvi não disputar**. Agora, eu como declarei já aqui, eu tenho, eu e meu irmão, temos que ser gratíssimos a dois estadistas, digamos, um de Goiás e outro do Brasil, o Pedro Ludovico Teixeira e o Juscelino Kubitschek. Esse deixe, nos deixaram, eu vou dar até pra você aí um exemplar, eles nos deixaram, dois decretos, um estadual e outro federal. Eu acho que é mais do que bastante. **Eu não preciso mais de propaganda, não preciso de coisa nenhuma, basta o sujeito e depois quando a gente morre parece que cai uma cortina, talvez de compreensões e de bom entendimento. É melhor que eles me julguem depois que eu for pro outro mundo do que enquanto eu estiver aqui, sujeito a brigas, e briga eu não gosto**. Eles me deixaram dois decretos definitivos, não precisa acrescentar mais nada. Quando eles vieram fazer as interpretações todas, o que ele deixou escrito ali, tanto num caso como no outro é bastante. Não

preciso provar a ninguém que, o que nós devemos a... a tudo e o que Brasília e Goiânia devem a nossa atuação, tá registrado pelo Juscelino e pelo Pedro Ludovico. O que que eu queria mais? Que que eu podia querer de mais?"

(BUENO, 1990, p. 29, grifos meus)

Tentando uma resposta a este senador, eu diria que ele, assim como Pacheco iriam querer ter mais visibilidade na cena histórica da criação de Brasília. Eles gostariam, também, de terem sido personagens do enredo da Mini-série JK, apresentada, com muita audiência, pela Rede Globo de Televisão de janeiro a março de 2006. Creio que gostariam ao menos do destaque que teve o Toniquinho de Jatui. Acompanhei esses capítulos, esperando ansiosamente para ver se o grupo de Goiás estaria lá de alguma forma. E não, ele não apareceu. Não caiu ainda a cortina e o reconhecimento ainda não foi desta vez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A regularização de terras no Distrito Federal é um problema que afeta grande parte de seus moradores e tem mostrado ser de difícil solução. Tais terras foram, desde o início da construção de Brasília, ocupadas ininterruptamente por migrantes num movimento crescente que recrudescer a partir da década de 1980. Elas são controladas pelo poder público e consideradas por alguns como "terras de todos e de ninguém" e "junta-se ainda o fato de a base econômica de Brasília estar ancorada na produção de um único bem, a terra, que, associada à habitação e infra-estrutura, constitui seu maior fator de atração. [...]" (STEINBERGER, 2003, p. 226),

As terras do Distrito Federal dividem-se em quatro categorias de propriedade (terras de particulares, terras da União, do governo do Distrito Federal e as em situação mista). Um número crescente de pessoas e grupos ocupa áreas fora do planejamento original (de forma legal e ilegal) que se enquadram nestas quatro categorias, o que configura um quadro problemático, desafiador para as instituições que deveriam e/ou têm de apresentar medidas para negociar conflitos e administrar soluções. O grande número de instituições envolvidas nesses processos pode nos fornecer uma medida da complexidade dos mesmos. A TERR AC AP, representando o governo local, é responsável por legalizar a situação da venda de terras através de licitações; a Gerência Regional de Patrimônio da União cuida das terras de propriedade federal e tenta resolver as ocupações irregulares das mesmas, através da venda direta aos ocupantes; o Ministério Público do Distrito Federal ocupa-se em assegurar a legalidade da documentação¹⁵⁰. E, ainda, podem-se assinalar órgãos do governo do Distrito Federal encarregados de preservar o meio ambiente (Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Conselho de Meio Ambiente e Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais); o Comitê Gestor de Regularização Fundiária (composto por representantes do governo local e federal), a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, o Instituto do Patrimônio Histórico e Ambiental, o Tribunal de Contas da União, dentre outros.

Existem ainda instituições não governamentais, das quais destaco a Federação dos Condomínios Horizontais do DF, a Associação Morar Legal e a Federação de

¹⁵⁰ Terras pertencentes à União são griladas e vendidas como particulares com falsificação de documentos. Até a Polícia Federal é chamada a atuar em alguns casos. Segundo Campos (2003) existiam, em outubro de 2003, 38 loteamentos com pendências judiciais para definir a propriedade das terras.

Trabalhadores na Agricultura Familiar, cujos representantes invadiram a Fazenda Chapadinha de propriedade particular em 2004. E, depois de acompanhar pela imprensa, durante algum tempo, o desenrolar de vários casos de tentativas de resolução de problemas quanto à regularização de terras, percebo que as soluções são demoradas, às vezes retrocedem e não satisfazem a todos os envolvidos.

Esta situação do presente é repleta dos "agoras" de situações passadas, que remontam há muito tempo atrás. Localizo neste passado, especialmente, um momento iniciado em 1955, quando a Comissão de Cooperação para Mudança da Nova Capital começou a atuar. Sobre esta, direcionei minha atenção durante a realização desta pesquisa, cujos resultados aqui considero.

Neste recorte espaço-temporal por mim elaborado, que envolve presente, passado e futuro, há inúmeros elementos para compreender desdobramentos decorrentes da ação desta comissão, soluções propostas e outros problemas assim gerados. Creio ter abordado alguns destes, que foram importantes para meu entendimento e para interpretações que construí. Outros esperam por outros estudiosos interessados neste tema.

As decisões sobre desapropriação (ou confisco) das terras que abrigariam a capital federal envolveram, de forma decisiva, interesses cultivados por gerações de políticos do estado de Goiás, que lutaram pela vinda desta capital para seu território. Nesta luta encontraram, por parte dos governos federais que se sucediam, desde 1889, às vezes oposição e muitas vezes desinteresse. Para fazer frente a isto, tais grupos, defensores de interesses locais, irão desenvolver estratégias e diversos ardis para conseguirem o sonhado objetivo.

Enquanto sonho, para resolver problemas concretos, este desejo de que a capital viesse para Goiás vai ter o poder de envolver e seduzir outros grupos da população. Ousei pensar que este desejo se tornou, para alguns, até mesmo um valor passível de ser cultivado e transmitido entre gerações. Assim, vão sendo criadas condições para a chegada desta capital. Deixar as terras liberadas, para que isto se efetive, revelou-se uma providência importante e urgente, em função da ameaça representada pelo grupo que denominei como Minas-Rio, em prol da transferência da capital para o território de outro estado.

Parte dos proprietários das terras de Goiás que irão ser desapropriadas podem ser incluídos em grupos acima referidos. A desapropriação destas terras vai ser vivida com mais ou menos revolta e sofrimento, conforme a relação dos proprietários com as terras

que possuíam. Em minha experiência de pesquisa, conforme demonstrei, deparei-me com situações muito distintas e constatei que houve revolta quando as terras eram percebidas como um legado histórico-cultural, recebido dos pais e a ser transmitido aos filhos. Para alguns, esta seria uma estratégia de busca e manutenção de poder. Nesses casos, a negociação com os representantes da Comissão de Cooperação não ocorria com a rapidez e facilidade desejadas por seus idealizadores e executores. Em outros, prevaleciam interesses econômico-sociais imediatos com a perspectiva da terra como valor de troca. E ainda que nem sempre desapropriação e/ou perda de terras tenha significado enfraquecimento ou perda definitiva de poder; este pôde se recompor através de cargos de exercício de atividades político-administrativas e também de cargos eletivos.

A tarefa dessa comissão envolvia o levantamento da documentação de cada fazenda - muitas vezes com falhas, lacunas e pendências, desde tempos muito antigos - e o convencimento para que seus donos fizessem acordos para uma desapropriação amigável. Este processo demandava tempo e, enquanto isso, foram iniciadas as obras da construção de Brasília gerando, à medida que avançavam, pressão inflacionária e especulativa quanto ao valor dessas terras. Ou seja, o tempo não contava a favor das atividades da Comissão de Cooperação.

No ambiente em que ocorriam, simultaneamente, ações dessa comissão e os trabalhos da NOVACAP, engendraram-se conflitos. Estes, ainda que muitas vezes fossem velados, envolviam Pacheco, o presidente dessa comissão, que liderava suas atividades de maneira personalista. Desta maneira, quando ele, em 1958, desiste do cargo, há uma interrupção, naqueles moldes, das atividades de desapropriação.

Ser reconhecido, porém, como sujeito da história da criação de Brasília foi um dos maiores investimentos que, depois, ele próprio fez em sua memória biográfica para perpetuar um projeto de identidade. Como tantos outros, tal como o senador Bueno, fazia questão do cadinho de eternidade a ser garantido por ter participado desta história.

Acredito que foi embora com ele a possibilidade, ainda que remota, de unificar a situação das terras do Distrito Federal, tornando-as todas propriedade da União. Por outro lado, até hoje, resultados dos trabalhos dessa comissão são usados por instituições do governo do Distrito Federal para dirimir questões fundiárias.

Pacheco encontrou justificativas para sua atitude, mas esta frustrou a ele próprio, ao grupo que denominei como grupo de Goiás, do qual fazia parte, e mesmo àquele que

considerarei como grupo Minas-Rio, o qual havia perdido a disputa pelo local onde seria construída a *nova* capital federal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. Os Mortos de Sobrecasacas. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. Sentimento do Mundo. São Paulo: Record, 1999.

BACHELARD, Gaston. O Direito de Sonhar. São Paulo: Difel, 1985.

BAKHTIN, Mikail. A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimentos contexto de Francois Rabelais. 4 ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora UnB, 1999.

BARBOSA, Lima Sobrinho. Hipólito da Costa: pioneiro da independência do Brasil. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand/ Verano Editora, 1996.

BATELLI, João Luiz Vallin. Casa Velha: uma proposta de recuperação. Projeto de restauração da casa sede da Fazenda do Gama. Brasília: Edição do Autor, 1996 (versões preliminar e definitiva apresentadas à presidência do IHGDF).

BENEDICT, Anderson. Nação e Consciência Nacional. São Paulo: Ática, 1983.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 91-107. (Obras Escolhidas, v. 1).

_____. A imagem de Proust. In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 36-49. (Obras Escolhidas, v.1).

_____. O narrador. In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 197-221. (Obras Escolhidas, v.1).

BERTRAN, Paulo. Uma Introdução à Economia do Centro Oeste. Goiânia: Ed. UCG; Brasília: Codeplan, 1988.

BOLZ, Norbert W. É preciso teologia para pensar o fim da História. Revista USP, São Paulo, n.15, p. 24 -37, set/out/nov, 1992.

BORGES, Maria E. Linhares. História & Fotografia Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BRANDIM, Cecília. União e GDF buscam acordo. Correio Braziliense, Brasília, 29 jun. 2005. Caderno Cidades, p. 23.

_____. É meu e ninguém tasca. Correio Braziliense, Brasília, 26 fev. 2006. Caderno Cidades, p. 23.

_____. Nas Mãos do PDOT, mas cadê ele? Correio Braziliense, Brasília, 26 mar. 2006. Caderno Cidades, p. 30.

- BURKE, Peter. Variedades de História Cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CABREIRA, Olga. O Horizonte do migrante. In: CABREIRA, Olga (Org.). Experiência e Memória. Goiânia: Ed. Vieira, 2001.
- CAMPOS, Ana Maria. Atraso na regularização. Correio Braziliense. Brasília, 10 out. 2003. Caderno Cidades, p. 25.
- CASTORIADIS, Cornélius. A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: DIFEL, 1988.
- COLEÇÃO BRASÍLIA. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Presidência da República, 1960.
- DARNTON, Robert. O grande massacre de gatos e outros episódios da História Cultural francesa. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DELGADO, Andréa F. A invenção de Cora Coralina na batalha, nas memórias, 2003. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.
- DISTRITO FEDERAL. Governo do Distrito Federal (GDF), Fundação Cultural do Distrito Federal, Secretaria de Cultura e Esporte, Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico (Depha). PATRIMÔNIO NAS RUAS-GAMA. Folheto. Brasília, DISTRITO FEDERAL. CODEPLAN. Sítio eletrônico da CODEPLAN. www.pdot.seduh.df.gov.br. Acesso em 07 de jul. 2006.
- DUBY, Georges; LARDREAU, Guy. Diálogos sobre a Nova História. Lisboa: Dom Quixote, 1989.
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS Vol. XXXVI - Goiás. IBGE - Rio de Janeiro, 1958, p. 21.
- FERREIRA, Gracy T. da Silva. Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias. As construções de fenômenos pela história e literatura. In CHAUL, Nars Fayad (Coord.). Goiânia: Kelps, 1998.
- FONTANA, Riccardo. Francesco Tosi Colombina: explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar italiano no Brasil do séc. XVIII. Brasília: Charbel gráfica e editora Ltda, 2004.
- FEYERABEND, Paul. Adeus à razão. Lisboa: Edições 70, 1991.

FRISH, Michael. A desindustrialização vista de baixo para cima e de dentro para fora: o desafio de se retratar a classe trabalhadora em palavras e imagens. In: FERREIRA, M. de M; FERNANDES, T. M; ALBERTI, V. (Org.). História Oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, CPDOC-Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 167-178.

FUTURO distrito, Adquirido um quinto da área do. Folha de Goiás, Goiânia, 10 jun. 1956.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História, testemunho. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Org.). Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 85-93.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC-Editora S.A, 1989.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GODÓI, Emilia Pietrafesa de. O Trabalho da Memória: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas- SP: Editora da Unicamp, 1999.

GUIMARÃES, Domingos Jesus. Fundada em Formosa a Comissão Municipal de Cooperação para a Mudança da Capital Federal(CMCMCF). Jornal do Planalto, Formosa-GO, 11mar.1956.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HOLSTON, James. Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HUNT, Lynn (org.). A Nova História Cultural. São Paulo: Mateus Fontes, 2001.

LASSANCE, Adalberto (org.). Brasília Capital do Brasil. Brasília: Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal; Pórfiro, 2003.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parayba (Coord). LUCAS LOPES: memórias do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil-CMEB, 1991.

LUZ, Maria Amélia de Alencar. Estrutura Fundiária em Goiás: consolidação e mudanças (1850-1910). 1982. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO, 1982.

MACHADO, Francisco de Ambrosio Pinheiro. Imanência e história: a crítica do conhecimento em Walter Benjamin. Minas Gerais: Editora UFMG, 2004.

MAFFESOLI, Michel. A Conquista do Presente. Natal, RN: Argoz, 2001.

MAGALHÃES, Luiz Ricardo. Brasília, a utopia do centro. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2004.

MAGALHÃES, N. A.; SINOTI, M. L. Memórias e Direitos: moradas e abrigos em Brasília. Brasília: NECOIM/CEAM/UnB, 2001.

MAGALHÃES, Nancy Alessio. Narradores: vozes e poderes de pensadores. In: COSTA, Cléria Botelho da; MAGALHÃES, Nancy Alessio (Org.). Contar História. Fazer História: história, cultura e memória. Brasília: Paralelo 15, 2001, p. 85 -107.

_____. Narrativas em vídeo: oral e visual como experiência de criação de sentidos e temporalidades na memória e na História. In: Qualidade e Outras Linguagens. Revista Cadernos do Ceam. Ano IV — nº 15 - dezembro 2004a, p. 11-30.

_____. Terra: memória, imagem e raízes da vida. In: Textos de História: Revista do Programa Pós-Graduação em História da UnB. Brasília: EdUnB, Vol. 12, n.1/2, 2004b, p. 191-219.

MALTES, Genaro. Altamiro atende aos Apelos de JK e Jucá. Hora de Brasília. Brasília, IOmai. 1957.

MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

MARTINS, Mario Ribeiro. Dicionário Biobibliográfico de Goiás. Rio de Janeiro: Master, 1999.

MARQUES, Jarbas. O ano dos cinqüentenários. In: Revista Candango. Brasília: Ano X, n. 23, abr. 2005, p. 8 -9.

MATTOS, Olgária. A narrativa: metáfora e liberdade. In: COSTA, Cléria Botelho da; MAGALHÃES, Nancy Alessio (Org.). Contar História. Fazer História: história, cultura e memória. Brasília: Paralelo 15, 2001, p. 12-28.

MEIRELLES, Dilermando. Deste Planalto Central: o histórico e o pitoresco. Luziânia, GO: Jorluz Editora, 1978.

MONTEIRO, Rolando. Hipólito da Costa e a Independência: documentário e apreciação. Editora cátedra/MEC: Rio DE Janeiro, 1979.

MUDANÇA da Capital, Não pode ser adiada a. O Globo, Rio de Janeiro, 10 jan. 1956.

NUNES, José Walter. Patrimônios Subterrâneos em Brasília. São Paulo: Annablume, 2005.

PES AVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Variações sobre a Técnica de Gravador. São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1983.

REIS, Gelmires. VADE MACUM: imobiliário luziano. Luziânia, GO: Gráfica O Popular, 1980.

REIS, Lúcia A.B.C. Gonçalves. A Cooperação de Goiás para a Interiorização da Capital do Brasil. 2002. Monografia (Pós-Graduação em História do Brasil). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO, 2002.

RIBEIRO, Miriam Bianca. Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias. In CHAUL, Nars Fayad (Coord.). Memória, família e poder. História de uma permanência política - os Caiados em Goiás. Goiânia: Kelps, 1998.

RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa. Tomo I. São Paulo: Papyrus, 1978.

RIGOVIN, M. (photographs); FRISH, M. (interviews). Portraits in steel. Ithaca, N.Y., Cornell University, 1993.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Ideologia, Propaganda e Imaginário Social na Construção de Brasília. 1990. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília -UnB, 1990.

SALLUN, Samanta; MADER, Helena. Impasse na venda de terrenos. Correio Braziliense, Brasília, 05 dez. 2005. Caderno Cidades, p. 18.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero, V.9, n. 19, set. 89-fev. 90, p. 219-243.

_____. Teatros da memória. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História PUC. São Paulo, n.14, fev 1997.

SELXAS, Jacy Alves. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S; NAXARA, Márcia. (Org.). Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 37-58.

SINOTI, Marta Litwinczik. Quem me quer, não me quer: Brasília, metrópole-patrimônio. São Paulo: Annblume, 2005.

SONHO de D. Bosco, O. CD ROM. Brasília, DF, LAFE Produções, ?.

SONTAG, Susan. Diante da dor dos outros. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

STEINBERGER, Marília. Brasília Controvérsias ambientais. In GOUVEIA, Luis A. De Campos e PAVIANI, Aldo (Orgs.). Zoneamento Ecológico-Econômico: instrumento de geoestratégia. Brasília: Editoras Universidade de Brasília, 2003.

TAMANNI, L. Fernando. Brasília: memória da construção. Brasília: Livraria Suspensa, 2003.

TAVARES, Marcelo G. Tempos do Oiteiro, tempos da praia: História, memória e patrimônios em São Bento-AL. 2005. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História. Universidade de Brasília-UnB, 2005.

THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VASCONCELOS, José Adirson. A Mudança da Capital. Brasília: Centro gráfico do Senado Federal, 1978.

_____. A Epopéia da Construção de Brasília. Brasília: Edição do Autor, 1989.

_____. Os Pioneiros da Construção de Brasília. Brasília: Edição do Autor, 1992, 2 v.

_____. Memorial: Edilson Cid Varela. Brasília: União Ed. Artes Gráficas Ltda, 2003.

VASQUES, Pedro. Fotografia: reflexos e reflexões. Porto Alegre? São Paulo: LPM, 1986.

VIEIRA, Maria do P. de A. Peixoto et ai. A pesquisa em História. São Paulo: Ática, 1989.

VISENTINI, José William. A Capital da Geopolítica. São Paulo: Editora Ática, 1987.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença; uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tadeu da. (org.). Petrópolis-RJ: Vozes, 2000, p. 7-71.

ZACCUR, Edwiges. Metodologias abertas e itinerâncias, interações e errâncias cotidianas. In: GARCIA, Regina Leite (Org.). Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 177-197.

ZATS, Inês G. Catireiros e Candangos: construção da identidade no encontro do passado e do presente em Planaltina. 1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, Brasília, 1985.

FILMOGRAFIA

CASTELANI, Leandro. Dom Bosco. Roma, Itália, La Raí - rádio e televisione da Itália, 1985.

EX-PARTICIPANTES DA SEMANA MUDANCISTA. Sessão Memorialista Evocando a Semana Nacional Mudancista de 1957. Fita 0009. Acervo do IHGDF. Brasília, 24 de abr. 1992.

MEIRELES, Dilermando. Comissão de Cooperação para mudança da nova capital - Relato Histórico. Fita número 0030 Acervo do IHGDF. Brasília, 07 de ago. 1997.

VOIGT, Arno. Planalto Goiano: Futuro Distrito Federal. Brasília, DF, Arquivo Público (ArPDF), NOV(D)04.05^A004.

FONTES

NOVA Capital do Brasil, A: estudos e conclusões, vol II [S. 1: s. n.], 1956.

FLEURY, Rosarita. Altamiro de Moura Pacheco. Goiânia, GO, [s. n.], 1981.

PACHECO, Altamiro de Moura. Os Primórdios de Brasília. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Goiânia, Go, Editora Oriente, n. 4, dez. 1975.

SILVA, Ernesto. História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1999.

TERRACAP. Documentos do Imóvel Barra Alta (jan. 1960 - 1976). Brasília, ?.

Principal documento referido:

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS.TABELIONATO BORGES TELXEIRA. Brasília, DF. Escritura de desapropriação amigável de imóveis rurais de glebas da Fazenda Barra Alta e da Fazenda Riacho das Pedras localizadas em território desmembrado do Município de Formosa-Go. Desapropriados: José Guimarães Zuzu e Olivia Cardoso Guimarães. Expropriante: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Tabelião substituto: Luiz Carlos Borges Magalhães. Registrado no Livro de nº 3, pgs 39. Brasília, 27 de outubro de 1960.

TERRACAP. Documentos do Imóvel Bananal (dez. 1955 - set. 2003) Brasília, ?.

Principais documentos referidos:

3º OFÍCIO DE GOIÂNIA. Comarca de Goiânia. Estado de Goiás. Escritura Pública de desapropriação amigável da Fazenda Bananal ou Larga do Bananal. Desapropriados: Hélio Rodrigues de Queiroz e sua mulher, dona Maria Magnolia de Queiroz. Desapropriante: Estado de Goiás. 3º Tabelião Substituto: Graciano Silva Moraes. Registrado no Livro de nº 31, fls 79/87. Goiânia, 30 de dezembro de 1955.

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS.TABELIONATO BORGES TEIXEIRA. Brasília, DF. Escritura de desapropriação amigável que fazem de um lado DEODATO DO AMARAL LOULY e sua mulher Dona MINERVINA DE SOUZA LOULY, como outorgada expropriante, a NOVACAP; e como interveniente, o ESTADO DE GOIÁS. Tabelião substituto: Luiz Carlos Borges Magalhães. Registrado no Livro de nº 1, fls 4-5. Brasília, 21 de setembro de 1960.

Documentação sobre a Fazenda Vicente Pires:

TABELIONATO 2º DE NOTAS. Luziânia, GO. Escritura pública de compra e venda do imóvel Vicente Pires. Vendedores: Benedito Roriz de Paiva et ai. Comprador: Estado de Goiás. Tabelião: Jefferson Meirelles. Registrado no Livro nº 38, fls 150-154. Luziânia, 17 de novembro de 1956.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E TABELIONATO 1º DE NOTAS. Luziânia, GO. Certidão de Transmissão de parte de terras da Fazenda Guariroba. Escritura pública de permuta lavrada em 30 de novembro de 1950 no Livro 3-H, às fls 159. Adquirente: Joventino Rodrigues e sua mulher Maria Cândida das Dores. Transmitente: Maria da Conceição Roriz. Tabeliã: Isis Campos Amaral. Certidão emitida em 10 de abril, 2003.

Entrevistas registradas em áudio:

Antonio Zuzu Guimarães. Brasília, DF, 24 abr. 2005.

Jefferson Meirelles. Luziânia, GO, 20 dez.2005

José Eduardo Pariguasi da Frota. Brasília, DF, 26 abr. 2005.

Rubens Rodrigues. Luziânia, GO, 30 nov. 2005

William Jorge Pelles. Brasília, DF, 17 mai. 2005.

Outras entrevistas:

ALARCÃO, Laerte Carlos de. *Depoimento - Programa de História Oral.* Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1999. XX p.

ARANTES, Lúcio Batista. *Depoimento - Programa de História Oral.* Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 33 p.

BUENO, Jeronvmo Coimbra. *Depoimento - Programa de História Oral.* Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.

Endereços eletrônicos consultados:

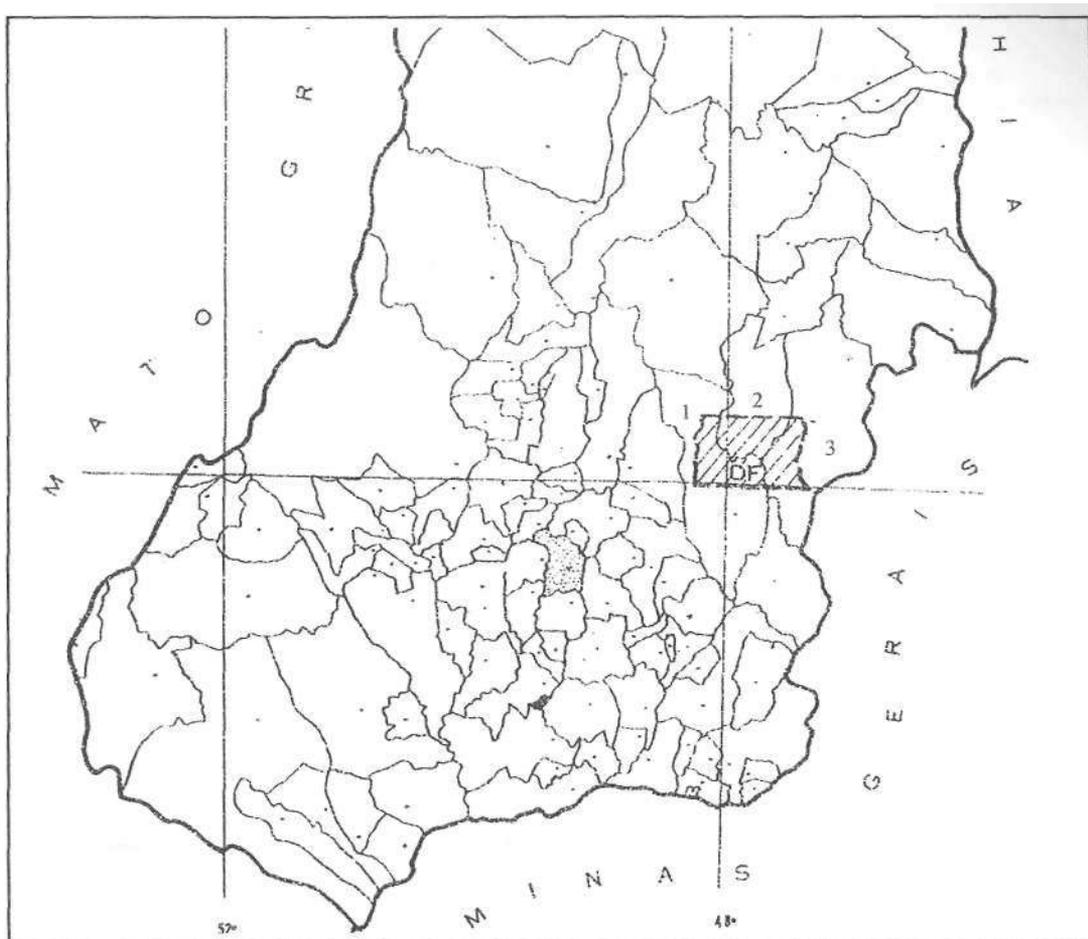
www.codeplan.df.gov.br

www.terracap.df.gov.br

www.bcb.gov.br.

ANEXOS

Anexo 1 - Mapa da localização do Distrito Federal em relação aos municípios de Goiás



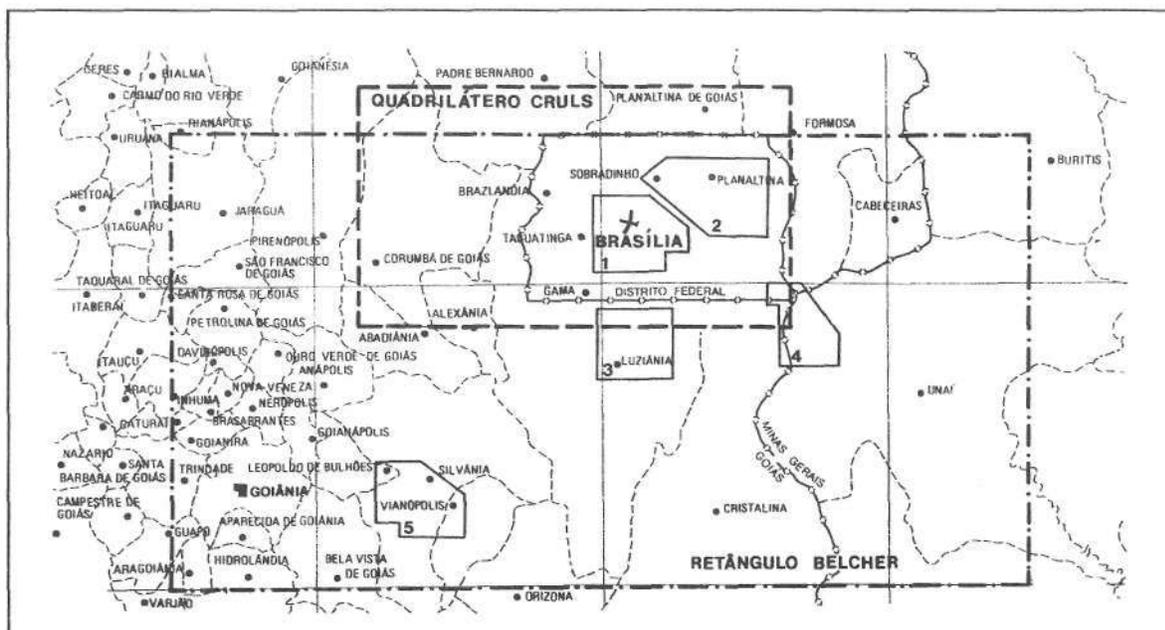
LEGENDA

- 1 - Município de Luziânia
- 2 - Município de Planaltina
- 3 - Município de Formosa

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros Vol XXXVI - Goiás. IBGE - Rio de Janeiro, 1958, p. 21.

Planejada e orientada por Jurandyr Pires Ferreira - Presidente do IBGE

Anexo 2 - Demarcação do Distrito Federal e Sítios



LEGENDA:

- 1 — Sítio Castanho
- 2 - Sítio verde
- 3- Sítio Azul
- 4— Sítio Vermelho
- 5 - Sítio Amarelo

OBS.: As informações desta figura - Quadrilátero Cruls, Retângulo Belcher e os 5 sítios selecionados foram colocados sobre o mapa da região geo-econômica de Brasília, na escala 1:1.800.000, elaborado em 1979 pela CODEPLAN.

Fonte: LASANCE, Adalberto; Cleusa Neves da Silva Lopes...Brasília Capital do Brasil, [et al.]. Brasília: Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal; Pórfiro, 2003. p. 48.

Anexo 3 - DISTRITO FEDERAL - Área Destinada à Construção da Nova Capital do Brasil

